

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Douglas Edward Furness Grandson

Os Trustes no “curral” dos coronéis:

Indústrias de base e serviços no debate capixaba de 1940

VITÓRIA

2017

Douglas Edward Furness Grandson

Os trustes no “curral” dos coronéis:

Indústrias de base e serviços no debate capixaba de 1940

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História-Ufes como requisito para obtenção título de mestre em História, sob orientação do Professor Doutor Luiz Cláudio Moisés Ribeiro.

VITÓRIA

2017

Douglas Edward Furness Grandson

Os trustes no “curral” dos coronéis
Indústrias de base e de serviços no debate capixaba de 1940

Dissertação de mestrado, apresentada a
Universidade Federal do Espírito Santo,
como parte das exigências para a
obtenção do título de mestre em História.

Local, ____ de _____ de ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Cláudio Moisés Ribeiro
Ufes

Prof. Dr. André Ricardo Valle Vasco Pereira
Ufes

Prof. Dr. Ueber José de Oliveira
Ufes

Prof. Dr. Vitor Amorim de Angelo
UVV

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

G754t Grandson, Douglas Edward Furness, 1989-
Os trustes no "curral" dos coronéis. Indústrias de base e
serviço no debate capixaba de 1940 / Douglas Edward Furness
Grandson. – 2017.
221 p. : il.

Orientador: Luiz Cláudio Moisés Ribeiro.
Coorientador: André Ricardo Valle Vasco Pereira.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal
do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Companhia Central Brasileira de Força Eléctrica – História.
2. Trustes industriais - Espírito Santo (Estado). 3. Petróleo -
Espírito Santo (Estado) – História. 4. Espírito Santo (Estado) –
História. 5. Espírito Santo (Estado) - Política comercial – História.
I. Ribeiro, Luiz Cláudio Moisés. II. Pereira, André Ricardo Valle
Vasco, 1966-. III. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro
de Ciências Humanas e Naturais. IV. Título.

CDU: 93/99

A destruição do passado, ou melhor, os mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas, é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX [e XXI]. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio [e início do terceiro].

Eric Hobsbawn

Dedico essa dissertação aos meus pais, Douglas Furness Júnior e Michella Furness, pelo apoio incondicional e por serem meus melhores amigos, sempre! Também aos meus irmãos, sobrinhos e amigos, pela convivência e pela alegria contagiante de viver.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Douglas Furness Júnior e Michella Furness, por terem me dado a vida e por me ajudar a zelar por ela. Sempre me acompanhando, aprendi a trabalhar e enfrentar as dificuldades de frente com eles, que estão e estarão sempre ao meu lado. Aos meus irmãos, Michel e Natielle, agradeço por compartilhar a convivência familiar, lutando pela sobrevivência da instituição. A Minha irmã Danielle, que mesmo distante torce por mim. À minha prima Deborah, minha amiga. Aos meus sobrinhos, Elizabeth e Arthur, tão queridos por mim e por toda a família.

Aos meus amigos, bons amigos, que conquistei que me conquistaram e dos quais não pretendo e nem quero abrir mão. São eles, meus camaradas: Antônio Casemiro, César Augusto, Célio Gusmão, Gabriela Ferreira Lúcio, Jean Caneva, Jorge Rafael Scocco, Roberta Estevam, Júlia Ott, Lucian Rodrigues Cardoso, Marcela Portela, Marlon Pittol, Mayara Soares, Ricky Bertulani Doerlinger, Wanberg Mello, Vinícius Machado. Pelas longas conversas e debates sérios sobre história, e pelos momentos felizes de descontração e alegria nos sambas e bares sertanejos de Vitória.

Agradeço especialmente a Mariana Calazans Wanick, que, com muita amizade e companheirismo, compartilhou das angústias do mestrado, assim como as alegrias da conquista gradual de novos conhecimentos.

Ao meu orientador, Luiz Cláudio M. Ribeiro, pela oportunidade, confiança e pela atenção que dedicou a mim, a cada solicitação e observação em meu trabalho

Ao professor Dr. e amigo, André Ricardo Valle Vasco Pereira, pessoa que iluminou meus caminhos acadêmicos através de debates vivos e dedicados, possibilitando que esse trabalho fosse possível através dos anos de reflexão na Iniciação Científica e nos debates sobre a dissertação.

Agradeço a Deus, esse ser presente em meus pensamentos e vida, por ouvir meus lamentos, considerar meus pedidos de desculpas e aceitar meus agradecimentos.

RESUMO: Esse trabalho versa sobre o campo político capixaba e sua respectiva esfera pública. Através da presença dos trustes estrangeiros no país e no Espírito Santo, busca-se observar os diversos discursos pronunciados acerca das empresas multinacionais com o fito de perceber os distintos projetos desenvolvimentistas que derivaram do projeto estado-novista de Vargas na democracia. Para isso, a metodologia é a análise do discurso proposta por Ciro Cardoso (1997), utilizada nos jornais capixabas circulantes em 1940. Conceitos como crença, projeto, propaganda; esfera pública; campus; habitus; nacionalismo; estado ampliado; luta de posições; e desenvolvimentismo dão o devido suporte teórico. A partir dessas leituras, notaremos através da esfera pública que o *campus político capixaba* é restrito ao poder dos coronéis.

Palavras-chave: Campo político, Esfera pública, Trustes, Espírito Santo.

ABSTRACT: This work aims to approach the capixaba political field and its respective public sphere. Through the presence of foreign trusts in the country and Espírito Santo, it is sought to observe the various speeches pronounced about the multinational companies in order to perceive the different developmentalist projects that derived from “Estado-novista Vargas” project in democracy. For that, the methodology is the discourse analysis proposed by Ciro Cardoso (1997), used in the capixaba’s newspapers that was circulating in 1940. Concepts such as belief, project, propaganda; Public sphere; Campus; habitus; nationalism; expanded state; position struggle; and developmentalism provides due theoretical support. From those readings, it will be observed, through the public sphere, that the Capixaba’s political campus is restricted to the power of the “coronéis”.

Keywords: Political field, public sphere, Trustes, Espírito Santo.

Sumário

Apresentação	
Introdução	1.
1. Considerações teóricas	11.
2. Partidos não diretivos e partidos diretivos	54.
3. General Eletric, Eletric Bond and Share e Amforp: Trustes de energia elétrica na América Latina e Brasil	102.
4. O petróleo brasileiro e os trustes	156.
Considerações Finais	200.

Introdução

O período compreendido entre 1945 e 1964 foi um momento único da democracia brasileira, segundo Skidmore (1982). Quando ele diferencia esse recorte temporal, sua intenção é a de valorizar o seguinte aspecto: com o fim do Estado Novo, a democracia surgiu sobreposta a uma estrutura corporativista criada pelo governo Vargas. Com isso, os novos atores sociais surgidos das alterações econômicas do Brasil passaram a ter a possibilidade de participação em assuntos nacionais.

Imbuído do pensamento desenvolvimentista, Vargas pretendia industrializar o país para diversificar a economia brasileira e reduzir as importações, invertendo o saldo da balança comercial. Para isso, o Estado deveria tomar para si várias funções. A principal característica econômica do governo varguista foi a centralização das decisões políticas e econômicas a nível federal e o investimento em indústrias de base. Com isso, a dura alavanca do progresso e do desenvolvimento seria movida pela via estatal, haja vista os altos custos de investimento no setor produtivo.

Para dar base política e social a tal objetivo, Vargas e sua assessoria criaram um projeto de poder que sustentasse essas medidas, por meio do Trabalhismo. Neste, o trabalhador assumiria, simbolicamente, a centralidade no desenvolvimento do país. Tal planejamento foi iniciado no Estado Novo, com vistas a criar uma base política para a manutenção do governo frente ao plebiscito constitucional previsto desde a Constituição de 1937, para 1945. Com Marcondes Filho à frente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) e do Ministério da Justiça (MJ), a partir de 1942, Vargas fez um movimento que marcaria sua relação com os trabalhadores. Através da propaganda política de enaltecimento do regime e da efetivação das leis trabalhistas CLT, o ditador daria mostras aos trabalhadores da concretude de seu presente, ou *gift*, como mostrou Gomes (2008).

A legislação trabalhista era um objeto que Vargas acenava à classe trabalhadora como sendo uma obra sua. Fazendo tábua rasa do passado, se apropriou das demandas surgidas das lutas da classe trabalhadora durante a primeira metade do século XX e as apresentou como sendo políticas criadas por ele. Segundo Gomes (2005), a *palavra operária* passou a ter como interlocutor o Estado. Desse modo Vargas ambicionava criar uma base de legitimação de seu poder, apoiando-se na nova força política surgida com os reflexos da industrialização, os trabalhadores. Estabelecia com ela uma relação

de reciprocidade. O Estado “dava” aos trabalhadores as leis e a proteção social, e estes retribuiriam com seu apoio.

Para dar operacionalidade a esse processo, alterou a antiga visão de nacionalismo da 1ª República. Se, antes, a população brasileira era vista como “fraca”, uma “raça” menos competente pelo fato da miscigenação com o negro, a concepção do trabalhador, independente de cor, foi valorizada com o projeto trabalhista. O homem brasileiro deixou de ser concebido como de má qualidade. Ao contrário, ele era valoroso, bastando que este fosse capacitado e que lhes fossem ofertadas boas condições de vida para que deles logo viessem boas respostas. O retorno seria o engrandecimento da nação através do trabalho do homem brasileiro (GOMES, 2005).

Junto a essa concepção, a noção de terra cheia de riquezas foi outro ponto articulado no projeto de Vargas. A terra, assim como o homem brasileiro, era tida como rica. Bastava explorá-la. Em 1939, Vargas deu mostras de sua concepção econômica mudando a legislação sobre bens existentes no subsolo e criando o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, para regular todas as riquezas guardadas no subsolo brasileiro, aquelas conhecidas e desconhecidas. Essa medida foi um meio de resguardar os interesses da nação frente a interesses estrangeiros. Em 1938 foi criado o Conselho Nacional de Petróleo (CNP), instituição estatal diretamente subordinada à presidência da República, com o fito de tornar o serviço de abastecimento de petróleo de utilidade pública, restrita a ação de brasileiro, vedando a participação estrangeira. Em 1939, o general Góes Monteiro, em visita aos Estados Unidos, iniciou uma negociação com o governo norte americano, relativos à participação do Brasil nos planos de defesa norte-americanos em troca do auxílio estadunidense no reequipamento econômico e militar do Brasil. Em 1940 a Comissão Preparatória do Plano Siderúrgico recebeu a notícia que a U.S. Steel não participaria desse esforço, o que gerou no governo brasileiro uma escolha de criar uma empresa nacional siderúrgica. Em 1941, através de empréstimos do Eximbank foi constituída a empresa estatal Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

Com essas iniciativas o projeto de Vargas caracterizava-se por ser nacionalista, e foi isto que estruturou os termos do debate nacional acerca do desenvolvimentismo brasileiro dali para frente, com o tema ocupando centralidade na esfera pública, de forma que, mesmo seus adversários eram obrigados a dar respostas a ele.

Com a proximidade do fim do conflito mundial, as tensões já previstas por Vargas, geradas por seu alinhamento às democracias europeias contra o fascismo, não demoraram a chegar. Vargas não pretendia democratizar o país com o final da guerra, e sim manter o Estado Corporativista com base na força política dos trabalhadores. Porém, uma forte oposição pressionou o governo, antecipando a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes, mesmo sem existir um Código Eleitoral. Logo, Vargas convocou seus interventores e substituiu Marcondes Filho por Agamenon Magalhães no Ministério da Justiça para que fosse iniciada a elaboração da legislação eleitoral.

Nesse processo, a fórmula escolhida para a formação partidária foi aquela que optava pela criação de partidos nacionais, uma estratégia voltada para inibir as máquinas eleitorais (oposicionistas) de voltar ao seu funcionamento anterior ao golpe de 1930. O primeiro partido a surgir foi a União Democrática Nacional (UDN), nascido em torno da candidatura de Eduardo Gomes, sucedido pelo Partido Social Democrático (PSD). Aquele criado para tirar Vargas do poder, este criado para ser sua base. O trabalhismo de Vargas, só no final do ano de 1945 se configurou em partido, concretizando o “plano B” de seu projeto corporativista, que era a criação de um partido trabalhista. Como não era essa a intenção de Vargas, esse plano ficou em suspenso até as eleições, segundo afirmou Gomes (2008).

Com a vitória de Dutra e eleição dos deputados que participariam da Constituinte, o país entrava no período democrático com as principais forças políticas assentadas no PSD, partido dos interventores de Vargas e de elites que apoiaram o governo. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) se configurou como a linha do trabalhismo, mantendo a relação com os trabalhadores através dos sindicatos. A UDN assumiu a oposição de direita a Vargas, e o Partido Comunista do Brasil (PCB) adotou uma linha de apoio a desenvolvimentismo nacionalista naquele momento, mas com versão própria.

Esses, assim como outras agremiações, tiveram que dar uma resposta ao projeto de Vargas, o que cada qual fez a sua maneira. O PSD com o desenvolvimentismo autoritário, e dividido quanto a nacionalismo restritivo ao apoio do capital estrangeiro, muito tinha em comum com a UDN, que, por sua vez, se diferenciava pelo moralismo e antivarguismo. De dentro desta, acabou derivando o Partido Socialista Brasileiro (PSB), em 1947, uma organização de quadros da esquerda, que oscilava entre a leitura da sociedade de classes e o liberalismo, porém, com pouca inserção e consolidação de

bases. O PTB, com uma leitura política e econômica marcada pelo nacionalismo, apoiava a direção do Estado no desenvolvimento do país, assim como a estrutura corporativa criada por Vargas. O PCB, apesar de apoiar a unicidade sindical e ter uma postura nacionalista, resistia ao controle do MITIC.

Cada uma dessas agremiações encamparam linhas desenvolvimentistas presentes nos debates feitos a nível nacional. Para a década de 1940, Bielschowsky apontou para a existência de 3 correntes: *A liberal desenvolvimentista, a desenvolvimentista empresarial e a desenvolvimentista socialista*. Com se verá, cada agremiação, com suas características organizacionais e sociais, encampou uma concepção de desenvolvimento nacional, tendo a conjuntura contribuído à cada momento sobre suas escolhas. Um exemplo é que, a UDN, reconhecidamente liberal, aderiu ao nacionalismo estatal com relação ao petróleo, atuando de maneira diretiva, organizando a sociedade juntamente com os petebistas, socialistas e comunistas. Outro é o dos comunistas, que até 1948 se adequaram ao campo político da elite dominante, mas depois de aliados do processo, potencializaram suas características organizativas e partiram para o enfrentamento contra o governo Dutra. Portanto, a atuação política de cada ator é variável conforme a conjuntura, não sendo possível enquadrar os partidos políticos capixabas (assim como qualquer outro) em fórmulas pré-definidas em matéria econômica.

Sobre a questão organizativa dos partidos, pode-se notar um *continuum* dos partidos políticos, no que concerne a sua linha política. De um lado, o PSD e a UDN, partidos descentralizados, sem disciplina doutrinária e ideológica, cuja força decisória estava nas mãos dos parlamentares eleitos para o exercício de cargos a nível nacional. Esses partidos que foram decisivos na escrita da Constituição de 1946. No meio termo, o PSB, partido de esquerda, mas com forte viés liberal. Este por sua vez com uma estrutura descentralizada e com grandes dificuldades de criar bases militantes. O PTB, através da elite sindical, podendo ser classificado, desta forma, como um partido indireto, segundo a tipologia de Duverger (1980), mas com uma estrutura organizacional mais rígida e diretiva, mantendo maior controle sobre suas bases. O PCB, por sua vez, está na ponta oposta aos partidos não diretivos, por possuir sólida coesão interna, centralizado e disciplinado. Esse *continuum* organizacional estava presente na cena política brasileira, porém, logo no período da redemocratização, as linhas políticas, seguindo a concepção de Panebianco (2005), estavam mais próximas do campus político estabelecido, o que

se alterou com o correr dos anos, fazendo com que os partidos utilizassem diferentes linhas políticas conforme a conjuntura.

Logo as diversas posições políticas iriam se debater acerca da questão do petróleo, por causa do anteprojeto proposto pelo governo Dutra, referente ao Estatuto do Petróleo. Como mostra a literatura e as fontes, em 1948 surgiu a campanha nacionalista intitulada campanha *O Petróleo é nosso*, que uniu diversos setores da sociedade contra a participação estrangeira na exploração do Petróleo nacional. Essa possibilidade tocava diretamente na questão das riquezas nacionais, componente fundamental do nacionalismo. Caso essas fossem exploradas por outros países, iria ocorrer o prejuízo ao desenvolvimento nacional, assim como iria dificultar a valorização e a melhoria de vida dos trabalhadores brasileiros. O tema suscitava formulações entre *nação, estado e industrialização*, e qual seria a melhor forma de conjugá-los.

No Espírito Santo essa campanha chegou e teve adesão da intelectualidade e da população capixaba, que participava dos comícios feitos contra o Estatuto do Petróleo. A partir da *crença* de que teriam riquezas no subsolo a população foi mobilizada em prol do monopólio da exploração do petróleo pelo Estado. Contra isso se colocava o governo Lindenberg, que buscava desqualificar a movimento nacionalista e o acusava de ter elemento comunista, o que fazia para deslegitimar os militantes da campanha.

No estado capixaba, assim como em outros, outro fator ligado a indústrias de base gerava insatisfação: o fornecimento de energia elétrica. Essa, no Brasil, era dominada por empresas estrangeiras, a canadense *Light* (atuante no Rio de Janeiro e em São Paulo) em primeiro lugar, e a *Amforp*, um truste norte-americano. A Amforp, presente nas capitais litorâneas do país, passou a não investir no reequipamento de seus serviços, gerando uma grande insatisfação de todos os setores sociais aos quais ela atendia. Porém, a nível nacional e regional, apesar das falhas no fornecimento de energia elétrica terem sido constantes, e tendo em vista a atuação das empresas estrangeiras, não surgiu uma campanha de teor nacionalista contra os trustes desse setor com o mesmo nível de mobilização que a do petróleo, a não ser pelo ativismo comunista pós-1948, que foi bastante significativo, a encampação da Companhia de Energia Elétrica Rio Grandense (CEERG) por Leonel Brizola, em 1959, e da encampação da Pernambuco Tramways por Miguel Arraes em 1962. Portanto, um objeto concreto da realidade brasileira e capixaba não gerou debates mais amplos na conjuntura histórica que esta pesquisa

aborda. É importante notar que, mais adiante, a concessionária da *Amforp* no Espírito Santo foi objeto de uma campanha nacionalista no PCB, em seu período de enfrentamento com o governo, mas não foi um elemento mobilizador na década de 40 como foi a Campanha O petróleo é nosso. No início da década de 60 se inicia uma campanha contra a C.C.B.F.E., mas sem um teor nacionalista.

Desse modo, identificou-se uma contradição na esfera pública capixaba, que serve de um estudo para futuras comparações em pesquisas de outros estados, que foi o fato de uma *crença* sobre a existência do petróleo no subsolo brasileiro ter sido utilizado dentro de um *projeto* de nação, presente na *propaganda* feita na mobilização social contra a participação dos estrangeiros. Isso enquanto um objeto concreto da atuação dos trustes no país, visível através de faltas de energia sucessivas na hora da novela que passava no rádio, dos bondes lotados como “enxames humanos”, dos telefones mudos, da falta de energia para movimentar máquinas e para iluminar as ruas, não gerou uma campanha do mesmo tipo. No Espírito Santo, apenas na década de 60 surgiu uma campanha, chamada *Não pague a sua conta*, em protesto contra a concessionária local controlada pela *Amforp*, a Companhia Central Brasileira de Força Elétrica (CCBFE). Uma liderança conservadora, Parente Frota, assumira a frente dessa mobilização, mas isso foge ao recorte desse estudo. Com isso, a CCBFE sobreviveu no Estado, assim como em outros, até 1965, quando foi encampada pelo estado brasileiro, passando à administração a Eletrobrás. Sobreviveu anos e anos com os mesmos problemas.

Havia por parte do partido situacionista capixaba, o PSD, um apoio explícito à CCBFE, na década de 1940, fazendo sua defesa. Reproduziam o discurso da direção da empresa. Isso, porém, não ocorreu sem conflitos, pois algumas lideranças pessedistas a acusavam de possuir interesses ocultos. Foi o caso de Christiano Dias Lopes, da ala moça do PSD. A UDN liberal, oposição ao governo a partir de 1948, passou a acusar a empresa de roubos e do não cumprimento do contrato pelo menos até 1949. Dentro de suas críticas, a noção de equilíbrio era clara. Se a empresa fosse eficiente, não haveria problema algum em ser estrangeira. Como não era, deveria dar lugar à outra firma. O PSB capixaba, com penetração mais significativa em Cachoeiro de Itapemirim, seguia a mesma concepção da UDN. Aderiu, porém, posteriormente ao Plano de Eletrificação do Estado, que preconizava a participação governamental na geração e distribuição de energia. PCB, antigo inimigo da Central Brasileira, nome pelo qual a CCBFE também era conhecida, utilizou o mesmo discurso, pautado na ilegalidade de suas ações, que não

cumpria o contrato. Isso passível de entendimento pela linha política do partido no pós-guerra, “Ordem e tranquilidade” e União Nacional. Em 1948, com o partido na ilegalidade e a perda dos mandatos, as lideranças comunistas passaram a incentivar greves em todas as suas bases pelo país, assim como mudou seu discurso com relação aos trustes, identificando o inimigo externo (capital estrangeiro) aliado aos inimigos internos (governo Dutra e sua base). Assim, a luta contra Central Brasileira foi reforçada, recebendo o apoio do PTB. O debate sobre estado estava preso, nesse caso, à figura da autoridade e dos contratos, sem se alinhar a debates amplos sobre o desenvolvimento nacional feito no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Sobre a Campanha do Petróleo, o PSD não lhe deu apoio. Ao contrário, criticava a fórmula monopolista, enquanto a UDN, PSB, PTB e, principalmente, o PCB atuavam a favor da exclusividade. De um lado, a fórmula liberal era defendida pelo PSD, e por outro, a desenvolvimentista empresarial e desenvolvimentista de esquerda por UDN, PTB, PCB e UDN. Esse objeto gerou politização e organização social, o que também não ocorreu sem conflitos.

Na restrita esfera pública capixaba, ainda com uma composição social de 80% presente no campo, dominado pelos coronéis, os temas amplos da política nacional chegavam por diversos prismas políticos, com suas respectivas concepções sobre estes. O espaço discursivo não estava vazio, como nunca esteve, e quem o dominava era o grupo que comandava o PSD, com destaque para Carlos Lindenberg e Jones dos Santos Neves, aliados ao varguismo desde a década de 1930. Depois desse grupo, a UDN era o partido mais forte, mas derrotada pelo poderio do PSD. O PCB, intensamente reprimido pelo governo Dutra, tinha um espaço de ação muito reduzido, agindo na ilegalidade após a cassação dos mandatos e de sua legenda partidária.

Não era do interesse de Lindenberg mexer com a Central Brasileira, pois ele governava em uma linha saneadora das contas públicas, o que não queria que fosse afetado por um gasto com a empresa, principalmente com sua encampação, pleiteada na Assembleia Legislativa. Também defendia a fórmula de Juarez Távora com relação ao petróleo, e se incomodava com a intensa mobilização social no estado. Desse modo, e pautado no desenvolvimentismo liberal, mais ortodoxo, não deu atenção aos protestos de intelectuais, políticos e populares, protegendo a empresa e a beneficiando com aumento de tarifas em 1949 com relação a central. Desqualificou os militantes do petróleo com o

álibi da presença comunista. Dentro da noção de equilíbrio, como se verá, dá as cartas quem tem o governo. Quando isso foge ao controle, ele reage.

Foi dentro deste quadro geral que os trustes foram recebidos no “curral” dos coronéis. Ou seja, o Estado Novo legou ao Brasil, na década de 1940, um projeto de Nação, constituído por elementos simbólicos que ocuparam a centralidade do debate político. Em cada um dos estados, porém, a realidade local criou condições para uma maior ou menor abertura da esfera pública em torno de sua discussão, mobilização social e mesmo implantação de políticas públicas. O objetivo deste trabalho é o de, justamente, analisar tal fenômeno no Espírito Santo. Em linhas gerais, o que se pretende é observar não são somente os debates em torno da Central ou da campanha O petróleo é Nosso, mas sim o acesso que esses objetos fornecem tanto ao campo político capixaba quanto a sua esfera pública. Através da percepção das adequações feitas dos debates nacionais sobre *nação, estado e industrialização* feitas pelas os cidadãos politicamente ativos é que podemos notar a configuração do *campus político capixaba*. É possível perceber, dentro dos discursos referentes à Central e ao Petróleo, qual seria atribuição das autoridades e da população com relação a assuntos públicos, e, instrumentalizando os conceitos de *campus e habitus* de Bourdieu, perceber o que era “dizível ou indizível” na esfera pública capixaba. É importante notar a diferença dos debates em torno da Central e da campanha O petróleo é Nosso. Um, preso a ideia de autoridade, equilíbrio e efetivação dos contratos, sem aderir a um *projeto* ou *propaganda* com o fito de organizar pessoas, e outro identificando interesses estranhos ao país, aliados e corruptores do poder público, visando à organização da sociedade civil para enfrentar o inimigo, a Standard Oil. Qual era a posição das autoridades, como Linbenberg? Da oposição? Da esquerda?

Tendo essas questões em mente, o trabalho foi organizado da seguinte forma. O primeiro capítulo é dedicado a um debate teórico acerca do conceito de ideologia, esfera pública, *campus* e sobre intelectuais. Nele serão feitas as escolhas interpretativas. No capítulo 2 serão abordados em maior profundidade os partidos não diretivos (PSD e UDN), por um lado, e diretivos (PSB, PTB e PCB), respectivamente. Com isso, o leitor terá um quadro geral de como estavam configuradas as agremiações no estado, assim como a sua atuação política, através de jornais e dos meios políticos.

Posteriormente será observada a presença das empresas estrangeiras no Brasil e no Espírito Santo, assim como os discursos em torno destas. Desse modo, o capítulo 3 versa sobre o nascimento do truste norte-americano que tinha a Central Brasileira como um de seus ramos. Junto a isso, a identificação do personagem “Seu” Kilowatt, recurso publicitário que deu “cara” à Central. Este ser animado também era de uma empresa americana, cujo nome era *Reddy Kilowatt Inc.*, designação original do personagem. Ela era contratada por centenas de empresas do setor de energia elétrica, sem distinção. Será observado com atenção o “Seu” Kilowatt, figura que teve várias funções de conformação social, como a educação das mulheres no uso de eletrodomésticos, dentro de um modelo patriarcal; a educação da população para as mudanças físicas geradas pela urbanização; o enaltecimento da empresa e de seus serviços; a educação do trabalhador; o apoio às medidas governamentais. É uma hipótese do trabalho que o personagem, fruto de pesado investimento publicitário da empresa, foi uma força que retardou que a sociedade se voltasse contra ela a partir de elementos nacionalistas, como a identificação de ameaça externa instalada no país. O ápice desse capítulo é a análise dos diversos discursos acerca da Central Brasileira, identificando a fala da direção da empresa, de colunistas governistas, colunistas de oposição, colunistas e vereadores comunistas, e estabelecendo as características gerais desse debate. Será dada uma atenção especial ao fator autoridade, à importância dada aos contratos e à noção de equilíbrio decorrente do alinhamento destes com os interesses da sociedade.

Por fim, o capítulo 4 terá como tema a Campanha do Petróleo no Espírito Santo, fazendo o mesmo esforço analítico empreendido no capítulo anterior. Comparando os argumentos e delineando as linhas desenvolvimentistas em que se enquadravam os atores na década de 1940, será feita a distinção entre os argumentos empreendidos, caracterizando a construção do discurso, assim como a luta de posições efetivada pelos partidos diretivos, sobretudo a reação das lideranças do campo político a isso. Essa campanha foi um “teste de fogo” para a democracia no Espírito Santo, sendo muito importante observar a reação das elites à organização da sociedade civil em torno de um objetivo amplo, que era a conquista da exploração estatal do petróleo. A isso somava o fato de o governo Lindenberg não apoiar a campanha, na defesa do anteprojeto elaborado pela comissão designada por Dutra. Com será observado, quando o campo de equilíbrio estabelecido e seguido por todos os componentes da vida política capixaba foi ameaçado pela expansão de espaços e luta de posições dos oponentes e inimigos do

governo, a propaganda situacionista foi a de desagregar o movimento, desqualificando-o, de modo a manter o *status quo* de autoridade única e legítima para resolver problemas públicos e tomar decisões. Truque diferente da Central, aqueles do petróleo estavam mais presentes no imaginário do que na realidade daquele momento, porém era uma possibilidade. Furando a barreira da estreita esfera pública capixaba, a questão do petróleo chegou ao estado, e diferente dos discursos em torno de reclamos às autoridades, a sociedade partiu para a participação direta na pressão pelo petróleo, identificando um inimigo externo, a *Standard Oil*, e se juntando ao restante da *comunidade imaginada*. A isso se dedicaram os militantes, formulando seus argumentos com base no passado recente e apontando para os futuros possíveis.

Capítulo 1

Considerações teóricas

O objeto desse estudo são as apropriações feitas do nacionalismo no estado do Espírito Santo, na década de 1940. O instrumental teórico parte de uma discussão geral sobre ideologia, feita com base nos seguintes autores: Heywood, Bobbio, Zizek e Althusser. Apontando as limitações de uma abordagem que não fornece o limite preciso entre ações não intencionais (inconscientes) e a intencionais (conscientes), é feita uma proposta teórica (PEREIRA, 2015) que leva em conta as três temporalidades históricas de Fernand Brudel, de maneira alternativa ao uso da ideologia proposta pelos autores acima. Nesse caminho, entende-se que, no plano estrutural, estão às *concepções de mundo, valores, crenças*, que são muito vagos e construídos historicamente a partir da experiência humana. Nas conjunturas, as coletividades e indivíduos podem se apropriar desses valores, dar-lhes um conteúdo com o fito de organizar ou desorganizar as pessoas, de modo a gerar consentimento acerca de um tema, isso feito a partir de um *projeto*. No plano da ação, para atingir objetivos, são adotadas táticas de convencimento por parte dos atores, chamadas aqui de *propaganda*. A seguir, é feita uma abordagem mais aproximada o tema do nacionalismo, no qual, traçando o limite entre o plano mais geral e o específico, delimita-se o termo enquanto valores amplos, disponíveis na estrutura mental; assim como passível de elaboração dos grupos e indivíduos dentro das conjunturas e eventos.

No campo da esfera pública, a proposta de interpretação supõe que existem ferramentais de análise apropriados para objetos precisos na História Política brasileira, tratando diferentes partidos políticos com diferentes teorias. Para análise de partidos conservadores, como o PSD e UDN, que encaram a esfera pública como susceptível apenas de sua ação política, subordinando os demais, as noções de Bourdieu de *campus e habitus* permitem a análise das ações dos grupos e indivíduos dessas agremiações, que estabeleceram o campo político na redemocratização. Por outro lado, para partidos diretivos, como PCB, PTB e PSB, o conceito de Gramsci de intelectual orgânico se mostra adequado analiticamente, pois, tem como contribuição a análise de grupos com projetos visando o consentimento e a ação, com vistas à transformação. Os dois usos são mediados pela concepção habermasiana de esfera pública. Por fim, eixos temáticos serão expostos, apontando os diversos projetos de nação elaborados para o país na

década de 40 por diversos grupos e indivíduos que fizeram uma leitura da realidade nacional, buscando saídas para o problema do subdesenvolvimento e das crises econômicas no Brasil.

1.1 Sobre ideologia

Estudar o tema do nacionalismo significa trazer à tona diversas concepções utilizadas por grupos em disputa, para dar sentido à realidade, moldá-la e justificar ações políticas e econômicas. Existem duas formas de analisar o tema político do nacionalismo. Por um lado, como se fosse um projeto ambicionado de cima para baixo; e, por outro, tratando-o como uma pressão de baixo para cima. Para entender esse conjunto de ideias que se materializa em realidade social específica, uma breve explanação sobre ideologia se faz útil.

Uma primeira reflexão é a de Andrew Heywood em seu livro *Ideologias políticas: Do liberalismo ao fascismo*. O autor tem por intenção abordar as ideologias, ou seja, ao contrário da ideologia no singular, pretende enquadrar em uma tipologia as principais linhas de pensamento político. Mas, antes disso, contribui sobre o uso da ideologia enquanto conceito de amparo analítico para o pesquisador. Em seu texto, busca uma concepção que não transforme a ideologia em apenas um reflexo de interesses pessoais, e que aponte a sua capacidade de guiar e inspirar a própria ação política, por um lado; e por outro, colocá-la dentro de um contexto de circunstâncias sociais e históricas. Busca fugir da concepção negativa do termo, considerando-a relevante para pesquisas em ciência humanas. Argumenta que a ideologia associa intimamente a teoria à prática, portanto, deve-se, segundo o autor, buscar a interação entre as ideias e a ideologia com as forças históricas, o conjunto de ideias que influencia diretamente da realidade, pois articulam uma explicação e compreensão do mundo, que se materializa em ações políticas, modela a natureza dos sistemas políticos, assim como funcionam como cimento social, gerando um conjunto de crenças e valores unificadores (HEYWOOD, 2010).

Essa influência foi observada de formas distintas, historicamente. Segundo o autor, Marx foi o primeiro a teorizar sobre ideologia. O sentido atribuído por este pensador ao termo estava relacionado à presença de uma ideologia dominante, que fornecia para a

classe detentora dos meios de produção, para além do domínio coercitivo, o domínio hegemônico sobre as classes exploradas. A ideologia apareceu como um componente mistificador da realidade, algo que falseava a realidade, a ‘falsa consciência’, um produto criado por intelectuais a serviço da classe dominante. Nesse sentido, o escopo de Marx era denunciar a ideologia, exortando sua eliminação, com o fito de dismantelar a dominação da classe burguesa, e isso seria feito através da ciência, que seria o oposto da ideologia. Esta esconderia a opressão da classe dominante e, ao mesmo tempo, faria com que a classe dominada se conformasse com sua situação, portanto, desnudar a falsidade ideológica burguesa era o papel da ciência, na concepção de Marx (HEYWOOD, 2010). Esta, porém, passa por uma mudança significativa no momento em que Lênin, em sua obra *Que fazer?* usou termos como “ideologia socialista” ou “ideologia marxista”. Não existe apenas, a partir de tal uso, uma falsa ideologia, a burguesa, mas outras possíveis, como aquela da classe trabalhadora. Gramsci, influenciado por Lênin, teria absorvido esses usos da ideologia e contribuiu para o estudo do termo. O sistema capitalista não seria apenas constituído por um poder político e econômico desigual, mas também, um poder hegemônico constituído e capaz de derrubar outras concepções concorrentes da realidade. Estando a ideologia em vários pontos da sociedade (literatura, educação, meios de comunicação, cultura popular) a forma possível de desafiar a hegemonia da burguesia seria através de sua ideologia rival, a “hegemonia do proletariado”. Herbert Marcuse, da escola de Frankfurt, escreveu em seu livro *A Ideologia da sociedade industrial* sobre o caráter totalitário da ideologia burguesa, que elimina qualquer forma de concepção oposta. Essas inovações sobre o termo, para o autor, abriram caminho para uma concepção mais técnica e objetiva de ideologia, sendo possível comparar dois tipos distintos, a burguesa e a proletária. A existência de mais de um conjunto de leituras arrefece a ideia do falseamento da realidade, pelo fato de trazer consigo diferentes posicionamentos em disputa, portanto, direcionando os estudos para a percepção das diferenças entre elas e sua funcionalidade.

O caráter que Marx atribuiu ao termo é negativo, e essas perspectivas traziam inovações de sentido. Karl Mannheim foi o autor não marxista que buscou eliminar esse aspecto negativo da ideologia, trazendo esta para um caráter mais técnico, na qual uma classe de intelectuais socialmente desvinculados se dedicaria à investigação de modo disciplinado e impassível. Porém, não desarticula as circunstâncias sociais das ideias dos indivíduos, como se pode observar em seu texto: “[...] as ideologias como sistemas de pensamento

que servem para defender determinada ordem social e que expressam em sentido amplo os interesses de seu grupo dominante ou governante” (HEYWOOD, 2010, p. 22).

Depois de alguns avanços, o pós-Segunda Guerra Mundial, especialmente a década de 1950 em diante, marcou novamente uma concepção negativa e restrita de ideologia. Os signatários de um conjunto de ideias seriam os fascistas e comunistas, que teriam como concepção sistemas “fechados” de pensamento. Esse tipo de argumento, liberal, considera que existem posições não ideológicas possíveis, como a sua própria, e que ideologia seria algo ruim. Segundo Heywood, esse pensamento em si era ideológico. Pelo lado conservador também se atribuiu um sentido negativo de ideologia, como o exemplo de Michael Oakeshott, que, em sua obra *O racionalismo na política*, atacou as ideologias como “sistemas abstratos de pensamento, conjunto de ideias destinados a simplificar e distorcer a realidade social por que afirmam o que é, de fato, incompreensível” (HEYWOOD, 2010, p. 24). Foi apenas na década de 1960 que outro uso do termo ideologia passou a ganhar espaço, forma analítica com a qual concorda Heywood. Tratou-se de uma ideologia observada como “(...) conceito neutro e objetivo, eliminando a bagagem outrora associada ao termo” (HEYWOOD, 2010, p. 24). Uma das definições novas do termo foi estabelecida por Martin Seliger, como:

“[...] um conjunto de ideias por meio das quais os homens postulam, explicam e justificam os fins e meios da ação social organizada, independentemente de se tal visa preservar, melhorar, erradicar ou reconstruir uma dada ordem social. Uma ideologia é, portanto, um sistema de pensamento voltado para a ação. Definidas dessa maneira, as ideologias não são nem boas nem más, nem verdadeiras nem falsas, nem abertas nem fechadas, nem libertárias nem opressoras – elas podem ser todas essas coisas” (HEYWOOD, 2010, p. 24).

Nesse sentido do termo, ideologia passou a ter uma característica geral, aplicável a diversas situações possíveis, com alguns aspectos fixos a elas, diferenciáveis e comparáveis. O benefício estaria na ampliação e abrangência do conceito, que seria muito restrito em seu sentido negativo, porém, não isento de riscos, como o da perda do rigor crítico (HEYWOOD, 2010).

O posicionamento de Heywood é o seguinte: dentre duas opções do uso de ideologia, a negativa, que aponta para o falseamento da realidade; e a científico social, ele escolhe a segunda como mais adequada. Define, dessa forma, a ideologia como “um conjunto de ideias mais ou menos coerente que fornece a base para ação política organizada, a qual pode ter a intenção de preservar, modificar e derrubar o sistema de poder vigente”

(HEYWOOD, 2010, p.25). Assim, toda a ideologia tem por característica uma explicação da ordem vigente; desenvolve um modelo de futuro desejável; explica como a mudança pode ser realizada.

Norberto Bobbio, organizador no *Dicionário de Ciência Política*, produziu um ensaio sobre ideologia, e propõe outro caminho para o estudo do termo. Aborda, assim como Heywood, os estudos sobre ideologia em duas linhas hegemônicas, que se dividem, em suas palavras, naquela de uso fraco e na de uso forte. Por um lado, o que chama de uso científico social (imparcial); por outro, o uso forte, com bagagem política atribuída ao termo. A linha dominante estaria localizada no sentido fraco do termo, o científico social, utilizando-se de generalizações sobre este, buscando características, formatos e em alguns casos, a efetividade prática da ideologia. Tem por característica a comparação entre as distintas ideologias. Assim como advertido pelo texto supracitado, Bobbio aponta os riscos de fazer esse uso da ideologia, pelo fato de apagar a característica crítica da mesma. Do uso fraco, elenca alguns autores importantes nessa linha de pesquisa, como é o caso de David Easton, que:

“[...] vê na ideologia aquelas ‘interpretações’ e aqueles ‘princípios éticos’ explícitos e elaborados que definem o escopo, a organização e as fronteiras da vida política que oferecem uma interpretação do passado, uma explicação do presente e uma visão do futuro” (BOBBIO, 1999, p. 587).

Easton divide a ideologia em três partes, que são as ideologias partidárias, com suas diferentes linhas políticas; as ideologias legitimantes, que podem dar apoio ou contestar o poder; e as ideologias comunitárias, que são aquelas que mantêm ou alteram uma sociedade. Outro caso é o de Zbigniew K. Brzezinski, que define o conceito como:

“[...] um programa adaptado para ação de massa, derivado de determinados assuntos doutrinários sobre a natureza geral da realidade social, e que combina certos acertos sobre a inadequação do passado e/ou presente com certas tendências explícitas de ação para melhorar a situação e certas noções sobre o estado final e desejado das coisas” (BRZEZINSKI, p. 4 – 5 apud BOBBIO, 2010, p. 587).

O sentido forte a que Bobbio se refere é aquele que aponta os elementos da falsidade da ideologia. Para dar conta de elaborar e contribuir para tal uso, o autor divide a ideologia em três aspectos, que são: estrutura da ideologia; gênese e função. A primeira trata do sentido da falsidade da ideologia; a segunda contém os interesses e exigências práticas; e por fim, a função demonstra a ação que a crença desenvolve. A dificuldade, segundo

Bobbio, está em relacionar essas três partes. Uma dificuldade é a de explicar como até os detentores do poder são subordinados à ideologia. Isso traz um problema teórico, que é: se a ideologia é intencional, como a classe dominante está também subordinada a ela. A explicação do autor se baseia nos interesses de curto e longo prazo. Os interesses de curto prazo explicam a aceitação de uma comum justificação ideológica do poder, pois, aqueles que estão em posição dominante têm uma crença ético-política em relação ao poder, uma idealização que guia da ação, enquanto aos dominados o medo de uma sanção negativa e do sentimento de humilhação os fazem aceitar a relação de poder. Isso impede que os indivíduos enxerguem possibilidades que seriam melhores no longo prazo (BOBBIO, 1999). Daí se deduz uma característica estrutural da ideologia, que é a de guiar suas ações sob uma falsa apreensão dos fatos. Para abordar o nexos entre a falsidade da ideologia e sua função, demonstra que, para se falar em “falsidade” ideológica, tem-se que remeter à ideia de falsa representação, que é: uma crença ideológica falsa e que não corresponde aos fatos. Segundo a crítica de Pareto, nos diz Bobbio “[...] é preciso distinguir sempre o fenômeno objetivo concreto da forma sob a qual o nosso espírito percebe, forma e constitui um outro fenômeno que se pode chamar de subjetivo” (BOBBIO, 1999, p. 592). Desse modo, se tem a existência de fenômenos objetivos que são distorcidos por uma abordagem subjetiva.

Porém, Bobbio faz duas objeções à falsa ideologia, que são as seguintes: primeiro, não existe correspondência entre a falsidade ou não de uma doutrina com sua eficácia ou não. Uma doutrina verdadeira pode ser eficaz, enquanto uma falsa pode não ser. Desse modo, não é possível, por essa ligação, encontrar o nexos entre a “falsidade” da ideologia e sua função social. Segundo, existem dois aspectos da ideologia, a prescritiva e a descritiva. O primeiro, os juízos de valor, são as crenças que guiam as ações; e o segundo aspecto, os juízos de fato, os acontecimentos desdobrados dos juízos de valor. Sobre o segundo, pode-se falar em falsidade, mas não sobre o primeiro, que é apenas uma teorização, uma crença. Essas indicações apontam para a ligação entre teoria e prática observadas por Heywood. Esses problemas são objeto de reformulação de Bobbio, sob a perspectiva marxista. Neste sentido, ele utiliza a argumentação de Gustavo Bergman, na sua demonstração de que:

“[...] o caráter ideológico de uma proposição não está na sua falta de correspondência com os fatos. A proposição ideológica não é um juízo de fato, apesar de ter dele o status simbólico: é um juízo de valor. Enquanto tal, a proposição ideológica não ‘representa’ a realidade e por consequência não é, nem verdadeira nem falsa. Melhor dito, sua ‘falsidade’ é compreendida

como uma falsa apresentação. Na consciência da pessoa, a avaliação se apresenta sob a falsa veste de uma asserção da realidade. Analiticamente, a ‘falsidade’ da proposição consiste na incompatibilidade entre o seu conteúdo (que é uma avaliação) e a sua forma simbólica (que é típica das asserções de fato). O que é falso é portanto o seu status simbólico, o seu modo de apresentação a consciência” (BOBBIO, 1999, p. 594).

Aqui está uma forma de apreender quando uma falsa apresentação da realidade não é compatível com o mundo construído simbolicamente de forma externa ao indivíduo. Porém, diz Bobbio que isso não auxilia no estudo das crenças políticas, pois essas estão relacionadas com “multidões de gente comum, com linguagem comum [e com] uma distinção entre juízos de fato e juízos de valor [...] muito confusa e incoerente, além de não existir uma separação clara das formas simbólicas usadas para aferir fatos e as usadas para expressar valores” (BOBBIO, 1999, p. 595).

Para resolver o problema da falsidade, tanto nos juízos de valor quanto nas asserções de fato, Bobbio busca na relação entre poder e ideologia o nexos pretendido. Os sistemas de crenças políticas justificam determinadas situações de poder, qualificando o que é legítimo, considerado bom ou ruim. Dessa maneira motivam o comportamento de obediência. “Nessa base podemos identificar uma outra noção de ‘falsidade’: o juízo de valor pode ser uma falsa motivação, que cobre ou mascara os motivos reais do comando ou da obediência” (BOBBIO, 1999, p. 595). Essa falsa motivação, que oculta o real motivo da exigência de um comportamento subserviente por parte dos sujeitos não é percebida por estes, o que é apontada por vários autores do uso forte de ideologia. A falsa motivação fornece o critério unitário para avaliar o caráter ideológico das crenças políticas, já que ela só tem funcionalidade na medida em que se torna força motivante do comando e obediência. Portanto, indica o que entende por nexos entre a falsidade da ideologia e sua função social, que está contida na noção de falsa motivação, que é alimentada pela falsa representação que os sujeitos têm da realidade. “Existe uma *estrutura* que oferta uma simbologia falsa da realidade aos olhos dos sujeitos; essa que tem por *gênese* juízos de valor pautados em assertivas de fato, localizados no curto prazo, que tem, por sua vez, a *função* de induzir as pessoas a comandar e obedecer através de uma falsa motivação, oculta através da ideologia” (BOBBIO, 1999, p. 597). A ideologia, utilizada por Bobbio é aquela carregada de uma bagagem política, e que tem por preocupação explicar os efeitos e função da ideologia para o funcionamento social.

Slavoj Žižek também traz uma contribuição sobre o assunto, com um ordenamento distinto do silogismo acima empregado. Enquanto Bobbio já busca o nexos entre a falsidade e a função da ideologia, Žižek argumenta sobre uma ideologia que se coloca apenas quando existe um vínculo relacional, funcional, no momento em que se torna necessário ocultar antagonismos, distorcer a realidade para que os sujeitos ajam sem perceber opressões. Em livro organizado por ele, *Um mapa da ideologia*, que traz uma contribuição de vários expoentes no estudo do tema, aborda sua concepção sobre ideologia na introdução. Segundo o autor:

“Estamos dentro do espaço ideológico propriamente dito no momento em que esse conteúdo [...] é funcional com respeito a alguma relação de dominação social (‘poder’, ‘exploração’) de maneira intrinsecamente não transparente: para ser eficaz, a lógica de legitimação da relação de dominação tem que permanecer oculta” (ŽIŽEK, 1996, p. 13).

Argumenta que, apesar de a ideologia lidar com esse elemento de falsidade, que oculta o real em detrimento de uma distorção na organização de ideias, é necessário observar exatamente esse aspecto, o conteúdo traumático apreensível através de um estudo que observe essas distorções. Assim como Bobbio, acredita ser possível uma posição não ideológica, algo extra ideológico, que o é a partir do momento em que não visa ocultar elementos do real através da capa da verdade. Além disso, defende a possibilidade de sistematizar a ideologia da *doxa* para um conhecimento científico. Sua abordagem se distancia daquelas preocupadas com a neutralidade ou em fazer comparações entre ideologias, apontando para o “uso forte”, porém, enxerga a possibilidade de um ponto de vista para o observador que não seja ideológico. Utilizando a divisão tripartite de Hegel sobre a religião - doutrina, crença e ritual -, faz a transposição para a ideologia, que configura-se dividida em: ideias em si; ideias para si (aspecto material); e ideias em si e para si.

Para analisar o primeiro aspecto, Žižek utiliza a leitura sintomal, “[...] que busca na linguagem a distorção e/ou falsidade de uma construção ideológica pelo padrão de argumentação racional não coercitiva, uma espécie de ‘ideal regulatório’, que segundo ele [Habermas], é inerente à ordem simbólica com tal [...]” (ŽIŽEK, 1996, p. 15 – 16). Porém, propôs um caminho diferente de Habermas, que via a linguagem com saída da ideologia. Para Žižek, a ideologia está na própria linguagem, que é o seu lugar por excelência. Não há a possibilidade, segundo essa perspectiva, de se fugir as distorções da realidade, pois “a própria ideia de um acesso à realidade que não seja distorcido por

nenhum dispositivo discursivo ou conjunção com o poder é ideológica” (ŽIŽEK, 1996, p.16). Desse modo, toda a argumentação possível é ideológica, e é efetiva quando não deixa perceber o funcionamento dos mecanismos que regulam essa eficiência. Também é intencional, pois, a linguagem prende vários significados soltos com fito de configurar um universo simbólico que guie uma ação.

O segundo aspecto trata da ideologia para si, em sua configuração material, regida pelas ideias. Nesse ponto, faz um elogio a Althusser, que identificou nos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) as ideias materializadas em instituições, que tem por intenção e função reproduzir a ideologia que as criou. Nesse caso, faz a escolha teórica sobre a questão do poder e a geração da ideologia. Uma divergência fundamental existe entre uma abordagem foucaultiana e outra althusseriana, pois, enquanto o primeiro observa micro mecanismos de poder que desviam da ideologia, incidindo diretamente a coerção sobre os indivíduos, gerando uma legitimidade de baixo para cima; o outro parte da noção de que a reprodução das ideias é algo posto de cima para baixo, através da presença maciça do Estado, tanto ideologicamente quanto de forma coercitiva. Sua opção é a leitura de Althusser.

Por fim, o terceiro aspecto do raciocínio de Žižek é o da ideologia em si e para si, que se reflete em várias ideologias. Essas atuam materialmente guiadas para reproduzir essas ideologias, se configurando nas mais diversas possíveis, como ideologia criminal, jurídica, familiar, escolar, etc. O aspecto central do pensamento de Žižek sobre a ideologia aponta para além da linguagem do texto, transcendendo o escrito ou falado, a realidade. Apenas o texto e a linguagem não dão conta da falsidade presente na ideologia. Utilizando-se de uma abordagem da psicanálise, em especial, a influência de Lacan, articula alguns conceitos e uma tensão reveladora para o estudo da ideologia. Primeiro, aponta para a tensão entre a legitimidade de baixo, representada pelo fetiche da mercadoria e os AIE, a imposição/convencimento da ideologia. Por um lado, as pessoas imbuídas de crenças e visões de mundo estariam reproduzindo ideais automaticamente; por outro, um poder de cima, produzindo a legitimidade de uma forma de sociabilidade. A tensão entre esses dois pode ser expressa entre o sujeito e seu mundo interno com o mundo externo, tanto simbólico quanto material. A busca de outra exterioridade deve nortear a pesquisa, algo para além da representação individual, assim como da representação simbólica externa ao indivíduo moldada pelos AIE. Essa exterioridade não se constitui na realidade, mas no real, algo inapreensível em sua

totalidade, tamanha a sua complexidade. Nesse ponto, apresenta a argumentação de que a realidade é sempre incompleta, distorcida, o que resulta em alguma forma de apreensão. O real, jamais alcançável pela apreensão subjetiva, porém, oferta o seu espectro na realidade, uma apreensão parcial.

Diferenciando-se do pensamento de Marx, Žižek não concebe a ideologia (uma visão da realidade) como algo que impede a correspondência do real com a configuração social, que impede que a sociedade seja um todo fechado e harmônico, mas enxerga com algo sempre incompleto, pela impossibilidade imanente de apreensão do real. Dessa forma, a ação possível é notar a diferença entre a representação construída e o espectro do real, esse algo extra ideológico que não entra em um conjunto coerente de ideias (ideologia). Esse real, que são as condições objetivas ou ontológicas que o ser humano guarda com a comunidade e a natureza, teria como traço marcante a luta de classes, que, segundo Žižek, se apresenta em todas as esferas da vida em vários momentos, como antagonismo. Esta, por sua vez, só se apresenta por espectro, não apreensível em sua totalidade pelo simples fato disso não ser possível. Seguindo a linguagem lacaniana, Žižek argumenta que “[...] a distorção e/ou dissimulação é reveladora em si: o que desponta através das distorções da representação exata entre a realidade e o real – ou seja, o trauma em torno do qual se estrutura a realidade social”. (ŽIŽEK, 1996, p. 31). A disputa de ideologias distintas, como representações da realidade se dá pelos traumas gerados pela luta do real, que gera efeitos sobre as partes envolvidas. As distorções percebidas pelo pesquisador apontam para os níveis e contornos desses efeitos. A ideologia surge, então, através da existência entre uma relação, presente no real e apenas parcialmente representada por ela. Dessa forma, “[...] o conceito de ideologia não denota outro objetivo senão o da complexidade não totalizável (ou irrepresentável dentro de uma dada ordem singular) do processo histórico” (BALIBAR, p. 173 - 174 apud. ŽIŽEK, 1996, p. 33).

Althusser fez um esforço analítico significativo sobre a função da ideologia, assim como desenvolveu o pensamento marxista sobre o tema, avançando no que chamou de teoria descritiva para teoria analítica. Sua atenção se volta para a reprodução das relações de produção. Se apoiando em livros de Marx, o autor contribuiu em alguns aspectos que considerou ainda não desenvolvidos, apenas descritos em sua funcionalidade, mas não sistematizados. Em analogia à reprodução das forças produtivas na sociedade capitalista, aponta para a necessidade das relações de produção

também se reproduzirem para dar continuidade ao sistema sócio, econômico e cultural. Se as forças produtivas não sobrevivem sem que suas condições de produção sejam reproduzidas (tudo externo a empresa individual necessário à produção, como por exemplo, fornecimento de matéria prima e a mão de obra disponível), também não sobrevivem se as relações sociais de produção sem a produção de um automatismo necessário ao funcionamento do sistema produtivo. Para isso acontecer, o Estado teria um papel primordial nesse processo, sendo alvo de disputas para seu controle. A classe vitoriosa estaria com o domínio do aparelho de Estado (polícia, justiça, direito), utilizando-o em favor daquela. Como nenhum Estado sobrevive por muito tempo apenas do poder coercitivo, o aparelho de Estado, tem que desenvolver formas que gerem consentimento, para que isente a necessidade da coerção constante. Se Marx havia percebido a utilização de formas ideológicas que mantinham os indivíduos dentro da ideologia dominante, Althusser identificou e sistematizou como e onde essa ideologia aparece. Então criou o conceito de Aparelhos Ideológicos do Estado, que, mesmo dentro da esfera privada, segue e conflui para a ideologia propagada por este, que está sob controle de uma classe dominante. Esses AIE - escolares, religiosos, familiares, jurídicos - estariam atuando na sociedade civil de modo a disciplinar os corpos e produzir uma legitimação para que esses aceitem a façam parte do modo de produção. Localizados na superestrutura, que, para Althusser, guarda certa autonomia em relação à estrutura econômica e, ao mesmo tempo, a ela dá um retorno, os AIE - principalmente o escolar - seriam essenciais para a reprodução das relações de produção, isso por sua importância ideológica. Caso não funcionem, vem o poder coercitivo do Aparelho de Estado, que obriga a que os sujeitos se adequem. O AIE é ideológico, porém, tem em sua guarda o poder coercivo, que daquele tem a recíproca. Para explicar como isso funciona, Althusser desenvolve a teoria da ideologia, como já citado acima, dividindo em duas faces: o estudo da ideologia e o estudo das ideologias. O autor, diferente de Marx ou pensadores que enxergaram a ideologia como sonho ou falsidade, tratou-a como trans-histórica, omni-histórica, pelo fato de todas as formações sociais necessitarem de um tipo de mediação com o real, as condições de existência. Diferente do sentido negativo que Marx atribuiu à ideologia, Althusser percebe, de maneira semelhante à Žižek, que não há um acesso completo ou definitivo entre o homem e a natureza, suas condições de existência, sempre necessitando de um conjunto de ideias que tornem isso possível, no caso a ideologia. Nas palavras do autor, “não são as condições reais de existência que são representadas pela ideologia, mas é a relação

dos homens com essas condições de existência que lhes é representada na ideologia. É esta relação que está no centro de toda a representação ideológica, portanto imaginária, do mundo real” e complementa que “é na natureza imaginária desta relação que fundamenta toda a deformação imaginária que se pode observar em toda a ideologia” (ALTHUSSER, 1976, p. 81). O caráter atribuído pelo autor a esta é o da eternidade, ou seja, sempre que existirem seres humanos em relação com a natureza, a ideologia se faz presente. Essa dá base às demais que dela derivam, as ideologias (religiosa, jurídica, familiar). Daí a divisão entre ideologia geral e ideologias. A proximidade com o uso técnico - científico está na generalidade atribuída ao termo, que ganha capacidade comparativa sem perder seu aspecto crítico. Residem nesse ponto os avanços da teoria do autor, que contribuiu para esse campo de estudos. Em resumo, a ideologia não permanece apenas no âmbito das ideias, no campo da imaginação que os homens constroem sobre a sua realidade, mas ganha materialidade, é corporificada em instituições, que moldam ações de indivíduos que agem conforme essas ideias. Estas, por sua vez, estabelecidas e materializadas, guiam as ações de modo a reproduzir a ideologia, que mantém um ciclo. Seguem trechos relevantes de Althusser para o entendimento desse raciocínio:

“O indivíduo em questão conduz-se desta ou daquela maneira, adota este ou aquele comportamento prático e participa em certas práticas reguladas, que são as do aparelho ideológico de que ‘dependem’ as ideias que enquanto sujeito escolheu livremente, conscientemente. Se crê em Deus, vai à igreja para assistir a missa, ajoelha-se, reza, confessa-se, faz penitência [...] e naturalmente arrepende-se, e continua, etc [...] deve portanto inscrever nos atos da sua prática material as suas próprias ideias de sujeito livre. Se não o faz, ‘as coisas não estão bem.’ [...] Mesmo que os sujeitos não praticam, está em desvio de seu esquema de ideias, se guiando por outras ideias” (ALTHUSSER, 1980, p.86-87).

Para que isso ocorra, acontece o processo de interpelação do indivíduo, que se transforma em sujeito. Ponto importante para o desenvolvimento do autor é o processo pelo qual dentre a massa de indivíduos são recrutados os sujeitos, que o são pelo fato de cumprirem algum tipo de relação ideologicamente posta. O exemplo da criança é conclusivo. Antes de nascer, a criança já representa algo para seus parentes, que a esperam e vislumbram a alegria do nascimento, as características que o bebê vai ter, ou seja, já é um sujeito que tem uma representação social ideologicamente estabelecida. O jovem em determinada fase, já tem projetada em si uma expectativa de união com outra pessoa, o que segue o repertório esperado para um alguém normal. O mesmo para a

reprodução, que tem uma determinada época para acontecer e um período em que já passou da hora. A todo o momento os indivíduos são interpelados a cumprirem papéis estabelecidos ideologicamente. Os AIE constituem esses indivíduos em sujeitos e estes por sua vez dão o retorno dotando-os da capacidade de constituir outros sujeitos.

Busquei discutir o conceito de ideologia com base em autores que são referência no debate sobre o tema. A leitura permitiu notar que há um problema comum a todos. Ele consiste em atribuir à ideologia como abstração um papel de enorme relevância, deixando os atores, as pessoas que viveram seus momentos históricos em segundo plano. Neste sentido, eles surgem como vítimas, como passivos, como incapazes de leituras, de reinterpretações, de crítica e novas elaborações frente à ideias que lhes são impostas.

Tudo isto pode ser percebido em uma comparação dos autores. Heywood é muito vago. No geral, acredita na influência das ideias sobre a realidade, o que é uma postura idealista. Bobbio, por sua vez, toca no ponto fundamental da diferença entre intencionalidade e não intencionalidade, entre ideias num plano geral e a forma como os atores lhes dão sentido. O problema é que ele não dá uma boa solução ao problema. No final, acredita em uma estrutura que oferta a intencionalidade negativa, a falsidade. Só que fica a questão: onde se localiza a fronteira entre noções gerais (valores, concepções, noções, ideias) e juízos de fato? Ele não a traça bem e acaba no estruturalismo, no poder das ideias sobre os agentes.

Žižek procura evitar as dificuldades impostas pela discussão dos vários sentidos de ideologia, optando pelo de ocultação. A princípio, o ato de ocultar implica em agente e paciente, em alguém que faz e sofre com esta ocultação. Só que a solução encontrada por ele reinstalou o estruturalismo na discussão: a linguagem é ideológica e sobre ela se instalam os aparelhos ideológicos de Estado, que se combinam com as pessoas imbuídas de crenças e visões de mundo. A ideologia abstrata vinda de cima, se impõe às pessoas, que já estão imbuídas de crenças e visões de mundo ideológicas. Por que, então, tanto esforço?

Em Althusser, por fim, a ideologia geral é eterna e dá origem às ideologias. São abstrações gerando abstrações. Elas entram em instituições que moldam as ações dos indivíduos. O sujeito é RECRUTADO, chamado a cumprir um papel já posto. Então não é sujeito, ou seja, aquele que age, que tem autonomia.

Tudo isto nos remete à necessidade de buscar soluções teóricas que lidem melhor com a relação entre ideias no sentido geral e o conteúdo que lhes é dado no aspecto particular, dinâmica que é mal resolvida pelos autores. Para tanto, será utilizada a elaboração feita por André R. V. V. Pereira (2015) em seu livro, *Teoria e Metodologia de História: tratamento das fontes*, a partir de uma crítica metodológica ao trabalho de Ciro Cardoso, *Narrativa, Sentido e História*.

O livro lida com uma proposta de abordagem teórico-metodológica, restrita ao trato de fontes escritas. Adequando a leitura de Cardoso, alguns pontos são esclarecidos, direcionando-se para uma abordagem distinta. O primeiro aspecto a ser destacado é a observação de que o Historiador lida com fontes que contém narrativas voltadas para o convencimento e/ou para o entretenimento. O primeiro caso é o mais comum. São possíveis três tipos de narrativa, que são: mais *ficcional* (inexistência de menção a um autor e da natural ausência dos fatos); mais *lírica*, na qual a linguagem é o mais importante, sobrepondo-se ao conteúdo; e a narrativa mais *retórica*, que tem por escopo o convencimento, utilizando artifícios e exageros para ter o consentimento de seus leitores. Depreende-se que, ao escrever algo, os fatos sempre estarão ausentes, sendo ficcional nesse sentido, assim como a proporção entre conteúdo e forma vão variar dependendo do tipo de texto que o autor quer escrever. Nesse ponto, a obra literária como aquela pautada na realidade tem igual importância, pois traz aspectos estruturais do período em que foi escrito. Ser ficcional por não conter mais os eventos ou por nunca os ter tido, não desqualifica uma fonte, pois, ali estão representações amplas construídas historicamente, em um plano maior da cultura, a estrutura mental.

O papel do Historiador deve ser, nesse sentido, compreender o contexto histórico no qual o ato discursivo é direcionado a um público. Ao ser produzido um texto, o entendimento do pesquisador deve ser dialógico, ou seja, ter em mente que a escrita foi feita pensando em um público, e normalmente, visando o convencimento. Portanto, se estão contidos aspectos amplos em um texto, estruturais, está também contida a intencionalidade, a escolha do indivíduo que escreve, que pode ou não querer algo com um discurso.

Existem casos em que algo é escrito sem o fito de convencer, ou sem levar em conta a recepção do público. Pode impor uma versão particular a partir de sua obra, ou criar um texto a partir de crenças e valores gerais esperados do público leitor. Fazendo a leitura de Cardoso, Pereira expõe o debate sobre ideologia, no qual faz referência a Lucien

Goldmann. Seu objetivo é o de esclarecer separação entre intencionalidade e não intencionalidade. Com uma visão marxista, Goldmann fixa-se na luta de classes e tem por objeto obras literárias. Utilizando a concepção de Georg Lukács do *máximo possível de consciência* (estrutura mental), busca pontos de continuidade e rupturas a partir de um corte amplo no objeto de estudo, apontando, a partir de obras literárias, os conflitos gerados a partir de rupturas estruturais em sociedade. Isso identificado a partir da noção de *verossimilhança*, artifício do qual quem escreve lança mão para promover o reconhecimento por parte do leitor de uma realidade plausível.

Para Goldmann, quem escreve algo em determinado momento está transpondo concepções amplas para o texto, sem que o papel do indivíduo neste ato seja por ele considerado relevante para a análise. Nesse ponto, Pereira cita o caso de Conde Laclos, que escreveu em 1792 uma obra em forma de epistolário, no qual desenvolveu uma trama. Nesta, duas concepções de mundo estavam em conflito, de um lado a sociedade tradicional do antigo regime, e de outro a cultura moderna burguesa. O autor, de extração nobre expõe o confronto, porém, não se posiciona enquanto tal, deixando ao leitor o desconforto e o papel de refletir sobre o tema, não direcionando para uma resolução simplista na obra.

Pereira aponta para o fato de existirem os *máximos de consciência possíveis* no texto de Laclos, assim como Goldmann defende, porém, o autor teve autonomia de não se posicionar. Outras são as críticas ao pensamento estruturalista como o de Goldmann e Cardoso. Primeiro que, nem todos os cortes são baseados em classes sociais, que tem historicidade e ponto de nascimento, não cobrindo todos os períodos históricos, assim como existem outras lutas (a de gênero, por exemplo); segundo, por que o autor de uma obra escolhe o sentido que vai atribuir ao texto, não apenas materializando uma concepção ampla no discurso inconscientemente; em terceiro, nem todas concepções são estanques a classes sociais, pois, existem aquelas que perpassam os grupos, sendo a elas comuns.

Diante o problema conceitual do termo ideologia, que se mostra muito vago, a proposta é delimitar melhor o que é amplo e o que é específico, ou melhor, o que está na longa duração e o que se insere nas médias e curtas temporalidades. A opção é utilizar, para o plano mais amplo os conceitos de *concepção de mundo, valores, crenças*; para a média e curta duração, os conceitos de *projeto e propaganda*. Quem escreve algum texto pode querer ou não convencer a um público de algo, pode ambicionar vencer uma eleição, e para isso tentar convencer o público de que é a melhor opção; ou ter por projeto o lucro

e para isso produzir um material banal, sem intenção de convencimento. Mas quando se trata de obter consentimento, os indivíduos presentes na conjuntura optam por um *projeto*, utilizam de uma *propaganda* (dentro dos tipos possíveis de narrativas, como acima descritas), isso feito através da *apropriação de valores amplos* que estão colocados historicamente para um coletivo social. O sucesso na obtenção do consentimento vai depender da conjuntura e da eficácia na elaboração da propaganda e na implementação do objeto.

Portanto, a opção teórica aqui defendida é o abandono do vago conceito de ideologia e a adoção do uso de *concepções de mundo; projeto e propaganda*. Por ser o nacionalismo o objeto de estudo em questão, a análise de teóricos sobre o tema se faz necessário para o ajuste dentro da linha da não intencionalidade e do que é intencional, pois o que se analisará na pesquisa são os diversos projetos de nação presentes na esfera pública nacional e no Espírito Santo, que se deram dentro da confluência entre uma mudança estrutural no país com uma conjuntura especial, que foi a redemocratização.

1.2 Nacionalismos

Inicialmente, a contribuição de Reinhart Koselleck (2006) com sua teoria da História se faz relevante. Esse autor, que inovou através da História dos Conceitos, fez de sua obra um útil instrumento no que concerne às mudanças estruturais que as sociedades humanas sofrem diacronicamente e sincronicamente. Em momentos de crise, as mudanças de usos dos conceitos dão mostras de alterações nas relações entre os indivíduos, sobre as percepções de instituições, sobre o poder, sobre o Estado, tudo isso captado através das mudanças dos usos conceituais. O autor demonstra que as percepções, os anseios e sentimentos das pessoas, em recortes históricos de crise, demonstram mudanças estruturais na mentalidade, que, dentro da curta duração, se fazem perceber através dos termos utilizados. Esses tem em suas distintas significações as alterações nos modos de sentir dos indivíduos em suas relações diversas, assim como com outros grupos e instituições. Para tanto, se utiliza de dois conceitos que são: o espaço da experiência e o horizonte de expectativa, que remetem ao quanto dos sonhos e anseios que os indivíduos projetam no futuro se baseiam em sua experiência passada. No estudo em que o autor aplica essas ferramentas de análise, captou uma mudança inicial de uma estrutura de pensamento através dos conceitos, no período da Reforma, na qual a percepção do tempo alterou-se qualitativamente, deixando de ser o tempo

homogêneo e distante da teologia cristã para um tempo que poderia ser acelerado conforme a disposição dos indivíduos para tanto. Esse fenômeno do tempo ganhou forma mais acabada com as revoluções do século XVIII como desenvolve o autor, pois a História deixara de ser advinda da Providência, portanto da espera, e passou a ser uma narrativa que os homens tinham em suas mãos, mutável conforme suas pretensões, anseios. Em linhas gerais, notou que, antes da Reforma, pautadas pelo pensamento religioso cristão, as pessoas tinham uma percepção do tempo em que o passado era a mesma coisa que o presente, e o futuro era distante, pois os sinais em terra não demonstravam que o fim dos tempos estivesse próximo, portanto bastava aguardar. Com a Reforma, os protestantes, devido às suas críticas a Igreja Católica viam nesta a “babilônia pecaminosa”, e por isso, sentiam que tinham que agir por suas próprias forças para tirar dela o poder religioso, pois, para eles, o fim dos tempos se localizava naquele momento e seria necessário fazê-lo chegar logo. Então, bastava que eles acelerassem o processo. Disto resultou que o passado passou a ser menos importante nas projeções que os indivíduos tinham para o futuro, o que se intensificou com a Revolução Francesa, na qual este passou a ser algo descolado da experiência histórica, pois a queda da monarquia absoluta em 1789 trouxe novidades que o passado não tinha como lastro, nem havia contado.

Em linhas gerais, esse evento trouxe mudanças de longa duração que constituíram a percepção dos indivíduos acerca do tempo dali para frente. Isso observado pela distância que estes mantêm da projeção do futuro em relação ao passado que os precedeu. Mas o pensamento de Koselleck não se centra apenas da diacronia, pois, como dito acima, ele observa momentos de inflexão histórica, e essas não se dão em harmonia, mas sim com conflitos. Isso se deve ao fato de que os processos históricos não ocorrem de forma homogênea, mas sim com uma simultaneidade de percepções sobre o tempo e os conceitos que representam as coisas. Visões conflitantes se confrontam com vistas a manter ou alterar os significados que são dados às relações/instituições. Portanto, além da diacronia, a sincronia é abordada na teoria da História de Koselleck. Nesse ponto, tem-se algo semelhante a se esperar da realidade capixaba na década de 1940, marcada por percepções de futuro, de um passado a se superar, de ações a serem tomadas e de várias posições distintas articulando conceitos ligados ao nacionalismo para legitimar seu projeto de governo. No Brasil e no Espírito Santo, o contexto da década de 40 iniciou um momento de inflexão histórica que gerou

alterações das percepções que os indivíduos tinham de si e da nação, já entendida e constituída no sentido da conceituação de Benedict Anderson, como uma comunidade imaginária.

A industrialização e o desenvolvimento econômico geraram a percepção de que a forma de chegar ao progresso não poderia estar presa à cultura agrário-exportadora, pois a indústria deveria ser desenvolvida. No Espírito Santo, a mudança definitiva se deu no governo Lindenberg, em 1961, quando planos de estudo para industrialização do Estado ganharam força. Indivíduos externos ao Estado capixaba, como a Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES), promoveram estudos e ações que foram incorporados pelo governo, no quesito de planejamento dos “grandes projetos industriais” (SILVA, 1995). Porém, as lutas de representações e percepções que se deram em solo capixaba foram as mais diversas, e, além de uma mudança colocada no tempo, ela incorporava distintas opiniões e projetos de como deveria ser trilhado esse caminho para o progresso. As lutas entre os nacional desenvolvimentistas, liberais e nacionalistas radicais deram o tom das disputas pelo projeto que deveria guiar a industrialização no país. Tanto a nível nacional quanto a nível regional houve o que Gramsci chamou de Bloco Histórico, período em que o desenvolvimentismo e a linguagem nacionalista se tornaram necessariamente fonte de legitimidade para as diversas posições em conflito. Este fenômeno foi tão significativo que, mesmo a força política que confrontou tal projeto com maior intensidade – a UDN - se viu obrigada a ceder ao nacionalismo em vários momentos. Em um exemplo, como demonstrou Benevides (1984), a UDN, um partido de raízes históricas liberais, defensora do livre mercado, defendeu o monopólio estatal do petróleo intensamente no 2º governo Vargas, obrigada pela conjuntura, e também para fazer oposição a Vargas, que tomava uma postura nacional desenvolvimentista naquela conjuntura. Utilizou-se de conceitos nacionalistas para rebater seus opositores. Os comunistas, petebistas, pessedistas, ou seja, partidos de maior expressão política defendiam fórmulas nacionalistas, que tinham suas diferenças, mas não deixavam de sê-lo.

Benedict Anderson, em seu livro *Comunidades imaginárias*, buscou compreender a *anomalía* que é o nacionalismo, isso para estudar melhor como um sistema de pensamento atingiu a emoção e sentimentos de tantas pessoas, suscitando adesão às ideias nacionalistas. Para o autor, de início, o nacionalismo se trata de um produto cultural específico, que, após um primeiro momento de existência, se tornou modelar,

transpondo construções *a posteriori* como explicação de sua existência *a priori*. Mas sua atenção se volta para os elementos que geram esse apego à ideia de nação. Primeiro não classifica nacionalismo como ideologia, a exemplo do fascismo ou liberalismo, mas sim como um sistema semelhante a uma religião ou parentesco. Segundo, define nação como uma comunidade imaginária, pois, mesmo na menor nação os indivíduos se conhecerão ou ouvirão falar de outros pertencentes à mesma, ou seja, ela é *limitada e ao mesmo tempo soberana* (ANDERSON, 2008).

Anderson demonstra que o século XIX foi um momento de mudança, no qual os desprazeres e dores da vida perderam aquilo que os amenizava, que eram as grandes religiões e os reinos dinásticos. Com a Revolução das ideias e, por sequência, a Revolução Francesa, a mística que a simbologia religiosa e dinástica exerciam sobre as pessoas foi reduzida significativamente. O autor diz que a vida ficou muito intragável e dura, argumenta que não aconteceu a substituição das religiões e dinastias pelo nacionalismo e apego à nação, mas que essa foi uma opção para cobrir o vazio que os antigos tipos de sociabilidade e simbologia deixaram nas pessoas. A nação, uma comunidade imaginária, seria o que confortaria as pessoas de seus medos e anseios, através de um sentimento de pertencimento a um todo maior, mesmo que seja inimaginável conhecer a todos.

Aqui, faz-se uma conexão com Eric Hobsbawm (1990), de grande valia para pesquisa. Em seu livro *Nações e nacionalismos desde 1780*, aponta para o fato de que a propaganda nacionalista pós-criação dos estados nacionais modernos, na verdade, não explica a formação destas, contrariamente ao que era defendido por militantes. O autor demonstra, através de diversos exemplos na Europa e Ásia, que não existem parâmetros que gerem uma identificação espontânea dos indivíduos que desembocariam na ideia de nação moderna, assim como é conhecida atualmente. No máximo, existe o que chamou de *protonacionalismos*, que são bases comuns de identificação entre pessoas, baseados em *símbolos religiosos e/ou sociedades duráveis*. Estes fariam indivíduos se identificarem de alguma maneira, mas não ainda na *comunidade imaginária* do tipo moderno. O nacionalismo de Estado, já diferiria totalmente do protonacionalismo, segundo o autor. Porém, o projeto de nação moderna, construiria a ideia de que a tríade Estado-povo-nação teria uma origem mítica, feita para gerar em seus componentes um forte apego à defesa de sua nação. Essa origem comum, segundo o discurso nacionalista, estaria em: semelhanças étnicas, território, língua e passado comum. É isso

que Hobsbawm questiona, pois essas não são bases de identificação que apreendam todos os casos. Sua fórmula, por assim dizer, do que geraria uma nação é a seguinte: 1) a ideia de unidade nacional congruente por parte de uma elite de militantes; 2) um estado para por esse projeto em funcionamento; 3) um estágio econômico e tecnológico; 4) uma população com aspirações não nacionalistas a ser conquistada por esse sentimento; 5) a constatação de que a população é a última a aderir e conhecer o nacionalismo.

É nesse ponto que Hobsbawm e Anderson tem um diálogo interessante para a pesquisa. O primeiro demonstra sua preocupação principal, que está representada na seguinte equação: Fase A: uma fase cultural, folclórica; fase B, de uma elite militante da ideia nacional; fase C, a busca dessa militância em se sustentar nas massas. A população tem sonhos, anseios, esperanças que não são nacionalistas. Essa elite militante e/ou Estado molda um discurso de nação que atenta para esses anseios. Anderson fala nas dificuldades e infelicidades da vida que o nacionalismo cobre, com o sentimento de pertencimento. Parece que está aí o sucesso dessa ideologia ou sistema de pensamento, respectivamente, como dizem os autores, pois, capturando ideias da população, as lideranças nacionalistas constituiriam uma ideologia com legitimidade frente a esses sujeitos.

A aproximação entre Anderson e Hobsbawm se enquadra nas opções teóricas que foram elaboradas acima. A discussão do primeiro autor remete ao plano das concepções de mundo, das noções mais gerais. Já Hobsbawm mostra a enorme relevância dos grupos e indivíduos agindo nas conjunturas. São estes que dão conteúdos aos componentes das concepções de mundo, inclusive no sentido problematizado por Koselleck, de inflexão. No caso das campanhas nacionalistas ocorridas no Brasil e no Espírito Santo na década de 1940, a ideia de nação brasileira estava consolidada, pois, os discursos de progresso envolviam, na esfera regional capixaba, toda a nação brasileira, sentindo-se os sujeitos militantes, pertencentes à mesma *comunidade imaginária*, a nação brasileira. Essas elites militantes - militares, políticos, jornalistas -, disseminavam, no período de mudança histórica, seus projetos distintos de nação, de modo a conquistar e corresponder aos anseios do povo, que eram de uma vida melhor, através de oportunidades, empregos e melhores salários. Os militantes, então, se utilizaram disso para conquistar as pessoas para alternativas distintas de desenvolvimento. A questão era como deveriam se dar os rumos do desenvolvimento econômico. Esta aproximação com

a conjuntura aponta para a necessidade de um instrumental analítico adequado. É o que se segue.

1.3. Esfera pública, campo político e intelectual

Como essas distintas fórmulas desenvolvimentistas se apresentavam é a pergunta inicial da pesquisa, para entender, em fase mais avançada, qual era a relevância das campanhas nacionalistas que ocorreram no Espírito Santo, suas lideranças e os argumentos por essas utilizadas. O fundamental é entender a configuração de um espaço discursivo e em quais condições os diferentes atores que operavam categorias do nacionalismo se encontravam em condições de nele atuar.

Jürgen Habermas (1984) em seu livro *Mudança estrutural da esfera pública* forneceu uma relevante contribuição acerca do que é a esfera pública. Em debates amplos da sociedade contemporânea, em democracias liberais e governos parlamentares, as ações do Estado com relação à economia e política são discutidas, recebendo apoio ou não dos cidadãos, e isso se dá em um plano que Habermas chamou de *esfera pública burguesa*. Em sua explicação sobre esse tema, fez um panorama histórico do uso social e político do termo, diferenciando as roupagens que recebeu a palavra *público*, e demonstrou historicamente que a esfera pública constituída desde o século XVI e concretizada no Século XVIII e XIX teve peculiaridades frente aos demais períodos históricos e suas respectivas esferas. A formação de Estados absolutistas, fomentada pelas mudanças econômicas advindas do mercantilismo, havia iniciado um processo de ruptura com a estrutura social sob qual havia se estabelecido o que era público e privado no Feudalismo. Ao invés de existir uma união quase irreconhecível entre o que é da esfera privada e o que é público, a fase mercantilista, com maiores atribuições ao Estado, fez com que a economia doméstica feudal, antes autossuficiente, passasse a depender de ações do poder centralizado, haja vista a captação de impostos do governo para manutenção de exército e administração financeira, assim como atitudes que influenciariam na produção da época, na comercialização e circulação de riquezas. Desse modo, a formatação da esfera pública do Feudalismo, caracterizada pela *representação pública* baseada no *status*, inicia um processo de separação entre o público e o privado e assume aspectos políticos diferentes.

Os indivíduos que estavam desprovidos do aparelho de Estado e dependentes das ações deste economicamente se constituíram enquanto público de pessoas privadas, referindo-

se às atitudes do poder governamental com críticas ou elogios, mas, para além disso, na defesa do uso da razão como forma de administrar a sociedade, indo de encontro à prática de arbítrio principesco. O processo que Habermas analisa e descreve é aquele em que a burguesia, dotada da ideologia iluminista, se voltou contra o poder absoluto das monarquias europeias, que culminou, no caso mais emblemático do período, com a Revolução Francesa. Pautada nas ideias de liberdade humana e econômica dos indivíduos; nos princípios da razão como meios de alcançar o progresso da sociedade; sob o discurso moral e “apolítico” da ação política, e na concepção pedagógica da ilustração, formatou-se a esfera pública burguesa, contraposta ao poder das monarquias absolutas europeias. Para que a razão fosse a pedra de toque de um governo justo e moral, necessário era o uso da *publicidade*. O sentido que Habermas atribuiu a esse termo vem de Immanuel Kant, que, em seu entendimento, é a referência teórica mais acabada do que seria e de como funcionaria a esfera pública burguesa. Publicidade, naquele momento, era a possibilidade das pessoas, enquanto seres humanos e proprietários de mercadorias, se esclarecerem, a partir de pressupostos racionais, sobre como e qual seria a forma mais justa e moral do governo dos homens. Desta forma, os cidadãos teriam participação em medidas políticas que seriam garantidas pelo contato do poder legislativo com a *publicidade* (opinião pública), fazendo assim que a vontade do povo se tornasse a única legítima. A imprensa configura essa esfera pública, que tem no seu aspecto comunicacional aquilo que o caracteriza: informar e auxiliar na construção do pensamento dos indivíduos esclarecidos. Aqui segue outra característica, que são as interações dentro do que o autor chamou de *esfera pública literária*, que seria o ambiente privado das pessoas, na qual se debateriam e confrontariam as leituras de informações difundidas pela publicidade. Nesse ponto é essencial destacar que aqueles que eram considerados cidadãos passíveis de tal esclarecimento eram apenas os proprietários, excluindo-se o restante. As mulheres e crianças estavam alijadas do processo político, mas estavam presentes na esfera literária. Assim, plano se faria a produção de ideias pautadas na razão que deveriam ser fonte de leis justas e morais para a sociedade como um todo, ou seja, as ideias da esfera íntima eram colocadas na *esfera pública política*, participando do aparelho de Estado. Todos esses meios de criação, difusão e efetivação da razão em leis seriam considerados pelos ilustrados como moral e apolíticos, sendo apenas a confirmação da vontade soberana da população, que, pautada no postulado da razão, já estaria no caminho do correto, do justo. Retira-se, na concepção liberal de soberania, a ideia de interesses egoístas no que toca à coletividade,

pois o desenvolvimento da política pautado no avanço constitucional de um Estado seria o caminho natural a que a humanidade deveria percorrer.

Ocorreu a inversão da soberania naquele momento. Ao invés de o poder emanar do monarca, estaria no povo, que, no debate público da razão, veria concretizada a melhor forma de governo, pautada em leis, em regras gerais baseadas em princípios abstratos. A participação do povo, então, se faria decisiva na produção das leis, ou seja, da esfera íntima seriam divulgadas informações que alcançariam o legislativo dos governos, se configurando em leis. Porém, após essa mudança da esfera pública, na virada do século XIX para o XX, ela passaria por uma degradação, que se intensificou a seguir, com uma maior transformação das informações em mercadorias e com o direcionamento de jornais, revistas e meios de comunicação para o aumento de tiragem de números e respectivo aumento do lucro, encontrando formas de satisfazer o consumo das pessoas em sua esfera íntima, mais reduzida, apesar da impressão de maior liberdade. As informações sobre o Estado e Sociedade passaram a ser apenas objetos de consumo, abandonando sua função de construção do pensamento. Isso se deu em um processo em que o autor chama de *refeudalização* da sociedade, no qual o privado e público voltam a se confundir em um todo quase indiscernível, com a imbricação entre as duas esferas. Esse período fez surgir contradições.

Com a entrada de novos países europeus na disputa industrial, Alemanha e Itália, frente à Inglaterra, assim como o crescimento dos Estados Unidos, a luta concorrencial aumentou bastante, o que culminou na opção dos países europeus em colonizar novas áreas do planeta Terra. Assim, a ação do Estado se tornou mais efetiva em questões particulares, pois as empresas privadas das nacionalidades imperialistas precisavam do apoio de seus respectivos Estados, como modo de explorar as novas áreas colonizadas. O interesse público do aparelho de Estado ficou em sintonia com os interesses privados de agentes econômicos. Internamente as nações europeias desenvolvidas e em desenvolvimento encontravam dificuldades sociais que vieram do desenvolvimento industrial. Mais e mais, movimentos organizados de trabalhadores, assim como a população alijada da participação política, passaram a pressionar o Estado no sentido de introduzir a pauta da população na dos proprietários. Com as vitórias populares, novas instituições entraram na trama estatal, iniciando-se um processo de aprofundamento de contradições entre o público e o privado. Instituições antes privadas, como Sindicatos, passaram a ter proximidade vital com os governos, de modo a atender as demandas dos

trabalhadores e manter o percurso de desenvolvimento econômico das nações imperialistas. Dessa forma, o Estado assumiu novas atribuições, assim como, nesse exemplo, os sindicatos, instituições privadas, foram atreladas ao poder público. A legislação do trabalho é outro exemplo, no qual o Estado passou a ditar regras sobre as relações entre empresas e funcionários, ambos, entidades privadas. Nesse sentido, o público e o privado cada vez mais passaram pelo processo de *refeudalização*. Essa mudança política, fruto de uma alteração econômica, gerou transformações sociológicas, e, nesse ponto, Habermas demonstra como surgem contradições. Os indivíduos que antes tinham perdido de seu domínio privado a possibilidade de autonomia e independência de entes externos, preservaram a esfera íntima no âmbito privado, no sentido do prazer e satisfação interna da família em seu íntimo. A questão é que, com a necessidade maior de controlar uma sociedade em crescimento de contradições políticas e econômicas, assim como necessidades de acumulação de capital, cada vez mais essa liberdade íntima se tornou importante, tanto para o setor estatal, como para o setor privado empresarial. Decidir o consumo das pessoas é um interesse de quem vende mercadorias, assim como para o Estado, que precisa das grandes empresas para garantir divisas e impostos e implementação de projetos governamentais.

Porém, a impressão das pessoas era da existência uma liberdade de consumo, sendo que essa, na verdade, sempre é direcionada, ou seja, não é privada, mas dependente de fatores privados tornados públicos. Outra contradição é a concepção de liberdade de informação, do seu uso privado para constituição das ideias políticas e sociais na esfera íntima. Interesses públicos do aparelho do Estado, assim como interesses privados tornados públicos é que direcionam as leituras do povo em geral, sendo a ideia de liberdade contraditória com os ditames dos meios de consumo disponíveis a elas. Em linhas gerais, o poder comunicativo da esfera pública na atualidade se vê comprometido pelas contradições que surgiram do processo político econômico que ocorreu no século XX, com a interpenetração entre o público e privado. Quem vende jornais, o grande empresário, apartado da redação, busca ampliação da tiragem de jornais, buscando atender seu público, se moldando a ele, e não ensinando ou instruindo, como foi no período em que esfera pública burguesa foi mais efetiva. Informações não servem mais para debate e constituição do indivíduo, mas atendem ao anseio de consumo individualista e aos anseios de acumulação do capital por parte dos meios de

comunicação. O que gerou esse enfraquecimento da esfera pública foi uma questão ampla do desenvolvimento econômico da etapa imperialista do capitalismo, no qual, a imprensa mercantilizou ainda mais suas mercadorias, as informações, assim como a necessidade de convencimento puro e simples suplantou a ideia de debate.

Existe uma conexão possível entre a esfera pública de Habermas e o conceito de *Estado ampliado* de Gramsci. Em sua teorização sobre a política, Gramsci foi um dos principais desenvolvedores da teoria marxista no século XX, abordando na relação governantes/governados, na *sociedade civil, a teoria do Estado Ampliado*. Este seria a união entre sociedade política e sociedade civil, se apresentando como aquela fortaleza que oculta e representa, na esfera da *política restrita*¹, a sociedade civil e sua relação dirigentes/dirigidos. O aparelho de estado, em sua concepção, seria sempre um objeto em que havia dominação de um grupo ou grupos, por outro ou mais. Porém, naquelas sociedades “ocidentalizadas”², onde a sociedade civil é mais fortalecida e complexa, haveria, dentro da democracia, a possibilidade de grupos dominados praticarem a *guerra de posições*³, ou seja, através de *partidos*, conquistar posições na *sociedade civil*, se tornando *classe dirigente* e conquistando a *supremacia*⁴. Para isso seria necessária a conquista do *consenso* e da *hegemonia*. (COUTINHO, 1988). Como se verá mais a frente, o papel dos intelectuais é essencial para a conquista de posições e organização da classe popular, e isso se faz dentro da *esfera pública* identificada por Habermas. A disputa por consenso, a *batalha de ideias*, é travada e possível nesse campo informacional, no contato direto entre os intelectuais *tradicionais e orgânicos* com seus respectivos grupos. Tanto os detentores do poder estatal quando aqueles que visam conquistá-lo têm seus intelectuais formadores e formuladores, que atuam em diversas esferas, inclusive na esfera pública. A diferença de *correlação de forças* vai permitir os resultados possíveis de quem vence essa batalha por consenso e hegemonia (GRAMSCI, 1976). Essa luta, portanto, mesmo que dentro de democracias, ocorre no interior de *campus políticos* conservadores, de grupos que visam manter sua posição

¹ A política ampla era aquela referente a mudanças amplas da sociedade, relativas a ontologia social e a pequena política, das “intrigas de corredor”. Logo aquela restrita, relativa ao estado, estaria datada a findar com a chegada da “sociedade regulada”.

² Sociedades ocidentais são aquelas em que a democracia estava estabelecida, sendo suas características marcadas historicamente. As sociedades orientais eram aquelas que tinham um histórico político social semelhante à Rússia da Revolução Russa.

³ A guerra de posição é lenta e demorada, demorando anos e sem o “assalto revolucionário” ao estado. Diferente da guerra de movimento, aquela efetivada na Revolução Russa.

⁴ É a conquista da hegemonia e do poder de coerção estatal.

hegemônica e coercitiva. Para analisar a formação do campo político, temos outra contribuição teórica.

A abordagem de Bourdieu, em *O poder simbólico*, é igualmente pertinente, pois aborda os conceitos *campus* e *habitus*. Esse autor buscou identificar em grupos específicos da sociedade (intelectuais, artistas, políticos) a existência de um campo que os separa da sociedade. Este, permeado de regras, características e hábitos historicamente construídos estabelecem uma autonomia da sociedade variável, conforme o período. Isso porque a existência de um campo, qualquer que seja, deve ser legitimado pela sociedade, cabendo aos seus membros obtê-la. Desse modo, se o campo separa um grupo da sociedade por sua especificidade e especialização, isso é possível através da validade que a sociedade lhe atribui. O *habitus*, por sua vez, é o “*corpus* de saberes específicos (teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas, dados econômicos, etc.) produzidos e acumulados pelo trabalho político dos profissionais do presente e do passado” (BORUDIEU, 1989, p.169). Estes, para fazerem parte do grupo, devem estar munidos de competências de ordem técnica, necessários para as atividades do grupo. Quanto mais os componentes de um *campus* adquirem *habitus* inalcançáveis pela população, maior a sua autonomia frente à sociedade, que se vê, por questões práticas a se verem atendidas por esses indivíduos.

É estabelecido um poder simbólico entre os diversos *campus* e a sociedade, através do controle deliberado daqueles sobre o que chega a esta. O capital simbólico que permite essa relação delimita a ação da sociedade com relação às atividades exercidas pelo campo. Esse fato é explicado por Bourdieu pela oferta e demanda, conceitos importados da economia política. A sociedade que está fora do *campus* é colocada por este enquanto consumidora de seus produtos, e estes são deliberadamente selecionados pelo grupo. São disponibilizados para ela os instrumentos de percepção e expressão de determinada área (intelectual, artística, política), que são limitados de modo que certo número de conhecimentos se mantenha como prerrogativa do grupo, com o fito de manter sua autoridade. Segundo Bourdieu, referindo-se a um campo específico:

“O campo da política exerce de fato um efeito de censura ao limitar o universo do discurso político e, por este modo, o universo daquilo que é pensável politicamente, ao espaço das tomadas de decisão efetivamente realizadas no campo [...] a fronteira entre o que é politicamente dizível ou indizível, pensável ou impensável para uma classe de profanos [...]” (BOURDIEU, 1989, p. 165).

Portanto, no mercado da política, arte, intelectualidade, os produtos são distribuídos conforme os interesses desses campos, que buscam sua legitimidade social através da manutenção de um poder simbólico frente a seus consumidores, pautado em seu capital simbólico, que delimita o que é ou não possível. Existe um *jogo duplo* dos componentes dos diversos campos, como afirma Bourdieu, pois, ao mesmo tempo em que se colocam como interessados nas demandas dos consumidores, sua atuação visa seus próprios interesses, dentre os quais, aquele referente a seu grupo.

Se discordamos do funcionalismo de Bourdieu que trata um agente histórico enquanto “operador prático de construções de objeto” e que considera que a sociedade muito passiva apenas pela ação simbólica de um grupo (e os mecanismo de coerção?), é relevante a identificação desse poder simbólico entre esses grupos especializados e a sociedade. Para isso sua contribuição neste trabalho é necessária.

O *campus* é formado historicamente, e podemos observar isso com relação ao campo político e intelectual capixaba. Se por um lado, a redemocratização de 1945 mudou o regime político, manteve um campo político com marcas de um governo autoritário. A política nacional, e por sequência regional, foram pautadas pela ação da autoridade na resolução dos problemas nacionais, assim como nas escolhas político- econômicas. Delimitou-se o espaço da sociedade frente aos problemas políticos, que seria apenas o de trabalhar e reclamar, em casos extremos. A classe política deveria resolver os problemas de Estado. Com isso, a colocação intencional da sociedade em posição de consumidor foi posta em prática pelos políticos que implementaram o processo de redemocratização do país. Esse campo político estruturou, por sua vez, o que os intelectuais poderiam dizer na esfera pública capixaba, o que era “dizível e indizível”. O discurso dominante, pautado em uma noção de equilíbrio, era caracterizado pelo ativismo dos políticos e o simples papel de reclamante da população. Porém, os indivíduos não eram passivos. Tanto no campo político quanto intelectual, havia a adoção de linhas políticas que utilizavam o *campus* político conforme a conjuntura, e depois mudavam de atitude, confrontando as práticas políticas delineadas pelo poder estabelecidas. O cálculo político entra em cena, dentro da estrutura política das elites capixabas, assim como ocorreu em outros estados da federação. O discurso nacionalista foi articulado tanto por aqueles que se mantiveram dentro do *campus*, quanto por aqueles que partiram para o enfrentamento, fora dele. O campo intelectual se torna, desse modo, o meio de acessar as disputas simbólicas travadas entre os agentes políticos

no Espírito Santo, pois, ao invés de operar o *habitus*, havia a possibilidade de confrontá-lo. Por meio dos jornais capixabas isso é passível de observação. Nessa esfera pública estreita, permitida por um campo político conservador, partidos alijados do aparelho de estado buscaram através de *aparelhos privados de hegemonia*⁵ disputar com aqueles estabelecidos pelos ocupantes do poder estatal o consenso e a hegemonia frente à população. Portanto, para os partidos conservadores, não só situacionistas, mas também de oposição, a noção de *campus político* de Bourdieu é pertinente por seu caráter normativo e excludente, marcado por uma oligarquização das decisões semelhante aquela a que Michels (1982) se referira sobre as organizações partidárias. O grupo, político no caso, só libera à sociedade aquilo que ele acha pertinente para ela, em seu papel de consumidora. Os partidos diretivos, que visam organizar pessoas e conquistar o consenso buscam na batalha de ideias adequada ao campo político, a hegemonia. Porém, em momentos de coerção estatal, radicalizam essa guerra de posições.

Portanto, os intelectuais cumprem na sociedade um importante papel na formação da cultura, no convencimento do público, com seus anseios, de que um projeto é bom em detrimento a outros, que se deve apoiar uma fórmula econômica em detrimento a outras, a defesa ou acusação ao governo ou ao regime político estabelecido. Para entender o papel destes na difusão de ideologias, a contribuição de Gramsci é norteadora da pesquisa. Em seu livro *Os intelectuais e a formação da cultura* o autor escreveu sobre as características gerais dos jornais italianos em comparação com os de outros países da Europa, detectando a característica cosmopolita da intelectualidade italiana, que tinha um afastamento com as questões regionais do país. Descreveu a forma como esses jornais eram estruturados e apontou para as características que um jornal tinha de ser um constructo pedagógico para pessoas que não viviam da atividade intelectual e que, para se posicionar frente a questões políticas, deveriam receber informações sintetizadas por esses profissionais do pensamento. Gramsci demonstrou que existem nas camadas sociais distintas intelectuais que são orgânicos na formação da cultura destas. “Cada grupo social [...] cria para si [...] uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência de sua própria função” (GRAMSCI, 1979, p.3). A característica da classe empresarial burguesa seria sua dianteira enquanto grupo fundamental no processo produtivo, no qual detinha a primazia econômica, política e

⁵ São órgãos privados que servem a propagação de uma ideologia, segundo o pensamento gramsciano. O Estado tem aqueles que o representam às aspirações do Bloco dominante, enquanto seus adversários e inimigos mobilizam os seus para a conquista de consenso e hegemonia.

cultural. No caso, tem o potencial organizador da sociedade, que falta à classe trabalhadora. Caso esta venha a desenvolver um esforço organizacional, tornando-se classe fundamental, se torna a organizadora da sociedade. Tendo todo indivíduo o trabalho mediado pelo saber, os intelectuais propriamente ditos são aqueles que se dedicam à tarefa do pensamento, de modo a fornecer aos demais os conhecimentos sistematizados sobre a realidade. No caso desta pesquisa, o estudo de Gramsci sobre o jornalismo é referência sobre essa categoria intelectual formadora de cultura. A premissa inicial do autor sobre o jornalismo é que este tem três ambições: satisfazer seu público; desenvolver a necessidade desse público, e ampliar seu número de leitores. Por traz da produção do jornal, segundo a consideração de Gramsci, deve-se considerar:

“a existência de um grupamento cultural (em sentido lato) mais ou menos homogêneo, de um certo tipo, de um certo nível e, particularmente, com uma certa orientação geral, [e] devemos pressupor ainda que se pretenda fundar-se em tal grupamento para construir um edifício cultural completo, autárquico. (...) Todo o edifício deveria ser construído de acordo com princípios ‘racionais’, isto é, funcionais na medida em que se tem determinadas premissas e se pretende atingir determinadas consequências” (GRAMSCI, 1979, p.162).

Portanto, para atender seu público, o jornal agrupa profissionais de um mesmo alinhamento ideológico, com premissas em comum, isso selecionado de modo a promover objetivos e consequências esperadas pela prática desse trabalho intelectual. As consequências esperadas estão depositadas nos leitores, que são observados por dois pontos de vista: 1) como elementos ideológicos ‘transformáveis’ filosoficamente, maleáveis a transformações; 2) como elementos econômicos, pois o jornal para ter publicação necessita de dinheiro. O gosto ideológico é que leva os indivíduos a comprarem as edições de jornais, portanto, o escopo é definir uma linha política e editorial que atenda um público base mínimo para manter o jornal, para depois ampliar e conquistar mais leitores. Sobre o que se deve conter como informações no jornal, Gramsci argumenta que este deve estar atento aos acontecimentos culturais de todos os tipos, do mais insignificante ao mais relevante, controlando todas essas atividades ocorridas no local que as publicações atingem. Quem deve estar frente às atividades intelectuais desse tipo são profissionais qualificados, com iniciativa cultural e dentro de uma linha de pensamento e estabelecido em uma base disciplinada, isto porque:

“As direções, se não estão ligadas a um movimento de base, disciplinado, tendem ou a se tornar igrejinhas de ‘profetas desarmados’, ou a se cindirem de acordo com os movimentos inorgânicos e caóticos que se verificam entre os diversos grupos e camadas de leitores. (...) Portanto, é necessário reconhecer abertamente que, por si mesmas, as revistas são estéreis se não se

tornam a força motriz e formadora de instituições culturais de tipo associativo de massa, isto é, cujos quadros não são fechados” (GRAMSCI, 1979, p. 166).

Para ter êxito, a atividade jornalística deve ter um grupo coeso de pensamento e com qualificação para atender seu público e ampliá-lo. Para isso é necessária uma disciplina que mantenha uma “compacticidade interna” e “homogeneidade”, mas que, para, além disso, existam princípios de caráter universal, pois:

“[...] uma associação normal concebe a si mesma como aristocracia, uma elite, uma vanguarda, isto é, concebe a si mesma como ligada por milhões de fios a um determinado agrupamento social e, através dele, a toda a humanidade. Portanto, esta associação não se considera com algo definitivo e enrijecido, mas como tendente a ampliar-se a todo um grupamento social, que é também considerando como tendente a unificar toda a humanidade todas essas relações dão caráter tendencialmente universal a ética de um grupo, que deve ser concebida como capaz de se tornar norma de conduta de toda a humanidade” (GRAMSCI, 1979, p. 167-168).

Porém, não basta difundir informações organicamente, sem a devida atenção a recepção que seu público irá ter, pois deve haver a insistência do esforço repetitivo para o fim pedagógico que o jornalismo deve cumprir. É necessária a adequação de conceitos complexos para outros mais simples, que cheguem de maneira efetiva ao seu público, com adaptações úteis no ato comunicativo da leitura.

“O trabalho educativo-formativo desenvolvido por um centro homogêneo de cultura, a elaboração de uma consciência crítica (por ele promovida e favorecida) sobre uma base histórica que contenha as premissas concretas para tal elaboração, este trabalho não pode se limitar à simples enunciação teórica dos princípios ‘claros’ de método [...] O trabalho necessário é complexo e deve ser articulado e graduado [...] não de modo abstrato, e sim concreto, sobre a base do real e da experiência efetiva” (GRAMSCI, 1979, p.74).

Em linhas gerais, Gramsci demonstra que os intelectuais devem ser recrutados pelo jornal com o qual tem afinidades, para que os objetivos ideológicos e econômicos deem vida ao instrumento midiático, de modo a ampliar seu público, conquistando consenso e buscando a hegemonia. Isso de forma mais ou menos conturbada conforme a conjuntura e a correlação de forças estabelecidas.

O estudo de Habermas nos mostra como a relação entre os planos do público e do privado é historicamente determinada e depende da ação de grupos organizados a cada instante, de acordo também com condições estruturais que facilitem ou dificultem suas ações. De forma simplificada, a esfera pública é constituída por atores que buscam ocupar espaço, legitimidade e reconhecimento, em primeiro lugar, como interlocutores. O autor nos mostra que isto depende da capacidade de luta e organização de certas

coletividades diante de outras nas conjunturas dadas. A chave do processo é a transformação de um discurso privado em público por meio da publicidade. Historicamente, a imprensa foi um instrumento que visava este efeito. Ações públicas realizadas por instituições originalmente privadas, desenvolvendo a capacidade de ocupar espaços de visibilidade ampla também serviram para tanto, como no caso de greves, comemorações em ambientes abertos, piquetes, propaganda por meio de panfletos, pichações, desfiles, etc.

O simples fato, porém, de tentar ocupar um espaço na esfera pública não conduz, necessariamente, ao sucesso. Os atores que já se localizam ali podem resistir ao reconhecimento de uma nova coletividade. Isto é particularmente relevante no caso no de sociedades nas quais a esfera pública se combina com a privada, sendo então comandada por setores de elite, tal é o caso chamado de feudalismo pelo autor. Há também as circunstâncias nas quais a esfera pública se mostra muito reduzida, como no início das sociedades burguesas europeias do século XIX, quando, do ponto de vista simbólico, os proprietários é que se viam reconhecidos como seus partícipes.

Determinadas transformações estruturais facilitam ou dificultam a entrada de novos atores na esfera pública. O desenvolvimento do capitalismo no geral e do Estado de Bem-Estar Social Intervencionista, em particular, oferecem meios para que tais atores se explicitem, seja como resultados dos impactos e necessidades gerados pelo sistema econômico, a exemplo das greves como respostas para os baixos salários, seja pela interferência constante do novo modelo de Estado na vida privada, o que gera demandas novas sobre o mesmo poder de Estado. É neste sentido que a década de 1940 no Brasil e no Espírito Santo surge como momento privilegiado para o estudo, por conta da configuração definitiva do projeto de industrialização via estatal e pela abertura relativa de espaços na esfera pública com a queda da ditadura e o advento de uma ordem liberal burguesa limitada, a exemplo do que Habermas considera para o século XIX europeu.

Já os conceitos de *campus* e *habitus* são interessantes na medida em que ajudam a pensar os atores que buscam espaço na esfera pública e que incluem não só os militantes mais ou menos organizados em partidos, associações, corporações, mas também todos os que compõem um determinado campo, que alarga as fronteiras de tais coletividades. Como o tema da pesquisa é o nacionalismo, que foi apropriado por certos projetos políticos num dado momento, o campo intelectual que lida com suas temáticas pode ser

base de abordagem, mesmo que seus membros não sejam organicamente ligados a atores organizados.

Habermas nos fala dos meios para a constituição e entrada na esfera pública, como a imprensa. Nela, indivíduos podem ser abordados como membros de coletividades organizadas ou como partícipes de um campo intelectual que reflete sobre as questões atinentes ao nacionalismo. O conceito de *habitus* pode ajudar a avaliar o grau em que tais pessoas dividem ou não as mesmas formas de sentir, pensar e agir.

Neste sentido, Gramsci segue uma linha interpretativa mais fechada, ao conceber a imprensa e seu papel no processo comunicativo com base no conceito de intelectual orgânico. Ou seja, os conceitos de Habermas e Bourdieu, por um lado, e os de Gramsci, por outro, permitem pensar o processo pelo qual certos atores se apropriaram e deram sentido ao nacionalismo nos anos 1940 no interior de um *continuum*, que vai da imprensa local ligada às elites de poder, mas formalmente comprometida com um discurso público, passando pelos jornais de partidos políticos excluídos do poder e associados de forma mais ou menos firme com coletividades organizadas. Remetendo à referências gerais, do debate nacional e mesmo estrangeiro, que chegavam via a mesma imprensa local ou nacional, como os jornais das capitais e até ondas de rádio, a exemplo da Rádio Nacional, do Rio de Janeiro.

Há discursos que podem ser mais bem analisados do ponto de vista de um projeto político que busca espaço na arena pública local tematizando o nacionalismo de forma mais vaga e inespecífica, menos organizada, como os conceitos de campo e *habitus* podem nos ajudar a definir. E há falas mais estruturadas no sentido gramsciano. Todas elas disputando em condições assimétricas de poder.

Observando a pesquisa em questão através desses conceitos, não podemos esquecer da diferenciação que Skidmore (1982) faz especificamente do período após o fim do Estado Novo, quando a redemocratização representou um momento ímpar para a democracia brasileira. Um tempo em que as instituições democráticas foram utilizadas e diversas opiniões se confrontaram. Políticos e militares agiram e utilizaram a liberdade democrática e a diferença de opiniões de forma ativa. O ‘verdadeiro’ nacionalista seria o ativista, como no caso dos militares, que confrontavam suas opiniões no Clube Militar, aqueles que participavam de comícios, assim como para os políticos e militantes. Independente das suas fórmulas e projetos para o desenvolvimento, estes tinham que ter

por característica o ativismo político, na defesa do progresso para a nação. Os conceitos que podiam usar teriam que ser ligados ao escopo desenvolvimentista e nacionalista, para terem legitimidade entre seus pares, assim como com seu público consumidor. O jornalismo teve grande relevância no tratamento dos acontecimentos, na formulação de ideias, e na exposição dos debates políticos na esfera pública. No plano nacional, eles foram veículos, junto com outros meios, como livros, palestras e eventos, para a disseminação de certos temas amplos, aos quais os atores no Espírito Santo se viram mais ou menos forçados a oferecer respostas. Com o objetivo de oferecer um balanço sobre eles é que se segue a próxima seção.

1.4. Temas político-econômicos

Dentro da conjuntura na qual o desenvolvimentismo era um tema claro e desejável por todas as posições políticas, alguns aspectos relacionados à economia e ao Estado ganharam centralidade nas distintas fórmulas teóricas relacionadas ao modo de fazer do desenvolvimento brasileiro. Como se viu acima, os projetos tendem a elaborar uma narrativa sobre a passagem do tempo, como os que se colocaram no período que vai de 1930 a 1964. Eles apontaram para diversos posicionamentos sobre o desenvolvimentismo, assim como para as raízes históricas do problema econômico do Brasil. Da mesma forma, identificam os erros de política econômica e as possíveis medidas saneadoras de tais dilemas. Os temas que serão alvos de análise são aqueles mais presentes nos debates públicos sobre Economia e Estado. Este foco se justifica pelo fato de as campanhas nacionalistas a serem trabalhadas nos dois últimos capítulos da dissertação se tratarem de manifestações sobre temas como imperialismo e petróleo, todas com debates em torno da relação do Estado com a economia e entre economias de Estados. Os temas selecionados foram retirados da leitura do livro de Ricardo Bielchowsky (2004), *Pensamento econômico brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 1930-1964*, no qual monta um quadro com as principais linhas do pensamento econômico que predominaram no Brasil e estimularam os mais intensos debates entre os intelectuais, políticos e militares. Esses temas são: papel do Estado na economia; planejamento; protecionismo; capital privado, nacional e estrangeiro; inflação, distribuição de renda (aumentos salariais e reforma agrária). Observar-se-á,

desta forma, como, nos jornais capixabas, foram inseridos temas de alta politização e inserção nacional na esfera pública regional.

Bielchowsky estudou os principais pensadores econômicos brasileiros do recorte que vai de 1930 a 64, aqueles que fundaram instituições e deram materialidade às suas posições teóricas a respeito do desenvolvimento brasileiro e dos rumos que a economia deveria tomar. Diferente da presente pesquisa, o autor estudou revistas de economia de cunho acadêmico ou técnico, com alto nível de complexidade e documentos estatais que demonstram o pensamento dos agentes políticos inseridos na esfera governamental que formulavam operações e ações a serem tomadas em políticas públicas. Porém, por se tratarem das correntes de maior influência, que irradiaram não só em estudos e artigos, mas em rebatimentos de ações governamentais, serve de excelente referencial dos temas acima selecionados. Sua divisão das linhas de pensamento econômico se dá nas seguintes posturas: liberal; setor privado desenvolvimentista; setor público não nacionalista; setor público nacionalista, e socialista.

A primeira fórmula de desenvolvimentismo, neoliberal, é representada por Eugênio Gudin e Octávio Gouveia Bulhões. Estes teriam como aparato teórico para economia a tradição neoclássica, que defendia primordialmente alguns pontos, como: a redução da intervenção do Estado na economia; a busca de políticas de equilíbrio monetário e financeiro, e contrariedade a medidas de suporte a industrialização. Concordavam com algum tipo de controle do Estado para equilibrar o problema da oferta e demandas internacionais, mas não aceitavam a ideia de investimento do mesmo na industrialização, algo que, segundo essa concepção, deveria ser feita pelo capital estrangeiro. Admitiam certo apoio do governo em atividades como educação, saúde e assistência técnica. O principal núcleo de militância neoliberal se localizou no Rio de Janeiro, através da Fundação Getúlio Vargas (FGV) (fundada em 1944) e na Universidade do Brasil (atual UFRJ), nas quais atuavam e eram lideranças Gudin e Bulhões. Ali fundaram o primeiro curso superior de economia, tendo influência decisiva no estudo da área. Na FGV, controlavam a *Revista Brasileira de Economia* (1948) e *Conjuntura Econômica* (1952). O Conselho Nacional de Economia (CNE) foi outra instituição que irradiou o pensamento neoliberal. Também havia importantes centros da ideologia neoliberal em São Paulo, representada pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), a Associação Comercial de São Paulo (ACSP) e a Federação do Comércio de São Paulo (FCSP) (BIELSCHOWSKY, 2004). Gudin, engenheiro por

formação, se tornou economista em esforço auto didático. Seu posicionamento estava atrelado à ortodoxia neoclássica, e fazia uma análise conservadora da realidade brasileira. Não desconhecia os problemas financeiros advindos da posição do Brasil como país agrário exportador e importador de mercadorias industrializadas das nações avançadas, porém não atribuía a este fator a inflação crônica que prevalecia (BIELSCHOWSKY, 2004). A interpretação neoliberal de Gudin reconhecia o problema, porém, atribuía a inflação a falhas e erros políticos advindos do governo em decorrência dos desequilíbrios econômicos. A industrialização era um exemplo de medida que, para este, seria equivocada como meio de sanar o problema. Os gastos efetuados pelo Estado eram outra questão que era questionada pelo engenheiro. Sua interpretação sobre o problema do Brasil não se relaciona com a posição do país frente às nações industrializadas, mas sim da existência do excesso de emprego no Brasil sem uma produção eficiente que fizesse jus à demanda criada por esse excesso de mercado consumidor. Segundo Gudin, a agricultura não representava atraso nem a indústria representava o inverso, pois esta poderia ser improdutiva assim com aquela poderia ser o oposto. Desse modo, a solução para essa questão era aumentar a produtividade do país com a agricultura e, de maneira bem lenta, um processo de industrialização, que, se não fosse feito dessa forma, agravaria o problema da inflação, se configurando em mais uma política equivocada e que manteria o problema.

O debate sobre a industrialização era dominado, para as demais posições políticas, pela necessária intervenção do Estado, que estaria posta no planejamento e protecionismo. Sobre o primeiro ponto, porém, Gudin externava sua posição mais política que teórica, na consideração que o planejamento era um traço do comunismo, algo a ser eliminado da política econômica. Portanto, um processo de industrialização planejado era algo absurdo para o autor. Sobre o protecionismo, se mostrava favorável a algumas indústrias selecionadas para sanar desequilíbrios de mercado, mas apenas de forma bem restrita. Uma das soluções para o problema da balança comercial deficitária, gerada pela inflação interna causada pelo “superemprego” da mão de obra brasileira seria atrair investimentos estrangeiros na forma de capitais, o que geraria uma poupança interna e estabilizaria o mercado interno. Desse modo, seria impensável uma melhoria de salários que não acompanhasse a taxa marginal do incremento produtivo, algo possível com o aumento dos investimentos com alocação eficiente dos recursos com o mínimo de custos. A questão da reforma agrária era inútil na concepção do pensador, pois não

adiantaria, segundo seu pensamento, distribuir terra para pessoas que não teriam a capacidade de fazer com que elas fossem produtivas, isso pela falta de uma educação formal que os capacitasse a tornar a agricultura um empreendimento produtivo a nível ótimo. Em linhas gerais, o desenvolvimentismo de Gudín se expressava em um ritmo lento e através de uma política econômica conservadora, com vistas à recessão econômica de modo estabilizar o desequilíbrio de demanda gerado pelo excesso de empregos, assim como uma isenção do Estado na condução de uma política industrializante ativa, pelo fato de isso piorar o problema da balança de pagamentos.

A segunda posição política é a do setor privado desenvolvimentista, cujo maior expoente foi o engenheiro, empresário e economista Roberto Simonsen. Esse setor foi pioneiro no quesito de planejamento econômico, que desenvolveu a crença na montagem de uma moderna estrutura econômica industrial como solução para a situação de atraso brasileiro. Desde o Estado Novo, Simonsen e outros empresários formulavam o pensamento desenvolvimentista e participavam de órgãos estatais, fazendo essa ideologia avançar na administração pública, afinada com o projeto de industrialização de Vargas. Bielschowsky identifica em 1944 o ponto culminante da formulação e desenvolvimento das ideias desse setor, através da criação do projeto da Junta de Planificação no Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial por Simonsen, junto com o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Marcondes Ferraz e com o advogado San Tiago Dantas. Dois anos antes de falecer, em 1948, Simonsen criou o Conselho Econômico e o Departamento Econômico dentro do Conselho Nacional da Indústria. As ideias que esse empresário da linha desenvolvimentista do setor privado formulou sobre a economia brasileira foram guias para seus seguidores na década de 50, assim como para outras linhas de pensamento. Esteve presente em vários encontros e organizando-os, como foi o caso do I Seminário Brasileiro de Economia em 1943, da Conferência Nacional da Indústria em 1944 e da I Conferência das Classes Produtoras, ocorrida em Teresópolis, em 1945. Em 1943 havia escrito um livro sobre a *História econômica do Brasil (1500-1820)*. Portanto, sua influência se fez em vários encontros de referência para empresários, assim como produziu um trabalho histórico da economia brasileira para especialistas. Suas ideias não chegavam a ser um pensamento sistematizado – como, digamos, as formulações cepalinas -, porém continham vários aspectos do que foi teorizado pelos pensadores daquela instituição. Sobre a situação econômica brasileira, apontava para industrialização como meio de sanar a situação de

pobreza no país, através de uma diversificação da produção interna. Isso se daria através do apoio governamental, pelo fato de considerar os mecanismos de mercado insuficientes para tal objetivo e, para isso, defendia o planejamento da economia, assim como o protecionismo a indústria nacional. Como ocorreu com os países que desenvolveram sua indústria através do protecionismo, Simonsen exortava que deveria ocorrer o mesmo no Brasil. A intervenção do Estado não deveria se restringir apenas a formas indiretas de direcionamento de recursos, mas em meios diretos de investimento em setores básicos, como energia elétrica, combustíveis e transportes, isso pelo fato de que a iniciativa privada não teria a possibilidade de desenvolver essas indústrias, por seqüência a economia, que se encontrava em estágio estacionário. Era um antiliberal, discordando da teoria neoclássica e da fórmula baseada no livre mercado e das leis econômicas que dela desdobrava. Antes de seu falecimento, começou a amadurecer a ideia concorrente àquele neoliberal do “superemprego”, que seria a do subemprego, posteriormente desenvolvida pelos pensadores cepalinos. Formulava ideias precursoras do estruturalismo que seriam sistematizadas na teoria do subdesenvolvimento. Estas concepções identificavam como a característica do desenvolvimento econômico em países periféricos, que teriam um aumento populacional explosivo com melhoria das condições de vida (portanto, crescimento das importações), somada a inelasticidade da exportação, um desequilíbrio orçamentário crônico no balanço de contas, que faria cair o câmbio e geraria problemas financeiros, como a inflação. Sua visão sobre o atraso e a crise econômica buscava não apenas os motivos internos, mas a relação com outros países e os efeitos que as transações econômicas geravam para o país, haja vista a rigidez da taxa de exportação contraposta a uma elasticidade na taxa de importação. Sobre a inflação, se colocava frontalmente contra medidas contracionistas, principalmente por sua preocupação com a questão creditícia para o empresariado. Mas apontava a necessidade de controlar déficits públicos, elevações salariais e escassez de gêneros alimentícios (BIELSCHOWSKY, 2004). Se na questão do protecionismo, planejamento, controle cambial, justificava a ação do Estado, no tocante às questões como tributação e salários se portava como empresário. Primeiro, a tributação deveria ser menor para não inibir investimentos, e não espantar capitais estrangeiros; segundo, a taxa salarial deveria crescer consoante o crescimento da taxa de crescimento econômico, que caso não ocorresse dessa forma, geraria desestímulo ao investimento. A reforma agrária não entrava nos debates travados por esse setor.

Para a terceira linha de pensamento, Bielschowsky, por falta de melhor termo, usa o nome setor público “não nacionalista”, que, ao contrário do desenvolvimentismo nacionalista, não via o capital estrangeiro como um elemento perigoso na participação da produção industrial ou no seu desenvolvimento em longo prazo. O maior expoente dessa corrente foi Roberto Campos, um personagem considerado eclético em ideias econômicas. Para nosso objeto de estudo, o período em que essa linha de pensamento se desenvolveu extrapola nosso recorte, pois o estudo do pensamento de Campos feito por Bielschowsky se deu nas instituições em que o economista desenvolveu suas ideias econômicas, que foram: a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951 – 53) e a cúpula executiva do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), entre 1952 – 59. Sobre a visão de Campos para os temas escolhidos para essa pesquisa, ele via a necessidade de levar a frente no Brasil o projeto de industrialização, regido por um planejamento estatal, pois em um país subdesenvolvido era necessária ação do Estado, por quatro motivos:

“(a) compensar a debilidade da iniciativa privada; (b) necessidade de concentrar recursos (de forma a contornar o problema da inexistência de um mercado de capitais que viabilize os investimentos concentrados, bem como de forma a transformar em investimento via tributação, os recursos que seriam utilizados em consumo ostentatório pelas camadas ricas da população; (c) necessidade de tomar decisões sobre investimentos em função do longo prazo, ou de aproveitar o que chamou de ‘faculdade telescópica’ do governo, que contrasta com a visão imediatista dos investidores privados consumidores; (d) necessidade de acelerar o ritmo do desenvolvimento” (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 110).

Em sua concepção, esse planejamento deveria ser feito de forma seccional, através da criação de pontos de germinação em alguns setores da economia, que gerariam efeitos sobre outros. Esse desenvolvimento, ocorrido de maneira cumulativa, porém, traria algo intrínseco ao processo de crescimento de economias em desenvolvimento, que seriam as pressões inflacionárias estruturais para esses países. Interessava-se, assim como Prebisch e Furtado, pensadores cepalinos, pelo tema central da teoria do subdesenvolvimento, ou seja, o de que o Brasil teria uma dificuldade estrutural para se industrializar, com efeitos crônicos no desequilíbrio da balança de pagamentos, porém, esses problemas seriam resolvíveis através de medidas anti-inflacionárias para esse economista. Campos fez um esforço de ajustar o crescimento industrial a medidas anti-inflacionárias, e isso caracterizou sua postura eclética, pois tentara conciliar duas medidas opostas, impensáveis para os nacionalistas desenvolvimentistas. A retração da economia significaria a redução do consumo, do crédito e da circulação de capital. Tudo

isso prejudicaria a expansão da economia industrial, que necessitava da conjugação desses elementos em pleno crescimento. Campos mantinha concordância em alguns pontos com o Fundo Monetário Internacional (FMI), porém, não era totalmente partidário das medidas exortadas. Tinha posição favorável à participação do capital estrangeiro nas atividades produtivas, sendo a presença do Estado nesse setor apenas tolerada em projetos indispensáveis, formação, que, para além de questões teóricas, se fazia pela falta de poupança que o país dispunha para investir diretamente em indústrias de base. Buscava então um caminho equilibrado que não sobrecarregasse as contas do Estado, reduzindo a pressão inflacionária gerada pelo desenvolvimento industrial e, ao mesmo tempo, mantendo uma taxa de crescimento. Nesse ponto era favorável à exploração da indústria petrolífera, siderúrgica, de energia e transportes pelo capital estrangeiro. Sobre a Petrobras, elogiava a iniciativa, porém, preconizava a quebra do monopólio de exploração. Bielschowsky dividiu a atuação de Campos em três fases: a primeira foi aquela em que participou da Comissão Mista Brasil Estados Unidos, na qual desenvolveu uma conceituação que o aproximava ao nacionalismo; a segunda fase, o período em que esteve no BNDE, no qual iniciou uma crítica à política monetária e cambial brasileira, o ataque à estatização e a defesa do capital estrangeiro; e o terceiro período, posterior a sua demissão por Juscelino Kubitschek da presidência do BNDE, momento em que passou a fazer duras críticas ao governo e às proposições nacionalistas. Portanto, sua posição eclética foi se acentuando para o polo antinacionalista das posições políticas em jogo.

A quarta corrente de pensamento delineada pelo autor é chamada de setor público nacionalista, cuja expressão máxima no quesito teórico foi Celso Furtado, que desenvolveu a Teoria do Subdesenvolvimento para o caso do Brasil. Porém, assim como o caso do pensamento de Roberto Campos, a teoria e pensamento de Furtado teve impacto na sociedade brasileira na década de 50, ou seja, para além do recorte em questão. Porém, a linha nacionalista se desenvolveu desde 1930, com expoentes políticos como Barbosa Carneiro, Horta Barbosa, Macedo Soares, Anápio Gomes e Aldo Franco, que, segundo o autor, foram o embrião da corrente desenvolvimentista nacionalista. Esses pensadores defendiam uma industrialização do Brasil com forte intervenção do Estado na economia, com investimentos aplicados a setores básicos de infraestrutura, através do planejamento estatal. Sobre os setores estratégicos, como energia elétrica, petróleo, mineração e transportes, a industrialização tomava uma

conotação fortemente nacionalista. A lentidão e a inércia dos investimentos estrangeiros para expansão dos serviços já estabelecidos, como acusavam os nacionalistas sobre a energia elétrica, fazia com que as posições políticas se definissem de maneira clara contra a participação deste em setores estratégicos. Como a intenção era garantir a industrialização, era necessário, segundo essa posição, manter o capital estrangeiro em setores que não comprometessem o desenvolvimento do país. Essa corrente tem como marca a resistência a medidas anti-inflacionárias, que poderiam comprometer o processo de criação de indústrias, carente de equipamentos estrangeiros, favorável ao atendimento dos anseios da classe trabalhadora, através de negociações salariais com retorno para esta, assim como um programa de protecionismo e planejamento que mantinha sob as rédeas do governo todo o processo. A inflação era algo esperado, pois a posição historicamente construída do Brasil na relação econômica mundial, somada à falta de um mercado interno estabelecido, teria como consequência a falta de elasticidade na exportação de itens brasileiros e a grande necessidade de importações para compra de equipamentos, importação de capitais e itens para o mercado consumidor em expansão, o que geraria o desequilíbrio crônico na balança de pagamentos. A causa, portanto, seria estrutural, através das relações econômicas endógenas e exógenas as quais o Brasil estaria enlaçado. Um país essencialmente agrário-exportador, com uma demanda externa sem grandes variações, assim como dependentes de preços variáveis conforme o mercado internacional, assim como uma economia interna atrelada a produtos industrializados, alimentos e equipamentos para as indústrias teria um déficit crônico na balança de pagamentos. Essas ideias foram sistematizadas posteriormente por Celso Furtado, que trabalhou na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), junto a Prebisch, na qual teorizaram sobre o subdesenvolvimento. Em 1948, Furtado estava cursando o doutorado em Paris, e passou a viver em Santiago, no Chile, a serviço da CEPAL, de 1949 a 1953, portanto a teoria do subdesenvolvimento não era uma arma teórica no período da atual pesquisa, mas as ideias acima expostas já eram utilizadas. As revistas de difusão dessas ideias foram criadas na década de 50, estando nosso período preso à visão das discussões do Clube Militar, intelectuais e jornalistas.

Por fim, a corrente socialista é a última grande corrente descrita pelo autor. Sua característica principal é a falta de uma teoria econômica para explicar a situação histórica do Brasil. Desse modo, a política seria o principal determinante para sua

análise. Esta teria uma diferença principal das correntes desenvolvimentistas, como desenvolve Bielschowsky, que estaria na perspectiva revolucionária, na qual a industrialização e intervenção estatal na economia para desenvolvimento econômico seria apenas uma etapa no processo histórico de transição para o socialismo. As discussões ficariam presas, dessa forma, sobre o modo como deveria ocorrer a transição. Assim, o autor observou o PCB em seu desenvolvimento histórico, para, a partir das posturas políticas, abordar suas análises econômicas. “O problema fundamental que dominou a reflexão dos socialistas foi o da compreensão da etapa revolucionária que o país vivia, e o da definição da plataforma de lutas adequada à etapa” (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 183). A principal preocupação do PCB era a influência estrangeira e interesses de grandes *trustes* para a economia brasileira. Imbuído do pensamento etapista, os comunistas viam a estrutura econômica brasileira como dominada por relações feudais no campo e neocoloniais em sua relação com o imperialismo, subjugando a nação brasileira, mantendo-a no atraso e impedindo que as forças produtivas se desenvolvessem. Por isso a indústria nacional, assim como os bens minerais e concessões deveriam estar, segundo essa linha de pensamento, sob administração total do Estado. O maior expoente do pensamento econômico marxista foi Caio Prado Júnior. Em seu livro *História econômica do Brasil* identificou a figura do capital estrangeiro, que, inicialmente na história do país, teria sido o promotor do desenvolvimento, porém, posteriormente, teria se tornado um entrave para o mesmo, pois se configurou em:

“(...) um poderoso fator de exploração da riqueza nacional; não [sendo] outro seu objetivo que acumular em proveito próprio a mais-valia do trabalho brasileiro ao seu alcance... Doutro lado, a intervenção totalitária do imperialismo na economia brasileira desvirtua seu funcionamento, subordinando-se a fatores estranhos e impedindo sua estrutura normal da base das verdadeiras e profundas necessidades da população do país... Finalmente, a ação do capital estrangeiro no Brasil atua como um elemento de constante perturbação das finanças nacionais... Além disso, o capital internacional investido no Brasil representa um importante fator de desequilíbrio das contas externas e déficits crônicos” (PRADO Jr. Apud. BIELSCHOWSKY, 2004, p. 186).

As pautas do PCB estiveram sempre relacionadas ao capital estrangeiro, sua ação prejudicial à economia brasileira, pois os *trustes* e multinacionais visavam desestimular o crescimento da indústria nacional brasileira, assim como se concentravam apenas em seus interesses egoístas prejudiciais ao país. A luta econômica se dava contra o imperialismo, contra os interesses dos latifundiários (representantes das relações feudais), pela reforma agrária, melhoria das condições de trabalho e salário para os

trabalhadores. Isso feito com a presença maciça do Estado, que estimularia e ampararia a burguesia nacional, e, através de estatais, desenvolveria as indústrias de base (petróleo, mineração e siderurgia) necessárias à etapa história precedendo ao socialismo (BIELSCHOWSKY, 2004). Esses traços característicos do PCB em relação à política econômica passaram as diferentes fases que o partido enfrentou no período de 1945 a 1964.

Fica claro, portanto, no campo das ideias econômicas mais ou menos formalizadas no período de estudo, a década de 1940, que havia uma abordagem neoliberal, uma desenvolvimentista empresarial e outra também desenvolvimentista, mas de esquerda. No momento seguinte, duas outras correntes vieram a se somar. Fica claro que o limite entre todas elas se encontra no papel do Estado. Os neoliberais eram intelectuais sem militância política e que atribuíam muito pouco espaço ao Estado e mesmo para uma via exclusivamente nacional em direção ao desenvolvimento. Esta ausência de conexão orgânica com bases sociais revela muito sobre o grau de isolamento que um diagnóstico pouco focado no Estado, na Nação (enxergando o capital estrangeiro como problemático) e na industrialização como via principal para a mudança conseguia encontrar no país. Tendo em vista a total dependência com relação a estes aspectos no projeto de Nação legado pelo varguismo e sua centralidade no debate público, restou à UDN e à oposição de direita em geral uma atitude de radical negação dos seus componentes. Isto teve importantes consequências.

A análise feita por Bielschowky nos mostrou que, das cinco linhas consideradas, apenas o neoliberalismo assumia uma postura altamente crítica com relação a Estado, Nação e Industrialização. O desenvolvimentismo empresarial e o de esquerda a eles se atrelavam, com as devidas variantes. E se mostra de grande interesse a recuperação das abordagens de Furtado e Campos, mesmo que posteriores ao período da pesquisa, pois seu surgimento mostra que a linha divisória continuou dominando o campo das ideias formais da Economia como disciplina. Mais ainda, sendo Furtado um pensador progressista, nota-se que o lugar que dá ao mercado e ao capital privado nacional e estrangeiro não deixa de ter referência com relação ao lugar central dos 3 temas. Já a trajetória de Campos, pessoa com fortes inclinações conservadoras, o conduziu aos poucos do campo de referência destes temas para o “espaço gravitacional” do neoliberalismo. Porém, sua abordagem inicial mostra a relevância dos referidos temas no debate brasileiro.

Simonsen foi um intelectual e, ao mesmo tempo, liderança empresarial. A esquerda estava envolvida com a militância política. Furtado, neste sentido, aparece como o acadêmico atraído pelo polo discursivo destes dois. Enquanto a situação do neoliberalismo e a evolução de Campos indicam o caráter “solto” de suas ideias. Não é à toa, portanto, que a discussão teórica elaborada anteriormente apontou para discursos que poderiam ser mais bem analisados do ponto de vista de um projeto político que busca espaço na arena pública local tematizando o nacionalismo de forma mais vaga e inespecífica, menos organizada, remetendo então aos conceitos de campo e *habitus*. É o que se dá no tipo de intervenção realizada pela UDN, bem próxima aos referenciais conservadores da Economia.

Já as falas mais estruturadas no sentido gramsciano, na concepção de intelectual orgânico, de intervenção organizada para a ação coletiva, tendo o debate sobre os três temas e sua interconexão como foco, encontram aí melhor forma de abordagem. Na década de 1940, o Brasil e o Espírito Santo, em particular, viveram um momento de articulação entre concepções de mundo, bastante gerais, com projetos, que se expressaram por vias diversas, devido exatamente ao tipo de vinculação que conseguiam estabelecer entre ideias e práticas sociais no interior da esfera pública.

Feito então o quadro das interpretações que articulavam concepções sobre atraso econômico, protecionismo, planejamento, desenvolvimento industrial, inflação, balança de pagamentos, reforma agrária e política salarial, o futuro do país e a superação do passado, cumpre analisar nos discursos jornalísticos no Espírito Santo da década de 1940 e observar como essas linhas de pensamento se configuraram a nível regional, se com concepções semelhantes ou diferentes ao que acima foi exposto. A base empírica usada para traçar as linhas de pensamento político externalizados será encontrada nos jornais, diários e semanários de distintas posições políticas: A Gazeta (1940 – 46) quando era varguista; A Gazeta (1947 – 48) quando foi da UDN; A Tribuna (1948), em sua fase governista e àquela liberal (1949); Folha Capixaba (1945) do PCB, e A Época (1945-49) do PSB de Cachoeiro de Itapemirim.

Capítulo 2

Partidos não diretivos e partidos diretivos

Nesse capítulo será feito um esboço do quadro político partidário capixaba, delineando as diferenças entre as agremiações, em âmbito nacional e regional, para ter uma bagagem necessária para o entendimento de suas ações em um nível específico, no caso, os debates em torno da Central Brasileira e da Campanha do Petróleo. Inicialmente, serão abordadas as características políticas dos partidos não diretivos, aqueles que estruturaram o *campus* de ação possível na política brasileira na Redemocratização de 1945. Eram esses, o PSD e a UDN, os primeiros partidos a surgir no referido processo. Depois dessa etapa, os partidos diretivos, PSB, PTB e PCB, organizadores da população e em disputa de posições para conquistar posições tanto na sociedade civil quanto no aparelho de estado.

2.1. O fiador do regime democrático. O PSD e sua seção capixaba

Segundo Lúcia Hippólito (1982), o PSD, agremiação fundada pelos interventores de Vargas, foi o partido mais poderoso no período de 1945 – 1964. Isso gerou uma força do tipo centrípeta no sistema político brasileiro, pois, sendo a agremiação de centro, teria atraído os polos políticos mais radicais (direita e esquerda) para negociações e alianças, com isso, contribuindo para o equilíbrio político. O grande poder de barganha do partido, tanto no Congresso Nacional quanto nos governos, representado por presidência nas câmaras e ministérios, era adquirido pelo poderio de negociação possível através dos contingentes de políticos dessa agremiação no legislativo. Isso obtido através de sua força nas eleições.

A autora explica que isso em grande parte é um desdobramento da legislação eleitoral estabelecida pelo código eleitoral de 1945, que, pautado em quociente eleitoral, induzia propositalmente a formação de maioria no Congresso Nacional. Gerando ganhos adicionais aos resultados eleitorais, a distribuição de sobras de vagas beneficiariam os partidos com maior número de votos, que teriam o quociente eleitoral dividido pelo número de cadeiras conquistadas mais um. A distribuição geraria um rodízio entre os partidos mais bem colocados, voltando ao topo da lista enquanto as vagas não fossem ocupadas. Quem organizou código eleitoral foram os interventores que depois

constituíram o PSD, o que beneficiou esta agremiação, explicando sua hegemonia política nas decisões políticas e econômicas.

Segundo Skidmore (1982), a entrada do Brasil no conflito mundial ao lado das democracias contra as ditaduras nazi- fascistas gestava uma tensão política, isto pelo fato dessa luta ocorrer juntamente com a manutenção de uma ditadura no país. Vargas e sua assessoria previram isso em 1942, e, sob a perspectiva de abertura do regime político, buscaram bases de apoio para um possível processo eleitoral. Com isso, foi iniciado de maneira mais orgânica o projeto trabalhista, com vistas, antes de qualquer coisa, a manutenção do estado corporativista com base na classe trabalhadora. Porém, quando os eventos se precipitaram confirmando as previsões de abertura política, o governo teve que dar resposta à oposição. O brigadeiro Eduardo Gomes se lançou como candidato a eleição, representando um projeto contrário aquele estabelecido por Vargas. Este, por sua vez, acionou seus interventores mais próximos para dar uma solução ao problema.

Na casa de Ernâni do Amaral Peixoto, genro de Vargas e interventor do Rio de Janeiro, os interventores Fernando Costa (SP), Agamenon Magalhães (PE), Benedito Valadares (MG) e Henrique Dodsworth (DF) se reuniram. Nesse encontro eles debateram a futura legislação eleitoral, que por eles seria estruturada. Ficaram divididos, principalmente sobre os partidos de âmbito nacional ou regional. A primeira fórmula foi a escolhida, com vistas a inibir as antigas máquinas eleitorais coronelísticas, a de seus adversários, especificamente.

Para dar viabilidade a esse processo, Vargas substituiu Marcondes Filho por Agamenon Magalhães do Ministério da Justiça, que adiantou os trâmites legais para o início do processo eleitoral. Com a Lei Constitucional nº 9 (Ato Adicional), de 28 de fevereiro de 45, que chamava eleições gerais, assim como o Decreto Lei nº 7.586, que estabelecia a criação de partidos de âmbito nacional, a legislação eleitoral tomou forma. As eleições para presidência da República se dariam no mesmo ano, junto aos deputados da Constituinte e governadores (HIPPIÓLITO, 1985).

Em julho, no dia 7, o PSD foi fundado oficialmente, tendo como primeiro diretório os mesmos nomes daqueles que definiram o processo eleitoral, aos quais se somaram Renato Onofre Pinto Aleixo (BA), Ismar Góis Monteiro (AL) e Alvaro Maia (AM). Foi lançando o nome de general Eurico Gaspar Dutra, pois Vargas não podia se candidatar,

o que traria dúvidas ao processo eleitoral, num sinal de tentativa de continuísmo. Do mesmo modo que a UDN, o PSD foi um partido que, apesar de ser uma iniciativa, nasceu da *difusão*, conceito de Panebianco (2005) utilizado para identificar agremiações que surgem a partir de várias lideranças locais. Sua marca genética delineou sua caracterização partidária, descentralizada e com baixo grau de sistematicidade.

Dutra, juntamente ao comando do general Góes Monteiro, porém, participou da retirada de Vargas do poder três meses depois, haja vista a desconfiança de que este viesse a se candidatar de última hora⁶. Outra desconfiança com relação ao ditador era a regra eleitoral que estabelecia as eleições para governador junto à da Presidência, o que seria uma estratégia para que os interventores tivessem maior chance de se eleger nos estados em que atuavam, haja vista o curto tempo de campanha para os demais candidatos. Os interventores tinham diretórios por todo o país. A pressão da oposição fez com que as eleições para governador acontecesse em 1947 (GOMES, 2005).

Vale observar que, mesmo tentando inibir as máquinas eleitorais estaduais a partir de partidos nacionais, o próprio PSD era um partido das máquinas estaduais, situacionistas. Era um dos pilares do projeto de Vargas. A agremiação tinha em suas fileiras os coronéis ligados a atividades agrícolas, os mesmos que nos rearranjos de forças pós 30 e 37 ficaram do lado do governo. Seu poderio eleitoral foi demonstrado no pleito, com a vitória de ampla maioria da Constituinte pelo PSD, assim como seu presidente, Fernando Mello Viana. Nereu Ramos, catarinense, foi eleito presidente da Comissão Constitucional. Sem esquecer, claro, da vitória na eleição do cargo máximo da República, a Presidência.

Tal resultado teve grande influência do apoio de Vargas a Dutra, que o fez aconselhado por Hugo Borghi (PTB), temerário de uma vitória udenista. Com o desenrolar do período democrático, entretanto, a agremiação perdeu espaço para o PTB, o outro pilar de Vargas, consolidado no fim das eleições e, posteriormente, seu partido.

O PSD manteve, no período de 1945 – 1964, a maioria no Congresso, presença considerável nos governos estaduais – apesar de esses decaírem com relação a 1947 – assim como a eleição de outro presidente, Juscelino Kubitschek, em 1955, como

⁶ A lei eleitoral permitia que ocorressem candidaturas 15 dias antes das eleições. Com a Campanha Queremista em andamento, a candidatura de Vargas seria um elemento que alteraria totalmente o andamento das eleições.

informou Hippólito (1985). Seguindo o modelo das lutas intraelites antigas no Brasil, a agremiação foi permeada pelos embates internos entre a ala dutrista e getulista, trazendo à tona divergências históricas sob as novas vestes, como ocorreu, de forma exemplar, no Rio Grande do Sul (GATTI, 2008). Esse fato é importante para o recorte em questão, pois, mesmo tendo sido uma iniciativa de Vargas, o PSD era constituído por forças políticas heterogêneas, que faziam leituras diversas sobre o projeto nacionalista implementado pelo Estado Novo. Portanto, no tocante a essa agremiação, pode-se utilizar o conceito de *campus* político e de *habitus* de Bourdieu, isso pela estruturação que recebeu o regime político no país. A forma de intervenção pelo estado na economia era vista de maneiras diversas pelos pessedistas, que divergiam. Em alguns estados isso gerou um campo político pouco estruturado e marcado por um discurso vago com relação ao nacionalismo, balizando as relações entre sociedade e estado na hierarquia e na autoridade. Estabelecido o poder político, as questões economia colocavam em teste a tolerância dos governos pessedistas a outras opiniões, o que não era diferente daquelas de seus adversários udenistas. Na troca simbólica com a sociedade, esta se via restrita a clamar pela autoridade para problemas relativos ao que é público. Esse foi o caso capixaba. No Rio Grande do Sul, o campo político era mais estruturado e formado por uma forte polarização, que colocava em disputa o PSD e o PTB. A agremiação pessedista fora marcada pelo antigetulismo, tendo como dominante a corrente dutrista. Como demonstrou Gatti (2008), isso culminou com a *desgetulização* do PSD gaúcho, através da constituição do Partido Social Democrático Autonomista (PSDA).

Com relação à organização do partido, uma característica importante a ser ressaltada era a falta de rigidez doutrinária ou ideológica, conferindo autonomia das seções estaduais. A função do diretório nacional era lançar as diretrizes gerais do partido, chamar convenções nacionais, indicar candidatos e orientar bancadas (HIPPOLITO, 1985). Desse modo, a configuração regional do apoio do PSD foi variável, como foi no caso gaúcho, em que a seção estadual não seguiu a linha nacional.

A posse da presidência do partido tinha relevância para o direcionamento da agremiação, mas não era absoluto, pois uma dissidência não acarretava uma punição no PSD. O primeiro presidente do partido foi Vargas, porém, não chegou a assumir. O presidente provisório foi Benedito Valadares (1947- 49); depois Nereu Ramos (1949) e por fim Ernâni do Amaral Peixoto (1951- 1965). Todas essas lideranças estavam alinhadas a Getúlio, mantendo a *zona de incerteza* da articulação (PANEBIANCO,

2005) em seu favor, sendo essa uma explicação para que a orientação nacional do partido fosse, no decorrer do período democrático, aliada ao PTB.

O programa do partido teve características progressistas à época, haja vista a influência de Agamenon Magalhães na sua formatação do programa. Imbuído do nacionalismo, defendia os seguintes pontos: Autonomia política e administrativa dos estados com relação ao Distrito Federal; serviço militar obrigatório; descentralização administrativa; ensino primário gratuito e obrigatório; estímulo à iniciativa privada; extensão do seguro social a todos os cidadãos; defesa da legislação trabalhista; Justiça do trabalho; organização sindical; fiscalização da exploração das riquezas naturais e a organização das indústrias básicas; ação coercitiva contra a ação dos trustes; criação de um Banco Central para regular a moeda, e a defesa da solidariedade continental (HIPPÓLITO, 1985).

Nota-se a presença de aspectos programáticos de Vargas relativos à industrialização do país, defesa das riquezas nacionais e da soberania, assim como a defesa da legislação trabalhista e previdenciária constavam no programa do PSD, caracterizando seu apoio ao projeto de Vargas. O detalhe está na ausência. A reforma agrária foi um ponto negligenciado pelo programa, sendo combatida juntamente à ideia da extensão da legislação trabalhista para o campo, o que atingiria em cheio os interesses da maioria dos partidários da agremiação. O partido, mesmo que signatário do projeto reformista autoritário de Vargas mantinha seus interesses de classe coesos. Isso só se alterou em 1962, com um programa reformista do partido, mesmo assim, defendendo uma reforma agrária moderada (HIPÓLITO, 1985).

O discurso oficial do partido foi favorável a Campanha do petróleo, à decidida intervenção do Estado na economia, assim como à extensão do voto ao analfabeto, marcando sua posição nacional desenvolvimentista. Porém, isso não era a realidade de todo o partido, distando da prática. No Espírito Santo, por exemplo, o PSD estava dividido com relação à Campanha *O petróleo é nosso*, assim como com relação à velocidade da industrialização brasileira. A grande heterogeneidade interna permitiu ao PSD ter, na prática, ações distintas com relação ao projeto de Vargas, como se pode perceber com relação a Jones dos Santos Neves e Carlos Lindenberg. Parte de um mesmo grupo político eles tinham diferenças, pois, o primeiro se encaixava dentro daquela corrente nacionalista estatal, configurada apenas da década de 50, preocupado

com a aceleração da industrialização e com projetos para a sua implementação, enquanto o segundo se identificava com o liberalismo tradicional, visando um desenvolvimento moderado e interessado nas demandas da produção agrícola.

O PSD nacional teve por característica a grande influência na economia e na política brasileira, isso através dos ministérios que ocupou. Aqueles inegociáveis eram o Ministério da Justiça, o Ministério de Viação e Obras, e o Ministério da Fazenda, pois, lhes dava a prerrogativa de tratar dos assuntos relativos a política de justiça e econômica do país. No congresso Nacional, Hippólito identificou a ocupação do PSD na Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Orçamento por todo o período. Essa preocupação da agremiação em se colocar nessas vagas se dava pelo poder decisório que obtinham em pastas e cargos decisivos na arena política. Desse modo, a hegemonia do PSD apontada por André Ricardo Valle Vasco Pereira (2014) no Espírito Santo de 1945 – 1964 foi marcada pela presença da agremiação nos centros decisórios do estado, tanto no governo do estado quanto na Assembleia Legislativa. Para contraporem-se ao PSD capixaba, as oposições coligadas tinham que se unir e aproveitar uma cisão interna de seu adversário, como ocorreu em 1954 e 62, quando Francisco Lacerda de Aguiar venceu as eleições, assim como manterem-se coesos durante seu governo, o que não ocorreu. A luta interna ao partido se dava maneira personalista entre Jones e Lindenberg, enquanto a oposição era representada por uma liderança com um estilo político semelhante ao de Ademar de Barros, o que dificultava a conciliação dos interesses de patronagem no estado.

Nas palavras de Pereira:

“[...] o sistema partidário era nucleado em torno do PSD porque tanto a disputa interna quanto entre a suas oposições se davam num espectro ideológico muito estreito, resumido ao conservadorismo com pequenas pitadas de reformismo. As maiores disputas intraelites se davam pelo controle de recursos clientelistas para interferir no cenário local de pequenos municípios interioranos. Elas eram resolvidas por intermédio de acordos ou de dissensões, resolvidas graças à migração par outras legendas” (PEREIRA, 2014, p.94).

No recorte em questão, no período democrático, o PSD ainda não tinha encontrado uma oposição organizada e nem tinha dissidência graves, sendo, portanto, dominante na década de 40. O discurso vago sobre o nacionalismo, característico de uma agremiação criada em torno de um projeto, mas faccioso quanto seu interesse foi o que estruturou a política nacional e capixaba. Neste último, marcado por uma esfera pública estreita,

muito ligada aos debates relativos aos recursos do Estado para agricultura e a disputa de poder intraelites.

Carlos Lindenberg, após da disputa eleitoral, venceu Atílio Vivácqua, dissidente do PSD. Com um discurso simples e voltado para o campo, derrotou uma plataforma de governo mais elaborada, de seu adversário. Em seu primeiro ano de governo, logo direcionou as medidas que iria tomar a frente do Estado, sempre defendendo o equilíbrio orçamentário, através de cortes de gastos no custo das contas públicas. Em um governo tipicamente liberal, reduziu o número de secretárias para apenas cinco, estas com mais de uma atribuição. Eram elas: a Secretaria de Governo; a Secretaria de Interior e Justiça; a Secretaria de Educação e Cultura; e as mais importantes, Secretaria da Fazenda e Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas.

A importante Secretaria da Fazenda foi designada para a UDN, cujo ocupante do cargo foi Olímpio José de Abreu. A Procuradoria Geral do Estado também ficou com o partido, ocupada por Antônio Pereira Lima. Mas isso logo geraria problemas. Lindenberg não pretendia manter seus adversários em cargos tão importantes em sua gestão, e logo começou a fazer manobras para induzir a UDN ao rompimento.

Dentro de suas medidas de regulação do orçamento, o governador atribuía ao alto custo do funcionalismo público o inchaço das contas do Estado, buscando desse modo, enxugar a máquina estatal. Essa concepção gerou o corte de quadros udenistas no governo, o que irritou o aliado. A UDN já se preparava para romper com o PSD ao final de 1947, quando, a nível nacional, foi firmado o acordo Interpartidário PSD – UDN – PR, em novembro. Isso que postergou a aliança até março de 1948, quando, através do Manifesto da União Democrática Nacional, a agremiação justificou a população capixaba os motivos do rompimento (SILVA, 1995).

A partir de então, Lindenberg seguiu com sua administração, direcionada para a modernização da captação tributária e o financiamento das obras públicas através apenas dessa fonte de financiamento. A intenção do governador era manter os gastos dentro das capacidades orçamentárias delimitadas pela cobrança de tributos. Teve sucesso quanto a isso. Com relação à industrialização, tomou medidas com o fito de dinamizar a produção, porém, em um ritmo sempre subordinado ao desenvolvimento agrícola. Cerca de 58,52% dos recursos do Estado foram direcionados para as Secretarias da Fazenda, e de Agricultura, Viação e Obras públicas, o que demonstra que

o governo estava empenhado nas demandas do campo e das obras que permitiriam o melhor escoamento da produção agrícola. A atuação na industrialização fora administrada de maneira conservadora e autoritária. Ofertara incentivos a novas empresas instaladas no Estado, assim como para a Companhia Ferro e Aço de Vitória (COFAVI). Auxiliou a Companhia Central Brasileira de Força Elétrica a obter empréstimos para melhora da infraestrutura dos serviços nesse setor.

“Em certo sentido a via desenvolvimentista que se configurou sob a direção de Carlos Lindenberg refletiu o **ethos** conservador das forças que ele representava e, assim como, a gestão de Dutra que se realizava, concomitantemente, no plano nacional a via da industrialização acelerada sustentada pelo Estado, não se constituía na alternativa básica de seus governos (SILVA, 1995, p. 378).

A importância da caracterização do PSD, partido situacionista de apoio a Vargas é a demonstrar como à frente da política capixaba esteve presente um grupo de poder que soube se adequar às novidades da política, mantendo o controle e o *status quo* dentro do Estado, definindo as políticas públicas direcionadas para a classe dominante, agrário-exportadora. Como define Marta Zorzal e Silva, o comportamento das elites capixabas:

“[...] indica que os padrões de articulação, das lideranças políticas espiritosantenses e suas formas de mediação com as classes dominadas, sofreram poucas alterações com as modificações que foram introduzidas no espaço sócio-político brasileiro, durante a era de Vargas. Efetivamente, apesar da longa obstrução do espaço político, no momento em que ele foi reaberto, as oligarquias espiritosantenses retomaram práticas que haviam vigido durante a Primeira República para se organizarem e recompor o sistema partidário” (SILVA, 1995, p. 257).

Isso traz para a configuração da esfera pública capixaba características que a diferencia dos casos ocorridos em outros estados. Ela é estreita, muito reduzida em comparação a outras localidades, como o Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Se, nesses estados, outros partidos passaram a rivalizar com o PSD, com o passar do tempo, o PSD, no início democrático capixaba manteve o mando do Estado nas mãos daqueles que historicamente se mantiveram no governo, (ACHIAMÉ, 2010; WANICK, 2008), através de um regime discricionário em nível ótimo, haja vista atuação de Bley desde 1930. O PSD era hegemônico e assim foi durante todo o período que corta 1945 até 1965. Se, em 1955, Francisco Lacerda de Aguiar, o “Chiquinho” venceu as eleições para governador, foi por uma ampla coligação feita entre PSP – PR – PRP – PTB. Mesmo assim, a maioria do PSD na Assembleia dificultou a sua atuação, somada à cisão da coligação no decorrer do governo.

Pautados em uma concepção de sociedade baseada na hierarquia, disciplina e autoridade, os políticos pessedistas estabeleceram o *campus político capixaba*. Esse não tinha um ponto de vista único sobre o desenvolvimento. Portanto, não havia uma escolha apenas acerca dos três temas debatidos pelas diversas correntes econômicas a que Bielschowsky (2010) se referiu, pois, estavam preocupados com seu poder de dominação privado. Na ausência de uma pauta conservadora, as lideranças políticas pessedistas ficaram livres para escolher uma das posições propostas no debate sobre o desenvolvimento do país. Lindenberg optou pelo desenvolvimentismo liberal tradicional, antenado com a corrente carioca da Universidade do Brasil. Importava notícias do estado vizinho, especialmente de um político de lá, Raimundo Padilha. Em seu governo de 1948, lançava em A Tribuna, enquanto fora jornal de sua base, um discurso liberal, preocupado com o mercado financeiro. Economistas com Emil Sier prestavam sua contribuição para divulgar interpretações liberais ortodoxas aplicadas à realidade capixaba. Jones, alinhado a concepção do estado como promotor do desenvolvimento seguiu a corrente intervencionista, haja vista seu alinhamento a Vargas desde a interventoria do Estado em 1942- 45, assim como em seu segundo governo (1950 – 1954), como o Plano de Eletrificação do Estado. Estava mais preocupado com os anseios desenvolvimentistas.

A falta de organicidade do PSD permitiu com essa alternância ocorresse, e essa característica configurou o *campus político* e o seu *habitus*. Dentro dessa estruturação, sempre preocupada com a hierarquia social, poder e autoridade, não houve um discurso único relativo ao desenvolvimento nacional, permitindo com que surgissem outros atores articulados com o debate nacional sobre o tema, mais estruturados e amparados em modelos nacional, como o PSB e o PCB, defensores de uma linha nacionalista de esquerda, um mais intelectualizado, outro mais político. A UDN, partido liberal, como se verá, estava pouco articulada com o debate intelectual e nacional relativo ao desenvolvimentismo, se dedicando a crítica moralista da administração pública. Sua concepção de autoridade é a mesma do PSD, com a diferença que ela pretendia impor a sua autoridade, que, dentro de seus pressupostos, seriam mais *eficiente* e *honesto*. Porém, foi uma posição derrotada dentro da esfera pública capixaba nesse período. O PTB capixaba era faccioso, mas tinha uma postura política alinhada ao nacionalismo na câmara de Vitória e na Assembleia Legislativa, seguindo aspectos políticos da corrente desenvolvimentista nacionalista, defensora da ação estatal.

Dentro do Espírito Santo, agrário-exportador, quem ocupava o espaço político eram os coronéis, que haviam, tanto pelo PSD, quanto pela UDN, definido a política nacional, em 1946 e 47, respectivamente. O *campus político* foi estruturado por esses partidos, com o apoio de partidos menores. Desse modo, a esfera pública capixaba foi fortemente influenciada por esse campo político, que marca a autoridade como único meio de ação política, restringindo a população ao papel de consumidor dessas medidas. O *habitus* político historicamente delineado era marcado pelo autoritarismo do Estado, cujo reforço foi dado pela experiência dos interventores na ditadura estado novista. O *modus operandi* do direito e da administração pública eram os instrumentos não dominados pela população, que, sem tais recursos, devia sempre apelar à autoridade. Enquanto o PSD defendia sua posição, a UDN reclamava autoridades melhores. Lindenberg e sua base estavam alinhados à corrente liberal econômica a nível nacional, assim como, no aspecto político, atento ao anticomunismo e criminalizando essa presença no estado.

2.2. Ambiguidades do liberalismo brasileiro na esfera pública capixaba – UDN e Eurico Rezende

Nessa seção serão expostas as concepções e crenças gerais do liberalismo brasileiro através da UDN e por fim, a caracterização da prática udenista no Espírito Santo, através da leitura do Jornal A Gazeta. É importante fugir de esquemas explicativos idealistas e observar a atuação desses atores nas conjunturas, dentro de um campo de possibilidades e de limitações da ação. Os liberais na década de 1940 foram bem elásticos com relação ao que estabeleciam oficialmente em sua agremiação, estrategicamente.

2.2.1. UDN e Udenismo

Maria Victória Mesquita Benevides tem um trabalho clássico sobre a *UDN e o Udenismo*, que versa sobre a trajetória do partido liberal brasileiro. Fundado em 7 de abril de 1945, foi uma agremiação que surgiu em torno da candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, configurando-se na maior oposição ao projeto de nação do Governo Vargas. Com isso, sua constituição social teve por característica aglutinar os inimigos de Vargas, seja aqueles desalojados do poder em 1930, 34 ou 37, desde antigos aliados aos antigos líderes presentes na Primeira República. A UDN teve por característica conchamar para si um *estado de espírito* próprio, reivindicando uma tradição *civilista*

inaugurada por Rui Barbosa. Seriam representando de um modelo de civilização, seus defensores, devendo, em uma *missão de sacrifício*, fazer política. Com isso, a agremiação seria marcada por características elitistas e moralistas.

Partido de matriz ideológica liberal, não estava engessado dentro de uma fórmula econômica. Dentro de suas ambiguidades e conforme a conjuntura, seus cálculos políticos fizeram com que o partido oscilasse entre a solução efetiva e monopolista estatal do petróleo, o ataque a uma empresa estatal como a CVRD e a crítica a uma empresa privada clamando a ação das autoridades para efetivar o cumprimento dos contratos (A C.C.B.F.E.). Obviamente, não se leva em conta que partido algum siga estritamente um programa, nesse caso, o programa liberal, pois necessidades organizativas identificadas como necessárias pelas lideranças levam a posturas que distam de seus *fins* ou *objetivos finais* (PANEBIANCO, 2005).

A agremiação era extremamente facciosa, de maneira semelhante ao PSD, e, apesar de conhecido como *partido dos bacharéis* era um partido de coronéis. Segundo Benevides (1984), o PSD talvez tivesse a mesma quantidade de advogados ou até mais na agremiação que sua adversária, porém, a “capa” da UDN era bacharelesca, que representava o referido *espírito udenista*. Sua descentralização e formação por *difusão*, assim como legitimidade interna, proporcionou ao partido a mesma característica que o PSD, pois era faccioso e dividido enquanto questões internas. Porém, a liberdade organizacional permitia a acomodação dessas diferenças. Desse modo, e sendo o segundo partido mais importante do país no período, contribuiu para a formatação do campo político brasileiro, caracterizado pelo sentido vago dado ao nacionalismo. Isso se configurou de maneiras diferentes nos estados, como já foi dito, sendo alguns mais vagos, outros mais estruturados, dependendo do ambiente político. No Espírito Santo, a agremiação seguiu a tendência nacional, e uniu toda a oposição ao partido base de Vargas. Porém, estava afastada do debate intelectualizado, selecionando um mote principal para sua ação: o moralismo. Em críticas a ação de Israel Pinheiro e Dermeval Pimenta, os primeiros diretores da estatal CVRD, em suas gestões, Eurico Rezende direcionou seus textos escritos em A Gazeta para problemas morais e administrativos da empresa, sempre apontando para a corrupção e ineficiência destes. Lembrando que os criticados eram quadros do PSD. Seu Veículo de informação foi A Gazeta, desde outubro de 1945 até o início de 1949, quando foi comprado por um grupo ligado a Lindenberg.

Em seu período liberal, o editor chefe foi Eurico Rezende e o diretor do jornal era Rosendo de Souza. Ambos marcadamente moralistas no sentido político, afastados de debates mais acabados e estruturados sobre os temas: Estado, Nação e Indústria. Essa característica se alterou, porém, com a campanha *O petróleo é Nosso*, pois o partido migrou do *habitus* estabelecido pelo campo político, marcado pelas reclamações e acusações às autoridades, para um diferente, caracterizado pelo nacionalismo econômico e organização da sociedade de maneira diretiva. Havia críticas às gestões dos pessedistas na CVRD, assim como a gestão de Lindenberg. Chegou a ocorrer uma aliança entre o PSD e a UDN no Espírito Santo. Nas eleições para governador, em 1947, houve a escolha de participar das eleições em aliança com seu adversário, o que não ocorreu sem divergências. O grupo de Eurico protestou e não prestou solidariedade à Lindenberg, que acabou se elegendo (SILVA, 1995). Mesmo o acordo interpartidário PSD – UDN – PR não segurou a aliança. A linha editorial udenista era, portanto, a mais radical do partido no que concerne aos acordos políticos, diferente do *realistas*.

Em linhas gerais, tinha-se por estruturantes do campo político capixaba o PSD, partido que formulou o código eleitoral e que tinha, para além das máquinas eleitorais coronelísticas, um longo percurso administrativo frente ao aparelho de Estado. Por outro, as elites desalojadas do poder nos eventos posteriores a Revolução de 30, e que, imbuídos de um *estado de espírito* se opunham ferrenhamente a Vargas e a seu projeto, utilizando-se predominantemente de uma linguagem moralista e elitista, apesar de mostrar aspectos de um liberalismo moderno.

Esses partidos tiveram a maioria na Constituinte e mantiveram expressivos contingentes de políticos nos núcleos decisórios. Tendo uma composição social semelhante, não se aproximaram mais pelo fato de o PSD fornecer uma das bases política de Vargas.

No Espírito Santo eram os partidos mais fortes, e a política capixaba foi marcada pela breve aliança deles, na candidatura de Lindenberg, o que, porém, logo ruiu. A UDN e seus partidos satélites, como o PDC e PR, fizeram oposição ao governo, com a formação da Coligação Democrática, porém, em um *campus* político comum aos dois. Agremiação marcada pelo bacharelismo, o apelo à legislação e às instituições do Estado, delimitava como a política podia ser feita, cuja força legítima eram as autoridades, os detentores do poder do aparelho de Estado. À população cabia apenas

reclamar, caso fosse necessário. Os apelos jornalísticos eram um meio de expressar as insatisfações populares com relação a questões que envolviam o público. A esfera pública do tipo liberal era o que defendiam. A apropriação que a UDN fez do debate sobre o desenvolvimento também foi parcial e adequado à restrita esfera pública capixaba. Com isso, o debate sobre: Estado, Nação e Indústria permaneciam vagos, presos, ou a ideia de hierarquia social e autoridade, ou a esse fator somado ao moralismo udenista. Apenas com relação ao petróleo o partido mostra a sua elasticidade, mudando de atitude em relação ao acordo de poder estabelecido. Seguindo o debate iniciado no Rio de Janeiro, encamparam as teses de Horta Barbosa e do Centro do Petróleo, defendendo o monopólio estatal do petróleo, utilizando uma *propaganda* nacionalista para mobilizar a sociedade. Junto aos socialistas, petebistas e comunistas passaram a organizar a sociedade em prol da defesa do petróleo, organizando comícios, conferências, efetivando a propaganda. Encaixava-se, portanto, dentro de uma linha moralista crítica ao estado, mas adotaram a linha desenvolvimentista do tipo empresarial, na defesa da presença do Estado em setores estratégicos.

Outras forças políticas eram diferentes dessas, apesar de participar desse *campus*, seja por força da conjuntura, acreditar firmemente em sua efetividade. O próximo capítulo aborda os partidos de maior rigidez organizacional, cujos discursos eram mais diretivos à participação da sociedade.

2.3. Partidos diretivos

No Espírito Santo existiu um *continuum* quando se observa as agremiações políticas. De partidos mais flexíveis em sua organização, porém estabelecidos nos meios de poder, a partidos mais rígidos internamente e buscando conquistar espaços, tanto na esfera pública quando no aparelho de Estado. No meio termo entre esses partidos estava o PSB, com fortes características do liberalismo.

Já caracterizados pelo dirigismo, o PTB e PCB, partidos ligados aos sindicatos e movimentos dos trabalhadores, eram marcados pela disciplina partidária e direcionamento das lutas de suas bases. Seguindo a sequência do *continuum*, serão comparadas as agremiações no âmbito nacional e regional, observando os discursos veiculados nos grandes centros à esfera pública capixaba.

2.3.1. PSB e A Época

O Partido Socialista Brasileiro nasceu no primeiro governo Vargas, no ano de 1932, tendo, porém, apenas um funcionamento precário até o Estado Novo. Seu período com mais fontes documentais disponíveis data de 1945 até 1964, até o ano em que o AI-2 extinguiu os partidos políticos no Brasil. A agremiação surgiu de um movimento contrário à ditadura do Estado Novo, como uma alternativa aos métodos varguistas de governo por um lado, e, por outro lado, às formas comunistas de política (HECKER, 1998).

A predominância política do PSB era de São Paulo, núcleo do partido caracteristicamente intelectual, formado por advogados, professores, jornalistas e políticos. Da Universidade de São Paulo, através da influência de Antônio Piccarolo, um grupo formado por Paulo Emílio Gomes Salles, Antônio Cândido de Melo e Souza se constituiu em 1942, com o nome de Grupo Radical de Ação Popular (GRAP), nome dado por seus participantes ironicamente, do que seria o grupo que perpassaria por todo o período de existência democrática do PSB no pós guerra. Na UDS, o manifesto produzido por Paulo Emílio, *O manifesto da UDS*, foi aquele que assentou as bases teóricas do partido, sua “certidão de nascimento”.

Em São Paulo, a composição dos militantes gerou dificuldades para o estabelecimento de bases sociais. Como sua leitura da realidade era marxista, via na classe operária o agente fundamental para o processo de transformação social, portanto, se colocava enquanto um partido de classe. Porém, seguindo a tendência internacional da social democracia, haveria de se conciliar teoricamente o marxismo com o liberalismo, ou seja, estar entre a tendência de esquerda bolchevique e as tendências autoritárias, defendendo a democracia. Nesse ponto, apesar de se apresentar como um partido de classe foi colocado frente à necessidade de ganhar eleições e participar do jogo eleitoral.

Desde a virada do século XIX, com a criação da Segunda Internacional, colocou-se para as lideranças de esquerda a possibilidade de participação política na democracia burguesa, ou seja, a inserção política do proletariado dentro de regras estabelecidas pela burguesia. Os socialistas, como Kautsky, uma referência teórica dentro da social democracia, adequaram formulações teóricas de Marx para a justificativa da participação dentro do jogo eleitoral.

Ali se fazia a clara distinção entre o marxismo revolucionário e aquele que agiria dentro da democracia. Segundo a concepção de Kautsky, derivado de Marx, o capitalismo necessariamente faria com que houvesse uma *proletarização da sociedade*, na qual os indivíduos pauperizados, e a classe média decadente se encontrariam em tais condições que os tornariam passíveis de se colocar sob a liderança dos socialistas. Desse modo, dentro da democracia, a vitória nas eleições geraria melhorias imediatas aos trabalhadores, e em um estágio mais avançado, viabilizaria a nacionalização e socialização dos meios de produção.

O engano das lideranças socialistas foi considerar que era teoricamente inevitável adesão dos trabalhadores aos princípios socialistas, através de processos que não ocorreram, como, por exemplo, a redução da classe média através do processo de proletarização. A questão nevrálgica para os socialistas passou a versar sobre sua base eleitoral, aquela que lhe daria possibilidade de lutar dentro do campo político por melhorias imediatas e, mais a frente, pela socialização dos meios de produção (PRZEWORSKI, 1989). Mais que isso, as lideranças deveriam conciliar as reivindicações históricas da classe trabalhadora enquanto classe específica com seu direito universal dentro de uma democracia, atacar questões específicas da luta de classes dentro de um sistema político em que não existem classes, mas cidadãos, o particular e o universal.

Dificultando ainda mais o dilema, para ganhar eleições é necessário ter a maioria. Diferente do que esperavam os socialistas, o proletariado não se tornou a maioria, portanto, mantinham apenas uma base restrita e tinham que buscar apoio de outras classes, sem poder ir, porém, longe demais, para não perder sua característica de partido operário através de *trades offs*. Essas tensões marcaram a existência de uma alternativa para as lideranças políticas da esquerda na Europa, e também no Brasil.

Como a experiência socialista era recente em solo brasileiro, as considerações teóricas vinham diretamente das experiências supracitadas, e a conciliação entre marxismo e democracia, entre a teoria e a prática era algo que necessitava de concretização e reflexão. Sendo São Paulo o formulador da linha político-ideológica, com um grande poder teórico, encontrava algumas dificuldades na militância política. Por um lado, se via espremido por PTB e PCB, ambas as lideranças que disputavam a classe operária; por outro lado, a dificuldades de intelectuais não políticos no contato com os

trabalhadores (HECKER, 1998). Diferente dos partidos socialistas europeus, o partido socialista não era um partido de massas de Duverger (1980), assim como não tinha uma organização complexa.

Isso foi perceptível para Hecker (1998) através do jornal paulista *Folha Socialista*. Quando tocava em temas como a Reforma Agrária, o alto grau de abstração e tratamento genérico de questões ligadas ao tema demonstrou como os intelectuais do PSB desconheciam a realidade do campo, a prática e as possibilidades de levar a cabo uma Reforma Agrária. Outro ponto era relativo à classe operária urbana, a qual também encontravam dificuldades de inserção, o que ocorreu em alguns momentos no período democrático. O partido encontrou também dificuldades organizativas geradas por seu método oposto ao do PCB. A falta de pautas mais coerentes gerou dificuldades nos primeiros anos do partido após a redemocratização, assim como a organização de bases municipais, no campo e a manutenção daquelas que eram conquistadas.

O PSB interpretava a sociedade de uma forma específica, observando em cada classe social uma ação em relação aos demais. Dentro da linguagem da luta de classes, a Burguesia nacional era vista como incapaz de levar a frente o processo de modernização da sociedade, assim como estava completamente dependente e entregue a burguesia internacional, pelo poder “alienígena” que gerava problemas internos a nação. Lutar contra a “burguesia esfoladora” era o escopo das lideranças da esquerda democrática. Junto à classe operária, aquela classe fundamental, porém, seria outra muito prejudicada pela ação da burguesia, que visava lucros extraordinários sem levar em conta a situação dos outros, e essa era a classe média. Essa deveria fazer uma aliança com o operariado com os socialistas a frente, para eleger políticos que os representariam na esfera parlamentar. Porém, nos projetos de lei apresentados pelos socialistas, sempre a fórmula buscava a conciliação de classes, entre aquelas antagônicas, como forma de fazer acontecer. Aí residia a dificuldade de conciliação proposta pelo PSB, entre a luta de classes e sua convivência em um sistema político democrático (HECKER, 1998).

Sobre o campesinato, é exposto um aspecto da concepção econômica dos socialistas, pois existia a consideração de que esses seriam vitais na luta de classes, muito explorados e à míngua do sistema econômico. Apesar da já citada dificuldade de as lideranças entenderem o funcionamento da questão campesina, a fala se refere a uma Reforma Agrária a qual ocorreria de forma que se produzisse a policultura, contrariando

e atacando a monocultura das grandes propriedades agrícolas ligadas ao mercado internacional, e que deixava o país em situação de abastecimento interno comprometida. Todos os problemas estariam enquadrados no método democrático, passando por votações nas casas legislativas. Algumas pautas eram prioridades para os socialistas, como o direito de greve, que se manteve cerceado mesmo com a transição para a democracia; a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, com a consequência de trabalhadores em comissões na administração das empresas, tendo conhecimento do lucro; eleições sindicais livres; e autonomia sindical.

No Espírito Santo, o PSB teve proeminência na segunda maior cidade do estado no período, que era Cachoeiro de Itapemirim, localizado no sul capixaba. A liderança municipal, seguindo a tendência da agremiação a nível nacional, era de um intelectual, o professor Deusdedit Batista. Este comandava a edição do jornal *A Época*, veículo de informação que foi criado em janeiro de 1946 e que sobreviveu até 1949. Seguindo a análise de Hecker sobre os semanários socialistas, existem semelhanças e diferenças do percurso dos jornais de outros estados com o *A Época*.

Grande havia sido a dificuldade para manutenção dos impressos para circulação, pelo fato de não contar com fontes de financiamento além de seus militantes, o que fazia a produção oscilar, caracterizando períodos em que se tornavam os jornais, semanais, mensais ou até paravam de circular. O jornal socialista que mais persistiu foi o *Folha Socialista*, que, apesar de interrupções, foi editado e impresso até 1964. Em alguns momentos, o jornal tentou ampliar sua abrangência de assuntos, trabalhando mais temas do cotidiano, esporte e não apenas política. *A Época* encontrou obstáculos semelhantes, como a dificuldades de impressão, percebida na sua interrupção em 27 de agosto de 1946, cerca de 7 meses após o início de sua circulação no município, voltando um ano depois, permanecendo até 1949. Pode-se dividir o jornal em duas fases, exatamente marcado entre o antes e o depois da interrupção de sua circulação. De janeiro de 1946 até 27 de agosto do mesmo, vigorou uma linha editorial que se dizia neutra e apartidária, discutindo problemas da política, mas principalmente, dedicado à discussão da Constituinte e ao novo momento político do país decorrente da redemocratização. De setembro de 1947 até dezembro de 1949, os assuntos políticos permanecem centrais e exclusivos, porém, com a exposição clara de que se tratava de um periódico do PSB, através, principalmente, do seu uso como instrumento de campanha política para os candidatos do partido. Sempre fazendo a defesa das regras democráticas, da educação

do povo para eleger seus candidatos, o jornal, assim como seu irmão paulista, trazia assuntos de alto grau de abstração, relacionados, porém, a política parlamentar e história política, não a debates teóricos sobre o marxismo.

A diferença é o esforço pedagógico e interativo do semanário capixaba, que entrevistava o povo comum nas ruas sobre temas debatidos a nível nacional, assim como outros específicos da cidade. Mas claramente, apesar do esforço, se configura em um jornal bem teórico sobre política com temas solicitavam do leitor um mínimo de conhecimentos sobre a vida política do país, assim como da História, utilizada para exemplificar os acontecimentos e relações correntes no período em que viviam. Quem escrevia no jornal eram: O professor Deusdedit Batista; Newton Meirelles; Emílio Rocha; Poincaré Braga; Washington Santos; Álvaro Carvalho; e Rage Miguel.

Pode-se notar no decorrer do período em voga que, perpassando por diferentes eventos políticos, ocorreu o enquadramento destes dentro da linha política geral do PSB. Através das explicações dadas para a situação política, econômica e social do Brasil e Espírito Santo, assim como o apontamento do que seria necessário para reverter os problemas que estavam nessas esferas sociais. A fórmula estava pronta, tanto para os antagonismos sociais, como para o método efetivo para sua resolução.

O país enfrentava no período da redemocratização uma fase de dificuldades financeiras, com uma alta inflação e decadência na produção de alimentos para o mercado interno, gerando um êxodo rural, com as difíceis condições de sobrevivência no campo. As causas para tais desequilíbrios se encontravam, ou pelo fim da 2ª Guerra Mundial, ou pela transição econômica pela qual passava o mundo. Isso afetara a situação interna do Brasil, que viu o problema se agravar com a situação político-econômica específica do país. Internamente, aconteceu a transição política do Estado Novo para a democracia, sendo denunciado pelo PSB o autoritarismo com que o governo agia. Porém, de início a crítica não se referia diretamente a Vargas ou ao Estado novo, mas sim apontava para a existência de “mandões” ou de um “mandonismo do Catete”⁷. A principal acusação estava voltada para o *modus operandi* de fazer política, pautada no tradicionalismo que sobreviveu, segundo a interpretação socialista, no período democrático. A isso chamaram de “velha política”, baseada em “interesses pessoais”⁸. Antes de demonstrar

⁷ A Época, 01/01/1946, p.1.

⁸ A Época. 08/01/1946, p.1.

o que a linha editorial do jornal considerava a saída para sanar esses problemas, sigamos a interpretação do partido com relação ao antagonismo e como ele conciliava este com a democracia liberal.

A sociedade, dentro do pensamento socialista capixaba, era partida em classes antagônicas, estando de um lado, a classe trabalhadora urbana, rural e pequenos comerciantes, sofrendo com todo o ônus da crise; de outro, uma classe burguesa exploradora, que ganhava com lucros extraordinários, através da venda a altos preços de alimentos, ligada a uma burguesia internacional, que se beneficiava da venda de desses produtos que estavam escassos no mercado interno brasileiro. O Estado beneficiava as classes abastadas, sendo parcial nessa luta, na interpretação do PSB.

A luta de classes era clara em algumas matérias, como aquelas que se direcionava para a organização dos trabalhadores em sindicatos para conquista de direitos sociais, e também para lutar contra o “capitalismo reacionário e explorador”⁹ nos direitos de trabalho. A menção a exploração do trabalho dentro do ambiente de trabalho, assim como a exploração através de preços dos produtos de consumo dos trabalhadores, sempre são representadas pela figura de um capitalista explorador.

A forma que os trabalhadores tinham que lutar era dentro da organização sindical, que deveria ter uma autonomia frente ao Estado, como órgão de representação dos interesses dos assalariados. E, para isso, era necessário ser regulamentada a autonomia sindical. Deusdedit Batista, contrariando a linha nacional do Partido de reivindicar o fim do imposto sindical para assim desatrelar os sindicatos do Estado, apontava para a necessidade da cobrança do imposto sindical para organização da classe trabalhadora, como forma de forçar os desinteressados em participar das lutas das quais, mesmo não lutando, iriam se beneficiar. Outra questão importante era a conquista do direito de greve, a qual o PSB defendia como sendo a forma que os trabalhadores teriam para reivindicar seus direitos salariais e de condição de trabalho. Porém diferente da linha nacional, que visava ampliar a greve econômica para a política, o PSB capixaba mantinha os trabalhadores organizados em sindicatos “fora de agitações políticas de partidos”, tendo, porém, cada indivíduo o direito a participar, mas sem o amparo institucional. O sindicato, na concepção regional, estava direcionado para o

⁹ A Época. 01/01/1946, p.7.

assistencialismo e lutas econômicas dos trabalhadores, sendo questões amplas da política algo a ser resolvida por cidadãos e políticos.

Uma questão importante, alinhada ao nacional, estava encaixada dentro da ideologia conciliadora socialista, que era o pleito para socialização do capital, que se fazia para a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas. Essa reivindicação foi observada no jornal, e teria por consequência a distribuição dos lucros para os participantes do processo produtivo, assim como, o controle pelos trabalhadores do quanto à empresa ganhava com a produção, efetuando um controle dos ganhos.

Tudo isso deveria ser aprovado por leis, votadas pelo legislativo e executadas pela presidência da república, o que, segundo a concepção socialista, deveria trazer em seu bojo uma série de mudanças na sociedade para que reverberasse da política, encontrando aí seu ponto de progresso.

O Estado de direito deveria arbitrar a sociedade, através de leis. Mas para isso, deveria ocorrer uma renovação da política, uma inflexão seria a educação política do povo e a moralização da política. Isso se baseava na ideia de que um povo consciente e “vigilante” teria condições de, no processo eleitoral escolher representantes aptos a defender seus interesses, assim como, através do ativismo cívico, defender a democracia, tanto da corrupção quanto de regimes autoritários. Para a democracia funcionar, deveria ocorrer dessa forma ¹⁰.

Como isso demandava tempo, o professor Batista propunha no jornal uma medida paliativa, que era a profissionalização dos políticos, de modo a trata-la “da mesma forma que uma profissão qualquer, [nas quais] é exigido do indivíduo e analisando a sua competência prática para que fosse aceito, os políticos também deveriam passar por esse processo” ¹¹. O Político deveria passar por processos que o legitimariam enquanto representante do povo. A preocupação dos socialistas era modernizar a política capixaba, substituindo a política tradicional, baseada no poder da personalidade, por partidos com definições programáticas mais efetivas que a relação pessoal. Era a luta entre aquilo que deveria acabar que era a “politicalha”, pelo que deveria acontecer, a “política” ¹².

¹⁰ A Época, 15/02/1949, p.7.

¹¹ A Época, 08/01/1946, p.1.

¹² A Época. 08/01/1946, p.1.

A política era a solução para resolver os problemas da população, principalmente aquela mais necessitada, além de garantir as liberdades individuais dentro de um regime democrático. Porém, para ter credibilidade, a moralização da política se fazia urgente, para não levar mais descrédito à mesma com a sociedade e, inviabilizando os mecanismos democráticos para transformação econômica social dentro do regime liberal. Assim, para além de uma política objetiva, pautada em interesses coletivos, ou até técnica e profissional para garantir bons políticos, era preciso mudar os hábitos da política, gerando credibilidade na política, deixando a perda de fé do trabalhador nela para trás. Propunha um caminho educativo para a população e formas diferentes de encarar a política pelos representantes da população.

Tratava-se de assertivas de como resolver o problema social a partir de uma política renovada, que se daria pelos pressupostos da moral e educação democráticas. Um partido com uma leitura de luta de classes que via na política a resolução do problema das classes mais necessitadas, proletariado urbano, trabalhadores rurais e pequena burguesia. Porém, em algumas análises e exposição de projetos que tramitavam na Assembleia Constituinte, o PSB conciliava os interesses das classes antagônicas em sua linha eclética de pensar a política.

Quando se referia ao direito de greve, participação nos lucros das empresas e a questão salarial constata a matéria do dia 23/3/46 que, a primeira havia sido quase extinto por um decreto lei, de que, se “(...) é verdade que tudo devemos para evitar essa tendência a excessos provocada pela incompreensão entre patrão e empregado (...)”¹³ ainda mais em um momento econômico em que o Brasil precisava da colaboração de todos os bons brasileiros, o direito de greve era um direito da classe trabalhadora. Em outras matérias aparece essa alusão a uma união entre as classes sociais, de forma a harmonizar os interesses nacionais¹⁴. Fazia assim a conciliação entre os interesses antagônicos. Existia a exploração, mas a forma de acabar com ela e gerar “justiça social”¹⁵.

Sobre economia, existia a ambiguidade dos discursos, que oscilava entre a defesa do Estado liberal, de medidas intervencionistas e nacionalistas no que toca as ações a se tomar com relação à situação econômica do país. Sua concepção histórica do problema, não é teorizada ou bem acabada em uma teoria, mas pode-se identificar a forma como o

¹³ A Época. 23/03/1946, p.1.

¹⁴ A Época. 27/01/1948, p.2.

¹⁵ A Época, 28/10/1947, p.5.

PSB enxergava a questão econômica do país. O Brasil era um país agrário, que tinha uma produção cafeeira extensa, porém, uma produção para consumo interna deficiente, gerada pela falta de incentivo e amparo ao pequeno produtor. Desse modo, em momentos de crise econômica, na qual existe um crescimento do consumo já estabelecido e uma oferta insuficiente de produtos, a ocorrência da inflação é algo inevitável, ainda mais em um país em processo de industrialização, que gera maiores distorções colocando os executores de tal projeto sob o peso do dilema industrialização/retração.

Essa contradição que é gerada do processo de desenvolvimento econômico, principalmente para países subdesenvolvidos (SKIDMORE, 1982) O PSB entendia o problema agrário do país, da falta de um mercado interno e que isso gerava inflação, situação agravada por conjunturas, como foi o fim da 2ª Guerra.

Desse processo, alguns capitalistas “exploradores” de comércio (intermediários) e os grandes proprietários de monocultura nacionais ganhavam, assim como o capital financeiro e comercial internacional, ficando o ônus da inflação e da falta de condições de sobrevivência sobre a classe trabalhadora e camponesa.

No jornal, em uma matéria sobre os intermediários que obtinham lucros extraordinários, apontava para a necessidade de intervenção do Estado, um “mal necessário” por ser uma “medida totalitária”¹⁶. Essa medida se tratava do tabelamento dos preços de itens básicos da população, que era pauta do jornal, algo defendido por ele, mas, como demonstrado, indo contra suas concepções de liberdade, pois a intervenção pelo Estado na economia era considerada algo ruim.

Além desse tipo de ação estatal, outra se fazia urgente, que era a questão dos trabalhadores rurais. Ao Estado se atribuía a culpa pela situação crítica do campo, pois este deveria fornecer suporte financeiro e técnico e ainda definisse a policultura como intenção dessa produção, de modo a suprir a carência do mercado interno. A inação do Estado deixava a situação crítica. Junto a isso, deveria ser feita a inclusão dos trabalhadores do campo na legislação trabalhista, algo que era debatido na época. A reforma agrária não era algo debatido no jornal, mas sim a necessidade de investimento na pequena agricultura, através da mecanização, empréstimos e planejamento.

¹⁶ A Época, 04/06/1945, p.1.

A industrialização era algo importante para resolver esse problema, pois os recursos que seriam gerados poderiam servir ao investimento no campo. Quando a questão do petróleo estava sendo debatida a nível nacional, o jornal fez uma adequação do tema para interessar seus leitores, ligados também ao meio rural.

O PSB, em matéria de Ruge Miguel, que também tivera matérias publicadas em A gazeta, escreveu o título *Brasil industrial e Brasil agrário*, demonstrou a possibilidade de existir esses dois brasis, um setor auxiliando o outro, principalmente a indústria petrolífera, que seria uma esperança no Brasil. Com a industrialização, os recursos seriam destinados ao campo, fortalecendo as atividades e possibilitando o crescimento de uma produção para o mercado interno, sanando a questão da inflação. Nesse ponto, a defesa da exploração nacional foi defendida pelo PSB pelo sentido “altamente patriótico” que se imprimiu a Campanha *O petróleo É nosso*; sendo inconveniente a exploração dessa riqueza por agentes estrangeiros. Na leitura do PSB capixaba, a questão econômica do Brasil passava pelo campo, sendo até os aumentos de salários dos trabalhadores urbanos insuficientes caso o atendimento das necessidades internas não fossem resolvidas, pois, o problema era que logo os ganhos dos trabalhadores seriam corroídos pela inflação. O monopólio do petróleo, portanto, era algo defendido para a população de Cachoeiro de Itapemirim, como algo que traria melhoras para a agricultura.

Em linhas gerais, o PSB difundia ideias direcionadas a nível nacional pela seção paulista, mas os adequava a realidade capixaba, assim como tomava posturas distintas com relação a alguns temas. Pode-se inferir que as ideias principais do partido estavam expressas no jornal A Época, e que no mesmo não havia um grande apelo ao nacionalismo. O termo “nacionalismo racional”, apontado por Washington Santos¹⁷ como conduta protetiva a se tomar no consumo de produtos da cidade, mostra uma auto diferenciação frente a outros nacionalismos, mesmo que não se refira a eles. Porém, quando a campanha do Petróleo surgiu no território capixaba, seu discurso se alinhou ao nacionalismo da *Campanha do Petróleo*, distando da forma como debatia os diversos temas no jornal (Esse fato será mais bem observado no capítulo 4).

Os temas nacionais que não são trabalhados dentro da restrita esfera pública ou são desmembrados do que se debatia a nível nacional são: a Reforma Agrária, que fora

¹⁷ A Época, 8/2/1949, p.4.

substituído pela cobrança do governo na pequena agricultura; a greve política, que já era algo trabalhado em São Paulo, mas que no Estado ficou restrito a greve econômica; a discussão do marxismo, que não foi feita no jornal *A Época*, ao contrário do que ocorria no *Folha socialista*, e a diferença de postura sobre a cobrança do Imposto Sindical, que foi defendida por Deusdedit Batista, liderança do partido, o que ia em sentido oposto ao que se formulava em outras seções estaduais, como a seção paulista. Sobre a Central Brasileira, o partido se adequava ao campo político, reclamando as autoridades, mas com relação ao petróleo, como se verá, adotaram o desenvolvimentismo de esquerda, defendendo o uso estatal das riquezas naturais, com uma forma de resguardar não somente a soberania nacional, como dinamizar a economia e suprir suas deficiências crônicas.

Fatores regionais, como o predomínio de relações coronelistas; a composição social ainda muito presa ao campo; um proletariado ainda insurgente e a necessidade de conciliar os interesses da pequena burguesia do campo são fatores que influenciaram na chegada de temas gerais debatidos a nível nacional no Estado do Espírito Santo, o que solicitou aos militantes do partido a montagem das peças da ideologia, adequadas de uma linha nacional do PSB, conforme a realidade local. Com relação ao petróleo, mudaram sua postura, utilizando a propaganda nacionalista, potencializada por sua capacidade pedagógica. Alinhava-se ao no campo econômico, como pode-se perceber, ao desenvolvimentismo socialista, pois, diferente daquela empresarial, defendia os interesses salariais dos trabalhadores sem apelar para uma leitura pautada na taxa marginal de lucros para a majoração. Mesmo o discurso aproximado do liberalismo não tirou essa característica.

2.4. O trabalhismo, os sindicatos e o PTB

Nesta seção serão abordados os aspectos essenciais da invenção do trabalhismo, projeto criado e implementado pela assessoria de Vargas no Estado Novo com o fito de criar uma base social consistente de apoio ao governo e ao presidente, assim como o debate bibliográfico conceitual em torno da diferença populismo/trabalhismo, as características do PTB enquanto partido político, sua relação com os sindicatos e a configuração do partido no Espírito Santo. O partido representou o projeto de Vargas, que tomados os caminhos que tomou, estruturou a partir de sua proposta o debate político, pois, com a

abertura política as agremiações que surgiram tiveram que dar respostas a esse projeto em questões como nacionalismo, intervencionismo estatal, a questão do trabalho, organização institucional de sindicatos e seu grau de autonomia. Portanto, o trabalhismo e as posições defendidas pelo PTB são aqueles que representam o projeto colocado para o Brasil e estruturante das disputas entre atores políticos e sociais acerca do papel do Estado e sua relação com a população e outras nações.

2.4.1. O trabalhismo

A *palavra operária* está em seu *fazer-se*. Estas são considerações de W. Sewel e E. P. Thompson, ambos especialistas no estudo da cultura da classe trabalhadora. Esses historiadores levam em conta a importância dessa esfera de pesquisa para o entendimento sobre a configuração da classe trabalhadora enquanto tal, discordando das análises que enquadram as ações políticas como determinadas pela posição no modo de produção. Uma classe existe no momento em que homens se percebem enquanto iguais, veem interesses em comum, e identificados lutam por seus objetivos. Essa assertiva aponta que, em períodos históricos, em estruturas econômicas diversas, pode não existir uma classe trabalhadora.

Esses autores demonstram que os movimentos de classe, quando constituídos, se apropriam de elementos disponíveis culturalmente para então agir politicamente, unindo a ruptura e a continuidade, o novo e o velho, para enfrentar a quem lhes opõe. Desse modo, a cultura é essencial para a união de pessoas em torno de uma luta comum, pois, primeiro lhes pode gerar identidade, e posteriormente oferece o caráter instrumental.

Ângela Maria de Castro Gomes, em seu livro, *A invenção do trabalhismo*, utiliza a contribuição desses autores, na busca de entender como estes se constituíram em atores políticos frente a outras classes sociais e ao Estado, assim como criou uma autoimagem do seu lugar em sociedade. A *palavra operária* esteve, desse modo, desde a fundação da República, com os trabalhadores, que estabeleceram através de sua propaganda uma ética do trabalho, definindo a importância que o trabalhador tinha na sociedade e o papel e significação do Estado. Primeiro os socialistas, depois os anarquistas, e por fim, no que concerne a movimentos autônomos dos trabalhadores, os comunistas tiveram momentos de hegemonia no *fazer-se* da classe trabalhadora. Sua formação foi permeada por disputas internas, entre as correntes supracitadas, assim como externamente, pela Igreja e posteriormente pelo Estado.

Dentro de uma concepção distinta de nacionalismo, a assessoria de Vargas criou um projeto para criar bases para o regime ditatorial. Neste, o trabalhador assumiu a centralidade do projeto, constituindo-se em base para a manutenção do regime corporativista. Para tanto, o Estado Novo reprimiu os trabalhadores, encampou suas lutas e demandas, fazendo tábua rasa do passado, para depois ofertar a legislação trabalhista como um *gift*, ou seja, um presente de Vargas para a classe trabalhadora. Essa estratégia visava à criação de laços entre o regime ditatorial e a classe trabalhadora, através da ideia e reciprocidade. Gomes (2008) utiliza a teoria da *dádiva* de Marcel Mauss, na qual identifica três pontos no processo de criação da relação: *dar-receber-retribuir*. Para acontecer a reciprocidade, é necessário que um polo, com mais recursos, dê algo para o polo dependente. Feito isso, este entre em uma relação assimétrica em que tem que retribuir o que recebeu. Caso não receba, não existe a reciprocidade. Se receber e não retribuir, ocorre um desentendimento entre as partes. Aplicando ao caso, Vargas “deu” a legislação trabalhista a cidadão brasileiro, este tinha que recebê-lo para então retribuir ao *gift*. Esse raciocínio exclui a interpretação difundida de que houve manipulação das massas de trabalhadores pelo Estado através dos Sindicatos. Não se deixa de reconhecer a tutela do governo sobre os trabalhadores, porém, dentro dessa estrutura houve movimentação autônoma dos “presenteados”, dentro da estrutura de possibilidades (PRZEWORSKI, 1989) como se verá.

2.4.2. Populismo e trabalhismo

O conceito populismo foi bastante utilizado para configurar um tipo de relação entre o Estado e o povo, especificamente os trabalhadores. Seu uso conota ação governamental e passividade do povo, manipulação por um lado, e manipulados por outros. Alguns autores deram atenção a esse uso, que, por exemplo, é refutado pela análise acima exposta por Ângela Maria de Castro Gomes. A consolidação da corrente interpretativa seu deu no capítulo do livro organizado por Jorge Ferreira, *O populismo e sua história: debate e crítica*, no debate feito pelo organizador em *O populismo e as Ciências Sociais no Brasil*.

Nas palavras de Cardoso:

“[...] a investigação histórica da classe trabalhadora no Brasil levou-o a concluir que tal classe teve um papel de sujeito, não passivo, que realizava “escolhas segundo um horizonte de um campo de possibilidades”, o que, por si só, já invalidaria o uso do conceito populismo [portanto] contrapõe-se ao

uso da categoria cooptação e manipulação para descrever a relação entre classe trabalhadora e Estado no populismo, uma vez que ela defende uma relação de pacto trabalhista, em que havia negociações, concessões e resistência entre os atores em que, mesmo admitindo-se que estes eram desiguais, não havia, segundo ela, “um Estado todo poderoso e nem uma classe passiva porque fraca e numérica e politicamente” (CARDOSO, 2014, p.27).

Daniel Aarão Reis filho, também em capítulo no livro organizado por Ferreira, chamado *O colapso do colapso do populismo*, aponta para o mesmo caminho, identificando o trabalhismo enquanto defensor do nacionalismo, estatista e popular, com independência internacional, interventor e regulador da economia, assim como promotor de bem-estar financeiro para os trabalhadores, através de planos de carreira, sindicatos, Iap's, justiça do trabalho e do assistencialismo. Porém, com o golpe de 1964, atribuiu-se a essa relação os termos de demagogia, paternalismo, permeados de corrupção, fisiologismo, irresponsabilidade, irrealismo, peleguismo, em um processo de demonização do trabalhismo, feita por uma posição liberal (CARDOSO, 2014).

Jorge Ferreira em seu capítulo, *O nome e a coisa*, argumenta que o nome populismo foi a forma encontrada por alguns para chamar aquela relação entre Estado e sociedade, uma categoria histórica, que foi, porém, distinta nas concepções sobre a coisa, por exemplo, como a visão udenista e a petebista. No ano após 64, os atributos dados ao populismo foram simplificados, diluindo as diferenças existentes, sobrevivendo a concepção de que o populismo era baseado na manipulação das massas, em que o Estado todo poderoso trataria de uma relação ativa o povo passivo, enganado ou confundido, por motivos demagógicos. Se opondo a essa concepção e a esclarecendo melhor, diz que o sucesso do trabalhismo se deu pelo retorno material e simbólico dado aos trabalhadores, o que, porém, não deslegitima a formação da classe trabalhadora, pois é a “consciência de classe, legítima porque histórica” (CARDOSO, 2014).

Outros estudos demonstram que essa passividade dos trabalhadores não correspondeu a realidade, pois, mesmo que limitados pelo sistema corporativo sindical, os trabalhadores realizavam cálculos políticos, negociações, concessões e resistências, e até adaptações do nacionalismo de Estado a concepções próprias, não aceitando passivamente o sentido de politização promovida pelo Estado, como demonstram os trabalhos de Fernando Teixeira e Hélio Costa, *Trabalhadores urbanos e populismo* e de Eliana G. da Fonte Pessanha, *Classe trabalhadora e populismo* (CARDOSO, 2014).

Sobre o projeto construído pelo governo Vargas, o trabalhismo entrou no sistema democrático burguês e obteve vantagens, gerando enorme incômodo por parte da oposição liberal, que atribuiu a relação que colocou o trabalhador como ator político decisivo na cena política como demagogia, além de desqualificar as escolhas dos trabalhadores, que não seriam dotadas de cálculo ou validade, mas apenas de incapacidade. Essa visão a qual se contrapõe os autores acima citados foi dominante e ainda tem existência em discursos políticos, ocultando a complexidade da questão, porém, recebendo um tratamento no sentido de mostrar uma leitura alternativa.

2.4.3. O PTB

O projeto feito pela assessoria de Vargas tinha a pretensão de manter o Estado Novo, implementando a nova relação entre Estado e sociedade, porém, a previsão de uma possível eleição gerou o Plano B, e mesmo esse não deu conta dos acontecimentos gerados pelo surgimento de uma forte oposição. O escopo amplo desse projeto teve de ser adequado ao curso da redemocratização, e a participação eleitoral antes marginalizada se tornou central. Mesmo o surgimento do PTB em 15 de maio não havia o colocado enquanto signatário político do projeto ou mesmo ator relevante no processo eleitoral. A classe trabalhadora representada pelo PTB estava em suspenso. Foi no final de 1945, em 3 de novembro, que o registro final do partido ocorreu e que então o partido ganhou existência e força, com o direcionamento de Vargas para o apoio a Dutra. O trabalhismo ganhou sua forma partidária através do PTB, surgido nos desdobramentos mais inesperados para o projeto estado novista (GOMES, 2005).

O partido buscou se instalar primeiro em centros urbanos, onde tinham mais trabalhadores industriais, mais propensos a cultura trabalhista, sendo, porém, sua posterior inserção em áreas rurais feita de maneira estratégica, no aproveitamento das cisões entre elites regionais para conquista de posições nos governos, mas, para além disso, no ganho do eleitorado rural. A consolidação de coligações encontrou no primeiro momento a possibilidade de se entrar em municípios fechados a influência petebista, o que era um fato importante para o partido, haja vista a predominância da política de tipo municipal rural no Brasil no período de 1945 a 1964.

Segundo Gláucio Ary Dillon Soares, no artigo *democracia interrompida*, o PTB surgiu como um partido centralista, no qual as sedes regionais deviam obediência à sede nacional, demonstrando não haver autonomia interna, sendo autoritário e hierárquico,

além de, como salienta Maria Victória Mesquita Benevides em *Disputas do PTB em São Paulo*, não ser um partido necessariamente composto por trabalhadores, ao contrário, era mais um partido *para* os trabalhadores que um partido *dos* trabalhadores (CARDOSO, 2014).

Maria Andréa Loyola, no livro *O PTB e os sindicatos*, em um estudo de caso em Juiz de Fora, demonstra como os trabalhadores organizados na base sindical tiveram dificuldades de participar do partido como candidatos, pois a elite partidária dentro da rígida hierarquia tornava a possibilidade de participar algo dependente de cálculos e manobras políticas. Confirma o que Soares diz sobre alianças com elites, pois, mesmo sendo Juiz de Fora um município relativamente industrializado desde a virada do século, para lançar um candidato de base sindical de uma fábrica de tecidos, as lideranças tiveram de trocar favores com Tancredo Neves para conseguir seu objetivo. Infelizmente a pesquisa não fala o nome de trabalhadores ou da empresa, haja vista que o espírito inicial da pesquisa paga pela empresa era sondar os trabalhadores, pois ali estava em vias de implantação um projeto de modernização (LOYOLA, 1980). Desse modo, as informações sobre os agentes sempre se dão de maneira incompleta. Outro detalhe a se ressaltar era a força que o trabalhismo de Vargas tinha sobre as lideranças sindicais, sempre se referindo as falas de Vargas, assim como o papel que eles próprios tinham que ter frente aos comunicados e orientações daquele.

Dentro do partido, segundo Lucília Neves Delgado, que escreveu o livro *PTB: Getulismo e Reformismo* existia uma diferença de posições políticas desde a fundação do partido, que se dividia em duas: os *getulistas pragmáticos* e os *doutrinários reformistas*. De um lado, aqueles que reforçavam a mística de Vargas e se preocupava com as alianças a fazer com outros partidos de modo a expandir o eleitorado e participar de governos. De outro, aqueles que defendiam a uma postura mais independente da figura de Vargas, assim como mais atentos à um programa de governo doutrinário, ligado ao reformismo. Dentro do período em questão, são essas duas correntes que vigoram dentro do PTB, porém, vale a pena destacar que, na história do partido surgiu outra linha de grande importância para o partido, que foi a dos pragmáticos reformistas, surgidos do tipo de ação política instrumentalizada por João Goulart, a partir do momento em que foi ministro do trabalho de Vargas, em 1952. Essa vertente iria buscar o reformismo e se radicalizaria nos anos seguintes.

Por fim, fora as disputas internas do partido, no âmbito de concorrência eleitoral e de formação de bases se encontravam os partidos que disputavam os trabalhadores, que eram o PCB, o PSP, a Igreja e mais posteriormente – 1957 em diante – a UDN, com uma mudança de diretrizes. Benevides demonstrou como não se pode atribuir ao fato de o PTB ser um partido *para* os trabalhadores e não *dos* trabalhadores à falta de inserção no meio operário, isso porque, além de não ser uma marca do PTB em todo o país e ter crescido, também ignora os concorrentes de público, que dependendo da efetividade da propaganda dentro do contexto social e conjuntural, poderia enfraquecer o ganho de eleitores. No caso de São Paulo, os petebistas não tiveram êxito, pois o Adhemarismo e o Janismo eram fortes, assim como a presença do PCB. Em Minas Gerais, Juiz de Fora, o PTB teve relevância e deixou o PCB em segundo plano, mantendo-o como aliado. No Espírito Santo, o PTB estava nas mãos de elites, e na classe trabalhadora o PCB era mais efetivo.

2.4.4. PTB Capixaba

No Espírito Santo, o PTB foi organizado por uma heterogeneidade de pessoas, de diversas classes, confirmando o que Benevides afirmou por partido *para* os trabalhadores, não tendo uma composição de pessoas ligadas ao movimento sindical. Seguindo Soares, o partido aqui foi permeado por alianças e coligações, haja vista a pouca presença de um proletariado urbano, pela configuração agrária do estado capixaba. Em sua constituição enquanto partido, entre o final de 1945 e início de 1946, estiveram em sua organização um oficial da PM, Floriano Lopes Rubim e um ferroviário, Saturnino Rangel Mauro. Este estava à frente da organização do proletariado capixaba, juntamente com Nelo Vola Boreli; Floriano Rubim respondendo a burguesia; Rubens Rangel, ligado aos interesses sulinos; Argilano Dario e Mário Gurgel organizando as classes populares da capital e José e Luiz Buaiz à classe empresarial (CARDOSO, 2014).

Importante perceber que no Espírito Santo, os comunistas tinham maior inserção no meio sindical e no chão de fábrica, sendo os trabalhistas uma elite política trabalhista, nos primeiros momentos de sua criação, um partido de coronéis e algumas lideranças personalistas. A chance de crescimento de um partido *para* a classe trabalhadora depende não só de sua efetividade de propaganda, mas como apontou Benevides, também da inserção de seus concorrentes na disputa. A greve de 1948 na CVRD, maior

empresa da época, comandada por comunistas, demonstra a força dos comunistas no Estado, frente ao trabalhismo do PTB.

2.4.5. A Gazeta e o trabalhismo

O jornal A Gazeta enquanto fonte primária para o estudo do PTB não é uma opção, pelo fato de ter sido vendido em meados de 1945 para Elosipo Cunha “Lolô Cunha”, transformando-se de um jornal governista para oposicionista. Porém, desde 1940 é possível analisar o quanto a propaganda trabalhista trouxe seus elementos para a esfera pública capixaba. Assim como o PCB, o trabalhismo de Vargas, ainda na ditadura, aparece como os projetos que tiveram uma propaganda mais afinada com os temas debatidos a nível nacional, diferente das demais agremiações do pós-período democrático, como UDN, PSD e em certo aspecto o PSB, os quais guardavam maiores diferenças entre o nacional e o local.

A defesa de um Estado intervencionista ou o chamado “dirigismo” foi, segundo a interpretação do jornal, a forma de enfrentar os regionalismos, os quais havia tornado o Brasil “[...] em vinte e uma republiquetas, com seus exércitos e símbolos próprios. Para a completa independência, pouco faltava aos Estados”, o que foi desmantelado por Vargas, que estabeleceu a unidade nacional e acabou com o “centrifugismo político”. O fim dos partidos políticos foi um modo de derrotar o facciosismo presente no país, tornando-o “uno, coeso e eterno”¹⁸.

Assim como assinalou Castro Gomes, o processo de formação do trabalhismo, dentro do projeto planejado pela assessoria de Vargas, deveria, antes de qualquer coisa, situar o governo estado novista no presente frente a um passado decadente, com a projeção de um futuro de progresso. Desse modo, a 1ª República foi tida como período ruim para a nação, principalmente pelo liberalismo que beneficiava as elites regionais. Portanto, esse passado liberal era o que se tinha de manter no passado. Em matéria do dia 29 de outubro de 1941, atribui-se aos ideólogos liberais fisiocratas certa razão sobre a existência de leis naturais para reger a economia, porém, não sem a intervenção do Estado, esta que era necessária para proteção da propriedade privada. Quem insistisse na validade de uma economia livre da direção do Estado, queria o “mal da economia nacional” com vista a gordos lucros produzidos através da especulação. Esse ideário

¹⁸ A Gazeta, 4/8/1941, p.3.

deixado de lado e dentro da estrutura criada pelo Estado Novo “[...] consulta bem de perto os anseios e interesses dos brasileiros que amam de verdade o Brasil e voluntariamente subordinam-se a quaisquer medidas que sejam adotadas para honra e engrandecimento do seu nome”¹⁹.

A lei da Oferta e Procura, defendida pelos liberais, segundo a leitura de *A Gazeta*, só poderia beneficiar os intermediários açambarcadores, que visavam lucros excessivos à custa da população, deixando esta de “estômagos vazios” para satisfazer “meia dúzia de estrangeiros”. Citando o exemplo do município de Corumbá, através do discurso do coronel P. de Paula Cidade, aproveita para demonstrar o quanto as autoridades municipais estavam alheias aos problemas da população, reproduzindo uma pergunta fatalista destas: “mas o que fazer [...] se tudo isso dependia da oferta e da procura?”²⁰.

Esses problemas deveriam ser resolvidos pelo Estado, e já no caso dos açambarcadores, estavam sendo combatidos. No aspecto econômico o jornal alardeava os sucessos de Vargas, como a diminuição da dívida externa, assim como a criação de um lastro em ouro para o país. Isso fora gerado através do papel do Estado, auxiliado pelos benefícios gerados pelos Acordos de Washington e cooperação com os EUA²¹.

Após a posse de Marcondes Filho como Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, que levava a cabo o projeto de construção e propaganda mais acabada do trabalhismo, o trabalhador foi colocado como ator central para o progresso do país, assim como seu histórico de lutas apagado e apropriado como uma dádiva de Vargas, que com “justiça e carinho” havia “concedido” aos trabalhadores. A figura do ministro também fora enaltecida, como indivíduo capaz de gerar o equilíbrio entre classes antagônicas, harmonizando através da execução da legislação do trabalho²².

Na nova construção do nacionalismo e de seus elementos principais - a natureza inexplorada e o trabalhador marginalizado/ desvalorizado, que bem utilizados e devidamente valorizados proporcionariam ao corpo nacional um desenvolvimento econômico e social para o Brasil - o trabalhismo encontrara seu elemento agregador. Em *O novo ciclo do Brasil*, do dia 19 de setembro de 1941, já era valorizado elemento natureza, representado na matéria através do minério de ferro, que era abundante,

¹⁹ Ibid.

²⁰ *A Gazeta*, 02/11/1941, p.3.

²¹ *A Gazeta*, 06/08/1943, p.3.

²² *A Gazeta*, 07/03/1942, p.6.

porém, inexplorado. A exploração desse item dinamizaria a economia e faria com que a agricultura também crescesse, desse modo, resolvendo o problema da carestia²³.

O trabalhador por sua vez, na 1º República estava abandonado, sem direitos e desvalorizado, o que fazia com que um ator tão central no desenvolvimento nacional ficasse a margem. “O trabalhador brasileiro esteve antes completamente desvalido, entregue aos acasos do mais cruel destino”²⁴. Em trecho de matéria segue que:

“[...] era o trabalhador nacional um homem desconhecido dos que se assentavam pomposamente nas cadeiras dos palácios e das câmaras, e somente lembrando quando lhes eram necessários os votos ou quando, preterindo um direito ou apresentando uma queixa, eram enxotados pelas escadarias de suas residências governamentais, sob as mais cruéis ameaças”²⁵.

Quem mudou esse quadro foi Vargas, que os valorizou e concedeu a legislação trabalhista sem que tivesse pedido a ele. O trabalhador foi colocado como incapaz de ter lutado por esses direitos, pois era “[...] ignorante da grandeza de seu próprio labor, marujo de sol a sol a causa de ganhar o próprio pão de todos os dias [...]”. Por esse motivo, os direitos foram dados por Vargas, “[...] sem necessidade de quaisquer movimentos de reivindicação”²⁶.

Mas para que a lógica da reciprocidade funcionasse, além da constante afirmação de doação de direitos aos trabalhadores, estes precisavam aceitar o presente, participando dos sindicatos, que seriam o meio de estabelecer a relação concreta entre Vargas e os trabalhadores, o pai e os pobres. Para isso, os incentivos seletivos descritos por Olson vigoraram na estratégia de Vargas e do Mitic, como foi o caso da “recreação operária”, a qual o Estado investiu em Centros de recreação, assim como na formação de mão de obra qualificada²⁷. Vargas e a legislação do trabalho, assim como o atendimento a aumentos do salário mínimo traziam a justificativa da melhora de vida dos trabalhadores, pautada na valorização cristã da pessoa humana.

No ano de 1945 é perceptível uma intensificação da propaganda trabalhista em torno do Estado Novo e dos feitos de Vargas, haja vista que a oposição fazia uma intensa propaganda anti - Vargas, já com um candidato escolhido, antes mesmo do surgimento

²³ Ibid., p.1.

²⁴ A Gazeta, 28/02/1945, p.1.

²⁵ A Gazeta, 09/03/1945, p.1.

²⁶ A Gazeta, 23/02/1945, p.1.

²⁷ A Gazeta, 28/02/1945, p.1.

de uma agremiação a qual representasse. Desse modo, os colunistas e defensores de Vargas retrucaram aos detratores do ditador, apontando para seus interesses particulares, da ambição de um retorno ao passado da 1ª República, na qual os poderes regionais tinham força e não vislumbravam o bem coletivo. Os adjetivos aos opositoristas eram “agitadores”, “ingênuos”, donos de um “linguajar solerte”. Dentro de um contexto em que o debate girava em torno da possível Reforma Constitucional ou da Assembleia Constituinte clamada pela oposição, as matérias apontam para a impossibilidade de ocorrer o que queriam os inimigos de Vargas, pois a situação de guerra fazia necessário que se fizesse logo as eleições, sem ter tempo para algo tão profundo, além do fato de serem improfícuas, no entendimento dos governistas, as críticas feitas ao líder trabalhista. Nesse mote, continuou o processo de valorização do Estado Novo frente ao que se teve anteriormente, principalmente no que se refere ao regionalismo e ao liberalismo.

O executor da política desenvolvimentista no Estado, que era defendida pelo trabalhismo, era o interventor Jones dos Santos Neves, que havia assumido em 1943. Elogiado diversas vezes pelo seu alinhamento à Vargas, o interventor membro das elites agrário - exportadoras representadas pela facção dos Monteiro jeronimista, tinha uma posição ligada à política de industrialização, que o distinguia entre os seus pares. A preocupação demonstrada pelo jornal em suas colunas era com o desenvolvimento industrial somado ao incremento agrícola, assim como uma atenção ao perigo do êxodo rural que poderia ocorrer com o crescimento da economia urbana.

Nas matérias em que se fala sobre a atuação do interventor, o evento que ganhou maior relevância foi o decreto que este baixou com o fito de estimular e proteger a indústria e o setor primário do Estado. Era o Decreto nº 14.797 de julho de 1943, o qual dava isenção fiscal a empresas que se instalassem no Estado e que consumissem a matéria prima local. Dentre as indústrias beneficiadas, estavam enumeradas no decreto: Madeira, celulose, papel e papelão, tecelagem, química, ferro e aço, óleos e ceras vegetais²⁸. Isso geraria a dinamização da economia, estimulando pequenas indústrias. Estas também tinham de ser valorizadas, pois, como o exemplo de uma fábrica de anzóis em Anchieta, outras poderiam crescer através do incremento de suas atividades²⁹. Porém, a referida preocupação com o êxodo trazia por parte dos propagandistas do

²⁸ A Gazeta, 01/09/1943, p.7.

²⁹ A Gazeta, 27/10/1943, p.1.

projeto de Vargas no Espírito Santo, a defesa de indústrias perto da zona rural, para evitar tal problema³⁰. Obras de maior tamanho eram as obras do Cais de Vitória e a reforma da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), ambos os maiores símbolos do desenvolvimento do Espírito Santo naquele período.

Vendido posteriormente, o jornal mudou completamente seu posicionamento frente à todas essas questões, porém deixa a observação de uma propaganda ampla e aplicada a realidade capixaba, do que foi o projeto trabalhista e do desenvolvimentismo que ele representava. Porém, mesmo sendo um partido *para* trabalhadores, os pioneiros da expressão partidária, o PTB, eram de grande diversidade, muito ligados ao personalismo e relações tradicionais, remontando, portanto, o tipo de relação de aliança a que Soares se referiu, a inserção do PTB em seus momentos iniciais no Espírito Santo não parece ter sido uma tarefa qualquer, pois com maior entrada nos meios de trabalhadores estava os comunistas, que, dentro da maior empresa do Estado e uma das maiores do Brasil, fizeram uma greve, a greve de 1948, duramente coagida, apesar de vitoriosa nos retornos materiais. Como observou Benevides, para atribuir o fracasso do partido em um lugar deve-se levar em conta os concorrentes, e não a configuração elitista do mesmo. A situação do PTB capixaba iria se alterar, seguindo os fluxos de conjuntura nacionais, porém, preso ao tempo específico do Estado. Sendo o projeto trabalhista aquele que estruturou o debate sobre Estado, Nação e Indústria, é perceptível que o jornal A Gazeta em seu momento governista defendeu esse ponto de vista, valorizando o fomento a indústria nacional, enaltecendo as atitudes governamentais de Jones dos Santos Neves. A linha do trabalhismo era mais estruturada, com uma visão mais sólida de projeto, visando objetivos mais homogêneos dentro da esfera do partido. Sua consolidação no PTB teve com elementos o PM Floriano Rubim e do ferroviário Saturnino Rangel Mauro. Este, por sua vez, era alinhado ao nacionalismo, com um discurso estruturado e combativo, como foi observado na Ales. Na Câmara dos vereadores de Vitória, Sergipense Pena prestava apoio a Hermógenes Lima Fonseca nos apartes contra a Central Brasileira, acusada de ser uma empresa imperialista desinteressada no desenvolvimento do país. Portanto, próximo de um discurso que apoia a ação do estado para inibir tal ação, ligado ao nacional desenvolvimentismo, daquele que se configurou, com as formulações técnicas, e no desenvolvimentismo nacionalista.

³⁰ A Gazeta, 3/8/1943, p.1.

2.5. O PCB entre a teoria e a prática.

O Partido Comunista do Brasil (PCB) era um grupo político de inserção nas massas de trabalhadores, com força política e se tornou motivo de preocupação exagerada por parte das elites brasileiras, no que concerne a sua relação com a classe trabalhadora. Sendo um partido de Vanguarda, tinha uma rígida estrutura ideológica interna, assim como se manteve alinhado com as diretrizes do PC soviético, do qual irradiava as determinações do *Komitern*. Porém, os direcionamentos teóricos do partido fizeram com que os comunistas brasileiros encontrassem realidades distintas do que lhes apontavam as fórmulas políticas, existindo assim, entre comitê central e militantes de base, um afastamento consoante conjunturas e estruturas econômicas distintas (SANTANNA, 2001).

Em linhas gerais, o pensamento econômico marxista era permeado pelo embate de duas linhas de pensamento hegemônicas, a do leninismo e das teses da III Internacional por um lado; e o Trotskismo e as teses da IV Internacional por outro. Essas duas linhas de pensamento, formuladas por Lênin e Trotsky se confrontaram desde antes da Revolução Russa, mantendo interpretações distintas sobre o desenvolvimento das forças produtivas, assim como o método de transformação social.

Lênin tinha a interpretação da situação concreta da Rússia czarista de que, sendo esta um país com estrutura econômica feudal e pouca industrialização, não seria possível fazer a transição para o socialismo, pois sua classe trabalhadora, ainda fraca e incipiente não seria capaz de levar a frente à revolução que libertaria a sociedade dos grilhões feudais. Para que isso fosse feito, deveria se realizar uma aliança com a burguesia industrial nacional, prejudicada em seus interesses econômicos pelo regime czarista e pela estrutura econômica russa e, através de uma revolução democrático-burguesa, fazer com que a sociedade estivesse a um passo da inevitável chegada do socialismo.

Isso por que, mesmo que a burguesia se beneficiasse, o proletariado ganharia força com o novo regime e desfecharia o golpe de misericórdia no capitalismo, construindo outro tipo de sociedade. Nessa visão, existia uma montagem da sociedade em atores antagônicos, que se configurava através do capital imperialista instalado no país, que, aliado aos proprietários feudais, mantinham a população russa na miséria, em uma estrutura econômica atrasada e impossibilitada de progredir. Nessa concepção a

revolução se daria por etapas, superando-se o atraso através do capitalismo para então fazer a revolução socialista (MANTEGA, 1984).

Trotsky divergia sobre alguns pontos. Via a impossibilidade de aliança com a burguesia industrial, que ligada por compromissos ao capital estrangeiro e aos grandes proprietários, poderia trair a classe trabalhadora. Isso somado a consideração teórica de que não haveria uma estrutura feudal a qual deveria se fazer uma transição para a estrutura capitalista, para assim então possibilitar a revolução. Primeiro, porque não deveria se confiar que aconteceria uma revolução democrático-burguesa, pois a disposição da burguesia industrial era duvidosa; segundo, por que a configuração de uma classe industrial fraca somada à presença de um proletariado gerado pelo capital estrangeiro faria com que os trabalhadores pudessem assumir o protagonismo na transição para o socialismo; terceiro, não seria necessária a passagem após a revolução, por um regime político burguês, pois a transição para o socialismo poderia ser feita diretamente de uma estrutura econômica atrasada, sem passar por etapas, e por último, não haveria a possibilidade de uma sociedade deixar de ser atrasada se já incorporada a divisão internacional do trabalho.

O cerne desse pensamento se dá no conceito de Trotsky do *desenvolvimento desigual e combinado*, que demonstrava como nações capitalistas avançadas interferem em nações atrasadas e que, feito isso, as formas modernas capitalistas se mesclam a formas tradicionais de sociedade, mantendo e desenvolvendo o capitalismo avançado e mantendo as estruturas das sociedades dominadas. Desse modo, na ótica de Trotsky, uma suposta transição para um regime democrático burguês em nada auxiliaria para a revolução socialista, muito pelo contrário, fortaleceria o capitalismo (MANTEGA, 1984).

Enquanto o pensamento de Trotsky se concretizaria em suas obras e na fundação da IV internacional socialista, o legado teórico de Lênin foi utilizado pela III Internacional, principalmente a partir das discussões feitas em seu 2º Congresso, realizado em 1920. Esta foi à linha hegemônica utilizada pelo PCB.

Desde a aliança brasileira na 2º Guerra mundial ao lado das democracias, um processo político se desencadeou no interior do país, que foi início da redemocratização do país. Pressionado, Getúlio Vargas prometera eleições para o país. Após 6 anos da ditadura estado novista, marcada de intensa repressão para os movimentos sociais, abria-se a

perspectiva para toda a sociedade de participação no sistema político, assim como para o PCB. No preâmbulo da redemocratização, forças alijadas do governo em todas as fases dos governos Vargas, assim como as esquerdas se mobilizaram para assentar programas e posturas a se tomar frente à expectativa do novo regime político. O PCB se organizou através da Conferência da Mantiqueira, realizada em 1943, na qual se estabeleceu a política que determinou os dois primeiros anos do PCB dentro da democracia. Cautelosos frente à possibilidade de um fechamento do regime, os comunistas se precavam contra a reação conservadora, ainda muito viva na sociedade brasileira. Luis Carlos Prestes, preso desde o ano de 1936, ao ser visitado por comunistas e socialistas, firmou seu apoio a Vargas, mesmo após a repressão que ele e seu partido sofreram. Isso pelo fato de o presidente estar aliado a URSS contra o fascismo. Para além do aspecto interno, o alinhamento internacional influenciou na tomada de posição do PCB. Na II Conferência do PCB, chamada Conferência da Mantiqueira, a postura dos comunistas foi aquela exortada pela III Internacional, com influência teórica de Lênin, a qual foi adequada à situação concreta no Brasil (SANTANNA, 2001).

Dentro da linha de “ordem e tranquilidade”, os comunistas buscavam com constância demonstrar seu compromisso com o estabelecimento do regime democrático, baseado na ideia de “união nacional” com a burguesia progressista, para, desse modo, fazer a transição de uma estrutura feudal para o capitalismo no Brasil. Em 1945, no campo sindical, seus militantes participaram da criação do Movimento único dos trabalhadores (MUT), para lutar pela redemocratização. Os discursos de Prestes nos encontros do MUT demonstram a postura do partido, de aliança com os patrões para resolução de problemas que se colocavam na ordem do dia. No mesmo ano, o MUT se tornou na Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT).

Existe um debate acerca da posição tomada pelo PCB nesse contexto, pelo seu apoio a Vargas. Anita Prestes aponta para uma aliança pragmática, na qual o PCB sabia com quem estava se aliando e as prováveis consequências; Sérgio Soares Braga atribui a opção política à esperança do PCB em uma aliança progressista com o ditador, direcionado para avanços trabalhistas; Francisco Weffort, em linha mais crítica, acusa o PCB de ter disciplinado a classe trabalhadora para Vargas, reforçando o capitalismo e a opressão aos trabalhadores; Juliano Medeiros, também de uma perspectiva crítica a postura do partido, infere que a escolha se deu por orientação de Moscou, ignorando as

experiências havidas entre o PCB, classe trabalhadora e Vargas. Sobre a orientação do MUT, as divergências também são grandes, pois essas posições oscilam entre um apoio da intersindical a Vargas materializado pelo quererismo, ou um apoio à democracia e não ao ditador (SANTANNA, 2001).

Mas, independentemente dos motivos do partido, sua pretensão era ter atuação parlamentar com o intuito de seguir conquistando posições dentro da democracia, tanto no parlamento quanto nos sindicatos, ou seja, jogar o jogo da democracia, capitaneando assim seu apoio a Vargas. Este, em sua arquitetura política, pretendia ser candidato e se manter no poder eleito democraticamente, fazendo por isso, uma aliança com o PCB, porém, se viu surpreendido pelo golpe de outubro de 1945, sendo retirado do poder pelos militares. O ditador foi substituído por José Linhares, presidente do STF. O PCB não retrucou a isso, nem a classe trabalhadora, e as eleições estavam marcadas (SANTANNA, 2001). Em setembro do mesmo ano, o partido entrou com pedido no TSE para abertura da legenda, tendo obtido em novembro. Nas eleições, os comunistas capitanearam 10 % do total de votos, elegendo 14 deputados federais e um senador, fora os deputados estaduais. Sua atuação parlamentar foi moderada, apoiando propostas de deputados socialistas, e não sendo firmes nos debates sobre: liberdade sindical; participação dos trabalhadores no lucro das empresas, e direito de greve. Na esfera sindical, a orientação da cúpula do partido foi “apertar os cintos”, segurando o movimento de massas, que estava agitado pelas insatisfações geradas pela crise econômica, massacrado pela alta inflação e salários estagnados (SANTANNA, 2001).

Porém, não demorou e a repressão se fez aos comunistas e a classe trabalhadora. Os parlamentares conservadores não aceitavam a ideia de que os comunistas participassem da política, imbuídos tanto de um incômodo com a classe social da qual advinham os pecebistas (tinham muitos operários), como com sua posição ideológica, rejeitada veementemente pelos signatários dos interesses da elite. Logo em 3 de março de 1946, Plínio Barreto (PTB) e o advogado Himalaia Virgulino entraram com o pedido de cassação do registro do PCB. Em 7 de maio o TSE cassou o registro do partido. No mesmo ano vários sindicatos sofreram intervenção do governo Dutra, assim como a CGT foi fechada. Mesmo assim o PCB manteve uma postura moderada, apontando para um governo que “não é de todo reacionário” e confiando na Justiça do regime burguês. No ano seguinte, foi colocada na ordem do dia a cassação dos mandatos dos comunistas, colocado em prática em janeiro de 1948. O malabarismo político que o

PCB fez não foi bem-sucedido, na moderação e contenção exortada, tanto a nível parlamentar como sindical. A repressão não se fez esperar.

A partir disso, o partido mudou sua postura e partiu para o enfrentamento com o governo Dutra. O Manifesto de janeiro, documento lançado por Prestes foi a diretriz que orientou a nova postura do partido. O documento está dividido em cinco pontos importantes: a constatação da repressão; caracterização do governo Dutra uma ditadura submetida ao imperialismo; a possibilidade e presença do fascismo crescente; uma autocrítica da posição anterior do partido, e o direcionamento da nova estratégia a ser seguida pelos comunistas.

O governo Dutra foi caracterizado como “[...] ditadura das classes dominantes de um país semifeudal e semicolonial, ditadura de senhores de terras, grandes industriais e banqueiros e de agentes do imperialismo estrangeiro, particularmente, norte americano” (CARONE, 1982, p.73). A interpretação era de que a classe agrária exportadora, impossibilitada pelas mudanças no país de manter sua proeminência política, buscara fora do país apoio para defesa de seus interesses, e isso mantinha a estrutura econômica atrasada do país, reverberando na continuidade da crise e ônus para a classe trabalhadora. O governo se configurava, segundo o texto, como:

“[...] um governo de traição nacional que, a serviço do imperialismo norte – americano, esfomeia nosso povo, liquida a indústria nacional, impede o progresso do país e entrega a Nação à exploração total dos grandes bancos, trustes e monopólios norte – americanos” (CARONE, 1982, p.73).

Na linguagem do documento, a classe dominante nacional, aliada ao capital estrangeiro desfecham golpes contra a população, em um jogo que apenas estes ganham. O governo Dutra foi identificado como submetido aos interesses estrangeiros para aumentar a colonização do país, fornecendo base também à expansão americana no continente e no mundo, uma leitura que alinha os acontecimentos internos à situação do país. O interesse econômico estaria representado pela “[...] penetração que vem cada vez mais sendo utilizada pelo capital financeiro dos Estados Unidos nos países coloniais e semicoloniais, de empresas mistas ou ‘de investimentos em conjunto’ de capitais locais e norte-americanos” (CARONE, 1982, p. 75).

Nesse processo de intervenção alienígena aos interesses do Brasil, o texto aponta para o anticomunismo como uma “máscara para a reação encobrir sua prática de traição

nacional”, pois identificando um inimigo interno, “contrário a democracia”, a reação poderia tomar medidas repressivas contra a classe trabalhadora e o PCB. Junto a isso, a presença de nazifascistas infiltrados no país traria o risco do estabelecimento de um regime totalitário, no qual as liberdades democráticas seriam abolidas em prol da aliança capital estrangeiro/ elites nacionais. Era claro, segundo o documento, que a união reacionária em torno de Dutra faria avançar mais rápido o fascismo, e a presença de partidários deste no exército tornava a situação mais delicada para a democracia.

A partir dessas considerações, o manifesto aponta para os erros da postura anterior, de manter a “ordem e tranquilidade” e confiar no regime, segurando a classe trabalhadora com a postura de “apertar os cintos”. Tudo isso feito, segundo o documento, sem perceber o real contexto em que estavam inseridos, e da indisposição da elite em manter aceitar a classe trabalhadora e comunistas na política nacional. Isso fez com que acontecessem casos em que os militantes “fugiam” da luta, para manter a ordem e não cair em “provocações” (CARONE, 1982, p.83). Essa atitude geral do partido aconteceu pela existência de uma:

“[...] tendência direitista [que] se caracterizava ainda pela sistemática contenção de luta das massas proletárias em nome da colaboração operário – patronal e da aliança com a ‘burguesia – progressista, assim como pela pouca atenção dada às lutas dos trabalhadores rurais contra o latifúndio [...]” (CARONE, 1982, p. 81).

O erro do partido foi acreditar em métodos de luta “idílicos” que impediram os comunistas de utilizar a importante ferramenta das greves e mobilização dos trabalhadores na luta por seus interesses. A preocupação excessiva com a legalidade e com a lutar parlamentar foi considerada um erro, pois os pecebistas, não souberam “utilizar a grande experiência leninista de que ‘com a combinação das formas de luta legais e ilegais, parlamentares e extraparlamentares, é às vezes vantajoso e, mesmo obrigatório saber renunciar às formas parlamentares” (CARONE, 1982, p. 84).

Dentro da conjuntura repressiva e reconhecidos os erros do partido, o objetivo estratégico do PCB foi definido com “jogar a maioria da população contra o governo”, além de uma atenção ao movimento dos trabalhadores, participando das lutas concretas destes. Esse ponto era importantíssimo para o partido, e seu funcionamento se daria através das lutas concretas dos trabalhadores, partindo disso para a politização das massas de modo a inseri-los em debates amplos da sociedade, para lutar contra os

interesses estrangeiros e inimigos internos. Isso feito a partir da criação do “maior número possível de organismos de massa de todos os tipos” (CARONE, 1982, p. 88).

A atuação do PCB era dependente de sua ação no mundo do trabalho, da inserção em sua base de militantes sindicais para que mantivessem sua base de ação. Porém, no contexto em questão, o alinhamento entre direção e militância não é algo esquemático ou mecânico, onde uma determinação vertical reverbera em ações nos sindicatos. A base por vezes assume posturas que distam daquilo da orientação do partido, quando são confrontados com a realidade dos lugares onde atuavam. Alguns exemplos demonstram isso. No período em que o partido esteve moderado, a orientação para a base sindical era conter os trabalhadores para não ceder a “provocações” da reação, era não fazer greve, o que não encontrou total adesão, pois em 1946 e 47, dentro da crise econômica e social em que se encontrava o país, estouraram greves com presença e ação de comunistas.

Com a mudança de postura do PCB, em 1948, o partido identificou a estrutura corporativa como inócua para ação comunista, pois haviam constatado a falta de disposição dos conservadores em aceita-los. Mesmo que nos documentos não se exorte aos militantes o abandono do retorno ao sindicato, a instrução era de que se fizessem organizações paralelas aos sindicatos, pois estes estavam atrelados ao governo. A militância se organizou paralelamente, mas visava o retorno ao sindicato, se aliando com os petebistas, contrariando a orientação da direção. Portanto, existem as diretrizes colocadas pelo partido e a ação de sua militância, que se conforma a situações concretas de suas áreas de atuação (SANTANNA, 2001).

No Espírito Santo, essa adequação ocorreu com os militantes comunistas Antônio Granja e Hermógenes Lima. Ambos foram vereadores, pela prefeitura de Cariacica e Vitória, respectivamente, eleitos por outras legendas, da UDN e PR.

Granja havia sido trabalhador da empresa Vale do Rio Doce, demitido no ano das eleições. Sua atuação enquanto militante foi importante para a construção de um operariado combativo na empresa, tanto que mesmo após sua saída, manteve ligação com sua base na empresa e esteve ligado a greve que ocorreu em 1948, liderada por comunistas organizados em comissões de salários. Porém Granja alternou discursos frente aos lugares em que se apresentava na câmara dos vereadores e na liderança e organização dos trabalhadores da Vale. Suas falas como edil demonstram um

alinhamento a questões amplas da política, ligadas à política exortada pelo PCB, como: O Petróleo é nosso; Campanha da paz; Imperialismo norte americano; Industrialização; Reforma Agrária; assim como temas de moradia dos trabalhadores, salários, e a greve de 1948.

Granja fez sua campanha em um município rural, com um crescimento da população urbana e com grande contingente de trabalhadores de empresas ferroviárias, como CVRD e COFAVI. Para se eleger, as condições do município exigiram do militante que este lançasse mão de relações tradicionais, pois essas eram as condições possíveis de sua atuação. Na campanha, para além da oferta de favores e benefícios aos eleitores, Granja falou dessas questões mais amplas da política, mas disse não ter tido sucesso (MACHADO, 2014). Granja era militante das campanhas políticas do PCB, as quais eram por ele levadas a casa legislativa, portanto, alinhado ao partido. Porém, um detalhe sobressai. Na câmara dos vereadores, em momento algum o edil vincula a greve de 1948 aos comunistas, que a lideraram, e não exortou as lideranças da empresa que politizassem a greve através das pautas mais concretas para questões amplas, com as campanhas nacionalistas. Mas suas atitudes, em grande parte, eram seguidas conforme a orientação do partido, como a participação das eleições, o trabalho com questões amplas da política no parlamento, porém, não politizou a greve da CVRD e nem a vinculou ao PCB (MACHADO, 2014).

Hermógenes Lima se candidatou pelo Partido Republicano e obteve expressiva votação, levando mais cinco membros de sua legenda a conseguir mandato na Câmara dos Vereadores de Vitória. Conhecido folclorista no Estado, tem em sua biografia esse aspecto bem marcado, porém, sua militância política foi expressiva, na defesa das bandeiras do PCB. Era também editor chefe do Folha Capixaba. Assim como Granja, teve liderança e auxiliou os grevistas da CVRD, atuou na Câmara dos vereadores com as pautas direcionadas pelo partido através do Manifesto de Agosto. Dentre os debates que fazia, defendia a Reforma Agrária, com ataque frontal aos latifundiários de Vitória; luta contra o imperialismo; materializado pela Companhia Central Brasileira de Força Elétrica (C.C.B.F.E.); apontava o governo Dutra como fascista e subordinado ao capital estrangeiro; e defendia o monopólio estatal do petróleo.

Fonseca era uma liderança marcada por ser um intelectual, e suas formulações apresentam riqueza de argumentos e uma leitura da realidade capixaba articulada com a

leitura do PCB. Assim como Granja, expressa um nacionalismo através das formulações do PCB, assim como uma leitura da situação capixaba, inserida na estrutura brasileira. Com pensamento derivado da III Internacional, viam o Brasil com uma estrutura semifeudal, atrasada e dominada por uma classe latifundiária egoísta, com controle do Estado. Para superar o atraso econômico, seria necessário industrializar o país e modernizá-lo, para então ampliar o mercado interno e reduzir a dependência do exterior para suprir necessidades de consumo do país.

A presença do capital estrangeiro monopolizador aparece em seu raciocínio, como classe exploradora que impede esse progresso, em aliança com os latifundiários, ambos com a intenção de manter o Brasil Agrário exportador. Sua leitura é arraigada de nacionalismo, com termos que denotam quem estava contra a nação e quem deveria defendê-la dos inimigos. Aos “vendilhões da Pátria”, “falsos patriotas”, deveria ser feita oposição e, através de leis, o combate a suas ações prejudiciais nação, e isso feito através da organização da população:

“[...] Faço aqui um apelo a todos os patriotas e democratas, para que se organizem, e todos unidos impeçamos a entrega do Brasil ao imperialismo, o povo organizado é a maior arma da força nacional, e vencerá os inimigos vendilhões da Pátria” (PITTOL, 2014, p.).

Hermógenes, porém, direcionava sua fala para os estudantes, profissionais liberais, democratas, mas não a classe trabalhadora, o que demonstra, apesar de sua participação como mento da greve de 1948, um afastamento da classe operário enquanto um ator político ativo na luta contra o imperialismo, o que permite inferir que não foi uma pauta levada a greve, porém, a sociedade como um todo, através dos comícios, dos quais ele participou da edição do jornal e de sua atuação na Câmara dos vereadores.

Em linhas gerais, os comunistas capixabas estavam alinhados ao pensamento do PCB, porém, calculando e tomando atitudes que achavam possíveis dentro da estrutura econômica e política no Espírito Santo.

O jornal Folha Capixaba tem exemplares disponíveis apenas no ano de 1945, ficando sem publicar desde 1946 até 1954. Sua leitura sobre os eventos retratam o alinhamento político com temas nacionais, com muitas falas de Luiz Carlos Prestes em diversos Congressos, a defesa das teses do PCB para mudança econômica e política pela qual o Brasil deveria passar, assim como fazia essa leitura para a realidade capixaba. Desse

modo, assim como no parlamento, nos comícios, o jornal politizava seus leitores seguindo os temas amplos, traduzindo de maneira mais fiel à leitura do partido.

Na leitura das matérias do Jornal, são identificados dois capitalismo, um colonizador e outro “patriótico” e “progressista”³¹. O primeiro é o inimigo externo representado pelo imperialismo norte americano, que unido à classe latifundiária brasileira, atravancavam o desenvolvimento brasileiro. O capitalismo patriótico é aquele progressista, que visa o desenvolvimento industrial do país, gerando um mercado interno e modernizando a sociedade brasileira. A este estaria aliada a classe trabalhadora, em uma união nacional.

O problema do país era, na concepção de Folha Capixaba, os entraves semifeudais a industrialização, sistema econômico que deveria suplantar aqueles. Com a compra de itens manufaturados importados e carentes de um mercado interno, a balança comercial ficava negativa. O descompasso entre produção e volume de moeda geravam assim uma grave inflação, da qual se aproveitavam os mediadores comerciais. Assim como os militantes do PSB, os comunistas acusavam a presença de mediadores do comércio estrangeiros que cobriam preços abusivos da população, prejudicando a classe trabalhadora³².

Para resolver o problema de forma estrutural, deveriam ser feitos investimentos no campo pelo Estado, na mecanização e fornecimento de crédito, isso direcionado, principalmente para a pequena propriedade, de modo a tirar cerca de 30 mil camponeses da miséria e do jugo dos grandes proprietários³³. Dessa forma, a inflação poderia ser contornada com a consolidação de um mercado interno, regularizando a balança comercial e permitindo com que a industrialização seguisse estável. Sobre a Reforma Agrária, a postura foi moderada, apontando para a apropriação de terras abandonadas pelo Estado³⁴ para camponeses, formando colônias agrícolas³⁵. Aos assalariados do campo, a defesa da previdência social e seguro privado.

Para classe trabalhadora urbana, assolada pela inflação, o PCB reivindicava o aumento de 100 % do salário, o que foi conquistado no mesmo ano. Porém, o aumento salarial isoladamente não resolveria o problema sem que fosse solucionada a questão do campo.

³¹ Folha Capixaba, 19/07/1945, p.6.

³² Folha Capixaba, 28/05/1945, p.1.

³³ Folha Capixaba, 03/08/1945, p.1.

³⁴ Folha Capixaba, 19/07/1945, p.6.

³⁵ Folha Capixaba, 25/05/1945, p.5.

Sobre a organização do proletariado, exortava moderação, seguindo a linha geral do partido naquele momento. Uma matéria particularmente é interessante pela menção que se faz a autonomia dos trabalhadores frente à sociedade civil e ao Estado. Defendendo a aliança nacional com a burguesia, argumentava que era viável e que a classe trabalhadora não seria enganada por sua aliada por se tornado autônoma. Isso ainda não havia acontecido, como demonstra os discursos de Hermógenes e Granja, no caso capixaba. A classe estava sendo organizada, ainda enfrentando os riscos da repressão e a distância de comunicação com a direção do PCB. Na leitura do jornal, constantemente nota-se o uso de termos nacionalistas, identificando os inimigos internos como “impatriotas”, “antipatriotas”, aos quais deveriam enfrentar os “patriotas”, imbuídos de um sentimento de “nacionalidade”. Estes se configuravam defesa dos interesses na nação das riquezas nacionais estratégicas, assim como controle do capital estrangeiro no país, de modo a preservar a população nacional. Algumas matérias fazem menção a eventos históricos brasileiros como imbuídos da mesma intenção ou sentimento. Em matéria do dia 5 de julho, é feita uma ligação entre três momentos históricos acontecidos no dia da publicação, que seria a formação do partido, em 5 de julho de 1922, a marcha de Prestes, iniciada em 5 e julho de 1924, e a legalidade do partido, em 5 de julho de 1945. Existe aí ideia de continuidade da linha do partido, configurando, na leitura proposta, em uma tradição política. Outra faz referência, ao dia 7 de setembro, data da independência. No caso, assim como em 1945, no século anterior o Brasil teria feito união nacional em prol dos interesses gerais da nação³⁶. A alusão a personagens que lutaram pela liberdade da Pátria, como Tiradentes, Felipe dos Santos, Domingos Martins e os soldados da FEB, que representaram o Brasil na 2º Guerra Mundial, ligava os comunistas a estes, pois lutavam pela libertação nacional frente ao capital colonizador, classe reacionária e do elemento fascista.

Dentro da linha do partido, a representação do nacionalismo e luta contra o inimigo externo se fez no governo Dutra, porém, nos dois primeiros anos, moderadamente, frente ao cálculo político que via a ameaça de uma reação conservadora frente ao avanço da democracia e participação popular. Após notar o erro da estratégia, os comunistas foram ao combate extraparlamentar e constitucional, radicalizando sua posição. Alternando entre a luta ilegal e a luta parlamentar, a lideranças buscaram seguir as orientações gerais do Comitê Central, porém, tiveram que fazer adaptações relativas

³⁶ Folha Capixaba, 06/09/1945, p.1.

às condições concretas de ação. Os temas nacionalistas estavam colocados em várias frentes, menos a classe trabalhadora da CVRD, que fez greve em 1948. A insatisfação da população contra a Companhia Brasileira de Força elétrica era viva, e no jornal Folha Capixaba, constantemente associado a figura do imperialismo, por ser estrangeiro. A C.C.B.F.E. recebeu muita atenção do jornal, o que vai ser visto no capítulo 3.

Conclusão

Como se pode identificar, os partidos diretivos agiam dentro do *campus* consolidado em 1945 em conformidade com a ideia de autoridade. Porém, isso dentro de suas características partidárias, mantendo sempre um equilíbrio entre a necessidade organizativa e a busca dos fins. A ação seria viável dentro dos sindicatos, sob controle do Ministério do Trabalho, da Junta de Conciliação e Julgamento e Tribunais Regionais do Trabalho. Mesmo com essa estrutura, os trabalhadores conquistavam posições. Mas, mesmo que os discursos identificassem uma luta de classe ou a necessidade de reformas, isso tudo era feito dentro da ação possível no *campus político* capixaba.

O PSB cachoeirense, apesar da leitura classista, estava muito ligado ao liberalismo, e, por sequência, a ideia de que as autoridades deveriam resolver questões políticas e administrativas. O povo tinha que ser educado a votar. Logo o PTB, partido dos sindicatos, estava atrelado ao poder estatal, não deixando de ser, porém, um campo profícuo de lutas. Mas estava dentro do campo estabelecido. O PCB, cuja leitura da realidade mais destoava daquela realidade, assumiu a posição de “ordem e tranquilidade”, matizando seu discurso anti-imperialista e classista. Isso mudou quando a repressão veio do governo Dutra, o que demonstrou que um determinado *campus* pode impor regras aos seus agentes, mas não determina suas ações. Os agentes podem ser adeptos ao *habitus*, ou podem usá-lo de forma instrumental. Os comunistas estão, assim como o PTB, alinhados aos debates nacionais, tendo um discurso mais estruturado sobre nacionalismo. Estão, respectivamente, dentro da linha de socialista e aquela que se tornaria estatal na década de 50, segundo a tipologia de Bielschowsky. Por isso, dentro do “carral” dos coronéis, sem um discurso único por parte da elite com relação ao desenvolvimento, esses atores encontraram um espaço para suas falas, isso mesmo em um campo político estreito, como dito anteriormente. Todas essas agremiações se uniram quando a campanha do petróleo chega ao estado, buscando mobilizar a sociedade em defesa do monopólio estatal.

Quando a campanha O Petróleo é Nosso chegou ao estado, houve a adesão de todos esses partidos a tese nacionalista, junto à UDN, não diretiva. Pode-se notar que cada um contribuiu dentro de suas potencialidades. O PSB com seu poder didático, preocupado em informar a população. O PTB e PCB, com a capacidade de organização da classe trabalhadora, e a UDN, com seu espaço dentro da esfera pública e no campo político. Contra isso se colocou o governo de Lindenberg, que buscava manter seu *status quo* desqualificando a campanha usando o alibi da presença comunista. Para isso utilizou a propaganda anticomunista. Em linhas gerais, colocava-se de um lado o desenvolvimentismo liberal, defendido pelo PSD capixaba, e de outro, o desenvolvimentismo empresarial, o socialista e àquele que iria se configurar em desenvolvimentismo estatal na década de 1950.

Dentro do quadro partidário, onde cada agremiação tinha sua caracterização, o tema do petróleo furou a barreira da esfera pública, alterando o que seria “dizível e indizível”, e mais que isso, gerando organização da sociedade civil, favorecendo aqueles partidos que buscavam espaço junto à sociedade e no aparelho de estado. O PCB, já alijado da cena política em 1948, voltou a enfrentar o capital estrangeiro, uma de suas lutas históricas, deixando a linha pacífica. O PTB, nacionalista, lutou contra o capital estrangeiro. O PSB e a UDN, partidos muito próximos no Espírito Santo, saíram da postura de reclamante e de acusadores para aquela diretiva, de organização. Cada um se enquadra dentro de uma corrente desenvolvimentista que era favorável ao papel do estado, enquanto o governador do estado se contrapunha a essa ampliação. Com a Central Brasileira é possível observar a diferença de tratamento do poder estabelecido a um debate que se enquadra dentro da estrutura hierárquica e aquele que mobiliza a sociedade para forçar o governo a tomar uma atitude a contragosto.

Capítulo 3

General Eletric, Eletric Bond and Share e Amforp: Trustes de energia elétrica na América Latina e no Brasil

Nesse momento chegamos ao primeiro truste presente em solo capixaba. Este, por sua vez, se configura em um objeto privilegiado para nos dar acesso ao campo político capixaba. Através dos debates em torno da empresa será possível observar como e quais argumentos ligados à nação, estado e industrialização são articulados. Nesse ponto, é importante observar a presença publicitária da empresa, importante força atuante na esfera pública capixaba na defesa de seus interesses frente ao estado e à sociedade. Essa estratégia foi uma maneira de a empresa se antecipar as possíveis reações regionais à sua atuação no estado. Após uma breve explanação sobre a Central Brasileira e o contexto em que ela se inseriu e estabeleceu em solo capixaba, partiremos para o campo discursivo gerado ao seu entorno, observando o que pensavam dela os capixabas em 1940.

3.1. A energia elétrica: Um problema dentre vários

A eletricidade era um dentre várias problemas a serem resolvidos pelas administrações do Estado do Espírito Santo desde a instalação da República, especialmente com relação à sua capital. Esgoto, fornecimento de água, hospitais, casas de isolamento, quartéis de polícia, presídios. Tudo isso fazia parte do tipo de remodelação que as cidades republicanas deviam ter. Para, além disso, os principais núcleos urbanos de todos os estados brasileiros deveriam ostentar os símbolos do novo regime, marcado pela modernidade (FREITAS, 2012; MENDONÇA, 2012; ROSTOLDO, 2014; RIBEIRO, 2010).

Como demonstrou Rostoldo (2014), o sistema federativo concretizado pela Constituição de 1891, reverberou nas respectivas constituições estaduais o fortalecimento do poder estadual frente aqueles municipais. Dentro compromisso coronelista, o poder piramidal encabeçado pelo governo federal, dava ao seu aliado estadual o poder, repassado aquela primazia privada dos coronéis, que utilizavam seu poder pessoal, pautado em seus bens, para controlar seus dependentes (LEAL, 1997). Portanto, no caso de Vitória, capital do Estado, o poder municipal seria fortemente influenciado pelo governo estadual, restando-lhe o papel de operacionalizador dos projetos e medidas do governo do estado.

Isso principalmente pelo fato de que, sendo Vitória, desde o governo de Moniz Freire (1892-1896), uma parte do projeto das elites capixabas, tanto agrário-exportadoras quanto mercantis. Desse modo, as alterações urbanísticas suscitadas pelo novo espírito republicano deveriam ser uma iniciativa do estado, que teria mais recursos que a esfera municipal. Rostoldo contribui mais, mostrando que a materialização do projeto de mudança física da cidade fora marcado pelo poder pessoal dos coronéis, haja vista seu poder dentro da relação estabelecida e consolidada em 1891 e consolidada com Campos Salles. Portanto, todas as mudanças na cidade seriam reflexos dos interesses das elites capixabas, representadas por seus escolhidos, dentro do Partido Republicano Construtor (PRC), posteriormente, Partido Republicano Espírito Santense (ROSTOLDO, 2014).

Em linhas gerais, o que urgia para esses interesses era a ligação do porto de Vitória com Minas Gerais e Rio de Janeiro, de modo a transformar essa cidade em referência do estado, competindo com o porto do Rio de Janeiro. Desse modo, a construção de estradas de ferro ligando o centro do estado ao sul, era uma das maiores preocupações dos coronéis. Somado a isso, a transformação do Centro de Vitória em cidade moderna. Esse projeto, iniciado com Moniz Freire e rebatido, com êxitos e entraves, até a década de 50, se viu influenciado pelas constantes variações no preço do café capixaba, dentro de cada contexto de preços da mercadoria (FREITAS, 2012; MENDONÇA, 2012; ROSTOLDO, 2014; RIBEIRO, 2010). Como isso dificultava a execução dos projetos em seu todo, era priorizado o centro de Vitória e as estradas de ferro. É importante diferenciar os pontos de Vitória, considerados urbanos, suburbanos e rurais, segundo o Decreto municipal nº 280, de 9 de setembro de 1926. O Centro de Vitória era considerado urbano, sendo os arrebaldes como: Caratoyra, Santo Antônio, Forte São João, Jucutuquara, Praias do Suá e Comprida, Ponte da Passagem e Ilha do Príncipe como suburbanas. Carapina, Caieras e o Porto de Queimados eram considerados rurais. Essas eram áreas contidas no projeto de Moniz Freire, para recepção da população necessária para a dinamização da economia da principal cidade capixaba. Porém, o *Novo arrebalde*, com a alteração dos rumos da política com Jerônimo Monteiro, deixou de ser prioridade, sendo o Centro da cidade privilegiado.

É perceptível, e isso será visto nas fontes, que os grandes problemas de fornecimento de energia elétrica se davam exatamente nos locais suburbanos, mais do que no núcleo urbano em que vivia as famílias ricas. Como diz Freitas (2012), as escolhas eram feitas entre o embelezamento de Vitória e o assistencialismo as novas áreas destinadas à

ocupação pela população da Cidade. Portanto, quando não havia dinheiro para fazer todas as mudanças necessárias para a habitação em Vitória, daquela parcela mais ampla, as escolhas eram para os locais das bases de apoio do governador do estado, localizadas no Centro de Vitória. A iniciativa no setor de fornecimento de energia elétrica foi de Jerônimo Monteiro, “coronel moderno” que buscou criar os serviços de fornecimento de água, esgoto, energia elétrica, dentre outros. Com a construção das usinas Jucu e Fruteiras, através da empresa Serviços reunidos de Vitória e Serviços Reunidos de Cachoeiro de Itapemirim, o serviço de fornecimento de iluminação deixara de ser a gás para ser fornecido pela energia elétrica. Os bondes, antes movidos a cavalo passaram a ser movidos à eletricidade. O governo de Monteiro buscava a colaboração do capital privado para desonerar os cofres públicos dos gastos em infraestrutura, porém, quando não conseguia, tomava a iniciativa e depois passava para concessionários. Com relação ao serviço de bondes e de eletricidade, passou os serviços recém-inaugurados para o também recém-criado, Banco de Crédito Agrícola e Hipotecário do Espírito Santo. O serviço foi controlado pelo estado por um tempo, até passar para a mão de concessionários (FREITAS, 2012; MENDONÇA, 2012; ROSTOLDO, 2014; RIBEIRO, 2010).

Entre idas e voltas nas concessões, os serviços permaneceriam em dificuldades, assim como toda a infraestrutura da cidade de Vitória, resguardada aquela considerada urbana. A energia elétrica foi um problema dentre vários que estava colocado para a realidade capixaba. Como solução, Florentino Avidos, o engenheiro cooptado, no dizer de Rostoldo, depois de comprar um motor diesel elétrico para suprir a demanda da cidade, logo concedeu o serviço de produção e distribuição de energia elétrica, bondes, telefonia e transporte de lanchas para a General Electric, que oito dias depois do negócio, passou os direitos de exploração dos serviços à Amforp. Esse é o truste do qual vamos tratar adiante. Mesmo com o plano de urbanização de Vitória do engenheiro e ex-prefeito de Vitória Henrique de Novaes (1916-20; 1945) estruturado na gestão de Asdrúbal Soares na prefeitura de Vitória (1930-1933), os problemas prosseguiram, sendo, por outro lado, o poder de intervenção na cidade naquele momento, alinhado ao poder federal. Se antes o estado tinha a força sobre as escolhas, com as mudanças política de 1930, a esfera federal e seu projeto político passaram a influenciar na intervenção urbana de Vitória. Com isso, antigos projetos como o Novo Arrabalde foram utilizados e adaptados às novas necessidades, mesmo que latentes, como era o caso da preparação do estado para

a industrialização. Porém, o serviço de energia elétrica, em poder da Amforp, ficara responsável por um importante setor contido no projeto gestado e em parte efetivado na *Belle Époque* capixaba, como se verá, mantendo um problema dentre vários, antigos, para a efetivação do projeto de modernização de Vitória e da ocupação de suas adjacências. A querela era a falta de capacidade para o atendimento do serviço à demanda local.

3.1.2. A Central Brasileira: serviços e publicidade

Nos principais jornais e revistas capixabas um personagem respondia pela empresa de energia elétrica, a Companhia Central Brasileira de Força Elétrica (CCBFE), vulgo “Central Brasileira”, exibindo suas incríveis habilidades. Era o Sr./ “Seu” Kilowatt. Com corpo espichado e nariz de lâmpada, “conversava” com o consumidor sobre assuntos variados. Este personagem representava, na verdade, uma empresa estrangeira de publicidade que atendia especificamente ao setor elétrico. A Reddy kilowatt Inc. era contratada da American Foreign and Power (Amforp), parte de um conglomerado financeiro norte americano. No Espírito Santo, em meados década de 1940, a empresa de produção e distribuição de energia elétrica, transporte de bondes, lanchas e serviço telefônico, completava sua segunda década de atuação em solo capixaba. Porém, uma crise permeava essa relação: o problema do atendimento deficitário da empresa e as constantes reclamações da população. Mas ali estava em ação o “Seu” Kilowatt, sempre se auto intitulado “o criado elétrico”. Em uma defesa constante da empresa, expondo todos os problemas e dificuldades que ela enfrentava, o personagem cumpria uma função defensiva frente a seus consumidores. Mas não era apenas essa sua função. Comunicava-se diretamente com a mulher, com a “boa esposa”, com o trabalhador, com o consumidor de produtos elétricos, com as crianças, e assumia várias posturas educativas com relação à população.

Sua atuação foi encontrada em alguns estados do Brasil, como Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio Grande do Sul, porém, os trabalhos que abordam o personagem são escassos. A partir dos achados em jornais de outros estados foram confirmadas funções pedagógicas do personagem, com mensagens que se repetiram nas regiões. Neste artigo, diferentemente das análises amplas da publicidade que apenas o citava, foram percebidas mais funções da mascote, ofertando um quadro mais completo de sua atuação.

Fazendo uma espécie de árvore genealógica da “Central Brasileira”, Paula Joelsons (2014) chegou à raiz norte americana da empresa através de relatórios internos, localizada no endereço 2 Rector Street, no distrito financeiro de Manhattan, em Nova Iorque, no arranha céu de 21 andares da Eletric Bond and Share, conhecido como *The Eletric Bond and Share Company Building*. Sua história remonta à fusão entre duas grandes empresas da indústria elétrica norte-americana, a *Edison General Eletric e a Thomsom – Houston Eletric Co.* Delas nasceu a *General Eletric*, em 1892. Essa união foi promovida pelo capital financeiro do grupo de bancos J.P. Morgan, cujo proprietário era John Piermont Morgan em sociedade com Anthony Drexel. Este grupo detinha o controle acionário de diversas empresas, como a *US Steel Corp.* (siderurgia); *General Motors* (Automóveis) e *Continental Oil Co.* (petróleo). Em 1905, a G.E. criou uma subsidiária, a *Eletric Bond and share*, empresa constituída para prestar apoio técnico a empresas produtoras de energia elétrica. Porém, essa também passou a ser uma empresa produtora, assumindo grande poderio de fornecimento em energia elétrica.

Da Eletric Bond and Share surgiram mais duas empresas, a *Eletric Investors Inc. (1909)* e a *Amforp (1923)*.

A Amforp foi criada para atuar em nome da Eletric Bond and Share no exterior, com atenção especial para a América Latina, “além de expandir globalmente o mercado de equipamentos e aparelhos domésticos da General Eletric. Através das vendas de aparelhos, a demanda pela produção de energia aumentava, e, desta forma, um mercado alimentava o outro”, isso para fazer frente à concorrência alemã, que tinha a *Siemens e Allgemeine Elektrizitäts – Gesellschaft (AEG)* no setor (JOELSONS, 2014, p.32).

Essa expansão, segundo Paula Joelsons (2014) e Ângela Ferreira (2012), esteve ligada ao contexto pós Grande Guerra, no qual empresas norte-americanas acumularam muitos capitais. Somado a isso, encontraram internamente restrições legislativas, que visavam conter seu poder. Para não ficar tão dependente dos grandes conglomerados, o governo de Franklin Roosevelt reatualizou a legislação antitruste baseada na *Sherman Act* de 1890. Impôs leis que buscavam inibir a atuação de trustes e cartéis, o que culminou em 1935 com essa lei restritiva. No setor de energia elétrica, antes disso, o governo norte americano era responsável por apenas 6% da produção e distribuição de energia elétrica, sendo cerca de 89% exercidos pelas grandes empresas, como a Eletric Bond and Share.

Estas previam que a abertura inaugurada pela Grande Guerra³⁷ não duraria muito tempo. Prevendo essa dificuldade e se antecipando a ela, as empresas utilizaram sua disponibilidade de capital acumulado estrategicamente, atuando em outros países com baixa regulação nos setores energéticos e com alta necessidade de tecnologia. Isso feito através dos Investimentos Estrangeiros Diretos (IED), ou seja, atuação através de holdings no exterior. Isso gerou uma intensificação da internacionalização das empresas norte americanas. O setor de serviços teve grande relevância nesse processo, pois, dos 170% em IED, 114% eram referentes a ele. No setor de energia elétrica, a *Light & Power* e a *Amforp* eram as “mais altas high flyers do mercado do mercado de ações” (JOELSONS, 2014, p.34).

A atuação do capital da Bond and Share na América Latina precedeu a criação da Amforp, pois os governos norte-americanos, imbuídos da política continental de manter países americanos sob sua influência, persuadiram os empresários desse setor a adquirir e atuar em concessões no Panamá, em 1917; Guatemala, em 1920, e Cuba, em 1922. A partir dos investimentos feitos nessa área, foi então criada a holding Amforp, em 1923.

Sua chegada ao Brasil datou de 1927, através de acordos de concessão com as localidades, porém, era permitida pelo Governo Federal por meio do Ministério da viação, representado pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE). A estratégia de instalação geográfica no país se deu em lugares em que a Light não atuasse. Esta, uma empresa canadense e sócia do investidor inglês Percival Faquar, estava instalada no país desde 1889 nos estados de maior volume industrial, nos centros do Rio de Janeiro e de São Paulo. Logo a Amforp direcionou seus esforços para localidades secundárias, sem a presença de um setor elétrico desenvolvido, seguindo o caminho das cidades litorâneas, como: o Interior de São Paulo; Niterói (RJ); Vitória e Cachoeiro de Itapemirim (ES); Belo Horizonte (MG); Recife (PE); Natal (RN); Maceió (AL); Porto Alegre e Pelotas (RS), e Curitiba (PR). Dessas capitais a empresa foi se expandindo para outras no país e dentro dos próprios estados, dividindo com a Light cerca de 70 % do mercado do setor, 20 % e 50 %, respectivamente, sendo os outros 30 % administrados por outros 1.300 empresários dispersos no território nacional. Sua expansão entre 1927 e 1939 foi de 78 para 309 cidades atendidas pela empresa.

³⁷ A *Sherman Act* de 1890 fora fortalecida no início do governo de Woodrow Wilson (1913-1921), porém, a abertura para a atuação dos trustes foi uma medida de exceção durante o período da Grande Guerra. A liberdade de ação dos trustes permaneceu até 1935.

Para se instalar no país, a Amforp criou a Empresas Elétricas Brasileiras (EEB), que posteriormente se tornou a Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB), sediada no Rio de Janeiro, de onde administrava as empresas de todo o país. Para fugir de impostos, a Amforp se apropriava da maioria acionária das empresas espalhadas no território e mantinha sua razão social, assim como, em alguns casos, a sede administrativa tal qual recebida pela antecessora (JOELSONS, 2014). A aquisição incluía centros produtores, hidrelétricas, termelétricas, bondes, centrais de telefone, serviços acordados entre a empresa e os municípios.

Em São Paulo a razão social era *Companhia Força e Luz*, com produção de energia predominantemente hidrelétrica; em Pernambuco, a *Companhia Força e Luz nordeste do Brasil* e a *Pernambuco Tramways and Power Corporation*, ambas de produção majoritária termelétrica; na Bahia, era a *Companhia de Energia Elétrica da Bahia* (CEEB), cuja alimentação energética era hidrelétrica; no Espírito Santo a *Companhia Central Brasileira de Força Elétrica* (C.C.B.F.E.), mantendo paridade entre os dois tipos alimentação energética; em Minas Gerais a *Companhia de Força e Luz de Minas Gerais*, o fornecimento era produzido em hidrelétricas; a *Companhia Brasileira de Força elétrica* (CBFE); no Paraná a *Cia. Força e Luz do Paraná*, com energia produzida em hidrelétricas, e no Rio Grande do Sul as empresas *Companhia de Energia Elétrica Rio Grandense* (CEERG) e a *The Rio Grandense Light and Power Syndicate Ltd*, ambas com energia produzida pelo vapor da queima de carvão, majoritariamente termelétrica.

No Espírito Santo, o governo de Jerônimo Monteiro havia dado atenção ao setor energético com a criação da empresa *Serviços Reunidos de Vitória*, cuja produção vinha da usina hidrelétrica Jucu, em 1909, e em 1912, com a empresa *Serviços Reunidos de Cachoeiro de Itapemirim*, depois de finalizada a construção da usina Fruteiras. A produção e distribuição de energia elétrica nas principais cidades do Espírito Santo foram estruturadas, inicialmente pelo estado, que construiu as usinas e se responsabilizou pela distribuição, sendo o fornecimento desses serviços no interior feito pela iniciativa privada. Porém, esses esforços, assim como o projeto de modernidade da elite agrário-exportadora, estiveram dependentes da oscilação dos preços do café. Após a construção das usinas, as empresas públicas foram concedidas a empresas privadas, para que explorassem a produção e distribuição. Isso se deu até 1925, quando o governo Florentino Avidos retomou as empresas ao Estado, haja vista as dificuldades de

desenvolvimento do setor pela iniciativa privada. Grande era a pressão social sobre o governador para a melhora do atendimento dos serviços de energia elétrica, isso factível dentro da década em que o Espírito Santo viveu a *Belle Epóque*. O governador deu uma resposta a isso, com a construção da usina termelétrica Jerônimo Monteiro, na rua 7 de setembro, no centro de Vitória, já que não podia paralisar a usina Jucu para ampliação da potência (RIBEIRO, 2010).

Mas as dificuldades eram grandes para o setor e aconteciam protestos contra o governo, cobrando a melhora dos serviços de energia elétrica. As pressões propiciaram a assinatura de um contrato do governo do Estado com a General Eletric S/A, em 8 de julho de 1927, para a concessão de serviços por 50 anos, na qual a multinacional se responsabilizava pela produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, assim como administraria os bondes e telefonia. Às indústrias, o preço da energia elétrica era previamente estabelecido (RIBEIRO, 2010). Oito dias depois a G.E. cedeu todos os serviços que recebeu o direito de explorar para a Amforp, holding de sua holding, a Eletric Bond and Share. A empresa recebeu o nome de Central Brasileira de Força Elétrica, sendo posteriormente e popularmente chamada de *Central Brasileira*.

Esta, por sua vez, atendia majoritariamente Cachoeiro de Itapemirim, assim como as cidades de Itapemirim, Domingos Martins, Castelo, Vila do Espírito Santo (atual Vila Velha), Cariacica, Viana e Matilde. As demais localidades do Estado eram atendidas por 44 empresas, que operavam com 44 usinas geradoras (RIBEIRO, 2010). As unidades industriais que mais consumiam eram as serrarias, as beneficiadoras de café, a fábrica de tecidos Jucutuquara Ltda., fábrica de gelo, e posteriormente, as obras do porto de Vitória e da *Companhia Vale do rio Doce* (CVRD).

Sua situação começou a se complicar conforme a demanda popular, industrial e comercial começou a se ampliar, extrapolando a capacidade geradora da C.C.B.F.E., fazendo com que esta começasse a dar os primeiros sinais de deficiência, o que “reascendia na população os mesmo protestos do passado” (RIBEIRO, 2010, p. 65). Segundo Bittencourt, nos diz Ribeiro, foi a partir de 1941 que o sistema gerador da C.C.B.F.E. começou a dar os primeiros sinais de deficiência. Atendendo a 32, 89 % da população em sua área mais dinâmica economicamente, a falta de capacidade de fornecimento de energia elétrica começou a gerar grande insatisfação da população capixaba, que mobilizou setores populares e imprensa contra a Central Brasileira,

“protestos que culminaram com a formalização de um projeto de criação de uma empresa pública estadual de energia elétrica em 1943, durante a interventoria de Jones dos Santos Neves” (RIBEIRO, 2010, p.66). Em 1948 foi criado um projeto de encampação da empresa na Assembleia Legislativa. Começou um movimento constante que queria a encampação da Central, pois os meios políticos e intelectuais chegavam à conclusão de que ela não faria o investimento necessário para capacitar o modelo estadual de energia elétrica para o fornecimento do serviço. A empresa não conseguia atender a demanda dos bairros, tendo que alternar o fornecimento de um bairro e outro, deixando sempre uma parte da cidade às escuras, o que gerava grande insatisfação.

3.1.3. A trajetória do Sr./ “Seu” Kilowatt de 1936 – 1950, no Espírito Santo.

O personagem da Central estava em todos principais jornais e revistas capixabas da década de 40 no Espírito Santo. Nos jornais A Gazeta e A Tribuna, aparecia duas vezes por mês, em grande parte, com cenas diferentes. No jornal socialista de Cachoeiro de Itapemirim, A Época, ele aparecia com menos frequência e poucas variações, três ao todo no recorte analisado. No jornal comunista Folha Capixaba, a aparição era bem menos frequente. Foram encontradas três cenas em que o personagem apareceu. Também foi utilizado na revista Vida Capixaba, veículo de comunicação das elites capixabas.

Sua origem remontava, porém, ao estado do Alabama, nos Estados Unidos da América. Um engenheiro de desenho, Ashton Collins, funcionário da Alabama Power, criou o personagem Reedy Kilowatt em 1926, desenvolvendo-o até o ano de 1932, quando em uma exposição do setor elétrico de sua cidade, projetou seu personagem. A partir de então, a já empresa, Reedy Kilowatt Inc., passou a vender os direitos de imagem para diversas empresas do setor elétrico, que visavam com a publicidade se aproximar de seu público (NUMISMATICS OF WISCOSIN, 2016). A Amforp contratou seus serviços, e, desse modo, ele esteve presente em diversos pontos da América Latina.

Sua aparição no Brasil foi percebida em vários estados, observada nos trabalhos de Moraes & Araújo (2011), Arruda (2014), Felduhes (2008), Castro (2014), Martins (2014) e Cadena (2016), o que permitiu a identificação de 5 funções as quais o Sr.

Kilowatt cumpria³⁸ com relação ao seu público, que eram: 1) Atender o público feminino, delimitando seu papel na sociedade; 2) Demonstrar os benefícios da eletricidade, salientando a operosidade da empresa; 3) Educar o público às novidades físicas da atuação da empresa nas cidades, com propagandas informativas de prevenção a acidentes direcionadas às crianças; 4) Se defender das críticas da sociedade e mostrar a defasagem de suas tarifas, e, por último, 5) defender o governo situacionista, se adequando à esfera política em que estava inserido.

O jornal A Gazeta, que de 1928 até setembro 1945 foi sempre governista, inclusive no período do Estado Novo, mudando apenas em outubro de 1945 para a UDN. Foi comprado pelo colatinense, Elosippo Cunha, para fazer propaganda política do brigadeiro Eduardo Gomes (MARTINUZZO, 2005). Em 1948 foi vendido para o grupo de Carlos Lindenberg, porém, pela natureza oculta da transação, o jornal passou a ser governista apenas em 1949. Essas mudanças, somadas ao fato de que o Sr./ “Seu” Kilowatt esteve em todas essas fases do jornal, permitiu perceber a mutação de sua atuação, com o aparecimento de outras funções além daquelas encontradas nos jornais e revistas de outros estados. Por isso este será o veículo de informação observado nesse texto. Antes do Sr. Kilowatt, a Central fazia propaganda de aparelhos elétricos da General Eletric. Depois de 1936, sua presença se estendeu, pelo menos, até 1950, conforme observado na pesquisa. Nesse período foram identificadas três fases do personagem: 1) a fase de propaganda para expansão do consumo; 2) a fase de guerra, na qual o personagem se torna um soldado do Estado Novo contra o nazi-fascismo; 3) a fase de crise da empresa, na qual o personagem defende sua empresa.

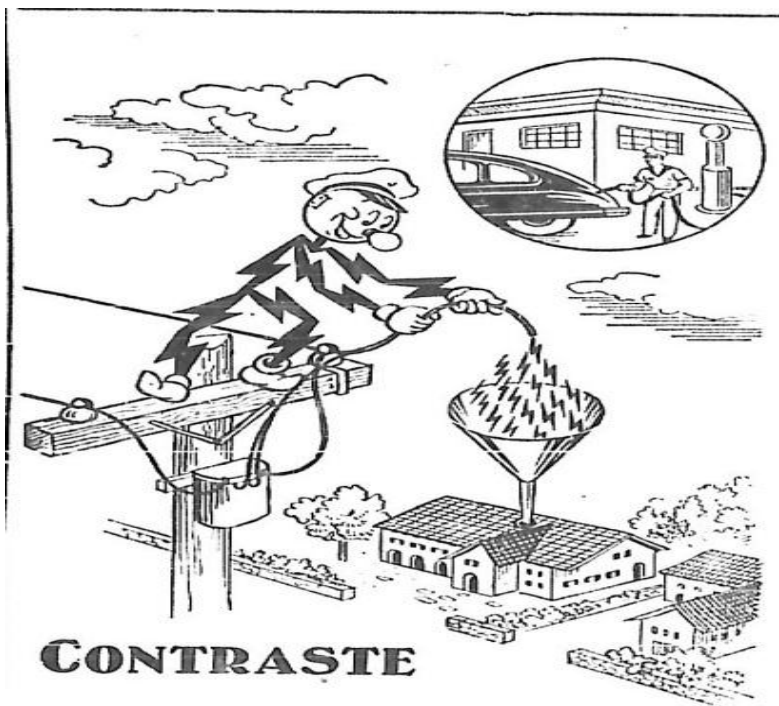
A primeira fase do personagem é marcada pelo estímulo para que as donas de casa o “utilizassem”, com ele reiterando e demonstrando sua utilidade e as facilidades que ele ofertava para as donas do lar. Nas propagandas, ele regozijava de situações em que demonstrava seu poder. Também busca criar uma afetividade com seu público, como ocorreu em uma propaganda em que o personagem dizia que seu “coração era de todos”³⁹. Isso confirma o que Clotilde Perez apontou como sendo a intenção da publicidade, que investe na criação de um laço com o consumidor. Já em 1940-41, confirmando o que Bittencourt (2011) havia dito, a empresa passou a apresentar sinais de deficiência.

³⁸ Todos os trabalhos abordaram apenas o período do “Sr. Kilowatt, seu criado elétrico”, ou seja, antes de 1941, especificamente não passaram de 1939.

³⁹ A GAZETA, 08/03/40, p. 4.

Desse modo, o ainda Sr. Kilowatt iniciou a defesa da empresa, intercalando propagandas informativas, educativas com aquelas defensivas. Porém, a entrada do Brasil no conflito mundial lhe deu as justificativas para os problemas.

A Segunda fase, marcada pela entrada do Brasil na 2ª Guerra mundial, fez com que o personagem, dentro do esforço de guerra, passasse a exortar com frequência a economia dos consumidores, a atuação dos “soldados da produção”, conforme Vargas havia solicitado. Também fora pedido o cuidado com os produtos elétricos, que com a paralisação da indústria, seriam difíceis de ser substituídos. Com isso, a culpa das faltas de energia, falta de aparelhos elétricos e de bons serviços de telefonia, bondes e lanchas passaram a ser exclusivamente da guerra. Uma importante função apareceu no Espírito Santo, e não foi observado nas pesquisas encontradas sobre o já “Seu” Kilowatt. Ele assumiu não só o esforço de guerra, como o projeto trabalhista de Vargas, descrito por Ângela de Castro Gomes (2005). Na imagem 2, o “Seu” Kilowatt aparece com vários trabalhadores, “construindo a estrada da vitória” contra o nazi fascismo. Na mesma imagem, o “Seu” Kilowatt aparece em cima do trem, chicoteando Hitler, que corria desesperadamente. Essa imagem demonstra o quanto o trabalhador foi conclamado a ser um “soldado da produção”, mais ainda, como foi colocado no centro da sociedade, como um indivíduo essencial para a vitória contra o nazismo.



CONTRASTE

— Quando, por exemplo, o amigo precisa de gasolina para seu carro vai à bomba e enche o tanque. Mas, ninguém poderá levar uma casa à usina, para buscar eletricidade. É por isto que eu a levo às residências ou estabelecimentos comerciais e industriais.

Meu trabalho, pelo que produz, é barato, não há como negar — Diz “Seu” Kilowatt, o criado elétrico.

Cia. Central Brasileira de Força Elétrica

Imagem 1 – (A GAZETA, 22/10/48, p.4).

A terceira fase, já com a guerra finalizada, o jornal A Gazeta passou a ser udenista, ou seja, passou para a oposição aquilo que continha em suas páginas. O “Seu” Kilowatt passou então a ter mais liberdade. Porém, uma dificuldade se colocou em seu caminho, pois, mesmo que a guerra ainda servisse de justificativa para as dificuldades da empresa, as reclamações não cessaram, seguindo uma piora substantiva de 1945 até 1948, ano em que a empresa teve os maiores problemas com relação à sociedade, política e civil. A metade desse ano foi crítica para a empresa, com várias reclamações, tanto em A Gazeta, quanto em A Tribuna. O personagem passou então, seguindo o discurso oficial da empresa, a culpar a guerra, que, por sua vez, havia gerado a falta de materiais e de mão de obra, o que dificultava e muito a atuação da empresa. O “Seu” Kilowatt passou a ficar “Zonzo” com a situação em que se encontrava, e buscou

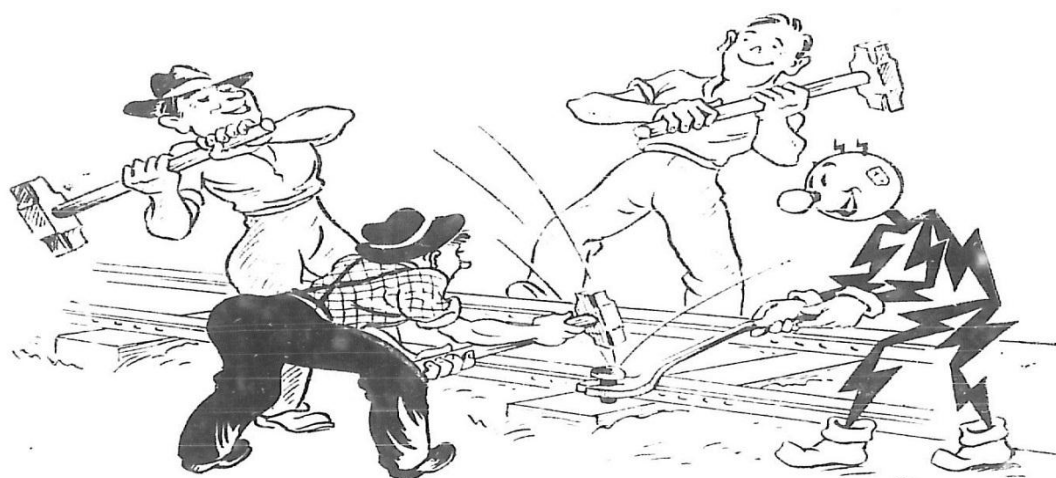
justificar mais ainda seus encargos, mostrando as dificuldades que encontrava, apontando para idiosincrasia de seu serviço, como segue na imagem 1.

Segundo a leitura greimasiana, um personagem literário busca sempre colocar ao espectador o que é bonito/ feio, certo/ errado, de modo a servir de exemplo. (MENDES, 2013). No caso de um personagem publicitário não é diferente, pois este, com a capacidade de permear o imaginário num processo de fruição (PEREZ, 2010), tem a possibilidade de influenciar o comportamento social. Os publicitários, como identificou Perez (2010), tendo essa concepção, captam valores gerais da sociedade, e tentam fazer com que o público se identifique com a mascote, que se torna um símbolo de sorte e felicidade. Segundo a forma metodológica proposta por Martine Joly, de observar na retórica da imagem a mensagem linguística, denotada e conotada (SOUZA & SANTARELLI, 2006), percebeu-se que o personagem tinha a intenção de servir de exemplo, educar o expectador, com grande uso do texto para ancorar a mensagem. Para um público sem alfabetização na leitura de imagens, o convencimento, como é até hoje, se torna algo escondido na imagem, mas passível de ser observado pela semiótica (SILVA, 2012).

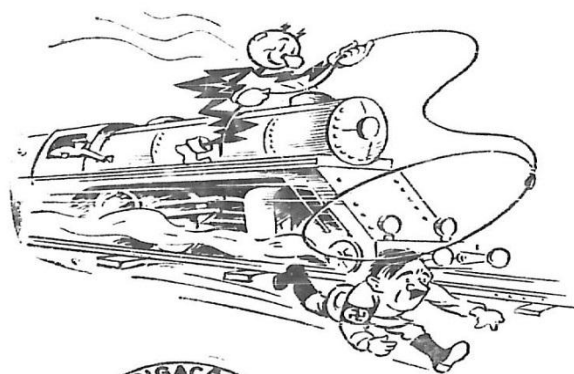
O personagem de Ashton Collins, o Reddy Kilowatt, Sr./ “Seu” Kilowatt em sua adaptação brasileira, obteve grande adesão do público até a década de 1970. No Brasil assumiu um papel político e cultural moldado no projeto das elites e de Vargas para o Brasil, visando, no plano da cultura, incentivar o consumo da energia e produtos elétricos, porém, conservando a estrutura de valores patriarcais, e, por outro lado, colocando o trabalhador no cerne da sociedade, em conformidade com o projeto de Vargas e sua assessoria. Duas novas funções do “criado elétrico” foram encontradas nos jornais capixabas: a criação da afetividade com o público e o trabalhismo. Após a guerra, seu mote passou a ser predominantemente a defesa da empresa frente às acusações que vinham dos meios sindicais, políticos e civis, que apontavam para lucros exorbitantes da empresa, em detrimento do pouco investimento que ela fazia no Espírito Santo. (RIBEIRO, 2005).

Essa importante força publicidade, a *propaganda* da empresa, no sentido de seu projeto particular, foi um dos fatores que, junto à influência dos diretores regionais junto aos poderes estaduais, e aqueles diretores nacionais junto às esferas nacionais, retardou uma reação mais acirrada contra a empresa, nos moldes de uma campanha nacionalista como

foi a campanha *O petróleo é Nosso*. Sendo parte de um projeto da elite, a eletricidade fora reclamada nos termos dela, dentro do campo político estabelecido, sem organizar a sociedade ou associá-la ao capital estrangeiro explorador. Desse modo, cabe observar a caracterização do debate em torno da Central Brasileira, que tem sua especificidade em comparação àquela campanha nacionalista mobilizada em torno do petróleo. Pode-se adiantar que, a eletricidade, debatida como foi, estava dentro do que era considerado “dizível” pela elite capixaba representado por Carlos Lindenberg. A ideia de autoridade e equilíbrio, e seu distanciamento dos temas amplos envolvendo nação, estado e industrialização, são pontos importantes a serem observados no próximo tópico.



CONSTRUINDO A ESTRADA DA VITÓRIA



– Através de feitos heróicos, coroando operações magnificamente planejadas, as armas das Nações Unidas abrem o caminho da Vitória.

– Não será necessário salienta a efetiva participação do Brasil em tão glorioso empreendimento: vale, porém, acentuar que há, ainda, muito por fazer e que quanto mais dermos esforços e sacrifícios, o seu término estará mais próximo, raiando, então, o dia da VITÓRIA final – diz “Seu” Kilowatt, o criado elétrico.

**COMPANHIA CENTRAL BRASILEIRA DE
FORÇA ELÉTRICA**

3.2. “A verdade sobre a Central Brasileira”

Após observar a Central Brasileira por dentro (origem) e por fora (publicidade), passa-se a analisar o que falavam dela, a partir dos jornais capixabas, os colunistas e políticos. Isso feito para caracterizar o confronto de ideias acerca da existência dessa empresa no Estado, observando os discursos das mais importantes posições político partidárias do Espírito Santo. Desse modo será possível perceber o quanto a empresa internacional presente em solo capixaba suscitou o debate de viés nacionalista dentro de um território ainda grandemente marcado por relações tradicionais e por uma economia-agrário exportadora.

3.2.1. A C.C.B.F.E. em debate

Segundo o acordo firmado entre o governo do Estado do Espírito Santo e a General Electric, em 8 de julho de 1927, a empresa ficara responsável pelo fornecimento de força elétrica e iluminação, transporte de bondes e ônibus, transporte através de lanchas e pelo serviço telefônico circunscrito à região de Cachoeiro de Itapemirim e Vitória.

Logo a outorgada, G.E., representada por G.B. Marean, procurador do presidente da empresa no Brasil, Herman Greenwood, passou sua concessão para o grupo Amforp, que assumiu o controle dos serviços da empresa. A partir de então, todos os setores primordiais para o desenvolvimento urbano do Espírito Santo, assim como ocorreu em outros estados da federação, ficaram nas mãos do capital multinacional americano⁴⁰.

Não só assumiria, segundo o contrato, os serviços já existentes, mas deveria zelar por estes, de modo a atender a população e também expandir os serviços por novos núcleos de povoamento que surgissem na capital e interior.

Porém, desde cedo, a empresa não só descontentou seus trabalhadores com baixos salários e várias disputas em torno de aumentos, como passou a ser um alvo constante de reclamações por parte de seus consumidores.

Em torno da Central Brasileira formou-se um campo discursivo marcado por indagações acerca da sua atuação no Estado, e se esta condizia com o contrato firmado em 1927. Desse modo, ela foi inserida no debate acerca do desenvolvimento capixaba, estando na ordem do dia para a população e para diversas correntes políticas.

⁴⁰ Diário da Manhã, 14/07/1927, p.3.

O que logo foi percebido através relatos depreendidos das colunas de opinião, colunas de reclamações, matérias especiais e debates políticos na Câmara dos vereadores de Vitória, Cachoeiro e Assembleia Legislativa foi uma diversidade de falas a respeito da empresa.

Alguns discursos remetiam a uma ideia de equilíbrio, o qual seria conseguido através do cumprimento das regras contratuais estabelecidas com o Estado, sem um questionamento a presença de uma multinacional em tão importante setor. Se a empresa era ruim, que se colocasse outra, mesmo que fosse estrangeira. Importante era que cumprisse seu papel contratual. Outros defendiam a empresa, disseminando a defesa da gerência norte-americana no estado, em combate às frequentes acusações. Por fim, uma fala que identificou a Central Brasileira como um agente externo ao Brasil, intencionado a atravancar o desenvolvimento do país em detrimento de uma dominação econômica estrangeira também se fez presente.

As elites, tradicionais e modernas, em suas falas, determinavam um tipo de ação política e social características de um *campus* fundado da defesa do sistema institucional, na qual a autoridade seria a responsável por tomar medidas relativas às questões públicas, sem uma participação ativa da sociedade. A elite moderna representada pela UDN e seus partidos satélites participavam de mobilizações políticas, porém, carregados por uma pauta moralista e com duração limitada. Sua referência à ação da população apontava para uma espera pela ação das autoridades, e, em casos extremos, reclamações pelas vias institucionais.

Por outro lado, estavam aqueles que identificavam um desequilíbrio econômico internacional e conservador dos Estados Unidos com relação ao Brasil, que tinha por fim se manter através da influência em desenvolvimento. Apontavam, portanto, para a existência de interesses escusos aos da nação, representados pelo capital estrangeiro.

Este, segundo essa linha política, tinha de ser enfrentado pelo povo, que deveria tomar a frente na ação de forçar as autoridades a resolver problemas. A população não seria passiva diante a justiça ou apenas uma reclamante distante.

Esses distintos posicionamentos foram se delineando conforme o rol de eventos da realidade urbana se desenrolava, ligados aos sucessivos problemas dos serviços públicos e aos aumentos tarifários da empresa.

3.2.2. Jornais e linhas editoriais

Lembrando o capítulo II, dos partidos não diretivos, têm-se duas das posições acima citadas: por um lado a UDN e de outro o PSD, aqueles que estruturaram o *campus político*. Essas duas agremiações se alternaram entre os jornais A Gazeta e A Tribuna, principais órgãos diários do Estado.

Dos partidos diretivos, os comunistas tinham o Folha Capixaba e os socialistas o jornal A Época, de Cacheiro de Itapemirim. Os petebistas não tinham um instrumento de divulgação, publicando nos jornais de partidos aos quais se aliava, oscilando entre a UDN e o PSD.

A Gazeta foi fundada em 1919 por Ostílio Ximenes, dono da imobiliária Cambury. O órgão foi criado para fazer propaganda de lotes de imóveis em Vitória. Porém, sempre foi marcado pela sua ligação ao governo, sendo um jornal oficial até 1942, quando foi vendido para Aurino Quintaes e Oscar Guimarães (MARTINUZZO, 2005). A venda não alterou o conteúdo, pois foi mantida a linha política de apoio ao governo oficial.

Em setembro de 1945, Eleosippo Cunha, coronel de São Mateus, comprou o jornal para fazer campanha política pró Eduardo Gomes, o que fez a linha editorial do jornal dar um giro de 360 graus. Da defesa do Governo Vargas e de seus interventores no Estado, o jornal passou a fazer críticas aqueles e propagandear a candidatura de seu principal opositor, o brigadeiro Eduardo Gomes. A linha liberal moderna de A Gazeta foi comandada por Rosendo de Souza e Eurico Rezende até março de 1948, e posteriormente por José Olympio, que se manteve na direção pelo menos até o final de 1949.

O jornal foi então comprado por Carlos Lindenberg, em 1948, através de uma negociação que necessitou de um “testa de ferro”. A natureza da transação provavelmente fez com que, mesmo ele matinal propriedade do governador cachoeirense, não tivesse mudado logo sua linha editorial. Portanto, a direção de José Olympio se fez já com o jornal sendo propriedade do então governador.

Por outro lado, o jornal A Tribuna fazia o caminho inverso. Fundado em 1938, já no Estado Novo, por Reis Vidal, seguia uma linha ideológica fascista (MARTINUZZO, 2005), sendo também apoio ao governo. De 1948 até abril de 1949, fez coro à

administração de Carlos Lindenberg, expondo uma leitura extremamente alinhada ao ambiente internacional, da Guerra Fria, marcada por um forte anticomunismo.

Logo deu o giro de 360° inverso ao de A Gazeta e 1945, saindo de uma leitura fascista da realidade, e de apoio ao PSD, para a oposição liberal. Em 4 de abril de 1949, na assembleia de acionistas da Gráfica A Tribuna S.A. o controle do jornal passou de Reis Vidal para as mãos dos membros do PR e PDC, membros da Coligação Democrática. Eram seus acionistas e novos donos: Elosippo Cunha (PR), com a maior quantidade de ações (6.600 mil ações entre ordinárias integralizadas e não intergralizadas, preferenciais integralizadas e não integralizadas); Fernando Duarte Rabelo (PDC), com 100 ações; Aristides Campos (PR); Wilson Neves Cunha (PR); Pietrângelo Di Biase; Manoel Viváccqua, e Leosilo Gomes ⁴¹.

O mesmo Rosendo de Souza que havia assumido A Gazeta até março de 1948, tomou a frente de A Tribuna, dando características do prisma liberal, típico de partidos satélites da UDN, como bem observou Benevides (1989).

Portanto, quando se for tentar traçar uma linha de oposição e outra situacionista, será necessário “pular” de jornal em jornal, conforme suas mudanças. Vale a pena observar que a leitura de mundo liberal é comungada por ambos, UDN e PSD, porém, o primeiro está mais ligado a um liberalismo moderno, com uma preocupação social, enquanto o PSD, politicamente autoritário, defendia uma política econômica liberal ortodoxa, ou seja, clássica, segundo a conceituação de Heywood (2010). Esses eram os órgãos de imprensa dos partidos não diretivos e estruturantes do *campus político*.

Os partidos diretivos, por sua vez, tinham o jornal A Época em Cacheiro de Itapemirim e o Folha Capixaba, veículo do PCB em Vitória. O primeiro era um jornal comandado pelo grupo mais forte dos socialistas no estado, cuja liderança era o professor Deusdedit Batista, redator do semanário cachoeirense. Este operava com certas dificuldades, tendo cessado suas publicações por cerca de um ano, de agosto de 1947 até setembro de 1948. Tinha uma linha social democrática marcada pelo liberalismo (Ver Capítulo II).

O Folha Capixaba representava os antigos militantes da ANL e tinha como diretores do jornal em 1945 João Calazans, Érico Neves e Aldemar Neves, com a gerência ocupada

⁴¹ A Tribuna, 04/06/1949, p. 6- 4.

por Moisés Calma⁴². A maior dificuldade com relação ao estudo desse jornal é a sua ausência física de 1946 até 1954, que retira do foco de análise anos importantes com relação ao tema, com alterações da estratégia comunista significativas. Porém, os discursos de Hermógenes Lima Fonseca na Câmara dos vereadores de Vitória auxiliaram a compor essa lacuna, tanto com o auxílio do trabalho de Pittol (2014), quanto com as colunas publicadas em A Gazeta e A Tribuna com relação aos debates da casa municipal. Com o PTB a situação é mais complicada, pela falta de um veículo próprio, o que faz dos debates da Ales e Câmaras publicados nos jornais também uma forma de sanar a ausência de fontes.

3.2.3. “Sempre a Central Brasileira”

Quando A Gazeta era getulista conteve em suas páginas as posições trabalhistas do que viriam a ser o PSD e o PTB, em 1945. Antes da possibilidade e da urgência em que se formaram, o projeto de Vargas estava sendo executado a partir de A Gazeta no Espírito Santo. Sobre A Companhia Central, o jornal foi pouco crítico até sua transição para a linha liberal, não conseguindo, porém, esconder os problemas pelos quais passava a população nas áreas de atuação da empresa.

No dia 01 de abril de 1941, na nota *Falta de Luz em Santa Lúcia*, temos a noção desse fato. A população reclamou ao jornal que, durante um ano, a Central os deixava sem luz durante a noite, retornando a normalidade do serviço apenas depois das 22:00 horas. A resposta de A Gazeta, após exibir a reclamação, foi de que tinham certeza que a empresa iria solucionar o problema, pois, justificava, “a direção da CCBFE não poupa esforços quando se trata de bem servir a população”⁴³.

Creditou a direção da empresa, frente a uma crítica, uma boa vontade na resolução de problemas enfrentados pelos consumidores, desviando a peso da crítica feita.

Outra matéria, alguns anos depois, trouxe à população da época uma entrevista com o diretor da Central Brasileira, Arildo Soares, para explicar a população o porquê da deficiência do serviço de bondes. O discurso da empresa apareceu assim como o “Seu” Kilowatt mostrava em sua difícil vida. O argumento para as dificuldades era a guerra, que havia gerado grandes dificuldades para todo o mundo, e que o povo haveria de

⁴² Folha Capixaba, 01/05/1945, p.4.

⁴³ A Gazeta, 01/04/1941, p.7.

reconhecer os “esforços e sacrifícios” realizados pela empresa, que operavam mesmo cobrando as mesmas tarifas há vinte anos, mesmo com aumento de despesas (mão de obra e materiais). O dirigente da Central fez uso das palavras de Vargas durante a guerra, dizendo que a população deveria aceitar “com paciência e espírito de renúncia as restrições, os sacrifícios e incômodos que nos são impostos pela situação morosa e difícil que atravessamos”⁴⁴.

Nenhum comentário foi feito por parte do jornal, que deixou apenas a fala do gerente ecoar. Não discordou do que foi falado, afinal, ainda era feito o esforço de guerra, e a Central era uma das empresas empenhadas nesse esforço. Era uma aliada.

Mas o tom positivo ou a omissão frente às afirmações do diretor da empresa foram se alterando em 1945. Os bondes foram o alvo de crítica na matéria, *A falta de transportes na cidade*, o qual um quadro de superlotação nos carros, gerados pela escassez e morosidade dos veículos seriam uma marca dos serviços da CCBFE, que, por sua vez, sempre dava a justificativa da guerra: “A desculpa, a grande desculpa é a guerra, sempre a guerra a responsável por tudo, dirão os senhores diretores da companhia que explora os serviços de força elétrica no Estado do Espírito Santo há tanto tempo”⁴⁵. Se os diretores tinham boa vontade, ou sua fala e autoridade eram a conclusão de algumas matérias, a situação havia se alterado.

O texto de *A Gazeta* cobrava a fiscalização do governo junto a Companhia, para que estudasse junto aos engenheiros daquela uma solução para o problema dos transportes. Reforçava que, mesmo que ampliação e a melhora dos serviços tivessem custos, logo os lucros também aumentariam, portanto, nada justificando a falta de iniciativa da empresa.

Na matéria *Sempre a Central Brasileira*, um desentendimento entre um fiscal e alguns passageiros fez com que chefes de tráfego e serviço telefônico fossem prestar esclarecimentos sobre o ocorrido. Após fazer a defesa de seu funcionário, que não quis levar o bonde do final da linha da Praça da Independência até o final da linha da Praia do Suá, desagradando os passageiros, justificou o chefe que:

“a direção da Central Brasileira tudo faz para atender, da melhor maneira possível ao povo de Vitória; e que se existem falhas no serviço, não

⁴⁴ *A Gazeta*, 11/01/1944, p.2.

⁴⁵ *A Gazeta*, 22/03/1945, p.2.

dependem da direção, e sim do estado que atravessamos de sérias dificuldades para a obtenção de material rodante”⁴⁶.

O discurso da empresa frente a problemas surgidos do cotidiano urbano era o “estado” que atravessavam, da falta de materiais e que a direção muito se empenhava para atender a população da melhor maneira. A justificativa se mantinha frente ao contexto de fim de guerra, e A Gazeta pouco criticando a empresa.

3.2.4. “Essa Central Brasileira...”

Em outubro A Gazeta se tornou um jornal liberal moderno, e sua fala relativa à empresa se configurou de maneira diferente ao seu período anterior. *Com vista a Central Brasileira*, foi a primeira vez que a empresa apareceu no noticiário já udenista, e falava novamente em deficiências da empresa. A falta de luz para a Fonte Grande foi identificada como uma seletividade da empresa em não atender aquele lugar, por ser “uma zona tipicamente pobre e de operários pobres”, enquanto na rua sete nada acontecia no horário que costumava faltar de energia, das 17:30 às 22:00. Segundo a matéria, a companhia “desliga quando quer, sem dar satisfação”, e finaliza indagando se não haveria “um meio de corrigir estas deficiências?”⁴⁷.

O teor da fala é bem diferente, identificando uma questão social como fator utilizado pela empresa para fornecer ou não energia elétrica, assim como demonstrava a falta de aviso com que a empresa agia no desligamento do fornecimento de luz.

Críticas mais detalhadas surgiram com o médico Américo Vespúcio Oliveira, que contribuiu em A Gazeta por três anos, dedicando suas colunas sempre à Central Brasileira. Em meados de 1946 escreveu duas colunas, que versavam sobre *Dois males*, nas quais se referia aos problemas que geravam entraves ao desenvolvimento da cidade de Vitória. Primeiro estava a Central Brasileira como um problema, sucedida das demolições ocorridas no centro de Vitória, que criavam locais insalubres e feios.

Quando se referiu à empresa de serviços públicos, afirmou que:

A C.C.B.F.E. é um verdadeiro Estado implantado dentro do Estado – Totalitária e absoluta. É uma espécie de tumor pediculado cujas aderências

⁴⁶ A Gazeta, 07/04/1945, p.3.

⁴⁷ A Gazeta, 23/11/1945, p.2.

dificultam ou impossibilitam a sua extirpação, pondo em risco o organismo que o mantém e o nutre”⁴⁸.

Essas duras críticas feitas à empresa, em analogia a um tumor que prejudicava o organismo ou um Estado dentro do Estado, caracterizavam a empresa como uma entidade soberba que se impunha perante a população humilde, que se julgava “superior a tudo e todos, e acha que faz favor transportar passageiros em seus veículos”⁴⁹.

Completo dizendo que “indiferentemente as reclamações do Zé povo, deixa seus carros arrastarem-se por suas linhas sinuosas, abarrotados de passageiros, que apinhados e agarrados nos outros dão o aspecto de verdadeiros enxames humanos”⁵⁰.

Após a leitura da coluna, tem-se a impressão de um verdadeiro caos nos transportes proporcionados pela Central Brasileira, que geravam bastante desconforto aos passageiros. Isso seria gerado pela falta de carros disponíveis, uma primeira negligência da empresa. A esta se somavam outros problemas, como: a falta de transporte em Maruípe; a falta de um carro bagageiro, o qual fora acordado com o Estado para baratear o transporte dos operários e estudantes em horários específicos, das 8:40 e 20:00; a falta de ônibus para a Vila Rubim, também acordado com o Governo por causa da retirada das linhas de bondes do centro comercial; a baldeação feita da Praça Costa Pereira⁵¹, desconfortável para os passageiros mas econômica para a empresa, e a circulação de bondes na também na praça, em datas festivas e noite, atrapalhando o lazer da população.

Em duas matérias especiais do jornal, confrontam-se os discursos deste com o da empresa. *A questão dos transportes urbanos de Vitória* é a primeira, na qual é comparado o antigo percurso feito de Santo Antônio até Praia Comprida (atual Praia do Canto) e o novo caminho. Se antes o centro de Vitória era contemplado pelo bonde, com a Central isso não aconteceu mais, tornando o sistema “ineficiente, incômodo, extravagante, inadequado e mesmo estapafúrdio”, sendo culpa da administração pública, que deu uma “cochilada” ao permitir a instalação de trilhos diferente do que era antes. Os trilhos da rua do comércio, que foram arrancados sem ter ficado claro onde foram

⁴⁸ A Gazeta, 20/07/1946, p.3.

⁴⁹ Ibid.

⁵⁰ Ibid.

⁵¹ Os passageiros tinham que saltar na Praça Costa Pereira e sair “correndo” para pegar outro bonde.

parar, foi salientado pela matéria em forma de acusação à empresa, que teria se apropriado do valor que o objeto representava⁵².

Um mês depois, o mesmo título estampou o jornal, em referência a entrevista feita com o gerente da C.C.B.F.E., J. W. Brown, que respondeu às diversas críticas publicadas em A Gazeta. A primeira justificativa, para a falta de transportes em Maruípe, foi à falta de pessoal. Explicou o gerente, que os trabalhadores se aproveitavam da lei trabalhista que obrigava a empresa a pagar hora extra. Faltavam ao trabalho de maneira alternada, para que a cada dia um fizesse hora extra pela falta de parte do efetivo, e com isso aumentassem seus ganhos. Por culpa dessa situação, três bondes não saíam da garagem, “com prejuízos para a Companhia e para o público e outros distúrbios fáceis de prever”⁵³. As despesas extraordinárias sobrecarregavam financeiramente a empresa, argumentava.

Após isso, justificou a falta de um bonde que fosse diretamente de Praia Comprida até Santo Antônio, dizendo que linhas compridas não eram boas, e que cada vez mais era necessário dividir as linhas.

Comentou sobre o projeto que sanaria a falta de linha pelo centro de Vitória, apresentando um projeto que faria os bondes alcançarem a rua do comércio, fazendo um percurso circular até voltar a Santo Antônio. Este não teria sido implementado pela espera de uma resposta da sede carioca.

Os trilhos da rua do comércio estavam velhos e foram utilizados no prolongamento feito em Praia Comprida, comentou o gerente.

O serviço de lanchas também havia sido criticado na matéria do mês anterior, teve uma resposta do gerente. O serviço de lanchas não era responsabilidade da empresa, sendo um serviço complementar ao de bondes. A falta de uma das duas disponíveis se deu por motivos de manutenção. A falta de uma estação de lanchas, em prejuízo ao serviço “complementar” era culpa da Capitania dos Portos, que segundo a argumentação do gerente, só permitiria a construção de uma estação enquanto não construísse o muro do cais⁵⁴.

⁵² A Gazeta, 21/09/1946, p.1.

⁵³ A Gazeta, 20/10/1946, p. 1.

⁵⁴ Ibid.

Em linhas gerais, o gerente se isentou das culpas atribuídas à empresa a jogando para outros fatores envolvidos em seus serviços, que eram: os trabalhadores, a sede da empresa no Rio de Janeiro, a Capitania dos Portos, e, por fim, a falta de materiais.

A resposta de Américo Oliveira a esta coluna não tardou a chegar, e se fez através da coluna *Repisando*, assinada por ele. Antes agradeceu a Areobaldo Lellis, um dos colaboradores de A Gazeta, por ter apoiado sua campanha contra a Central, provavelmente por ser ele quem conseguiu o espaço no jornal para que o médico escrevesse.

Logo, Oliveira afirmou que a Central Brasileira não veio ao Estado para “Contar bezerros e sim para tirar o leite” e chamou a atenção para o fato de que “O contrato existente entre o Estado e a Companhia Central Brasileira não existe, porque nunca foi cumprido”. Para ele, “O contrato foi assinado e tem que ser cumprido”⁵⁵. O problema era que a empresa queria se beneficiar além do que tinha de direito.

O teor das colunas de Oliveira é a constante menção ao cumprimento do contrato estabelecido entre Estado e Companhia, para atender a população. Como a Central não o fazia, era uma empresa que atrapalhava o desenvolvimento da capital. Para que ela cumprisse suas obrigações, o Estado tinha de obrigá-la através do que fora estabelecido nos contratos. Era uma questão de equilíbrio, de cumprimento do estabelecido para que tudo estivesse certo.

Sobre o argumento da guerra, esclareceu Oliveira, seria “apresentada por longos anos ao público como válvula de escapamento para justificar as faltas e relaxamento do serviço”. Rebateu com o fato de que a CVRD recebia materiais constantemente no Porto de Vitória, assim como o Rio de Janeiro recebeu 150 ônibus dos Estados Unidos. Como a guerra tinha cerceado o fornecimento de materiais se as outras indústrias capixabas recebiam materiais estrangeiros? Era para o que apontava Oliveira.

Refutou a justificativa dos trilhos da rua do comércio, dizendo que o prolongamento de Praia Comprida ocorrera em 1932, e que os trilhos foram arrancados daquela em 1942, portanto, não foram direcionados da rua do comércio para lá, como disse o gerente da empresa. Assim como também salientou que a falta de braços era culpa da empresa que pagava pouco aos funcionários.

⁵⁵ A Gazeta, 09/11/1946, p.3.

Oliveira transborda suas críticas à empresa para o fornecimento de energia elétrica, que “além de deficientíssima, e caríssima” era um “verdadeiro entrave e por muito favor está dando apenas para a luz”. Além disso, a Central cobrava a mais no aluguel do medidor de energia elétrica em 0,20 centavos, o que somava mais uma extorsão ao consumidor.

Essa coluna é rica em indícios do pensamento do médico, que se mostrou moderno. Esclarecia que seu dilema era com a Central e seu papel e atuação na sociedade e que não tinha nenhuma desavença de ordem pessoal com o gerente ou com os funcionários da empresa. Essa ideia de afastamento remete ao debate público moderno. Finaliza com um parágrafo em que identificava forças que sempre queriam atralhar e extorquir o Espírito Santo, pois os capixabas eram considerados “coisa nenhuma” e desse modo roubados e trapaceados, mostrando um pensamento típico de uma mentalidade obsidional, característica das elites capixabas. Ou seja, presentes estavam as continuidades com o pensamento do Estado, como a percepção de que este seria perseguido.

O “Seu” Kilowatt não escapou. Se em uma propaganda o personagem teve um *Pesadelo!* com a falta de materiais, falta de braços e desgaste excessivo, Américo Oliveira, quatro dias depois teve um sonho. Segundo ele: *Sonhei...*

“[que a] infeliz e antiga Cia. Central Brasileira, que tanto nos causou, havia falido. [...] O governo exigira dela, não só o cumprimento das cláusulas contrataes, como também a restituição dos 0,20 (centavos) cobrados a mais indevidamente”⁵⁶.

⁵⁶ A Gazeta, 11/12/1946, p.3.



Figura 3 – (A GAZETA, 07/12/46, p. 4).

O nome da nova empresa do sonho dele seria Transportes Urbanos, que teria resolvido todos antigos os problemas relativos ao transporte e eletricidade. Os moradores da Ilha do Príncipe, representados por um orador, teria apelado ao novo diretor da então nova empresa, um jovem inglês, para que ele estendesse os trilhos de bondes até Jardim América, o que recebeu uma resposta positiva. Porém, logo Oliveira disse ter acordado com o barulho da oficina da C.C.B.F.E., cujo “barulho é tal que se dá impressão de uma sucursal do inferno”⁵⁷.

Aqui nota-se a referida noção de equilíbrio. A empresa permaneceu, no sonho do médico, como iniciativa privada, e mais, estrangeira, pois seu diretor era um “jovem inglês”. A Central Brasileira não era adequada por que extorquia os consumidores e não cumpria o contrato. Outra empresa cumpriria o contrato e atenderia diretamente ao povo, atenciosamente.

Outro autor se pronunciou sobre o assunto Central, e foi José Cupertino Leite de Almeida. Em texto intitulado *Abonos, saturno e bondes*, escreveu sobre os transportes

⁵⁷ Ibid.

em Vila Velha. A empresa havia sugerido um aumento do número de bondes na continente, o que entusiasmou a todos. Porém, alertou, “ficar contente, apenas, não traz os veículos”, pois era necessário que a população pressionasse a companhia e exigisse a melhora dos serviços de transporte. Argumentava que:

“A companhia exploradora dos nossos transportes, de fato, luta com sérias dificuldades, coitadinha! O preço reduzidíssimo que ela cobra pelas passagens, o dinheiro minguado que embolsa nas cauções, a taxa módica dos telefones, e da luz, tudo isso faz com que o *polvinho, sucursal da Light* entre nós, encontre sérias barreiras para empreender tão gigantescas obras...”⁵⁸.

O Texto de Cupertino é diretivo, pois chama a população de Vila Velha a ação de pressionar a Central, exercendo sua autonomia. Também atrela a empresa a sua parceira internacional no Brasil, a Light, chamando-a de polvinho, um termo de referência aos trustes. Ironizou também o discurso da empresa, de grandes dificuldades. Porém, foi apenas esse texto escrito por Almeida sobre o assunto no recorte analisado e foi uma exceção frente às publicações do jornal .

A ideia de equilíbrio reapareceu em uma matéria noticiosa. Em *Impressionante desastre de bonde*, a reportagem fez a cobertura de um acidente que feriu mais de dez pessoas. Um bonde havia saído da linha e invadido uma casa, atingindo três crianças que brincavam no quintal. Enquanto esse e outros acidentes ocorriam pela cidade, seguia no texto, “os diretores da Central Brasileira regalam-se como nababos, frente a mesas cheias de bebidas, doces finos e algazarra, sem ouvir o gemido dos pequenos infelizes”⁵⁹.

Para resolver os problemas causados pela Central, a matéria cobrava a ação das autoridades públicas, por intermédio do fiscal do Estado junto à empresa, de modo a dar um “paradeiro em tudo isso”⁶⁰.

No ano de 1948, o jornal já havia sido adquirido por Lindenberg, mas prosseguia a linha editorial liberal, com seus colunistas sob a direção de José Olympio. Em 1949, porém, começou a mudar gradativamente sua linha política, o que se concretizou no final do ano.

⁵⁸ A Gazeta, 20/12/1946, p.3. Grifo nosso.

⁵⁹ A Gazeta, 31/12/1946, p.8.

⁶⁰ Ibid.

Ciro Vieira da Cunha foi outro colunista que assinou textos sobre a Central Brasileira. Sobre os inconvenientes da falta de energia elétrica pela noite, confirmava por sua conta, o que só ouvia falar dos outros serviços da Central, aos quais, não utilizava, como bondes, lanchas e telefones. A falta de energia prejudicava o lazer da população em ouvir uma novela no rádio; acabava com o conforto do fogão elétrico, e gerava riscos a seguranças das pessoas, que podiam tropeçar ou escorregar em cascas de bananas no escuro.

Completava o autor que, “Às reclamações, [a empresa] responde publicitariamente, com o impagável “suando a camisa”. Como se a paciência do povo já não estivesse cansada se suar...”⁶¹.

Em homenagem a publicidade *Suando a camisa*, *Ciro Vieira da Cunha* escreveu uma coluna com o mesmo título, ironizando a empresa e seu personagem. Segundo o autor, a companhia “não dá mais satisfação aos consumidores. Desliga a energia quando bem entende [...] na luz quem manda é ela. Por isso apaga-se quando lhe dá na cabeça”⁶².

A Companhia que queria aumentar as tarifas estaria se aproveitando dos protestos do povo, aos quais não atendia, usando as dificuldades como desculpa para a necessidade do aumento. Desse modo, indagou se o acréscimo levaria à melhora dos serviços. Se a Central continuaria “Silenciosa como um telefone. Parada como um bonde. Indiferente”. *Ciro Vieira* chega ao ponto de dizer que o povo nem queria melhora dos serviços, mas apenas que estes não piorassem. Porém, a previsão do autor era que iam piorar, “E a Central suando a camisa”⁶³.

⁶¹ A Gazeta, 11/08/1948, p.3.

⁶² A Gazeta, 14/08/1948, p.3.

⁶³ Ibid.



Figura 4 – (A TRIBUNA, 23/07/49).

Mas era Américo Oliveira o mais expressivo opositor da Central. Passou a assinar uma coluna chamada *Essa Central Brasileira...*, que compilava todas suas críticas anteriores à empresa, assim como respondia aos eventos gerados em torno dela. O Título é sugestivo. *Essa Central Brasileira* seguido de reticências coloca a empresa em observação de alguém que sabe que ela estava fazendo coisas erradas. É como um comentário dirigido a uma terceira pessoa, por alguém já saturado de suas atitudes.

A fala de Oliveira, mantida dentro da ideia de equilíbrio, começa a apresentar novos itens relevantes sobre a Central. Em *Essa Central Brasileira I*, esclarecia que, se em compensação a alguns melhoramentos feitos pela empresa no setor de transportes, os demais serviços pioraram de forma assustadora, estando a companhia “falida, moral e materialmente”. Esta “de posse de um *contrato amigo*, desde o seu início, e não

satisfeito ainda, conseguiu mais um contrato suplementar também amigo, mas apesar de toda a *camaradagem*, não satisfez as respectivas cláusulas contratuais”⁶⁴.

Essa referência a um contrato amigo é sugestiva. Quem foi amigo da companhia, tanto no contrato, quanto em um contrato suplementar?

Outro elemento novo na fala do médico foi à diretoria da companhia, que roubaria do povo capixaba. Eram eles “nababos gozadores das delícias do Rio de Janeiro e *capitais estrangeiras*”⁶⁵. Por que capitais estrangeiras? No correr das colunas vão se delineando algumas respostas.

Em *Essa Central Brasileira II*, o autor foi ao cerne do contrato da empresa com o Estado, em pontos aos quais ela não cumpria sua parte.

Se a empresa não estendia suas linhas até Paul, observava que, na seção de transportes, nº 1, letra A do contrato, a companhia ficava “obrigada a levar linha de bondes até Paul [...] dentro de um prazo de seis meses após ter o Estado colocado uma linha de trilho pela ponte em construção”. Isso deveria ocorrer em 1941 e não foi feito até 1948.

Na cláusula 5, nº 3, a empresa ficava obrigada a aumentar o número de bondes em conformidade com o crescimento populacional, o que não era constatável na realidade capixaba. Se o nº 7 da mesma cláusula determinava a manutenção dos horários que o Estado houver aprovado, os bondes viviam atrasados.

A cláusula 10, letra B obrigava a companhia a estender seus trilhos em Jucutuquara, o que não ocorrera. A letra A da cláusula 5 obrigava a empresa a “manter suas linhas de transmissão [...] adequadas ao público”, contrariando o que se observava dos serviços.

Sua argumentação sobre o contrato é incisiva: “A eloquência das cláusulas e a sua inobservância dispensam qualquer comentário de minha parte. O que não se pode consentir é que a população de Bomba, Maruípe, Paul, Malembá, Argolas, Jardim América, Cobi e Itaquari veja-se prejudicada sem o transporte necessário”⁶⁶.

Portanto, Oliveira aponta para alguns aspectos ignorados pela empresa com relação ao contrato, assim como mostra os bairros mais prejudicados.

⁶⁴ A Gazeta, 11/08/1948, p.4. Grifo nosso.

⁶⁵ Ibid.

⁶⁶ A Gazeta, 15/08/1948, p.4.

A empresa, por sua vez, buscava um empréstimo junto ao Estado com o argumento de melhorar os seus serviços. Para isso apresentou suas contas ao CNAEE, que aprovaria ou não o valor de Cr\$ 40.000.000,00. Oliveira logo respondeu a isso como uma tentativa da empresa em “biscoitar” o dinheiro do Estado, pois a mesma não melhoraria os serviços públicos, sendo uma prova disso os números entregues ao CNAEE, que foram burlados, mentidos sobre a real situação da empresa⁶⁷.

Isso seria mais uma ato de abuso, segundo o autor, pois, a Central já roubava 0,20 centavos a mais do aluguel de medidores, valor que o médico defendia que fosse devolvido ao Estado e doado aos órfãos. O acúmulo da cobrança indevida, somando todos os medidores por 20 anos somava um valor considerável.

Assim como havia ocorrido na Bahia, argumentava, onde a população e o governo estavam “vigilantes e conhecedores dos métodos da Central”, o Espírito Santo deveria fazer o mesmo, pressionando a empresa por melhores serviços⁶⁸.

As referências do médico jornalista foram ficando mais firmes, com acusações mais amplas. O não atendimento dos serviços públicos seria “um plano diabólico pré-concebido, visando à sangria nos cofres públicos ou alguns favores extracontratuais”, pois a empresa diminuía sua capacidade e aumentava sua cobrança tarifária, assim como pedia empréstimos⁶⁹.

Cabia a ele e os avisados sobre a Central, informar aos seus netos sobre a Central, para que fosse mais escrupulosos com esses “*brasileiros*” de *Além mar ou de Além céu*, pois o contrato ia demorar para acabar⁷⁰. Novamente uma referência a interesses externos, mas de maneira bem vaga.

Sempre aparecia um problema novo. No caso dos telefones, a empresa, ao invés de comprar mais linhas, usou de comutações, sobrecarregando as já existentes, assim como as telefonistas, que passavam a atender 1.200 ligações, ao invés de 200. Com isso, explorava as trabalhadoras, precarizava os serviços e os materiais aumentando sua renda e não atendendo bem a população. “E as pobres telefonistas, que, além de

⁶⁷ A Gazeta, 05/09/1948, p.3.

⁶⁸ Ibid.

⁶⁹ A Gazeta, 25/09/1948, p.3.

⁷⁰ Ibid.

sobrecarregadas desumanamente de serviços, ouvem até o que o diabo enjeitou do inferno por parte dos assinantes impacientes”⁷¹.

A questão dos estribos era sempre lembrada pelo médico. Os bondes tinham estribos altos e isso prejudicava as crianças e as senhoras. Em *Essa Central Brasileira V*, o médico publicou a resposta de vários médicos do Espírito Santo sobre os prejuízos dos estribos altos dos bondes. Dentre os indagados, estavam Afonso Bianco, Arnaldo Andrade, Carlos Teixeira, Dório Silva, José Timóteo, José Carvalho, Jayme dos Santos Neves, Lucilo Santana, Luiz Castelar, Monsueta Abreu, Miletto Rizzo, Moacyr Ubirajara, Mario Bossois, Nestor Leal, Octávio Manhães e Otávio Guasti. Todos deram pareceres negativos a existência de estribos altos.

Na coluna de número VI, o autor fez uma lista dos problemas e ações dúbias realizadas pela empresa, incluindo o troco dos passageiros dados em passagem. Quando uma pessoa entrava no bonde e pagava com uma nota maior que o valor da passagem, recebia seu troco em passes de bonde. Essa situação era uma forma de a empresa vender seus serviços de maneira inconveniente. Apesar de obrigar os consumidores a aceitarem passes, não aceitavam receber contas com os mesmos. A empresa

“Sem obedecer o contrato, desrespeitando as assinaturas credenciadas no mesmo, assistimos nós [...] o sofrimento de muitos milhares de habitantes [...]”.

A nossa “honrada” CCBFE aufere lucros espantosos, desonestamente, além daquele que obtêm pelo que lhe é devido”⁷².

F. Eugênio de Assis foi outra pessoa que escreveu sobre a Central em A Gazeta, na coluna *A Companhia Central Brasileira*. Nela, se refere à justificativa da empresa apresentada durante a guerra para a falta de energia, que seria a necessidade de economia pela falta de materiais. Após o conflito, a “máquina ficou viciada” e o discurso se manteve perante a população. Com o anúncio da compra de uma unidade Diesel Elétrica, Assis lamentou que “Até lá, sobramos as consequências do longo tempo de espera”, em crítica a demora da empresa em tomar alguma medida. Ironizando o “Seu” Kilowatt, que “tem que estender suas pernas para bem servir o público e os

⁷¹ Ibid.

⁷² A Gazeta, 26/10/1948, p.3 – 7. Grifo nosso.

bondes vão cada dia diminuindo a marcha, que pela falta de força”, salientou um dos efeitos de tal demora⁷³.

O anúncio dessa nova Unidade Diesel Elétrica teve repercussão no Estado, elogiada e criticada. Os moradores da rua Sete enviaram um abaixo assinado criticando a compra da máquina, que seria instalada na Convertidora. O argumento era que, a unidade já instalada ali era barulhenta e que, sua intenção era suprir emergências. Porém, passara a ter um funcionamento ininterrupto, incomodando a população com os ruídos e gases exalados pelas termelétricas. O documento foi assinado por 130 pessoas e enviado a Câmara dos vereadores, para o governador e para a C.C.B.F.E.⁷⁴.

Logo após esse anúncio, uma punição da Justiça do Trabalho iria gerar um acirramento das opiniões sobre a Central. Assim que a empresa fora obrigada a dar aumento salarial aos seus funcionários e pagar o descanso remunerado, passou a pleitear o aumento de tarifas junto ao governo do Estado, gerando indignação por um lado, e defesa da medida por outro. Oliveira logo elogiou a punição dada à empresa, comemorando um poder “que contrariou os desafios e desmandos da nefasta companhia”⁷⁵.

Em resposta, o jornal A Gazeta lançou uma matéria com entrevista feita ao gerente da Central Brasileira, que diferente de todos os colunistas que escreviam contra a empresa, salientava seus pontos positivos. Intitulava-se *A Verdade sobre a Central Brasileira*. A introdução feita antes da transcrição selecionada pela edição do jornal reproduziu o discurso da empresa. As causas das dificuldades da Central eram as mesmas que atingiam a todo o mundo, que após o conflito mundial conviveu com novos aspectos da vida. O sumiço dos materiais do mercado, pelo processo de reconversão da indústria, somado a majoração dos ganhos dos trabalhadores, consequência da agitação operária, prejudicou a indústria em todo o mundo.

Constata que na “Assembleia Legislativa, na Câmara municipal, na imprensa de toda ordem, nas palestras populares em rodas de praças” várias críticas eram feitas a Central Brasileira. Então a matéria questiona:

“Seria, de fato, a Central Brasileira uma empresa tão desorganizada? Seria tão prejudicial ao Espírito Santo? Estaria ela agindo contra as determinações legais? Ou teria feito ela alguma coisa em nossa capital? A situação de seus

⁷³ A Gazeta, 05/11/1948, p. 3.

⁷⁴ A Gazeta, 05/12/1948, p.4.

⁷⁵ A Gazeta, 14/01/1949, p.2.

empregados é tão calamitosa como se propala? As suas rendas são de fatos astronômicas?”⁷⁶

Reaparece o “Seu” Kilowatt, sendo indagado também, como segue na imagem 5.



Figura 5 – (A GAZETA, 23/01/49).

“Seria ele um símbolo de negligência ou seria, de fato, um criado em dificuldades? – Os seus reclamos são justos ou não? – devemos encorajá-los ou desprestigiá-lo quando nos garante: Preciso de sua compreensão e boa vontade”⁷⁷.

Coloca-se, desse modo, duas opções de entendimento sobre a empresa, seria negligente ou estaria em dificuldades. A preparação para um esclarecimento da “verdade sobre a Central” estava por vir, e foi o que fez o gerente J. W. Brown.

“Demonstrando um acurado estudo das coisas”, segue a narração do jornal, o gerente teria demonstrado financeiramente que, em 12 meses o aumento salarial somado ao

⁷⁶ A Gazeta, 23/01/1949, p.10 – 5.

⁷⁷ Ibid.

pagamento do descanso remunerado iam desequilibrar as contas da empresa caso não fosse contrabalançado por um aumento das tarifas.

O gerente mostrou números que seriam referentes à vida financeira da empresa, que tinha um resultado líquido de Cr\$ 3.886.568,70. Com a adição dos custos trabalhistas em Cr\$ 2.995.000,00, o rendimento de capital seria de apenas Cr\$ 891,368,70, 1,78% segundo os cálculos do chefe da empresa, “uma remuneração [que] está totalmente inadequada para permitir a manutenção dos serviços”⁷⁸.

O argumento do gerente trazia a necessidade de melhora dos serviços para o centro do debate, de modo a reforçar a necessidade do aumento de tarifas. Para conseguir empréstimos para a melhoria dos serviços, a empresa deveria apresentar ao mercado resultados satisfatórios. Se isso não ocorresse, a situação da empresa seria desastrosa, levando ao desmonte dos serviços da empresa. O aumento se tornava “uma questão de lógica comercial patente para qualquer pessoa de negócios”⁷⁹.

Então a empresa pressionava às autoridades, das quais, segundo o gerente, dependia o futuro do desenvolvimento da zona do Estado, pois “concedendo o aumento de tarifas necessário para compensar as despesas provenientes do forçado aumento de salários” a empresa conseguiria operar seus serviços e melhorá-los. O documento que solicita o aumento foi enviado por este ao CNAEE e ao governador do Estado

Essa seria então a “Verdade sobre a Central” de A Gazeta? Mas como se todos os seus colonistas eram contrários e refutavam as justificativas da empresa. Algo tinha mudado no jornal.

Américo Oliveira continuou escrevendo no jornal. Na coluna de número *IX*, argumentou que a Central, quando indagada por autoridades capixabas sobre a deficiência de seus serviços, dizia apenas responder ao Ministério de Aviação, mas que, quando interessada em aumentar as tarifas, recorria ao poder mais próximo para dar agilidade aos seus interesses. Segundo o autor, “Há vinte e dois anos que a Central Brasileira apossou-se de um *contrato amigo, verdadeiro presente de núpcias de pai para filha* e até hoje nada foi realizado digno de nota”⁸⁰. A referência é ao contrato realizado entre a G.E. e

⁷⁸ Ibid.

⁷⁹ Ibid.

⁸⁰ A Gazeta, 12/04/1949, p3. Grifo nosso.

Florentino Avidos, apesar de ter uma imprecisão de 4 anos com relação a data em que foi firmado o contrato, como já foi observado no início desse capítulo.

Ao final de seu texto, uma nota da redação do jornal A Gazeta fez um esclarecimento: “- *A Direção de “A Gazeta” não endossa conceitos de natureza alguma emitidos em trabalhos assinados por seus colaboradores*”⁸¹.

Após três anos de publicações do médico, a direção do jornal não endossou sua fala sobre a Central, mas mantinha a coluna. A direção do jornal de Lindenberg parecia mudar sua posição sobre a C.C.B.F.E.

Logo Oliveira, na sua coluna *Essa Central Brasileira X*, respondeu através de uma nota explicativa, que não “solicitou endosse algum” à direção, tendo apenas pedido que fossem publicados seus textos para que fosse útil a população. Após isso, manteve suas colunas no jornal, com o mesmo teor de críticas feitas a Central. Ou seja, a direção do jornal e seus colunistas estavam desalinhados e se desentendendo em notas anexas às colunas de Oliveira. Isso vai se intensificando no ano de 1949.

Em Junho, a notícia de que a concessionária havia adquirido a unidade Diesel elétrica gerou uma matéria especial de A Gazeta, na qual J. W. Brown foi entrevistado. Novamente, a introdução favorecia ao gerente. Fazia uma consideração acerca de julgamentos. “Atribuir todos os defeitos a vícios e má vontade, negligência, não nos parece nada judicioso. É preciso saber julgar e condenar”. Desse modo apontava para problemas maiores no fornecimento de energia, que não seriam resolvidos apenas pela boa vontade⁸².

Feito isso, foi dada a palavra ao “operoso” gerente da Central. Este disse que a máquina estava em Mormacdove, Nova York, a caminho do Estado graças à cooperação feita com o governador. Porém advertiu que, a máquina iria “aliviar a situação, possibilitando sensíveis melhoras no serviço de iluminação e força”, completando que não dava para ser completamente otimista e que, o problema do fornecimento de energia elétrica era compartilhado mundialmente, por causa dos baixos preços cobrados pelo serviço⁸³.

⁸¹ Ibid., grifo nosso.

⁸² A Gazeta, 12/06/1949, p.10.

⁸³ Ibid.

No dia 30 de junho noticiava o jornal que a unidade estava a caminho do Brasil, e reforçou o ponto de vista do gerente da Central, de que sua instalação era apenas uma medida que iria aliviar a situação do fornecimento de energia elétrica. Logo defenderia a empresa, dizendo que:

“Como todas as grandes empresas servidoras de um grande público, a Central Brasileira está sujeita a incompreensões e críticas: e é preciso convir que o povo tem o direito de reclamar, exigir que forneçam o que compra de acordo com a despesa, mas existem serviços que estão sujeitos a surpresas e imprevistos que desanimam, tanto aos que fornecem quanto aos que recebem, e neste caso não há como deixar de incluir a série de encargos das empresas fornecedoras de energia elétrica – e um índice seguro de que a Central Brasileira não é indiferente aos anseios do povo de Vitória, nem ao engrandecimento desta, é a aquisição da unidade que está prestes aa chegar”⁸⁴

Como se pode notar, o jornal A Gazeta udenista havia feito grandes crítica a Central, decodificadas pelo prisma liberal do partido, sempre se referindo aos contratos não cumpridos, ao desserviço à população, apelando às autoridades uma solução ao problema. Posteriormente, em 1949, com o início de mudança da linha editorial, A Gazeta passou a defender a empresa, desautorizando, por um momento, o colunista mais empenhado em apontar as deficiências da Central, Américo Oliveira. Este, porém, manteve suas publicações no jornal.

Conforme a linha política de Carlos Lindenberg ia se estabelecendo no Jornal, os argumentos do gerente da multinacional começaram a surgir como a “Verdade sobre a Central”, o que aponta para um alinhamento entre a diretoria da empresa e o governador do Estado.

3.2.5. “A Tribuna do povo” e “coisas da vida”.

O caminho de A Tribuna foi o inverso ao de seu concorrente, pois transitou da base de apoio a Lindenberg para a sua oposição, portanto, do apoio à empresa para a crítica. A chegada da unidade diesel elétrica em 1949 permitiu perceber aquele ideal de equilíbrio liberal, pois, com a prova concreta de que a empresa teria investido no setor, A Tribuna se retratou com a empresa. Sigamos os momentos do jornal com relação à empresa e sua mudança de postura.

O jornal A Tribuna dirigido por Reis Vidal tinha um forte apelo anticomunista e interpretando a situação internacional de guerra fria dentro do Espírito Santo, acusava a

⁸⁴ A Gazeta, 30/06/1949, p.8.

existência do “discurso russo” no Estado. Ao mesmo tempo, era ponto de apoio ao PSD capixaba e ao governador Carlos Lindenberg. Mitigava as posições que não se alinhavam a situação ou que se afastassem dela, com foi o caso da UDN.

Sobre a Central Brasileira, várias informações foram divulgadas através da *Tribuna do povo*, coluna informativa de reclamações da população sobre problemas da cidade. Além dessas, a redação do jornal publicava matérias específicas sobre a empresa e, no momento em que a central pleiteou o aumento de tarifas em 1949, o economista Emil Sier escreveu, por três vezes apenas, uma coluna direcionada a Central, assim como fazia Oliveira. Os textos de Sier tinham por título *Coisas da vida: C.C.B.*, as siglas da empresa.

Foram anunciados *5.000 telefones para Vitória nesses próximos dois anos*, em matéria do jornal, em uma visita feita pela reportagem à Central. Nesta, falou-se sobre o moderno e mais sistema de telefones do mundo, o qual seria implantando em Vitória. Tudo estudado com minúcias para execução do serviço. Segundo o texto: “Fazendo esse rápido registro com o intuito de divulgar *o esforço e dedicação* da atual gestão da C.C.B.F.E. no Espírito Santo, a cuja frente se encontra o sr. Joseph Willian Brown”⁸⁵.

Os elogios à Central Brasileira nesse período do jornal foram uma marca até sua mudança editorial.

Em a *Tribuna do Povo*, várias reclamações, as mais diversas, eram direcionadas à falta de energia elétrica, falta e atraso dos bondes, falta de postes, a escuridão das ruas. Porém, após a reclamação ocorriam dois tipos de conclusão. Ou se solicitava as autoridades, estaduais ou dirigentes da empresa soluções para os problemas, ou se salientava que a direção da Central ia tomar em conta as reclamações.

Quando foi reclamado ao jornal que faltava Luz para Santo Antônio, ao final do texto, “solicitam à Central ou a prefeitura uma providência para que desapareça, quanto antes, o citado mal”⁸⁶.

No centro de Vitória, quando se reclamou dos quatro dias sem iluminação e força elétrica, a conclusão foi a seguinte: “esperamos que a administração da Cia. Central

⁸⁵ A Tribuna, 16/01/1948, p.8. Grifo nosso.

⁸⁶ A Tribuna, 06/06/1948, p.10.

Brasileira, ou a fiscalização Estadual providenciem para que sejam sanados tais inconvenientes”⁸⁷.

A intenção da direção do jornal não era criticar a Central, porém, quando abriu um espaço para as reclamações da população, ela foi a mais cotada. Meados de 1948 parecem ter sido muito críticos para a população capixaba com o serviço da Central. Várias reclamações eram feitas ao jornal. A redação justificava: “fazendo esses registros, estamos procurando colaborar com a administração da Central Brasileira”, contando que esta “diligencie para que esse defeito seja solucionado”⁸⁸.

Antes de conclamar a direção da Central que resolvesse o problema da falta de iluminação, o texto se justificou por publicar todas aquelas notas de reclamações. Não era a da vontade da direção do jornal tornar públicas as deficiências da empresa. Estaria fazendo apenas para ajudar. Bem diferente da crítica udenista, que, apesar de também conclamar uma solução as autoridades, não enxergava na Central uma solução que não fosse punição ou a substituição da empresa.

Com o tempo, as reclamações se avolumavam, deixando os componentes de A Tribuna “fartos de dar publicidade às queixas que nos chegam, quer por telefone, quer pessoalmente” sobre o problema da iluminação⁸⁹, apontando para as reclamações de corte de energia elétrica e esperando “que a Central ou a Prefeitura Municipal” providenciassem e melhoria dos serviços⁹⁰.

Sobre a falta de telefones, apontavam para uma disputa de culpa entre empresa e Estado, sobre quem era o responsável pela deficiência do serviço. Um acusava o outro. “Como não sabemos com que está a razão”, concluía, “pedimos e com muito interesse que os responsáveis diretos por essas irregularidades procurem sanar, de uma vez por todas, esse estado de cousas”⁹¹.

Mesmo com as constantes reclamações e a busca de soluções por parte das autoridades, a linha editorial do jornal reproduzia o discurso de que o problema da iluminação era uma questão que atingia vários lugares, inclusive Vitória, e reconhecia “os grandes

⁸⁷ A Tribuna, 12/06/1948, p.8.

⁸⁸ A Tribuna, 09/07/1948, p.8.

⁸⁹ A Tribuna, 10/08/1948, p.8.

⁹⁰ A Tribuna, 12/08/1948, p.8.

⁹¹ A Tribuna, 18/08/1948, p.8.

esforços que vem sendo dispensados pela nova direção da Central Brasileira para que essa anomalia, tão sensível, seja contornada”⁹².

Sempre que possível, a situação da empresa era aliviada. Quando faltou uma lâmpada para a praça João Clímaco, reconheceu o texto da Tribuna do povo que, dessa vez a responsabilidade era da prefeitura⁹³, e quando uma reclamação era atendida, “era uma prova de que as nossas reclamações são levadas em consideração”⁹⁴.

Quando faltaram duas lâmpadas para o bairro São João, seguiu na Tribuna do povo: “Enviamos a queixa pedida à **competente** secção da Central Brasileira, responsável pelo bom serviço de iluminação pública da cidade, certos que desta feita, a anormalidade será sanada”⁹⁵.

Na Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, no mês de agosto, diante tantas reclamações da população atendida pela Central, o deputado Alberto Stange Júnior entrou com um requerimento ao governo do Estado sobre a fiscalização junto à empresa, pois aquela havia se tornado impotente para “coibir os abusos injustificáveis daquela companhia. O requerimento foi aprovado, e Fernando Duarte Rabelo do PDC requereu a criação de uma comissão “para proceder à rigorosos inquéritos junto à Cia. e responsabilizada se forem apuradas responsabilidades”, acusando a empresa de sonegação fiscal e cobranças indevidas. Josaphat Gomes fez duras críticas a Central em aparte⁹⁶.

No dia 5 de agosto de 1948 foi criada comissão de inquérito formada pelas lideranças dos partidos da Ales. Eram eles: Waldemar Mendes (PSD); Saturnino Rangel Mauro (PTB); Nilton de Barros (UDN); Alberto Stange Jr. (PRP), e Fernando Rabelo (PDC)⁹⁷.

A Tribuna respondeu a essa situação em outubro retomando o discurso de que o problema da energia elétrica era um problema ocorrido em vários estados da federação, e que a estiagem havia piorado a situação, e citando a formação parlamentar da Ales, expôs sua opinião:

⁹² A Tribuna, 02/09/1948, p.8.

⁹³ A Tribuna, 05/09/1948, p.8.

⁹⁴ A Tribuna, 12/09/1948, p.8.

⁹⁵ A Tribuna, 28/08/1948, p.8, Grifo nosso.

⁹⁶ A Tribuna, 05/08/1948, p.1 – 7.

⁹⁷ A Tribuna, 05/08/1948, p.1.

“Há de se convir, entretanto, que a direção da companhia exploradora da energia elétrica, através de seus responsáveis locais, vem tomando medidas na devida conta esses reclamos, procurando, dentro de possibilidades alegadas, sanar deficiências e promover melhoramentos de primeira urgência. ***O próprio governo, dentro das imputações de sua própria natureza procurou acertar com direção da Central essas providências***”[...] Há de se ressaltar o espírito de concórdia e de boa vontade com que agiram, para benefício da coletividade, o governo estadual e a direção da Central⁹⁸.

Sempre a atitude do jornal era apontar para uma solução que estaria sendo acertada entre o governo do Estado e Central, na tentativa de reduzir as insatisfações da população.

Em novembro, Jeferson de Aguiar do PSD entrou com um projeto na Ales que previa a encampação da C.C.B.F.E., o que gerou o debate em torno desta medida ou de um plebiscito popular⁹⁹.

Chegando ao ponto de acirramento dos conflitos, no final de dezembro, a Central publicava uma nota em que avisa ao governo do Estado que pagaria até o dia 30 os vencimentos de seus empregados com o aumento determinado pelo Tribunal Superior do Trabalho¹⁰⁰.

Dali em diante, a empresa passou a pleitear junto ao governo Lindenberg o aumento das tarifas para não desequilibrar as contas da empresa e, desse modo, não atrapalhar a aquisição de um empréstimo junto ao mercado, para melhoria dos serviços.

Até abril de 1949 A Tribuna seguia como base de apoio a Lindenberg, e desse modo, defendendo a companhia. O economista Emil Sier, que escrevia no jornal em alternância com as colunas importadas de Raimundo Padilha, passou a assinar uma coluna chamada *Coisas da vida: C.C.B.*, na qual argumentava especificamente sobre o aumento de tarifas da Central.

Emil Sier iniciou sua contribuição narrando algumas mudanças pelas quais passou o mundo naquele contexto, alterações que teriam chegado ao Espírito Santo. Sua intenção era estudar, “com espírito imparcial, em várias crônicas, as justas razões que mais cedo ou mais tarde” levariam as empresas capixabas a acompanhar as tendências de todo o mundo.

⁹⁸ A Tribuna, 27/10/1948, p.1. Grifo nosso.

⁹⁹ A Tribuna, 10/11/1948, p. 8 – 2.

¹⁰⁰ A Tribuna, 29/12/1948, p.1.

O cerne de sua argumentação era o aumento do custo dos “meios de vida”, o que tenderia a aumentar ainda mais. Esse fato era uma imposição de “consequências sobre consequências; razões sobre razões, levando sempre para o ponto alto os meios de vida [...] é, em suma valorização sobre valorização do trabalho e do capital”¹⁰¹.

Essa valorização faria aumentar os custos relativos a itens básicos de alimentação, chegando ao fornecimento de luz e transporte, como ocorreu, exemplificou Sier, em Niterói, São Paulo e Campos, para contrabalançar a majoração dos salários.

Nessa primeira coluna assinada Emil Sier, nota-se que o aumento dos custos, eram gerados por aumentos da produção, em especial ao aumento dos salários, configurando-se a ascensão dos preços uma tendências mundial que chegaria à Vitória.

Em *Coisas da Vida: C.C.B. II* iniciou definindo qual o “problema” que se aproximava da realidade capixaba, que era o aumento de preços. “Isto é, se for considerado como PROBLEMA o aumento dos preços das passagens de bondes e do consumo de energia elétrica”¹⁰².

Segundo o autor, a empresa estava em situação de equilíbrio financeiro, com razoáveis lucros no final dos últimos meses, de modo a permitir a obtenção de um empréstimo, para melhorar os serviços. Este, poucos sabiam, estava em final de negociação.

Porém, o resultado do dissídio coletivo, observou, havia alterado todo o quadro financeiro da empresa, com vultuosas somas adicionadas pelo aumento de salários e pagamento do descanso remunerado. Isso inviabilizou o empréstimo.

Por fim, compara a situação da esfera governamental à das empresas de serviços públicos. O Estado havia majorado os impostos por que os salários dos funcionários haviam aumentado. Assim, uma empresa que teria seus custos aumentados também teria a necessidade de aumentar suas tarifas¹⁰³. Emil Sier reproduzia as justificativas apresentadas pela diretoria da Central.

Enquanto os ideólogos e a empresa pleiteavam o aumento das tarifas, cenas preocupavam a redação de A Tribuna. A falta de luz no Aeroporto de Goiabeiras, mostrava uma situação de “desorganização reinante neste setor”, e gerava preocupação:

¹⁰¹ A Tribuna, 25/01/1949, p.8.

¹⁰² A Tribuna, 26/01/1948, p.8.

¹⁰³ A Tribuna, 26/01/1948, p.8.

“Lamentamos que isto se venha verificando, pois não é agradável para nós, sabermos que passageiros até das linhas internacionais amanhã comentem nos países para onde se dirigem que no Aeroporto da Capital Espírito Santense pisa-se em estrumes do gado que vive solto pelas pistas e que se solta as escuras”¹⁰⁴.

De volta ao aumento dos salários e das tarifas, o economista dizia que era “justo o pleiteado pela Companhia Central Brasileira”, pois não poderiam conceber que esta “fosse a única a fugir do ‘círculo natural das compensações’”. A CVRD e a Light haviam aumentado suas tarifas após majorar os salários. Completou que o aumento das tarifas era uma “consequência lógica do aumento dos salários...”¹⁰⁵.

A última matéria sobre a Central em A Tribuna, quando ainda era dirigida por Reis Vidal, anunciava que estavam *Em vias de melhoria os serviços da Central*. A matéria elencou os pontos principais de uma carta resposta do CNAEE a Ales sobre a C.C.B.F.E. Nela esclarecia que a empresa havia conseguido autorização para aumentar suas instalações com um grupo de geradores termelétrico de 1.440 CV. ; solicitava que a Ales desse uma solução favorável à medida; informava que a Central só poderia racionar energia com autorização prévia; e que o projeto (provavelmente o de encampação) fosse submetido à presidência da República¹⁰⁶.

Lolô Cunha havia comprado à maioria das ações da Gráfica A Tribuna, em abril, quando em seu novo veículo de informação uma nota da Central informava que, de acordo com o decreto nº 174 de 23 de abril de 1949, as tarifas de bondes e energia elétrica seriam majoradas, haja vista a necessidade gerada pelo aumento de salários¹⁰⁷.

Na coluna *Assembleia Legislativa*, o deputado Otaviano Santos defendia a medida, fazendo uma vibrante e eloquente defesa dos interesses da Central, o que não foi feito com consentimento da minoria da casa¹⁰⁸.

Se A Tribuna defendia a multinacional sob a direção de Reis Vidal, passou a criticar a defesa dela na Assembleia. Em *O partido governista continua na defesa da Central*,

¹⁰⁴ A Tribuna, 27/01/1949, p.8.

¹⁰⁵ A Tribuna, 28/01/1948, p.8.

¹⁰⁶ A Tribuna, 23/02/1949, p.8.

¹⁰⁷ A Tribuna, 03/04/1949, p.8.

¹⁰⁸ A Tribuna, 06/05/1949, p.8.

citava a “*teimosa e insistente* defesa dos interesses da Companhia [...], procurando justificar o decreto que concedeu à importante empresa o aumento nas passagens de bondes, barcas, energias e força”¹⁰⁹.

Saturnino Rangel Mauro (PTB) queria saber *A situação da Central Brasileira*, questionando qual seria a contrapartida da empresa em relação ao aumento das tarifas. Estas haviam sido majoradas, e a indagação era sobre “Quais providências acauteladoras o interesse do povo que o Estado adotou, no sentido de ajustar as conveniências da Cia. Central Brasileira com as reais necessidades do povo”¹¹⁰. Otaviano fez vários apartes em defesa da empresa.

Os debates em torno do aumento da Assembleia eram acalorados, e nele Saturnino e Otaviano mantinham seus pontos de vista sobre o assunto. A forma como a redação de *A Tribuna* resumia os debates mostram ironia com o pessedista, ao dizer que ele havia se tornado um “advogado apaixonado da causa do aumento da Central Brasileira”¹¹¹.

Em matéria, a redação de *A Tribuna* apontava para a impraticabilidade de um aumento de tarifas frente ao grande número de reclamações feitas pela população e por *A Tribuna*.

Novamente o apelo às autoridades e a concepção de um equilíbrio voltam, quando o texto disse se unir ao grito geral, “para solicitar *de público* uma medida mais enérgica da direção da C.C.B. para que tal situação tenha fim”. Apelava para que os dirigentes da empresa levassem o pedido em consideração, “justa como a do povo que combate os aumentos de tarifas concedidas pelo governo do sr. Carlos Lindenberg”¹¹².

Esse tipo de concepção fica claro com a chegada do motor termelétrico recém-chegado no Espírito Santo. Do mesmo modo que *A Gazeta*, uma matéria especial foi feita sobre *Central* em *A Tribuna*. Entretanto, o Gerente J. W. Brown não foi entrevistado, e sim um engenheiro da empresa, Vincente Burian. Um indício da desavença criada entre a nova linha política do jornal, propriedade de Lolô Cunha, e o gerente norte americano.

O argumento do engenheiro foi de que, para conseguir financiamento para a melhora dos serviços, era necessário “oferecer aos acionistas uma remuneração satisfatória pelo

¹⁰⁹ *A Tribuna*, 07/05/1949, p.8.

¹¹⁰ *A Tribuna*, 10/05/1948, p.8.

¹¹¹ *A Tribuna*, 11/05/1949, p.8.

¹¹² *A Tribuna*, 11/05/1949, p.8.

dinheiro que vão aplicar nesses empreendimentos”. “Essa remuneração só seria possível com tarifas compensadoras para cobrir o custo de operação e ainda permitir uma razoável taxa de lucro”¹¹³.

A conclusão do jornal há uma espécie de retratação com a Central. Uma justificativa as tão constantes críticas feitas a ela.

“Esse jornal mesmo não tem deixado de reclamar contra a deficiência dos vários serviços da Central Brasileira, mas o teu interesse único tem sido orientado pra o bem da coletividade. ***Por isso é que, ao lado da crítica, jamais deixou de reconhecer os préstimos, a utilidade dos serviços da Central Brasileira, a cujos serviços deve nossa capital muito do seu progresso.*** Eis o que manda a justiça seja dito e que dizemos sem constrangimento, de vez que procuramos sempre evitar quaisquer confusões entre o povo e seus servidores, pois está bem claro que as confusões geram malentendidos se tira pouco ou nenhum proveito”¹¹⁴.

Quando a Central deu provas concretas de uma possível melhora de seus serviços, os liberais dos partidos satélites da UDN, não só se retrataram com a empresa como se lembrou dos elogios feitos a ela (que não foram observados na pesquisa) por parte do jornal. Com a situação regular, tudo estaria certo, dentro de um equilíbrio.

Porém, o mais antigo adversário da Central, escrevendo em ambiente hostil à suas assertivas, Américo Oliveira mantinha suas denúncias a Central em A Gazeta e não via a possibilidade de que aquela atendesse bem a população. Contando os pequenos casos que tanto incomodavam a população há anos, dizia que a Central só queria “ganhar e roubar” a população, para ***“cambiar o nosso dinheiro para bem longe daqui”***. Em crítica a chegada do motor, disse que foi como um “espetacular cotejo fúnebre” a noite, o qual o caixão foi visto por muita gente, mas ainda não havia encontrado “o repouso definitivo”. Para ele, a empresa deveria aproveitar o potencial hidrelétrico do Estado, porém, a chegada do motor faria o Espírito Santo ter que importar mais óleo de fora, combustível este, que deveria ser de algumas das ***“co-irmãs que formam a ‘pirâmide gigantesca’”***¹¹⁵.

Para ele não aconteceria o atendimento dessa empresa à demanda capixaba, isso por que era uma empresa gananciosa e larápia. Seus discursos, apesar de se referir a estrangeiros por algumas vezes, não identificou claramente quem era a Central e seus interesses. Ele chega a esbarrar numa qualificação da empresa enquanto agente externo, muito utilizada

¹¹³ A Tribuna, 14/07/1949, p.8 – 6.

¹¹⁴ Ibid.

¹¹⁵ A Gazeta, 25/08/1949, p.4. Grifo nosso.

pela retórica nacionalista. Mas, como já foi dito, ser uma empresa estrangeira não era um problema para o médico, mas sim o fato de ser uma empresa estrangeira que não cumpria o contrato e roubava da população. Após a chegada do motor, o debate sobre a encampação feito da Ales não foi mais encontrado em nenhum jornal.

3.2.6. “QUEM É O BANQUEIRO MORGAN?”

No Estado, a Central tinha um inimigo histórico, que eram os comunistas. Desde os tempos da Aliança Nacional Libertadora, ela era identificada como um agente imperialista. Em 1935, uma greve dos trabalhadores da Central fez como que a ANL no Estado produzisse vários panfletos, mobilizando a população contra a empresa. Não só apoiavam a greve dos trabalhadores e exigiam a liberdade de trabalhadores presos, como conclamavam a toda a sociedade a participação e apoio a greve, pois, seguia:

“A greve dos operários da Central é vossa Greve. Desde o operário mais humilde ao maior capitalista, a população afinal sabe que o peso da exploração da Cia é incontestável e impede o desenvolvimento comercial do Estado¹¹⁶.”

O chamamento ao apoio da greve era direcionado a população, perpassando as classes operária e capitalista. Já naquela época, os comunistas reivindicavam com relação aos serviços da central: 1) a revisão do contrato da Central Brasileira, com a presença de um comitê popular; 2) reduzir a taxa de luz em 50%, haja vista que para empresa o custo de produção era \$ 0,30 centavos e que era vendida à 1\$133; 3) a redução das tarifas dos bondes; 4) Reboques de 2º classe até as 22:00 para os operários; 5) pagamento das taxas em moeda brasileira; 6) abolição das multas cobradas pela empresa.

Ou seja, cerca de quatorze anos antes da crise dos serviços da C.C.B.F.E., estes já eram motivos de insatisfação para a população, assim como apontou as reivindicações comunistas.

Após a longa repressão da ditadura, o PCB voltou a se organizar em partido, e dentro da conjuntura de redemocratização, adotou uma prática de organização da população moderada (ver capítulo III).

Seu discurso contra a Central Brasileira se distinguiu bastante daquele da ANL nas páginas de Folha Capixaba, seguindo uma linha semelhante ao estabelecido pelo *campus* da elite capixaba.

¹¹⁶ Dops, Cxa.1, p. 63.

O objeto de apelo eram sempre as autoridades, a que solicitavam o cumprimento do contrato. O colunista que se dedicou a escrever sobre a Central assinava como Ivanhoé, e outras matérias eram publicadas pelo jornal.

Em *C.C.B.F.E. – Uma calamidade pública*, o texto sugeriu que, com a abertura política, a população capixaba poderia se queixar coletivamente contra os “desmandos dessa empresa” que tanto provocava o descontentamento. Tanto os baixos salários pagos aos funcionários da empresa, quanto os serviços deficientes prestados a população eram motivo de crítica. A acusação de apropriação ilícita também foi feita pelo jornal comunista, que questionava sobre as cauções pagas pelos assinantes de força e luz. “Estarão depositadas no Banco do Brasil, conforme determinação da lei? E os juros correspondentes às cauções? O povo tem o direito de saber se o seu dinheiro está sendo empregado *legalmente*” ¹¹⁷.

Os medidores também apareceram nas matérias da Folha. Tanto a obsolescência dos aparelhos medidores como a manutenção feita pela própria interessada era uma questão que permitia roubos da empresa. Com a falta de fiscalização do Estado, surgia então um “escandaloso paradoxo: a Companhia vende mais energia do que produz” cabendo à diretoria da empresa “fazer publicamente sua defesa contra tão grave acusação” ¹¹⁸.

Se não era através dos medidores, a empresa se beneficiava financeiramente através das multas cobradas por atraso. Em referência a lei que limitava a cobrança de juros em 12% ao ano, o texto expunha que a Central cobrava 10% ao dia, somando-se ao grande número de empresas “gananciosas e extorsivas” que burlavam a lei. Aquele era, porém, apenas um dentre os inúmeros abusos da empresa, que há vinte anos, conclui, “vem chupando o sangue do povo capixaba... e prejudicando o desenvolvimento de nossa terra com seus imprestáveis serviços” ¹¹⁹.

Na coluna *Crônicas da cidade*, Ivanhoé reconhecia que as autoridades estavam munidas de meios para punir a empresa, mas, que era preciso que o povo reclamasse, para que as autoridades fossem forçadas a agir em defesa de seus interesses. “Só pelo movimento de opinião”, dizia, “é que as autoridades sabem [se] as disposições de lei ou não estão

¹¹⁷ Folha Capixaba, 19/05/1945, p.4. Grifo nosso.

¹¹⁸ Folha Capixaba, 20/05/1945, p.4.

¹¹⁹ Folha Capixaba, 24/05/1945, p.2.

sendo cumpridas no interesse de cada um ou da coletividade”¹²⁰. Novamente a concepção de equilíbrio, apontando para as autoridades como meio de solucionar o problema da Central. O povo apenas pressionaria. O Estado faria acontecer.

Invanhoé, ao criticar o serviço telefônico da Central, disse que a empresa sempre colocava a culpa na guerra. Porém, apontava que uma empresa de serviços públicos deveria ter um grande espírito de previsão, “capaz de manter eficientemente os serviços” pelos quais era responsável. Não era um serviço qualquer. Com esse argumento, utilizava-se o argumento liberal da previsão do capitalista para cobrar da diretoria da Central melhores serviços.

Refutou na mesma leva a justificativa de falta de capitais para investimentos de grande monta no sistema de transportes e energia, pois, a empresa desfrutava de privilégios de importação de materiais, parcelados e várias vezes, assim como era detentora de um monopólio, o que permitiria a arrecadação de valores suficientes para investir na estrutura de seus serviços¹²¹.

Sobre a falta e atraso de bondes exclamava: “Isso é uma bagunça! É uma vergonha para a terra capixaba o serviço de bondes! Francamente, as autoridades precisam tomar providências contra a Central Brasileira de Força Elétrica”. Defendia que os passageiros fossem tratados com dignidade, afinal, pagavam caro para ter tanto desconforto.

Concluiu esbravejando: “Bolas! para a Companhia. Bolas! para os bondes. Bolas! Bolas! Ora Bolas! Que bagunça é essa? ***Onde está a responsabilidade jurídica dessa Companhia!?***”¹²².

Novamente, frente às reclamações mais aborrecidas, a referência à autoridade e à responsabilidade jurídica.

Em *A Companhia continua abusando*, escrevia Ivanhoé, a culpa dos péssimos serviços ao país outorgante dos serviços da multinacional existia pela aceitação ao descumprimento da lei pelos estrangeiros. Seria a culpada, também, pelo descumprimento das leis, a própria “índole acomodática” da população brasileira. Isso

¹²⁰ Folha Capixaba, 25/05/1945, p.6.

¹²¹ Folha Capixaba, 26/05/1945, p.2.

¹²² Folha Capixaba, 28/05/1945, p.4. Grifo nosso.

porque, quem se conformava havia “sempre de permanecer numa situação dependente das forças externas que o impulsiona [...]”¹²³.

Um trecho do texto é chamativo. Dizia que as massas deveriam se direcionar para lutas mais amplas, e que simples questões materiais deveriam ser resolvidas através de sugestões isoladas. O caso da Central seria um desses casos, não configurando em uma luta ampla, segundo o autor. Sobre a precariedade dos serviços, completava, era difícil de entender uma falta de movimentação das altas esferas da administração pública no sentido de serem coibidos os abusos da Central.

Primeiro, é importante observar que o autor separava o que seria uma luta ampla das massas e o que eram questões resolvíveis por “sugestões isoladas”. Isso para mostrar sua dificuldade em entender a falta de atitudes das autoridades. Percebe-se que, quando o autor desconsidera a questão da Central como apenas uma sugestão isolada, e não como uma luta ampla contra o imperialismo, está agindo em conformidade aos direcionamentos das lideranças do partido, dentro da linha da “ordem e tranquilidade” sem acusações mais incisivas.

Para mantê-la, restava ao jornal manter sua posição, assim como os políticos comunistas, agindo por dentro do *campus* dominante, reclamando as autoridades contra a “gananciosa, usurpadora” empresa que não cumpria o contrato e não atendia à “pacata e ordeira” população de Vitória¹²⁴.

Porém, o governo de Dutra recrudescer sua repressão aos comunistas, na conjuntura internacional do início da Guerra Fria. Com a legenda e mandatos cassados, os comunistas abandonaram a linha ordeira para entrar em confronto com o governo. A partir do manifesto de janeiro, os comunistas passaram a fazer greves por todo o Brasil, sob a instrução de organizar os trabalhadores de questões concretas da vida do trabalho para questões amplas da política.

A falta de exemplares da Folha Capixaba dificultou a captação da mudança discursiva dos comunistas, porém, a ação daqueles detentores de mandatos parlamentares em outras legendas sanou, em parte, o problema. Com a legenda cassada, os militantes do partido se filiaram a outros partidos para concorrer às eleições para as câmaras

¹²³ Folha Capixaba, 02/06/1945, p.2.

¹²⁴ Folha Capixaba, 27/08/1945, p.2.

municipais. No caso capixaba, Antônio Granja se elegeu pela UDN, em Cariacica, e Hermógenes Lima Fonseca pelo PR, em Vitória. Os discursos destes estão em algumas matérias de A Gazeta, chamadas *Câmara Municipal*.

Sobre o aumento de 1949, Hermógenes não concordou nem discordou por uma questão moral ou contratual, como vigorava nos discursos mais diversos. Ele apresentou outros atores aos seus companheiros de casa, em discursos contra a Central Brasileira, ofertando informações diferentes dos colonistas de A Gazeta e A Tribuna. Os aumentos tarifários beneficiavam, segundo o edil, a um grupo financeiro norte-americano, chamado J.P., Morgan, que seria o detentor das ações da General Electric & Bond, um truste.

Sob a justificativa dos aumentos salariais e do repouso remunerado, dizia Hermógenes, a empresa buscou aumentar suas tarifas, obtendo êxito junto ao Ministério da Agricultura. Para ele, essas empresas, com as concessões indecentes do governo central, impediam o desenvolvimento do país, tendo como objetivo arrancar o dinheiro nacional.

Como os lucros iam todos para fora do país, o Brasil não conseguia acumular capitais necessários para desenvolver a economia e, para piorar a situação, a empresa queria aumentar o preço das tarifas para manter o fluxo de dinheiro para o exterior. Por isso, argumentava, o país estava em tão difícil situação. Empresas como General Motors e General Electric levariam os lucros de serviços para fora do país, onerando a população quando tinha que aumentar os salários de seus funcionários. Sergipense Penna do PTB apoiava as falas de Hermógenes da Fonseca, firmando uma aliança contra a Central.

Dentro do país, os serviços eram piorados propositalmente, segundo Hermógenes, que em referência a uma conversa com um dos funcionários da empresa, disse que a “Central Brasileira não colocava um prego novo, justamente para prejudicar o povo”¹²⁵.

Hermógenes expõe, em uma reunião de maio de 1949, noticiada apenas em julho, a estrutura da Central Brasileira. Diz que essa “era apenas mais um dos tentáculos de um polvo que tem a cabeça em Nova York [...] um dos pequenos ramos da organização financeira do poderoso trustes dirigido por J.P. Morgan”. “QUEM É O BANQUEIRO MORGAN?”¹²⁶, perguntava.

¹²⁵ A Gazeta, 17/07/1949, p.6.

¹²⁶ A Gazeta, 28/07/1949, p.4.

Transcrevendo partes da revista nº 16, *Problemas*, de M. Guzaig, o edil expôs que nos Estados Unidos da América, o grupo Morgan junto a outras sete empresas: Kuhn – Lieb, Mellone, Dupont e três grupos locais de Chicago, Cleveland e Boston; eram os “autênticos donos da riqueza nacional dos Estados Unidos”. Se essas empresas dominavam em 1935, “61.005 milhões de dólares, isto é, 29% de todo o ativo das sociedades bancárias e não financeiras dos Estados Unidos, Morgan controlava sociedades com um ativo de 30.210 milhões de dólares...”¹²⁷.

Remete à fala de um escritor chamado Miguel de Almeida, o qual identificou que 50% da potência instalada nos Estados Unidos era controlada pela Bond & Share e filiações. “segundo o jornalista americano Laurence Emery, ela é a maior empresa de serviços públicos do mundo”, tendo como um dos principais clientes a América Latina.

Segundo ele, durante a guerra a empresa cresceu de forma articulada em 55%, com dados de 1946, controlando um valor de 65 milhões de cruzeiros. No Brasil, era detentora de 33 empresas brasileiras, pertencentes à South American Power Co., que pertencia respectivamente à Bond & Share, subsidiária da General Electric, cujas ações estavam em posse do grupo Morgan.

Contrariando as justificativas apresentadas pela direção da empresa e dos jornais, colonistas e políticos que defendiam a empresa, apresentou uma situação financeira positiva para a empresa. Segundo ele, “[...] a suscitada se acha em regime de prosperidade financeira, tanto que os lucros foram respectivamente Cr\$ 4.000.577,00; 4.527.850,00 e 4.664.118,00”. Segundo o edil, a empresa havia distribuído dividendos de Cr\$ 2.040.000,00; 1.200.000,00 e 1.200.000,00, mantendo ainda uma reserva financeira de Cr\$ 8.283.403,00¹²⁸.

Em outra reunião, Hermógenes avançava em seu discurso na casa:

“[...] o povo precisa saber que esses aumentos vão levar a Central Brasileira a três milhões e novecentos mil cruzeiros líquidos para os cofres do banqueiro Morgan, que dirige 33 companhias explorando o serviço de energia elétrica em 11 estados do Brasil, com um polvo imenso, sugando e reduzindo nosso país. É esta, srs. Vereadores e sr. Presidente a situação verdadeira e contra a qual lanço aqui mais uma vez meu protesto veemente. *E não somente farei nesta Tribuna, como em qualquer lugar, sem temer consequências de poderosos...tenho dito*”¹²⁹.

¹²⁷ Ibid.

¹²⁸ Ibid.

¹²⁹ A Gazeta, 12/08/1949, p.4. Grifo nosso.

Além de simplificar seu discurso, identificando claramente quem seria o maior beneficiado com os aumentos das tarifas, em prejuízo frontal à população capixaba. Era a esta que ele dizia ter que saber para onde ia o dinheiro. No final, deixava claro que sua atuação contra a empresa não se restringiria apenas na Tribuna, mas onde fosse necessário. Além de uma leitura distinta daquela veiculada em outros órgãos partidários, sua ação é mais diretiva, disposta a ação.

Conclusão

A esfera pública capixaba era hegemônica pelo PSD e UDN, ambos partidos de coronéis, porém, que se distinguiram pela concepção política, tradicional e moderna, respectivamente. Desse modo, o debate acerca da Central, assim como todos aqueles relativos ao desenvolvimento capixaba estiveram estruturados dentro de um *campus político* determinado pelo *predomínio da autoridade* como única forma de dar conta dos problemas públicos; formas de expressão restritas às vias jornalísticas ou consideradas institucionais, assim como dentro da legalidade imposta pela constituição de 1946.

A *noção de equilíbrio* vigorou não só entre esses partidos, como também nos partidos diretivos, como PSB, PTB e PCB. O partido socialista, tendente ao viés liberal, estava no meio termo entre esses dois tipos de partido, mas manteve o discurso do respeito ao contrato, quer dizer, criticava a falta desse respeito.

O PTB constituiu uma das lacunas desse tema, por não ter possuído um veículo de informação que possibilitasse a análise de suas concepções, porém, os debates ocorridos tanto na Assembleia Legislativa, quanto na Câmara dos Vereadores de Vitória demonstraram que esses estavam lutando contra a Central, através da atuação de Saturnino Rangel Mauro e do vereador Sergipense Penna. Rodrigo de Sá Cavalcanti, representante do trabalhismo, identificava a presença estrangeira no Estado, e segundo Ribeiro (2002), movimento sindical se movimentava num caminho nacionalista.

O jornal Folha Capixaba, e a sua referência à Central demonstrou dois pontos importantes. Primeiro, que para seguir a linha política do partido de “ordem e tranquilidade”, a linha editorial se adequou ao *campus político* próprio da redemocratização. Porém, quando foi alijado do processo político, logo passou ao

enfrentamento e mudou seu discurso, apontando interesses externos aos do país, dentro da antiga luta travada entre os comunistas e a Central, na luta contra o imperialismo.

Sendo esse o prólogo de uma campanha que tomou vulto nos anos 50 e primeira metade dos anos sessenta, pareceu em seu momento inicial de grande descontentamento, uma potencial campanha nacionalista, mas não se configurando como tal. Com a intensa repressão aos comunistas a partir de 1947, esses enfrentaram dificuldades de mobilização. *O espaço para outras lideranças políticas de centro e direita foi mantido dentro de um habitus específico, de apelo às autoridades e reclamações de cunho moral, dentro de uma concepção de equilíbrio.*

A partir de todas as reclamações e debate em torno da Central, é possível estabelecer uma cronologia para os eventos ocorridos com relação a empresa.

Após a guerra seus serviços estavam muito mais deficientes do que eram, isso em todas as duas áreas de atuação. Essa situação ganhou muita intensidade na metade de 1948. Já muito criticada pela população e jornais, as casas legislativas começaram a se agitar com a deficiência dos serviços da empresa. Em agosto desse ano foi formada uma comissão de inquérito para analisar o contrato da empresa, assim como a sua situação financeira.

Paralelamente a isso, uma questão trabalhista unida ao decreto que ordenava as empresas o pagamento do descanso remunerado fez com que a Central fosse condenada a pagar, no final do ano os valores devidos aos funcionários. A partir de então, a multinacional passou a pleitear um aumento das tarifas, com a justificativa de que se não ofertasse resultados satisfatórios ao mercado, não conseguiria um empréstimo para melhorar os serviços, mantendo o argumento de que a crise do setor era mundial, gerado pela falta de materiais e majorações salariais.

A partir disso, um intenso debate se fez em torno do aumento tarifário, colocando em confronto o discurso liberal moralista da UDN e seus partidos satélites; o discurso econômico ortodoxo liberal, por parte do governo; e o discurso anti-imperialista comunista, com forte tonalidade do nacionalismo econômico.

Diferente da campanha do petróleo, não se encontrou indícios de uma organização precisa de combate à empresa por ela ser estrangeira, e sim por ela ser ineficiente, por fugir ao equilíbrio.

Isso apesar de esta atingir diretamente a todos os cantos e pessoas da população de Vitória, em tantos setores de farta utilização popular, como a iluminação das ruas, o transporte dos bondes, o serviço telefônico e o transporte de lanchas. Os bairros de Vila Velha e Vitória, cuja população urbana proletária estava presente, eram os mais atingidos, pelas constantes faltas de energia e constantes atrasos dos bondes, quando recebiam suas linhas.

A luta contra agentes estrangeiros no Espírito Santo tinham um objeto concreto, passível de politização da sociedade pelos políticos e militantes partidários, através da irritante convivência que a população tinha com a Central Brasileira. Porém, esta ficou circunscrita à perseguida esquerda. Enquanto isso, e desfechando uma das contradições existentes em solo capixaba, a Campanha do Petróleo, sem um objeto concreto que comprovasse a existência de vastas reservas petrolíferas em solo brasileiro, gerou organização e a Campanha do Petróleo, de forte teor nacionalista.

Duas questões poderiam ser colocadas; 1) o petróleo estimula mais o brios nacionalistas? 2) a população capixaba sabia que a Central estava atuando em todo o país, enquanto uma empresa estrangeira?

A primeira resposta é: Assim como a indústria petrolífera seria importante para o desenvolvimento nacional, a indústria elétrica era nevrálgica para o andamento do desenvolvimentismo brasileiro e capixaba. Portanto, não há como medir o quanto esses objetos podem criar mais nacionalismo. O fato é que o petróleo gerou uma campanha nacionalista e esse fato se deu por questões de especificidades históricas, a serem observadas no próximo capítulo.

A segunda resposta é possível através dos discursos de Christiano Dias Lopes, da ala moça do PSD, Hermógenes Lima Fonseca (PR), do trabalhista Rodrigo Sá Cavalcanti, sindicalista do PTB, que identificaram a ação estrangeira, tanto no Estado quando em outros. O fato é que, com relação a deficiências dos serviços da Central, não ocorreu uma campanha de vulto sobre a presença estrangeira no Brasil e no Espírito Santo. Alguns pontos podem clarear essa diferença. Primeiro que não havia uma campanha relativa à energia elétrica a nível nacional, dependendo de iniciativas locais para que houvesse algum questionamento às concessionárias. Apenas da década de 1950 em diante é que a sociedade civil e setores militares se organizaram em prol do serviço estatal no setor. Isso em um período de alta polarização da sociedade. Outro fator

importante é a ação das empresas concessionárias em suas áreas de atuação. A influência dos diretores das concessionárias junto aos governantes, como ocorria em medidas que atingissem os lucros dessas empresas, assim como a emblemática presença do Sr./ “Seu” Killowatt, atuando junto a opinião pública. Este, com seu papel educativo e politizado de atuar foi uma das forças direcionadas a minimizar as críticas à empresa, assim como em camuflar qualquer origem alienígena da empresa, através da sua transformação em um soldado de guerra brasileiro, e defensor/ estimulador do trabalhismo.

Por fim, como se verá na campanha do petróleo, a figura dos militares desde o Estado Novo, categoria com prestígio na conjuntura de redemocratização, foi central na difusão da campanha, assim como os inimigos identificados eram bem conhecidos pela sua influência em governos e estados, tendo a 2º Guerra mundial como exemplo. Enquanto as concessionárias da Amforp tinham diversos nomes, a empresa de petróleo era a bem conhecida Standard Oil. De um modo geral, as lideranças capixabas terem identificado a influência externa através da Central Brasileira foi um fator positivo dentro daquele contexto, pois, eram vários os motivos que não permitiram uma organização mais ampla da questão da eletricidade naquela conjuntura. O investimento pesado da Central em publicidade foi um desses fatores. No próximo capítulo será analisada a Campanha do Petróleo, que contou com uma interação de fatores que gerou a sua existência e envergadura. Desse modo, aprofundaremos essas observações, buscando o funcionamento do *campus político capixaba* através de sua esfera pública.

Capítulo 4

O petróleo brasileiro e os trustes

Assim como a questão da eletricidade, escrever sobre o tema Petróleo significa colocar em evidência a disputa entre os distintos projetos políticos, econômicos e sociais debatidos pelas correntes descritas por Bielschowsky (2010). A literatura do tema sobre o petróleo é composta por um acirrado debate que confronta os defensores do desenvolvimentismo liberal com aqueles do desenvolvimentismo nacionalista, empresarial, estatal e socialista. Diversas são as origens desses autores, que, desde militares, médicos, sociólogos, historiadores, políticos, jornalistas, dirigentes empresariais, Petrobrás, escreveram sobre o assunto. Desse modo, a leitura dos textos deve ser cautelosa, e, no mínimo, informada dos dilemas e disputas discursivas acerca do tema. Uma observação leiga do tema de qualquer uma das partes, sem o contraponto, pode gerar apenas um ponto de vista parcial, muitas vezes, propícios a interpretações preconceituosas. Sendo um tema muito amplo da sociedade, a questão do petróleo gerou nos atores políticos ativos a necessidade de formular argumentos, científicos, políticos ou burocráticos, para a efetivação da vinculação entre *Estado, Indústria e nação*, aquela que seria mais profícua para o desenvolvimento nacional. Desse modo, assim como a indústria de energia elétrica, mas se antecipando a esta, os debates em torno do petróleo configuram em um objeto privilegiado para acessar o campo político brasileiro e capixaba através da esfera pública. Esse capítulo aborda o tema a nível nacional e regional, apontando para os motivos que fizeram o petróleo se tornar o objeto de uma campanha nacionalista do tipo que a energia elétrica não foi na década de 1940.

4.1. O petróleo brasileiro: Os meandros dos conflitos políticos

Atualmente, a Petrobrás é uma empresa estatal, a maior empresa do país e uma das maiores do mundo do setor. Colocada no centro dos debates a partir de um ponto de vista conservador, através de escândalos de corrupção¹³⁰ fica evidente como a esfera

¹³⁰ Em 2013 surgiu uma operação na Petrobrás, intitulada *Lava Jato*. Levada adiante pela Polícia Federal, Ministério Público e por um juiz do estado do Paraná, Sérgio Moro, a investigação apura relações corruptas envolvendo grandes empreiteiras, como Oas, Odebrecht, Queiroz Galvão e o legislativo, que concederia através de propina – “o petrolão” – as licitações para as empresas privadas. Envolvendo parte da base do governo PT e seus aliados, PMDB e o PP (principais delatados), assim como oposição, apontou um jogo que havia se iniciado em 1997. Dentro de uma grande luta de interesses, a operação foi instrumentalizada por meios de comunicação com um meio de mitigar a imagem estatal, parte do avanço de um projeto neoliberal, tendo como principal protagonista a Rede Globo de televisão e suas

pública brasileira é restrita, e sobrevive em uma conjuntura distinta daquela que caracterizou os debates no passado. Optantes pelo moralismo e pela crítica ao tamanho do Estado, a grande mídia corporativa¹³¹ cumpre um papel nevrálgico para a desmoralização da empresa enquanto estatal, apontando para fatos realmente relevantes da corrupção, porém, omitindo outras questões e atendendo a interesses escusos. Em um momento de crise mundial dos preços do petróleo, pouco ou nada é dito sobre a abertura dos campos do Pré-sal¹³² para os interesses estrangeiros a preços baixos, de modo que, como se desse um aval, omite tramitações legislativas, cerceando o acesso do público ao tema. A configuração dessa esfera pública atual representa a vitória de uma fala derrotada de 1930 até 1980. Ele é o projeto liberal. Hoje, mesmo com as redes sociais, sindicatos antenados e com meios de propaganda mais autônomos e abrangentes, a mobilização da sociedade como fora vista em outros momentos de nossa história com relação ao petróleo, é ínfima, apresentando aos interessados, o regozijo de alguns apoiadores à abertura do mercado e da frustração de outros, defensores da indústria nacional. O resultado é o foco dado à corrupção como maior dos problemas, sem o debate de projetos e do lugar da Petrobrás no desenvolvimento nacional, restringindo a abertura de debates mais gerais sobre a nação.

A Petrobrás, um *Leviatã produtivo*, com uma natureza *Bifronte*, autonomia empresarial frente ao Estado e articulação com o setor privado nacional e estrangeiro como ente estatal, teve sucesso por ter nascido com uma forte *identidade*, parte de um *projeto* de nação e por ter tido uma *trajetória* que lhe conferiu êxito. Mesmo frente a conjunturas de *canibalismo estatal* (ALVEAL, 1993), a empresa manteve sua autonomia e buscou expandi-la, sendo ao lado da CVRD, um *bolsão de eficiência* (ZORZAL, 2010). E isso se deu devido a sua formação e aos debates que precederam à sanção do Decreto 2004/53, e a forte simbologia política que girava em torno dela. Parte da literatura

afiliadas. Desse modo a Petrobras foi colocada no centro da esfera pública nacional de um ponto de vista liberal conservador, que visa bombardear a imagem da empresa, principalmente a concepção de intervencionismo estatal. De fato, toda essa instrumentalização serviu de mote para a liberalização dos campos do Pré-Sal, que seriam operados pela Petrobrás e tornaria o Brasil autossuficiente na produção do combustível. Essa liberalização teve como bastião o projeto do senador José Serra (PSDB) e que fora aprovado no Congresso Nacional e já promoveu concessões para exploração por empresas privadas em regime de compartilhamento.

¹³¹ O teor das críticas envolvendo a estatal são de cunho moralista, direcionadas para a negação da política, e, especificamente, no desgaste da imagem de empresas estatais.

¹³² O pré-sal é o petróleo encontrado no subsolo marítimo. No Brasil a “província petrolífera” se encontra de Santa Catarina até o Espírito Santo com uma área de 149 KM². O maior campo de petróleo dessa província no Brasil está na bacia de Campos. A descoberta do Pré-Sal envolveu a tecnologia e pioneirismo brasileiro no setor e gerou a expectativa de tornar o Brasil autossuficiente na produção do combustível.

desconsidera esse aspecto, apontando para desorganização da empresa, corrupção, inação do funcionalismo público, como o título sugestivo de Sampaio (1992), *Deus não é brasileiro, nem o petróleo é nosso*, exemplifica. O debate acirrado sobre a abertura da empresa está presente na literatura sobre o tema e está estruturado em debates “ancestrais” sobre o setor no país.

O recorte escolhido para a pesquisa em questão, a década de 1940, marcou na história brasileira um momento ímpar. Num período em que temas amplos da sociedade eram debatidos pela população, que assumira o papel de cidadania e de escolha nos destinos da nação (SKIDMORE, 1972). Imbuídos por essa concepção, várias lideranças e instituições politizaram os cidadãos em torno de diversas questões, como a do petróleo. Mas isso não ocorria de maneira automática, nem o poderia ser. A esfera pública, recém-aberta, teve temas veiculados por jornais e instituições com o escopo de pressionar o poder governamental com relação a diversos temas. Aquele relativo ao petróleo, por exemplo, havia sido explorado publicamente por Monteiro Lobato e empresários nacionais ciosos de atuar no setor, mas foi na democracia inaugurada em 1945 que o tema ganhou relevância, sobretudo pela centralidade que os militares assumiram nesse âmbito (COHN, 1968; COTTA, 1975; SMITH, 1979; DIAS; QUAGLINO, 1993; TIBIRIÇA, 2004).

O Petróleo já era um objeto que estimulava ambição no Brasil desde o século XIX, quando empresários ingleses e alguns brasileiros tentavam encontrar o mineral no país. Sendo um elemento incrustado no subsolo, a busca do combustível sempre teve efeitos advindos da legislação mais ampla sobre a propriedade do que havia debaixo do chão. No tempo do Império, o subsolo era propriedade da Coroa, não sendo vinculada a posse da terra com o que havia por debaixo dela. Com a Constituição de 1892, isso se alterou, pelas mudanças de cunho regionalista, que passou a vincular as propriedades do solo e subsolo. Dali em diante, a dificuldade de prospecção do mineral, da sua descoberta, fora dificultada tanto pela escassez de conhecimentos técnicos do Estado, que assumiu a função de pesquisa e exploração, quanto pela resistência dos proprietários de terra ressentidos com o período imperial¹³³ (SMITH, 1979).

¹³³ Segundo Smith, nesse período, foram dadas licenças para exploradores de petróleo sem o consentimento dos proprietários de terra, o que fora feito através da legislação que punha o subsolo como propriedade da Coroa.

Por toda a 1ª República, a questão do petróleo era referente à pesquisa e exploração. Para alguns políticos era uma questão que suscitava o nacionalismo, apontando para os riscos da participação estrangeira no setor ainda pouco conhecido. Foi o caso de Euzébio Paulo de Oliveira, que fora entre 1915 e 1917, diretor do Serviço Geológico e Mineralógico (SGM), órgão responsável pelos estudos do subsolo brasileiro. Em 1923 apresentou um projeto para restringir a atuação de estrangeiros 60 quilômetros do litoral e das fronteiras nacionais, assim como reservar 25 % das ações das companhias petrolíferas para brasileiros e duas áreas dentro das concessões para a exploração nacional. Sustentara sua tese até a revolução de 1930, confrontando com uma perspectiva mais nacionalista que a dele, aquela de Ildefonso Simões Lopes, Ministro da Agricultura em 1919-1922. Este, por sua vez, implementou a medida de Pandiá Calógeras, outro nacionalista que havia proposto o projeto de *interventores*, para dar andamento aos estudos. Nesse, o Estado adquiria o direito de conceder a exploradores a possibilidade de explorar o subsolo de propriedades privadas, contanto que o parte do lucro fosse dado dono da terra. Além disso, tornou de *necessidade pública* as terras com petróleo, dando direito ao Estado de expropriá-las e por fim, restringia a participação estrangeira.

As tentativas de implementar uma legislação protecionista e de injetar recursos no SGM e em seu Departamento de Petróleo não surtiram efeitos relevantes. A mobilização da esfera pública era muito pouca, sendo, segundo Smith, perceptível na análise do caso carioca na década de 20, através da atuação de Solidônio Leite, do *Jornal do Brasil*, que escrevia matérias apoiando as medidas de Euzébio de Oliveira. Portanto, esse debate, seguindo as obras que abordam esse período (DIAS; QUAGLINO, 1993; COHN, 1968; SMITH, 1979), era restrito ao aparelho de estado, sem buscar mobilizar a sociedade. Nesse período, a preocupação era dividida entre a exploração do recurso assim como a proteção dos interesses da nação, que seria ameaçada por interesses estrangeiros.

Com a revolução de 1930, as riquezas naturais geraram maior preocupação por parte do Governo Provisório, com a implementação do protecionismo. Logo em 1931, o governo suspendeu as concessões estaduais para pesquisadores estrangeiros, assim como reclamou o direito de autorizar a pesquisa e a lavra de todos os recursos naturais no país. Com o estabelecimento do Código de Minas em 1934, a propriedade do Subsolo voltou a ser apartada do solo. O SGM recebeu injeção de recursos para promover as pesquisas de petróleo em todas as bacias as quais se esperava ter petróleo.

Paralelamente a isso, empresários privados buscaram viabilizar *projetos* com relação ao mineral, na Bahia, Alagoas, São Paulo. Durante o governo provisório até o Estado Novo, essa busca envolveria o Estado, empresários, técnicos estrangeiros e a opinião pública nos dilemas da difícil e custosa tarefa de encontrar petróleo no Brasil (COHN, 1968; COTTA, 1975; SMITH, 1979; DIAS; QUAGLINO, 1993, TIBIRIÇA, 2005).

Para dinamizar a pesquisa, e encaminhar uma solução para a questão, foram contratados geólogos americanos e engenheiros brasileiros para o Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM), que absorveria o SGM, subordinado ao Ministério da Agricultura. Dentre os americanos, que se tornaram alvo de grandes discussões, estavam Mark Malamph e Victor Oppenheim. Estes dois, responsáveis por dar pareceres técnicos, positivos ou negativos, para os empreendimentos privados, gerou muita insatisfação, pois negavam todas as expectativas empresariais brasileiras. Isso pelo fato de os empreendedores dependerem dos recursos do Estado, e para isso, do subsídio do SGM, avalizado por seus geólogos. Oscar Cordeiro, empresário que prospectava em Lobato, na Bahia, Monteiro Lobato, que se voltou para São Paulo e Edson de Carvalho, em Alagoas, tiveram muitas dificuldades de receber o auxílio do órgão governamental por causa dos pareceres técnicos negativos do DNPM. De 1932 até 1937, o debate acerca da exploração do petróleo girou em torno da ineficiência do órgão, acusado de ser alvo de sabotagem estrangeira. A cada parecer negativo, Monteiro Lobato se pronunciava e acusava influências estrangeiras para manter o petróleo nacional embaixo da terra, até que os americanos se interessassem em tirá-lo. Para isso escreveu o livro *O escândalo do Petróleo*. Acusava Oppenheim e Malamph de trabalharem para os trustes. O Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM), junto ao Departamento de Petróleo do SGM eram subordinados ao Ministério da Agricultura. Então as acusações desembocavam nos órgãos do Estado. Juarez Távora, ministro em 1932, dizia não tomar uma decisão que não fosse aquela pautada nos pareceres dos geólogos. Odilon Braga, em seu tempo de pasta, escrevia em seu documento *Bases de um inquérito sobre o Petróleo no Brasil*, de um ponto de vista técnico e burocrático, uma defesa da participação estrangeira no setor, e apontava para o fato de não haver sabotagem nos órgãos do governo, nem uma influência das multinacionais do petróleo sobre seus geólogos. Elogiava a iniciativa privada e sua preocupação com o assunto, mas efetivava uma política inibidora para estes. Cohn (1968) aponta para o fato de, realmente, Oppenheim e Malamph não agirem em nome dos trustes, isso por serem eles *francos*

atiradores. Ou seja, utilizavam-se do órgão de Estado e de seu poder dentro da instituição para vender informações geológicas a quem quisesse comprar, através de sua empresa, a MALOP. Mas na esfera pública brasileira, cuja iniciativa foi dos empresários privados, Lobato e Cordeiro mobilizaram de alguma forma a população sobre o assunto, acusando interesses escusos aos da nação, atuando no sentido de tomar a riqueza representada pelo petróleo (COHN, 1968; COTTA, 1975, SMITH, 1979, DIAS; QUAGLINO, 1993, TIBIRIÇA, 2005). Eram eles os trustes. A fala de um dos técnicos do DNPM, Silvio Froés de Abreu aponta para o fato de que os trustes não estavam preocupados em sabotar a iniciativa do governo brasileiro, pois este não era capaz de competir com eles. Mas o imaginário nacional com relação a esse tema foi iniciado com o debate entre empresários e órgãos governamentais sobre o petróleo.

Mesmo que não houvesse ainda indícios de que realmente existisse o combustível no Brasil, os brasileiros, e isso era consenso, tinham a certeza de que havia grandes quantidades da riqueza no país, haja vista as descobertas realizadas na Venezuela, assim como na Argentina e Uruguai. Por que não existiria no Brasil? Era a pergunta que se fazia, já com a resposta pronta. É consenso entre uma literatura mais especializada que, de fato, a concepção de que havia petróleo no Brasil era mais pautada em uma *crença*, algo ainda sem provas cabais, do que um fato. Smith (1979) aponta para isso em seu trabalho *Petróleo e a política no Brasil Moderno*, chegando a chamar essa crença brasileira de *mito*. Para efetivar seu *projeto* empresarial, Lobato, imbuído dessa *crença* (inconsciente) fez *propaganda* das possibilidades petrolíferas do Brasil e da ineficiência e sabotagem de americanos infiltrados em órgãos governamentais, em nome dos trustes. Assim teria ocorrido com a iniciativa militar, e depois com os estudantes a Campanha *O Petróleo é nosso*, e na posterior defesa da Petrobrás enquanto estatal monopolista.

Mesmo que houvesse uma mobilização da esfera pública, esta ainda era restrita, e isso é perceptível através da atuação militar no problema. Em 1936, ainda frente à discussão entre órgão do governo e empresários, o General Júlio Caetano Horta Barbosa interveio na questão, enviando um memorial ao Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, intitulado *O Petróleo e o dever do Brasil*, no qual buscava sensibilizar o governo a dinamizar a indústria do petróleo, deixando de lado o “lirismo” e considerando a terra brasileira como privilegiada. Quando assumiu o recém-criado Conselho Nacional de Segurança, fez contatos com o chefe do Estado Maior do Exército, Góes Monteiro, com o fito de acelerar uma solução para a política do petróleo. Nesse período, onde a

ditadura instalada fazia com que as decisões fossem colocadas de cima para baixo, discutidas em cúpulas e sem a participação social, os empresários que tentavam entrar no setor desapareceram (COHN, 1968). A articulação dos militares, em uma medida que Cohn considerou *estratégia do petróleo*, conduziu a formação do Conselho Nacional do Petróleo (CNP), órgão que privilegiado pela autonomia com relação à burocracia corriqueira e diretamente subordinado à Presidência da República e ao Chefe do Estado Maior do Exército. A intenção era criar um *modus operandi* paralelo aos meandros da burocracia do Estado, com o fito de dinamizar o setor. Vale observar que isso foi uma medida tomada por motivos conjunturais. Desde o primeiro conflito mundial que o setor militar se preocupava com o petróleo e o abastecimento nacional. Com a perspectiva de um novo conflito, o temor de faltar combustíveis no país, todos importados, gerou alarme entre os militares. Portanto, a *estratégia do petróleo* foi fruto de uma articulação de cúpula do setor militar, logo no início do Estado Novo, sem um debate com a sociedade.

Logo um resultado positivo, em contraste com as contra indicações dos técnicos do DNPM, trouxe aos brasileiros a confirmação de sua convicção: a existência do Petróleo no subsolo nacional. Foi o caso de Lobato na Bahia, em que foi encontrado petróleo, no poço 163. A partir daí, com um impulso e um aumento substantivo na renda do CNP, órgão responsável pela importação, regulação do mercado do produto, pesquisa, produção, refino e transporte do petróleo passou a buscar o mineral nas áreas que provavelmente teria potencial econômico. Dentre elas Araquá (SP), Riacho Doce (AL) e Lobato (BA).

A argumentação de Smith de que a presença do petróleo era mais uma *crença*, um *mito* do que uma realidade não é equivocada. Apesar de o autor praticamente fazer uma defesa escancarada dos trustes e dos defensores da participação do capital estrangeiro, assim como atacar os nacionalistas como “emotivos”, “demagógicos”, “xenófobos” ou “nativistas”, sua observação renitente sobre o caráter subjetivo da existência do petróleo é uma consideração importante. Tanto o CNP, quanto a Petrobrás investiram na pesquisa, mas principalmente no refino, de modo a economizar divisas na compra de petróleo bruto, isentando o valor mais alto do produto mais acabado. Desse modo, a construção de refinarias, com altos lucros culminou apenas na década de 60 com uma produção que gerou quase autossuficiência no refino do petróleo nacional. A BR Distribuidora, uma subsidiária da Petrobrás, apenas em 1970 assumira a liderança de

mercado na distribuição, tomando a ponta da competição com os trustes. O Brasil passou a contar, através de sua estatal, com a BR transportadora, com a Frota Nacional de Petróleo (FRONAPE), com subsidiárias no exterior para vender os derivados e importar petróleo, com uma avançada estratégia na petroquímica através da Petroquisa e suas *holdings*, mas, no que concerne à pesquisa e exploração do petróleo nacional, os resultados tinham pouca relevância, eram pouco impactantes com relação à existência do combustível no país (COHN, 1968; DIAS; QUAGLINO, 1993; SMITH, 1979; ALVEAL, 1993).

Com a bacia de Campos, entre Rio de Janeiro e Espírito Santo, apenas na década de 70, com uma dinamização do Departamento de Exploração (DEPEX) e do trabalho do Grupo Executivo da Bacia de Campos (GECAM), que surgiram as perspectivas de grandes jazidas de petróleo no Brasil. Porém, como demonstrou Alveal (1993), não sem dificuldades, pois a empresa encontrou a *barreira tecnológica*, afinal, a exploração das jazidas se daria apenas em águas profundas, carecendo desse modo de um desenvolvimento que não era avançado nem a nível internacional. Com uma estratégia empresarial eficiente, a empresa se tornou pioneira no *Off Shore*, referência no setor, e as perspectivas da exploração e da esperada autossuficiência da exploração e produção do petróleo se concretizaram apenas nos anos 2000. Portanto, pode-se afirmar com segurança, que, em 1940, o petróleo era uma expectativa nacionalista, algo que estava embutido dentro do imaginário nacionalista, de que a terra brasileira era provida de riquezas e que era indubitável que o petróleo estava lá, bastava tirá-lo do chão.

Portanto, todas as medidas políticas foram movidas por essa *crença*, mais do que por provas objetivas que comprovassem a presença do petróleo no país. O poço 163 em Lobato era a prova disso, e foi o que deu impulso na transição da *estratégia do petróleo* para a *política do petróleo no país* (COHN, 1968).

A Administração de Horta Barbosa frente ao CNP foi marcadamente nacionalista, profundamente fechada aos círculos de poder do Estado Novo, sem manter uma ligação com a sociedade. Diante das diversas propostas da *Standart Oil New Jersey*, Távora, posteriormente defensor da participação do capital estrangeiro, aceitava as recomendações de Barbosa sobre os problemas da participação estrangeira no setor. Vargas também apoiou o presidente do CNP, de não aceitar as propostas. Existe uma controvérsia inaudita sobre o alinhamento entre a Presidência do Brasil (Estado Novo e

República) e a presidência do CNP. A resolução desta, como se verá, é importante para a interpretação sobre configuração do debate na década de 40. Segundo Smith (1979), o Conselho, nascido de uma orientação nacionalista, não estaria totalmente alinhado a Vargas, que teria aceito a participação estrangeira nas tentativas da *Standard Oil of new Jersey*, não fosse a figura de Horta Barbosa, intransigente quanto ao tema. A situação teria se alterado quando João Carlos Barreto assumiu o cargo, em 1943, favorecendo a abertura da legislação, fechada quanto à participação estrangeira. O surgimento de uma sintonia fina entre o governo Vargas e o CNP teria se estendido ao governo Dutra, culminando com o anteprojeto de Estatuto do Petróleo. Cohn (1968), por sua vez, considera o contrário no que concerne ao recorte do Estado Novo. O CNP nascera alinhado à presidência de Vargas, em seu escopo e solução nacionalista para o petróleo. Desalinhado, portanto, com a presidência de Barreto, proponente de uma abertura da legislação. O governo Dutra, que assumira uma linha liberal, estaria em sintonia fina com o presidente do CNP, concordando com Smith nesse ponto.

O detalhe é importante. Quando a Democracia despontou no horizonte nacional, e no plano internacional, a aproximação do Brasil com os Estados Unidos se consolidava, os militares começavam a se dividir quanto à participação do capital estrangeiro na pesquisa e exploração do petróleo. Desse modo, Távora e Dutra, antes defensores da legislação restritiva, mudaram seu ponto de vista, defendendo a solidariedade continental, e, desse modo, a abertura para a participação estrangeira no setor. Por outro lado, Barbosa, o defensor da política do petróleo estabelecida com o CNP, manteve sua posição. As ações de Barreto frente ao órgão, somadas à percepção das forças que se moviam para a abertura da legislação, fizeram com que os militares defensores do monopólio estatal se movimentassem e abrissem o debate do tema para a esfera pública brasileira. Esse setor nacionalista colocou o tema para a sociedade com o fito de mobilizá-la frente ao tema amplo que se colocava na definição do regime democrático: permitir a participação de estrangeiros no setor ou não. Em 1945, Barreto havia conseguido aprovar a concessão para empresas privadas nacionais no setor do refino. Isso gerava um problema, pois, como observado à época por todas as posições, a indústria do petróleo tendia à integralização¹³⁴, portanto, empresas nacionais de refino teriam que processar o petróleo dos trustes, ficando sob sua influência, dependentes e,

¹³⁴ A tendência internacional do setor era a integralização do setor, constituindo-se monopólios que exploravam os serviços desde a pesquisa até a entrega do combustível.

acreditava-se, atendendo àqueles interesses. A constituinte de 1946 teve registrado o art. 153, o qual permitia a concessão de exploração para empresas “organizadas no Brasil”, sem restringir sua origem. As resistências socialista e conservadora nada mais conseguiram do que acusar a influência estrangeira, sem conseguir se opor. Por fim, coroando o processo de abertura, em 1947, Dutra criou uma comissão do petróleo, que tinha por função criar um anteprojeto para criação de um Estatuto do Petróleo. A partir de então, a atuação de Horta Barbosa junto ao Clube Militar, proferindo palestras sobre a questão do Petróleo, contrapondo a tese defendida por Juarez Távora, politizou a esfera pública nacional sobre esse tema, envolvendo os meios de comunicação, instituições e a população (COHN, 1968; COTTA, 1975; SMITH, 1979; DIAS; QUAGLINO, 1993; TIBIRIÇA, 2004). Portanto, Horta Barbosa, percebendo o rumo que a política do petróleo tomava, optou por mobilizar a sociedade, a partir do Clube Militar.

Esse é um fator de extrema relevância e leva a um dos motivos que difere a questão do petróleo da energia elétrica. O engajamento do setor militar sobre esse tema, estimulado através do Clube Militar, com a redemocratização. O general César Obino, presidente do Clube Militar, alinhado ao general nacionalista do petróleo, permitiu que se iniciasse um ciclo de debates, que estruturaram os termos da discussão para toda a sociedade. A instituição, que tinha a Revista do Clube Militar, passou a defender a tese de Barbosa, surgindo até um personagem, o Capitão X, defensor do monopólio estatal. Iniciou-se com o pronunciamento do General Juarez Távora. A defesa da solidariedade continental, da relação entre os governos norte-americano e brasileiro como forma de reduzir a força dos trustes, e dinamizar a indústria do petróleo sob controle, foi a tese exposta pelo general, o que frustrou os espectadores. Logo era chamado Barbosa, que contraporía a tese (SMITH, 1979).

Setores da sociedade que encamparam as teses foram os estudantes, os intelectuais, jornalistas, políticos, sindicatos, associações comerciais, e a população de modo geral. As mais diversas agremiações políticas e os formadores de opinião citavam os generais como referências, e as suas teses sobre o petróleo, o que foi divulgado na imprensa com fulgor, dividindo posições de maneira bem polarizada. O centro dos debates fora do Clube Militar foi a UNE, e depois o Centro Nacional de Defesa do Petróleo (CENDP), que uniu vários setores da sociedade.

A cronologia da politização que culminou com a campanha *O petróleo é nosso* até o final da década de 1940 foi a seguinte: 1) Ciclo de palestras no Clube Militar em 1947, tendo como principais teses as de Távora e de Barbosa; 2) organização da Comissão Estudantil de Defesa do Petróleo, da União Nacional dos Estudantes em março de 1948; 3) formação do Centro Nacional de Estudos e Defesa do Petróleo (CNEDP) em abril de 1948; 4) transformação do Centro do Petróleo em Centro de Estudos do Petróleo e Economia Nacional (CEDPEN), em agosto de 1949; finalizando a década com o arquivamento do projeto do Estatuto do Petróleo.

Após *A guinada do CNP* (COTTA, 1975) e da legislação da Constituinte, juntamente a criação da Comissão para o anteprojeto de estatuto do Petróleo formado por Dutra, os militares passaram a debater o tema e suas conferências a ser divulgadas para a sociedade. Quando, em fevereiro de 1948 chegou o anteprojeto à Câmara dos Deputados, ficara claro que, para os nacionalistas, suas preocupações estavam certas. Sua mobilização surtiria, por seu turno, efeitos positivos, pois a sociedade se interessou pelo assunto. Os estudantes em março, e a sociedade civil, a partir da Liga Antifascista da Tijuca, da qual surgiu o CNEDP, conhecido posteriormente como *Centro do Petróleo*. Estes hipotecaram apoio ao General Horta Barbosa, e sua tese do monopólio estatal. Este se tornou presidente da instituição. A partir disso, passaram a enfrentar, tanto os estudantes, quanto o grupo civil-militar em torno do CNEDP. As dificuldades de divulgação das informações ocorriam devido à hostilidade dos meios de comunicação à causa do petróleo no Rio de Janeiro. A organização do Centro do Petróleo buscava manter a coesão interna, e havia implementado uma estratégia abrangente de atuação e divulgação da campanha, que, nomeada pelos estudantes, se tornou *O Petróleo é Nosso*. Segundo Dias & Quagliano (1993), a estratégia era tríplice: 1) Divulgação panfletária na região, informativa; 2) divulgação em outros estados e formação de outros centros; 3) a pressão feita aos parlamentares, para que tomassem a opção nacionalista. Com isso, pode-se concordar com Jon Elster, que, ao abordar a teoria da organização, indicou que não apenas a coerção é um meio de fazer com que pessoas lutem por um ganho público, mas que o aspecto informacional também é um elemento organizador. Isso porque, pode-se considerar que em curto prazo não haveria um ganho material concreto para os participantes da campanha. O engajamento era mais ligado à *crença* de que havia petróleo no Brasil, e que os trustes ameaçavam tomá-los dos brasileiros. Seguindo o nacionalismo gestado no Estado Novo, os militares,

estudantes, intelectuais, trabalhadores se engajaram em pressionar o governo para a manutenção de uma política nacionalista monopolista com relação ao petróleo. Caso isso não acontecesse, a riqueza do solo brasileiro estava prestes a ser tomada pelos trustes. Para isso, os militantes da campanha se engajaram na propaganda da tese de Barbosa, utilizando os eventos para arrecadar recursos, necessários para as viagens que os líderes fariam (TIBIRIÇA, 2004).

Como já foi dito, o medo dos trustes vinham em grande parte daqueles provindos dos Estados Unidos e Inglaterra, principalmente do primeiro. A *Standard Oil of Brazil* (S.O., conhecida como Esso no Brasil), era a empresa que buscava participação no petróleo brasileiro, seguindo a política ampla de solidariedade continental. No Brasil essa empresa, conhecida por Exxon, assumiu o nome de Esso Brasileira de Petróleo e patrocinou o programa Repórter Esso, mais influente programa de Rádio e TV do período no Brasil. Esse programa tinha por mote difundir o *American Way of life*, reproduzindo o programa norte-americano *Your Esso Reporter*. O programa iniciou suas atividades no Brasil em 1941, para fazer propaganda no período da 2ª Guerra Mundial. Ou seja, da mesma forma que a Amforp, fazia parte do esforço de guerra e difundia um tipo de sociabilidade direcionada para à ampliação da cultura do consumo no Brasil. A *Royal Dutch Shell*, empresa de capitais inglês e holandês, também era citada como perigo ao petróleo nacional, mas não tanto.

Portanto, quando se falava em trustes, entendiam-se, trustes norte-americanos, especificamente a Esso. Não é a toa que a defesa de Távora e Braga da participação estrangeira se encaixava na defesa da solidariedade com o vizinho do norte. Em 1947, passadas duas guerras mundiais, o petróleo havia se tornado um dos combustíveis mais importantes para as grandes economias, foi na 2ª Guerra Mundial, motivo de estratégia militar, e de dificuldades para os países que não detinham reservas do combustível, por isso a preocupação dos militares brasileiros com a soberania nacional. A indústria internacional tinha como protagonistas as *Sete irmãs*, empresas petrolíferas que tinham o monopólio do setor em diversas regiões do mundo. Eram elas: a *Standard Oil*, pioneira do setor, explorando inicialmente petróleo da Pensilvânia; a *Gulf Oil e a Texas Co.*, da região do Texas; a *Anglo Persian*, e a *Turkish Petroleum*, de capital inglês, explorando o petróleo do Oriente Médio e da Turquia; a *Royal Dutch Shell*, constituída de capital inglês e holandês, explorando petróleo do Oriente Médio, mas também da Venezuela, cujos poços foram descobertos em 1922; e, por fim, a Aramco, empresa

criada em 1947, com capital norte americano, para explorar o petróleo da Arábia Saudita (COTTA, 1975).

A preocupação dos grandes trustes era o esgotamento das jazidas de petróleo, o que gerava uma grande busca pelo mineral em outros países. Na década de 20, o inchaço do combustível no mercado havia gerado o caminho inverso, que significava a redução de sua disponibilidade. Mas cada vez mais o combustível era demandado, sendo importante para o aumento da produção e da lucratividade dos grandes trustes, que buscavam manter zonas ricas sob seu domínio. Os efeitos da obtenção do petróleo resultavam em vantagens geopolíticas que foram exemplificadas pelos problemas alemães com a falta de jazidas na 2ª Guerra mundial, assim como Japão. Sua falta poderia comprometer qualquer estratégia militar e de defesa nacional.

Os monopólios internacionais, por sua vez, se digladiavam em *guerra de preços*, visando vencer o jogo concorrencial. Henri Deterding, diretor da Shell, buscava acordos com a Esso e a Anglo-Persian para formar um cartel do petróleo, tentando ampliar os lucros. Sua iniciativa resultou no acordo secreto firmado na *Conferência de Achmacarry*, em 1928. O grande ganho para as empresas era, além do estabelecimento de preços, sem ter de baixar a margem de lucro no jogo concorrencial, o sistema *Gulf Plus*. Este, por sua vez, era uma forma de obter grandes lucros por meio de um *frete fantasma*, grandes lucros. Se uma empresa vendesse petróleo para um país, e fosse detentora de uma jazida em um vizinho deste, o frete seria considerado como se o petróleo tivesse sido transportado do Golfo do México até o lugar. Se a Shell fosse (como era) dona de jazidas na Venezuela e o Brasil comprasse petróleo da empresa, o valor era aquele estabelecido do Golfo do México até o Brasil, caminho que não havia sido percorrido. Além disso, quando a empresa não dispusesse de jazidas perto do país comprador, mas umas das associadas tivesse, esta fornecia o combustível e cobrava o frete, recebendo a contrapartida em outro momento. Desse modo, além de serem monopólios, estas empresas se associavam para controlar o mercado. Os Estados Unidos já haviam criado uma lei antitruste para reduzir o poderio dessas empresas no país, e isso era uma preocupação de várias nações no mundo inteiro. Somando a isso, no caso latino americano, os exemplos do México, Argentina, Uruguai e Venezuela serviam de catalisador das preocupações com o setor por parte do Estado. Enquanto os três países citados optaram pela proteção à indústria nacional, a Venezuela estava sob domínio dos trustes, enfrentando uma difícil situação financeira (COTTA, 1975).

Portanto, podemos delinear três motivos para a existência da campanha *O Petróleo é Nosso* no Brasil: 1) papel dos militares (*projeto* nacionalista); 2) mobilização da população (pautada na *crença* do petróleo e das riquezas nacionais); 3) e a *propaganda*, que incluía os exemplos positivos (sem trustes) e negativos (com trustes) da relação de estados latino americanos com os monopólios dessa indústria. Esses fatores marcaram a diferença entre questão do petróleo e a energia elétrica. Portanto, a Amforp gerava pressões internas através de uma propaganda contrária àquela nacionalista, resistia e atuava de perto, junto às instituições brasileiras, de modo a manter seus interesses compreendidos (ALVEAL, 1993; MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, 1995). Os trustes do petróleo atuavam e eram conhecidos com seus nomes e com sua fama de destabilizadores de regimes políticos e de controlar economias de países inteiros. Para os nacionalistas era preciso evitar que eles se instalassem no país para explorar o petróleo ou para refiná-lo. Portanto, a alta politização da sociedade em torno do petróleo em detrimento da energia elétrica na década de 1940 não foi gerada pelo produto em si, como nem poderia. Mas sim pela iniciativa militar no Brasil, assim como um contexto em que o nacionalismo econômico estava disponível como *crença/valor* a ser trabalhado junto à população brasileira. Desse modo, surgiu a *propaganda* nacionalista representada pela campanha *O Petróleo é Nosso*, que tendo os estudantes e o Centro do Petróleo como grandes ativistas, percorreu todo o país, informando e mobilizando a sociedade brasileira contra os interesses escusos aos da nação. Essa campanha logo chegou ao Espírito Santo, aquele mesmo Estado dos “enxames humanos”, da “falta de responsabilidade” e “desrespeito aos contratos” da *Amforp*.

4.2. A campanha *O petróleo é Nosso* capixaba

A movimentação em torno do petróleo no Espírito Santo não demorou a acontecer, os estudantes capixabas se organizaram um mês depois do início do movimento no Rio de Janeiro. Formada a Comissão Estudantil de Defesa do Petróleo, em 28 de Abril, na sede Associação dos funcionários públicos do Espírito Santo, estava colocada a resistência à abertura da indústria petrolífera no estado. Nesta, conclamavam a sociedade a debater o tema, se informar, para que desse modo fosse tomada uma solução patriótica (GRANDSON, 2014).

A tese que norteava os estudantes era aquela do General Horta Barbosa, exemplificada pela aderência dos estudantes à propaganda negativa da experiência venezuelana, cujas

riquezas estavam tomadas, de forma que aquele país não mandava em si mesmo. Em setembro a Comissão se tornava Centro Estudantil de Defesa do Petróleo, e depois, contatados pelo CENDP, se tornariam, após o I Congresso Estadual do Petróleo, feito de 16 – 20 de outubro, o Centro Espírito-Santense de Defesa do Petróleo, congregando outros setores da sociedade civil. Também se unia à mobilização de alunos e professores da Faculdade de Direito. No caso capixaba, quem organizou a esfera pública sobre o assunto foram os estudantes, aos quais se associaram os políticos e intelectuais. Os comícios eram feitos tanto na capital, quanto no interior. Segundo Setembrino Pelissari, um estudante ativista à época, as manifestações em prol do monopólio estatal transcorriam na mais perfeita tranquilidade, sem intervenção policial, sem desavenças internas, haja vista a grande heterogeneidade de forças congregadas em torno da campanha. Os comícios eram realizados na Praça Oito, no Centro de Vitória e em Maruípe, tendo os trabalhadores e a população mais humilde como público majoritário. Havia caravanas que adentravam o interior para realizar a propaganda nacionalista (GRANDSON, 2014).

A composição da Comissão executiva do petróleo demonstra a grande heterogeneidade das forças atraídas pela campanha, unindo forças progressistas em torno da luta pelo monopólio estatal. Tanto os udenistas, Eurico Rezende, orador, quanto o estudante Pelissari, o perrepista Sergipense Penna e o comunista Hermógenes Fonseca compunham a frente de luta pelo monopólio estatal do petróleo. Em Cachoeiro de Itapemirim estavam os socialistas, Rage Miguel, Deusdedit Batista, Newton Meirelles. Lá os comícios aconteciam na Praça Jerônimo Monteiro.

Importante notar que, no caso da Central Brasileira, o prisma udenista focara em uma postura moralista da realidade, não debatendo temas amplos, como a origem norte-americana da Amforp. No caso da CVRD, Eurico Rezende se prendia ferrenhamente à crítica moralista, sem debater temas amplos da sociedade. Porém, em uma conjuntura extremamente favorável a explosão dos sentimentos nacionalistas, a agremiação no Espírito Santo se uniu através da sua ala moderna, a campanha nacionalista. Uma campanha nacional furou o bloqueio da restrita esfera pública capixaba, colocando uma questão que unia a *nação imaginada* brasileira, através da ação de seus militantes mais ativos. Porém, cabe perceber, qual foi a resposta que cada força política deu ao problema. A heterogênea participação na organização institucional e nos comícios é sabida, porém, as falas de cada um devem ser analisadas, constituindo-se em zona

privilegiada para entender a estruturação do campo político capixaba, através de sua esfera pública. Portanto, cabe analisar a forma com que os envolvidos na campanha, assim como aqueles que a ela se opunham, articulavam os temas: Estado, Nação e Indústria, em resposta ao debate nacional colocado pela *elite militante*, defensora do *projeto nacionalista*, os militares. Quais foram as distintas *propagandas* existentes no estado sobre o tema Petróleo e seus problemas intrínsecos? Como se deu a articulação da *crença* da existência do petróleo no Brasil em um estado que, naquele momento, não era alvo de especulações sobre existência do mineral? Segue-se a estruturação do debate no Espírito Santo de 1940.

4.2.1. O truste no curral dos coronéis: A presença da Standard Oil no Espírito Santo

A Campanha do Petróleo, como um tema amplo, colocou em debate os temas: Nação, Estado e Industrialização. Espalhada por todo país por meio de uma organização coesa, apesar de heterogênea, a campanha pró-monopólio estatal conseguiu ampla publicidade, mesmo que os principais meios de comunicação da época fossem contrários. No caso capixaba, no recém-democratizado “curral dos coronéis”, aquele em que as elites realocadas no seio do poder desde a revolução de 1930 assumiram o governo, a intensa mobilização social, congregando opositores ao governo Lindenberg e antagonistas ao sistema político brasileiro implementado por Dutra, não deixaria de gerar conflitos. Nestes atritos, aquela *comunidade imaginária* era definida e redefinida a cada discurso político, sendo as características de um verdadeiro patriota comumente enumeradas pelos diversos atores que mobilizavam a sociedade. Os conceitos estavam em disputa, os espaços de fala também.

As linhas gerais da oposição em torno da questão do petróleo no Espírito Santo giraram ao redor da posição das elites agrário-exportadoras representadas pelo governador do Estado, Carlos Lindenberg, defensoras da participação estrangeira no setor, e da oposição liberal e de esquerda, que defendiam o monopólio estatal. Nesse ponto, é importante destacar que, o conhecido partido liberal, a UDN, assumira uma posição fortemente nacionalista, se alinhando ao debate feito a nível nacional. A posição da agremiação, porém, era fragmentária, pelas diversas posturas assumidas por seus membros. O PSD, outra agremiação extremamente heterogênea e marcada pelo caráter vago de suas diretrizes e organização, também teve suas diferenças internas. No caso

capixaba, a oposição do partido dos bacharéis era pautada na defesa da democracia e dos direitos individuais, principalmente no direito de livre manifestação. O PSD, por seu turno, defendia uma postura econômica ortodoxa, liberal, e se opôs a Campanha do Petróleo, tendo que se conter em sua contrariedade à campanha. Os partidos diretivos, mais centralizados, estavam engajados na campanha do petróleo, defendendo os ideais de Horta Barbosa. Tanto os petebistas quanto os socialistas, defendiam os mesmos pressupostos emanados do centro carioca. O PCB reencarnava sua antiga luta contra os trustes.

Por se tratar de uma campanha ampla, que furou o bloqueio da estreita esfera pública capixaba, a posição das elites situacionistas foi controversa. Quando o campo político estabelecido recebeu novas informações acerca do movimento, tendo como efeito a organização de pessoas, incluindo os comunistas, a reação política foi caracterizada pela criminalização das manifestações. Todos aqueles que participavam da campanha, mesmo que a elite dominante pessedista admitisse a presença de cidadãos “bem intencionados”, estavam sob o risco da influência da participação “comunista”, e de suas “estratégias desagregadoras” e “agitadoras”. Ao lado disso, a disputa pela representatividade entre grupos, como será observado na desavença entre a Comissão Executiva do Petróleo e a União dos Estudantes Secundaristas (UESE).

A campanha O petróleo é Nosso ocorreu, de certa forma, pacificamente no Espírito Santo, porém, com um clima de criminalização e de desqualificação feita aos comunistas, o que refletia os acontecimentos a nível nacional. Logo, todos os adversários do governo passaram a ser taxados de comunistas, ou passíveis de serem “infectados” por suas estratégias. Portanto, era um modo daquela elite governante manter o seu poder e desqualificar o movimento. *Para que as manifestações tivessem legitimidade, era preciso pedir, ou “se às alinhar as autoridades”. Era necessário reclamar àquela que teria por função manter o equilíbrio e resolver os problemas.* Como isso não ocorria nessa campanha, é perceptível um discurso de defesa por parte dos udenistas e socialistas, que sempre advertiam para o fato de que, não eram todos os militantes da campanha comunistas, e, mesmo que houvesse aquela presença, o motivo seria justo: a defesa da soberania nacional. Como se verá, *diferente dos discursos em torno da Central Brasileira, totalmente enquadrados dentro do campo político regido pelas premissas da autoridade e do equilíbrio, a campanha do petróleo apontou para um desequilíbrio natural entre os poderes das multinacionais e do Brasil, assim como*

entre este e o estado norte americano. De um lado, o governo defendendo a solidariedade continental defendida por Juarez Távora, em A Tribuna governista, enquanto A Gazeta liberal e A Época defendiam as teses de Horta Barbosa. Os comunistas acusavam a Standard Oil e seus interesses “egoístas”. Eram diversos atores, articulando crenças, fatos, dentro de projetos desenvolvimentistas e fazendo intensas propagandas, buscando fazer suas opiniões vitoriosas. Basicamente, as posturas desenvolvimentistas liberal, desenvolvimentista empresarial e desenvolvimentista socialista eram as mais articuladas no confronto entre os opostos. Como se verá, as coisas não fluíram sem atritos.

4.2.2. “Eu vi o petróleo”. A fase da afirmação.

O jornal A Gazeta em sua fase governista, ainda dentro da ditadura estado-novista tem poucas matérias sobre o petróleo, sendo aquelas publicadas relativas à afirmação de sua existência no subsolo. Ainda não se debatia nesse momento a forma pela qual deveria ser explorado o combustível, apenas, a necessidade de ajuda norte-americana. Os textos direcionados para a questão do petróleo tinham um modelo de história do petróleo no Brasil, e até nos Estados Unidos, demonstrando a importância que ele adquiriu para a economia e defesa das nações. Portanto, seria essencial que o Brasil desenvolvesse seu potencial. Nesse momento, afirmava-se aquela crença de que existia petróleo no país, o que era alimentado pelo caso de Lobato, na Bahia.

Na matéria intitulada *O Petróleo brasileiro*, escrito por um autor chamado Rafael de Hollanda é feito um panorama geral das dificuldades encontradas pelo governo brasileiro para encontrar petróleo no país, marcando o governo de 1930 e o Estado Novo como um divisor de águas com relação aos progressos relativos ao petróleo, “transformando em realidade a possibilidade”. Apesar dos poços encontrados serem poucos e com pouca capacidade, “provam que há petróleo no Brasil”¹³⁵.

Duas transcrições feitas no jornal são importantes para entender essa fase. Eram entrevistas realizadas por Samuel Weiner, em revistas especializadas do assunto. A primeira aborda um artigo publicado na *Revista Diretrizes*, sobre a possibilidade de o Brasil se tornar uma potência mundial, e o papel do petróleo nesse processo. Weiner entrevistou o geólogo Glen M. Ruby que falava de boas perspectivas. Dizia que o Brasil

¹³⁵ A Gazeta, 18/04/1942, p.3.

tinha muito petróleo, e que a segura política encaminhada por Horta Barbosa faria o Brasil explorar o petróleo em condições comerciais. O papel norte-americano nessa empreitada seria importante, o que era observado dentro do quadro de solidariedade continental.

O segundo artigo transcrito era intitulado *Eu vi o petróleo brasileiro*. Em uma matéria que buscava afirmar as possibilidades na exploração do petróleo, foram retratadas imagens sobre “trabalhos geofísicos, poços, tanques, complicadas aparelhagens, estoques, tambores cheios, carros cismógrafos”, todos sob controle do CNP, dirigidos por técnicos norte-americanos e brasileiros. Em tom elogioso a iniciativa governamental e dos envolvidos na indústria, dizia:

“O maior mérito dos homens que confirmaram a nossa realidade política não consiste propriamente em sua descoberta, mas na coragem que tiveram para lançar-se nesta empresa, na calma que souberam manter enquanto não destruía de uma vez para sempre a ideia de que não existia petróleo no Brasil”¹³⁶.

Valorizando o papel do trabalhador, dizia que, munidos de entusiasmo, e como se não tivesse feito outra coisa na vida, se uniam aos “melhores técnicos aparelhados de máquinas modernas” do CNP, o que configuravam em um quadro otimista para a exploração do petróleo nacional.

Reitera o que havia feito no artigo anterior, valorizando o ponto de partida para tais mudanças com a revolução de 1930, período em que se caminhou rumo à superação dos entraves e falta de conhecimentos geológicos. O conhecimento acumulado junto ao auxílio norte-americano favoreciam a descoberta e a exploração do petróleo. Porém, a preocupação era em formar técnicos brasileiros. Segue outro trecho da entrevista transcrita:

“O general Horta Barbosa interessa-se também pela formação de especialistas brasileiros. É de tal maneira que com o desenvolvimento das explorações conservou-se o mesmo número de técnicos norte-americanos, o aumento foi só no número de especialistas brasileiros, que formaram a sua competência técnica de geofísica nos próprios trabalhos dos campos”¹³⁷.

Em linhas gerais, esse período foi marcado pelo apaziguamento das opiniões nacionalistas em torno do petróleo, que acusavam antes do Estado Novo a presença prejudicial de agentes norte-americanos no processo de pesquisa, assim como uma

¹³⁶ A Gazeta, 12/02/1943, p.1.

¹³⁷ A Gazeta, 12/02/1943, p.1.

concepção ampla de que os trabalhos deveriam ser apoiados pelos estrangeiros. Junto a isso, a valorização das potencialidades nacionais, e dos militantes da causa petrolífera nacional, representados pela figura de Horta Barbosa. Os trabalhadores estariam animados com o desenvolvimento da indústria e tudo indicava o sucesso do petróleo nacional. Tudo isso escrito por Weiner com base em entrevistas com técnicos e especialistas no assunto. Baseado nisso escreveu seu artigo “Eu vi o Petróleo”, transcrito em A Gazeta. Nesse momento não se debatia especificamente como e por quem seria explorado o petróleo, sendo salientado apenas que ele existia e que seria um dinamizador da economia.

4.2.3. “O Escandaloso câmbio negro da gasolina”. O PCB dentro do campo

Ainda em um período de pouco debate sobre o petróleo, o Folha Capixaba pouco se dedicou ao assunto. Seria muito importante se estivessem disponíveis as fontes desse jornal de 1946 até 1954, para perceber a mudança de postura da agremiação. Infelizmente só estão disponíveis 1945 e depois de 1954 até 1961. Importante dessa subseção é demonstrar o enquadramento do PCB dentro do campo político capixaba em 1945, o que, como já foi indicado, se alterou a partir de 1948. Não são trabalhadas pelo jornal assuntos relativos à existência ou não do petróleo no país, nem quem deveria ou não ajudar o Brasil a encontrar e explorar petróleo. Isso pelo menos em 1945. O principal assunto relativo ao petróleo era aquele do “câmbio negro”. Com a 2ª guerra mundial houve um racionamento de vários itens para a sociedade brasileira, dentre eles, a gasolina. Foi criada uma comissão do petróleo, assim como comissões estaduais para administrar as cotas de combustível. A crítica principal girava em torno da manutenção de vendas ilegais do combustível no comércio, o que, acusava o jornal, era estimulado pelas comissões. A partir da criação destas foi gerado o “câmbio negro”, onde:

“a gasolina, como o querosene, passou a ser instrumento de manobras subterrâneas, vítima das grandes negociatas nas mãos de comerciantes e aproveitadores e oportunistas interessados em lucros fáceis”. A falta de respeito com a lei, finalizava, constituía-se em um “escândalo”¹³⁸.

Frente a esse problema, conclamava por medidas enérgicas do governo, dizendo:

É preciso, quanto antes, uma medida enérgica. Si os atuais membros da comissão de petróleo julgam-se incapazes, que se dimitam. Isso será em seu próprio benefício e servirá para que outros, de boa vontade, procurem

¹³⁸ Folha Capixaba, 04/06/1945, p.4.

solucionar o problema. O povo é que não pode continuar sendo vítima dessa calamidade”¹³⁹.

O respeito às instituições seguido da cobrança de sua efetividade marcou os poucos textos do PCB relativos à questão do combustível. No máximo questiona a origem daquele vendido no mercado ilegal, apontando para a “inútil Comissão do Petróleo”¹⁴⁰ como habilitada a responder, ironicamente.

É curioso que não tenham questionado as iniciativas da Standard Oil em participar da indústria de pesquisa e exploração do petróleo no Brasil, assim como aquele debate travado entre empresários na esfera pública anterior à instalação da ditadura. Mas com base na forte repressão aos comunistas, esse posicionamento, assim como percebido no caso da Central Brasileira, é compreensível, pois, para ser aceito como um participante legítimo do jogo democrático, o PCB se colocava dentro do campo político, dizendo o que poderia ser dito. Portanto, acusações moralistas e os reclamos direcionados às autoridades configuraram a ação do PCB em 1945. É provável que o tenha feito até 1948, quando mudou de postura. O PCB voltará à análise, quando observarmos os discursos de Hermógenes Lima Fonseca na Câmara dos vereadores de Vitória.

4.2.4. Os liberais e a campanha O petróleo é Nosso

Se ser comunista é querer o petróleo brasileiro para os brasileiros [...] comunistas serão todos os que amam verdadeiramente a sua pátria.

Sergipense Penna.

Dentro do campo político capixaba, o assunto do petróleo se tornou relevante em consonância com o debate feito a nível nacional. As coisas esquentaram em 1948, quando os estudantes e setores da sociedade civil começaram a se organizar em torno da Comissão do Petróleo, transformada em Centro de Estudos e Defesa do Petróleo. É perceptível através da leitura das fontes, uma aliança entre setores liberais, socialistas, petebistas e socialistas em torno do monopólio estatal do petróleo. O Jornal A Gazeta em seu recorte liberal dizia serem os militantes de Cachoeiro sua “sucursal”. Uniram-se para, por um lado, defender a tese de Horta Barbosa, e, por outra, se esquivar dos ataques simbólicos desferidos contra os participantes da campanha O Petróleo é Nosso.

Quando um tema amplo da sociedade chegou ao estreito campo e esfera pública capixaba, os detentores do poder não deixaram de se incomodar. Houve uma intensa

¹³⁹ Folha Capixaba, 27/07/1945, p.4.

¹⁴⁰ Folha Capixaba, 28/05/1945, p.1.

campanha em prol do monopólio estatal, tanto por parte dos liberais modernos, quanto por parte da esquerda. Mas, por outro, existiu uma constante criminalização da organização capixaba filiada ao Centro do Petróleo carioca. Esta se dava através da identificação da presença comunista naquela instituição. É possível observar que, quando a sociedade começou a se organizar sem o aval da liderança local, contrapondo-se ao que esta apoiava enquanto medida cabível, a ampliação do campo político gerou uma reação conservadora. Portanto, aqueles que defendiam o monopólio estatal, estariam, dentro do argumento reativo, se aliando a comunistas, ou, se fossem de boa fé, enganados ou correndo riscos de serem. Esse discurso, como se verá, vinha da base de Lindenberg, assim como do próprio líder pessedista. Porém, é essencial observar a defesa feita pelos liberais udenistas e pelos socialistas, que sempre apontavam para o caráter amplo da campanha, que congregava diversas posições políticas, inclusive aquelas comunistas.

Uma primeira demonstração disso é percebida através da transcrição feita em A Gazeta do perrepista Segipense Penna, na Câmara dos vereadores de Vitória. O edil, ao apontar o caráter de necessidade de tal campanha, dizendo que “a única solução para este problema será a solução nacionalista”, acusava a estratégia dos opositores da campanha, que repetiam aqueles atos utilizados no Estado Novo:

“[...] chamar a todos os que não concordam com os interesses de determinado grupo de comunistas, como pretendem fazer a todos aqueles que querem dar ao problema do petróleo brasileiro uma solução nacionalista...”¹⁴¹.

Criticando esse tipo de argumento, enfatizou que:

“Se ser comunista é querer o petróleo brasileiro para os brasileiros, como efetivamente deve ser, e como fazem o General Horta Barbosa, o deputado Arthur Bernardes, etc. Se ser comunista é querer um Brasil livre da influência estrangeira, se ser comunista é querer um Brasil forte econômico, político e militarmente, então, ele, o orador, será comunista e comunistas serão todos os que amam verdadeiramente a pátria”¹⁴².

Esse discurso é um bom começo para a entrada no roteiro liberal. É notável a defesa que o edil perrepista fez com relação à campanha, das acusações dela ser comunista. Os governistas chamavam a todos os participantes de comunistas, sem muita distinção, e a acusavam de conter elementos subversivos. Essa atitude é deslegitimadora não só dos próprios comunistas, mas a todos aqueles que se organizaram na sociedade civil sem a

¹⁴¹ A Gazeta, 10/05/1948, p.4.

¹⁴² A Gazeta, 10/05/1948, p.4.

autorização da liderança local. Nesse aspecto, a ampliação do espaço da esfera pública pela sociedade civil organizada foi acompanhada da deslegitimação governamental, e o álibi, o comunismo. Também é perceptível a disputa pelo título de nacionalista, abalizado pelos pressupostos de alguém que “ama verdadeiramente a pátria”. Aqueles que não defendiam o monopólio não amariam o país de verdade.

Mas a campanha prosseguia. Anúncios de Conferências com lideranças cariocas em Vitória e Cachoeiro de Itapemirim eram noticiadas, assim como a arrecadação de fundos para os eventos. Aliado a isso, o jornal A Gazeta liberal transcrevia discursos do secretário da Comissão Executiva do Petróleo de Cachoeiro de Itapemirim. O socialista Rage Miguel teve vários textos transcritos em A Gazeta. Esse autor, ao defender a iniciativa exclusivista do estado, rebatia alguns argumentos contrários ao monopólio, como a falta de dinheiro. Uma das justificativas para a participação estrangeira no setor seria exatamente o capital, fator que o Brasil não disporia. Miguel contrariava esse argumento mostrando possibilidades de financiamento do empreendimento pelo país, através de empréstimos, como o que fora feito pelo governo federal à Light, assim como através do Plano Salte, que estava em avaliação no Congresso Nacional. Sua indicação é de que, se o referido planejamento disponibilizasse 2 milhões e 500 mil contos para esse fim, logo o Brasil gastaria valores superiores àqueles investidos no México, Venezuela, Colômbia e Uruguai, países que tiveram êxito nesse setor. Porém, finaliza seu discurso se defendendo da mesma acusação a que se referia Sergipense Penna, de que seriam os defensores do petróleo nacional comunistas. Dizia que era:

“[...] desmoralizado e burríssimo o argumento de ser uma campanha... comunista. Continuará tendo a mesma justeza e acerto [...] É evidente que não se replicará chamando-se indiscriminadamente os que optam por concessões a companhias estrangeiras de ‘vendidos ou antipatriotas’”¹⁴³.

Após fazer a defesa de seu ponto de vista, o socialista defendeu os militantes da campanha do petróleo do título de comunista, chamando tal adjetivo de “desmoralizado e burríssimo”. Apontou para o fato de não agirem como os acusadores, “indiscriminadamente”, os chamando de “vendidos ou impatriotas”. Ou seja, saberiam identificar aqueles que eram ou não entreguistas e aqueles que apenas não eram patriotas. O que se observa é uma disputa pelo conceito de patriota, e, ao mesmo tempo,

¹⁴³ A Gazeta, 15/07/1948, p.3.

a busca de legitimidade junto à esfera pública através da tentativa de rebater os argumentos desqualificadores.

Outro jornalista de A gazeta, Solimar Leite, apontava para o lugar do Espírito Santo na campanha nacional. O trecho que segue demonstra a construção da *comunidade imaginada* capixaba, e seu lugar dentro dela. Falava sobre duas conferências que aconteceriam no estado, e a importância da participação de todos:

“As duas conferências públicas que serão realizadas nesses próximos dias no Estado, sobre a questão do petróleo, não devem passar olvidadas aos espírito santenses que vêm no seu Estado não apenas de um pequeno espaço muito poético do nosso imenso Brasil, mas principalmente de uma célula muito ativa da alma nacional laborando incansavelmente pela grandeza da pátria”¹⁴⁴

No anúncio de um Comício em que palestraria o professor Hugo Regis, representando o Centro do Petróleo, a conclamação do povo capixaba utilizava lembranças de lideranças históricas do estado. Segundo o anúncio, os capixabas eram necessários:

“na qualidade de bravos descendentes dos líderes da história de nosso pequenino, mas heroico Estado, Domingos Martins e Maria Ortiz”¹⁴⁵.

Ou seja, dentro do todo nacional o Espírito Santo tinha sua importância, e cada cidadão, descendente de heróis regionais, deveriam participar da campanha nacionalista.

Mas a propaganda negativa, estimulada pela oposição, prosseguia sendo rebatida em A Gazeta, dando o teor das disputas por espaço na esfera pública capixaba. Enquanto Mesquita Neto escrevia em sua coluna *Hoje* que “Não! Não se trata de um movimento comunista [...] Não! O petróleo é nosso”, em defesa da juventude engajada no movimento, Solimar Oliveira chamava a propaganda contra o Petróleo é Nosso de “nefasta” e “totalitária”, “como toda atividade totalitária, destituída de senso, descabida, inútil”. Rebateu os argumentos de que a indústria estatal seria totalitária, como o fascismo e o comunismo, assim como campanha não estaria a serviço de Moscou. Esse argumento é importante. Os militantes do petróleo, defensores do monopólio estatal eram acusados de, ou estar a serviço de Moscou, ou serem enganados pelos comunistas, ou seja, iriam contra a pátria, consciente ou inconscientemente. Essa argumentação é em qualquer um dos casos, criminalizante e desqualificadora, pois põe o adversário no erro em qualquer uma das hipóteses, já que contrariam aquela considerada correta. A isso Solimar respondeu:

¹⁴⁴ A Gazeta, 15/07/1948, p.3.

¹⁴⁵ A Gazeta, 17/07/1948, p.1.

“Não há comunismo, não há socialismo, não há plinismo nem há prestismo, nem barbosadas nesta admirável Campanha do Petróleo. O que há, sobrepairando acima de tudo, numa esperança aos horizontes incendidos de azuis de nossa pátria é propriamente imagem viva do Brasil, grande e poderoso”¹⁴⁶.

Além de rebater as acusações deslegitimadoras, defende o Brasil “grande e poderoso”, demonstrando o caráter brasileiro da campanha, e sua autonomia frente a qualquer influência externa. É perceptível que, os adversários do Petróleo é Nosso passaram a utilizar o imperialismo para desqualificá-los, combatendo o discurso de imperialismo norte-americano com o imperialismo russo. Portanto, além da disputa feita em torno do que era ser um patriota, a luta contra o inimigo estava em disputa, entre a ameaça norte-americana e a suposta ameaça russa.

O apelo feito pelos contrários à campanha é claramente percebido na menção feita por Geraldo Costa, presidente do CNDPE, que apontava para o argumento que deslegitimava as ações do Centro e seus participantes. Aqueles que defendiam o anteprojeto de Dutra diziam que “Quase ninguém entende de petróleo. O problema é muito sério”¹⁴⁷. Ou seja, além de comunistas, não sabiam nem o que estavam dizendo, sendo o petróleo um problema sério. Esse argumento é totalmente pretensioso, desqualifica o outro a partir de uma generalização ampla que visa impedir que outras falas tenham validade dentro da esfera pública. Desse modo, o petróleo deveria ser assunto de quem entende. E quem resolveria o problema? A mesma autoridade que resolveria os problemas da Central Brasileira. Como as coisas não estavam indo do jeito que o governo queria (nacional e capixaba), a criminalização foi o meio de mitigar a posição monopolista e a organização tanto da oposição quanto dos recém-alijados do sistema político, os comunistas.

Uma coisa era certa e, como se observará, presente em todas as posições políticas: O petróleo existia. A questão era como explorá-lo. Os liberais da UDN defendiam o monopólio pautados na ideia de Barbosa, de que os trustes internacionais eram poderosos e poderiam espoliar as riquezas nacionais. Setembrino Pelissari, estudante pupilo de Eurico Rezende, escrevia em *A Gazeta*. Além de fazer a mesma defesa da campanha, dizendo que não era comunista, em seu artigo *Petróleo, comunismo e incompreensão* (GRANDSON, 2014), apontava para a presença dos trustes, se referindo ao anteprojeto de Dutra como Shoppista, ou seja, ligado aos interesses dos trustes

¹⁴⁶ *A Gazeta*, 23/07/1948, p.3.

¹⁴⁷ *A Gazeta*, 19/10/1948, p.1.

internacionais. Na coluna *A propósito*, de Mesquita Neto, ele abordava a questão do petróleo, dizendo que:

“Falar em petróleo é expor-se às observações ‘policiais’ dos ‘patriotas’, dos que acreditam na possibilidade de a Rússia vir afetar os destinos do Brasil, porque há um grupo de moços simpatizantes do comunismo ou comunistas militantes que também tomam parte na Campanha Nacional do Petróleo”¹⁴⁸.

Novamente a oposição ao movimento taxava-os de agentes da Rússia, mas a novidade está no fator policial. A referência a ‘observações policiais’ aponta para uma forma de controle e repressão por parte do governo do estado.

Enquanto a luta de conceitos e argumentos prosseguia, os liberais se mantinham apontando a força dos trustes. Na coluna *Nota Carioca*, de Victor do Espírito Santo, o jornalista apontava para a *Força dos trustes*. Em sua concepção:

“Os trustes internacionais do petróleo são tão poderosos, tem garras tão fortes, que muitas vezes, lograram derrotar o próprio Estado Maior dos Estados Unidos. A sua força é tão grande que remove embaixadores e provoca guerras. E quantas mortes misteriosas ficariam completamente elucidadas se o poderio dos trustes não fosse tão imenso”¹⁴⁹.

Portanto, podemos fazer uma breve avaliação da atuação liberal em *A Gazeta*, para prosseguir a dissertação. Os colunistas defenderam a posição monopolista, ou seja, se colocaram contra a posição desenvolvimentista liberal, assumindo o desenvolvimentismo empresarial, corrente desenvolvida na década de 40. Com isso, defendiam para a indústria petrolífera a necessidade de intervenção do estado, por se tratar de um setor estratégico e importante para outros setores. A forma de ação seguiu aquela defendida pelos partidos diretivos, de organização e mobilização da sociedade. Disputavam o conceito de patriota com seus adversários, assim como o que seria uma ameaça real à soberania nacional, a Rússia ou os EUA. Em sua concepção, o patriota defenderia o monopólio estatal do petróleo, e a ameaça real ao Brasil era norte-americana. Junto a isso, somava-se o papel capixaba na campanha nacional, demonstrando que na visão dessas elites militantes chamavam a população a fazer parte da *comunidade imaginada* brasileira. Ou seja, os militantes buscavam mobilizar os capixabas dentro de uma abstração ampla de sociedade brasileira, que congregaria, por sua vez, os brasileiros sob os mesmos interesses, que seriam os mesmos para todos que estivessem em território nacional. Com isso buscavam mais aqueles pontos de encontro

¹⁴⁸ *A Gazeta*, 27/01/1949, p.8.

¹⁴⁹ *A Gazeta*, 19/09/1949, p.3.

e semelhança entre os cidadãos do que suas diferenças culturais e territoriais. Então uma estratégia de defesa e ataque (no sentido de propaganda) caracterizaram os reclamos dos liberais udenistas de A Gazeta, que enfrentaram a reação dos donos do poder no “curral dos coronéis”. Fazia-se a luta de posições, pois, dentro de um campo político estreito, diversas posições políticas buscavam conquistar espaço na esfera pública e no próprio campo, de forma a obter bases de apoio na sociedade civil.

4.2.5. “O petróleo é nosso, não da Standard”. A campanha em Cachoeiro de Itapemirim

Adentrando a leitura do jornal socialista, A Época, é notável um ambiente político mais ameno com relação à Campanha do Petróleo. É perceptível que as matérias, mesmo que ainda refutassem o argumento de que a campanha seria comunista, se dedicavam mais à formação didática dos leitores. O periódico buscava informar toda a história do petróleo no mundo, Estados Unidos e Brasil.

A crença de que o petróleo existia no Brasil era inegável segundo todas as matérias. Alvaro Carvalho, colunista de A Época dizia que “o Petróleo aí está! O que precisamos é de ação, mas que esta ação seja profícua e venha quanto antes para que possamos receber os resultados benéficos que por certo trará¹⁵⁰. Contra isso os trustes se moviam, pois, como escrevia João Moulin, alguns “vendilhões” estudavam um “modo menos desmascarado de entregar nosso óleo mineral aos trustes estrangeiros”¹⁵¹. Era uma referência à Comissão presidida por Odilon Braga, que, segundo ele, estariam a serviço dos trustes. Esse autor especificava qual seria essa empresa, que era a Standard Oil. Dizia que “Cabe ao povo lutar pelo nosso petróleo. O petróleo é nosso, não da Standard”¹⁵².

Os autores que escreveram sobre o assunto são muitos, tendo o semanário uma preocupação grande e ativa com a campanha. Entre textos e transcrições também estiveram presentes no A Época: Rage Miguel, Deusdedit Batista, Hermes Lima (PSB-RJ) e Horta Barbosa. A filiação ao Centro de Estudos é bem marcada, assim como a posição monopolista.

¹⁵⁰ A Época, 17/02/1948, p.7.

¹⁵¹ A Época, 06/04/1948, p.5.

¹⁵² A Época, 06/04/1948, p.5.

Rage Miguel, um dos que mais escreveu no jornal sobre o assunto, apontava para dois problemas existentes na presença das multinacionais no país: “a) os lucros e os benefícios que seriam do país, são levados para fora [...] b) a pressão e o aprisionamento desses países por essas empresas estrangeiras a fim de conservarem para elas fabulosa fonte de riqueza”¹⁵³. A grande defesa em torno do petróleo, pautada por exemplos ocorridos em países vizinhos e debatidos da Conferência de Bogotá, davam subsídio à argumentação socialista sobre o petróleo. Refutando o argumento de que o país não teria dinheiro para investir, citava sempre o Plano Salte¹⁵⁴, em análise no Congresso Nacional em 1948, que destinaria 2 bilhões e meio de cruzeiros para o “subsetor do petróleo”, assim como o empréstimo que o Brasil conseguiu para a Light no exterior. Ele encampava a argumentação de Hermes Lima, que chamava a atenção para os recursos que o Plano Salte ofertaria para o setor, assim como a efetividade do estado em conseguir dinheiro para outras empresas. Questionava se, mesmo com 400 milhões de cruzeiros de destinação constitucional, 750 milhões em conta de orçamento comum e 1.359 milhões de empréstimos em divisas, “será possível duvidar-se da capacidade econômica financeira do país para custear a organização de sua indústria petrolífera?”¹⁵⁵.

Para convencer as pessoas, apelava em seu discurso para a história nacional, colocando o monopólio estatal como concretização da independência do Brasil, algo que havia se iniciado com aquela libertação de Portugal, mas não havia ainda se configurado no campo econômico: “É tempo de completar a nossa Independência política proclamada há 126 nos, efetivando a nossa independência econômica e material, mobilizando os nossos recursos naturais e nossa capacidade de ação”¹⁵⁶. Esse argumento era utilizado para congrega os capixabas na história do país, como se fosse apenas uma comunidade, comprovando a existência daquela comunidade imaginária nos discursos de distintos militantes nacionalistas. O reforço de identificação de um inimigo externo prosseguia,

¹⁵³ A Época, 20/04/1948, p.5.

¹⁵⁴ O Plano Salte foi uma iniciativa do governo Dutra que sucedeu a iniciativas anteriores que visavam sanar problemas estruturais da economia nacional, como foram o Decreto-lei 1.058/37, o Decreto 6.144/43 e a Missão Cooke de 1942. Ele surgiu através do Departamento de Administrativo de Serviço Público (DASP) junto a uma comissão interpartidária PSD-UDN-PR, que iniciaram os trabalhos em 1947. Em 1948 foi submetido ao Congresso Nacional, tendo disso alvo de controvérsias sobre sua exequibilidade. Tramitou no Congresso até maio de 1950, quando foi aprovado. Visava direcionar recursos para Saúde, Alimentação, Transporte e Energia e remover entraves para o desenvolvimento nacional. FGV/ CPDOC.

¹⁵⁵ A Época, 08/06/1948, p.3.

¹⁵⁶ A Época, 22/06/1948, p.5-8.

acusando os “exemplos incontestáveis das inconveniências que resultam da exploração, extração, beneficiamento e distribuição desse precioso combustível quando entregue a companhias e empresas estrangeiras, prejudicando e entrvando os interesses nacionais”¹⁵⁷.

Além dos membros do Centro do Petróleo, os socialistas homenageavam Monteiro Lobato, que “mexeu em primeira mão com a exploração do petróleo, provando ser sua extração a nossa dependência econômica”¹⁵⁸. Essa homenagem é interessante, pois, os socialistas, assim como os demais participantes da campanha buscavam figuras notáveis para fortalecer a imagem do movimento, criando incentivos simbólicos para a população de grandes personalidades. Porém, Monteiro Lobato era um nacionalista que defendia a participação de empresas privadas na exploração do petróleo, tendo ele sido um empreendedor. Isso contrasta com o que o PSB defendia, que era o monopólio, excluindo qualquer participação privada no setor. Um dos motes dos socialistas era contrariar a atitude governamental em conceder refinarias compradas pelo estado a empresários. Isso pelo fato de estes poderem ser apenas testas de ferro de estrangeiros, assim como, dentro dos condicionantes do setor, muito dependentes da influência daqueles. Essa contradição, que é rememorar um empresário nacionalista indo contra a participação privada no negócio, demonstra o esforço em mobilizar as pessoas em torno da questão do petróleo, ligando a causa deles àquela de Lobato, que havia se tornado uma referência a nível nacional.

A busca no passado de ligações com o presente era constante nos discursos, demonstrando uma preocupação em tratar os assuntos historicamente, utilizando a experiência passada como espelho para o futuro. Como escrevia Ruge Miguel, igualando o movimento abolicionista ao Petróleo é Nosso:

“Já foi dito que a campanha pelo nosso petróleo é idêntico ao movimento abolicionista. Depois da República é a primeira campanha nacional que se faz sem preocupações de política partidária, sem a disputa de cargos ou prebendas, mas somente no interesse do país”¹⁵⁹.

Encontramos aqui um dos únicos momentos em que a Central Brasileira cruza pela Campanha do Petróleo na argumentação dos militantes. Deusdedit Batista escreveu 3 matéria intituladas *Explicação sobre o petróleo*, que, seguindo a linha do jornal,

¹⁵⁷ A Época, 22/06/1948, p.5-8.

¹⁵⁸ A Época, 13/07/1948, p.1.

¹⁵⁹ A Época, 03/08/1948, p.7.

utilizava de uma forma bem didática para expor a questão. Após fazer um apanhado de toda a história do petróleo partindo do caso norte-americano, chegou à situação nacional para criticar o anteprojeto do Estatuto do Petróleo. Nestes, apontou para uma contradição na fala de Odilon Braga, o presidente da comissão, que teria dito que, com a exploração estrangeira “todo o lucro iria para fora do país de um modo ou de outro, como acontece com a Leopoldina, a Light, a Central Brasileira e não sabemos de qualquer país que tenha enriquecido por haver dado petróleo à exploração dos trustes estrangeiros”¹⁶⁰. Provavelmente, Braga já se antecipava em dizer que seu projeto não entregava a indústria, mostrando conhecimento sobre os efeitos dos trustes. Batista utilizou esse argumento para reforçar a presença desse inimigo da soberania nacional, reconhecido por Braga. Esse foi um dos escassos momentos em que se falou dos trustes do Petróleo vinculados ao truste do setor de energia elétrica, ainda em referência à fala de outra pessoa, que não era militante da campanha. Em geral, essa desvinculação dos temas foi regra no Espírito Santo no recorte em questão.

O Partido Socialista Brasileiro se colocava oficialmente em prol da defesa do petróleo, mas identificava a campanha como apartidária. Parte daquela preocupação em desvincular o movimento da presença comunista. Seu engajamento a nível federal era constantemente demonstrado no jornal. No recorte dessa dissertação, o fim para esse tema é a aprovação do Plano Salte e o arquivamento do anteprojeto do Estatuto do Petróleo. A última batalha dos socialistas nesse espaço e tempo foi questionar o grande subsídio do estado às refinarias privadas. Hermes Lima solicitou informações ao governo Dutra, para esclarecer essa relação com as refinarias. O presidente respondeu às dúvidas, dando explicações sobre a forma com que foram concedidos contratos de refino para as empresas privadas. Com isso, o jornal reconheceu a honestidade do presidente, não sendo encontrado nada de ilegal, mas permaneciam na defesa da ação única e direta do estado nesse setor.

Portanto, os socialistas buscavam mobilizar a sociedade cachoeirense em prol do monopólio estatal, editando apoio às grandes personalidades, tanto aquelas ativas quanto as do passado, como foi Lobato. O Centro do Petróleo era a matriz daquela campanha, e a atuação de Hermes Lima a nível federal, o espelho a nível regional. As matérias informativas e com forte apego didático pintavam um quadro de possibilidades

¹⁶⁰ A Época, 10/08/1948, p.7.

governamentais para a exploração do petróleo item, que vale observar, era de inegável existência para os socialistas. O uso da história brasileira para ligar os homens do presente àqueles do passado, na busca pela libertação do país foi uma forma de mobilizar a população capixaba de Cachoeiro, configurando a construção da *comunidade imaginada*, posta em ação na campanha. A presença estrangeira só poderia ser maléfica ao desenvolvimento nacional, e a principal empresa apontada era a Standard Oil. Por outro lado, existia a defesa contra tentativa de deslegitimação do movimento por aqueles que chamavam os integrantes de comunistas. Indo contra qualquer iniciativa privada no setor, o movimento defendia aquela postura desenvolvimentista socialista pois, toda a argumentação estava preocupada com o processo de industrialização do país, e o abandono de uma estrutura arcaica e tradicional, que seria estimulada por investimentos na educação e no campo. O petróleo constituiria uma fonte de recursos para tal escopo, assim como para a defesa da soberania nacional.

Adotava uma postura diretiva, de organização de pessoas, mas , sempre adotando aquele padrão de equilíbrio democrático. Se reconhecia o desequilíbrio entre as nações, defendia o contrário a nível nacional, reconhecendo, por exemplo que Dutra poderia tomar uma decisão que marcaria a “glória” de sua administração, caso ele fosse pelo caminho da nacionalização das riquezas brasileiras. Uma postura distinta daquela adotada pelos comunistas, que identificava o governo, após a extinção da legenda, enquanto governo de traição nacional. Desse modo, as esquerdas agiam juntas, porém, de maneira diferente. O PCB estava fora do campo, e o PSB dentro.

4.2.6. “Um povo de pobretões” e o “bilhete premiado”. A ortodoxia liberal e a “ameaça comunista”

Como observamos, os liberais udenistas seguiam o caminho nacionalista, mais próximos daquela corrente desenvolvimentista empresarial, enquanto os socialistas optavam pelo desenvolvimentismo socialista. O jornal A Tribuna em seu período governista, mais especificamente no recorte de apoio à Lindenberg, claramente opta pela ortodoxia Liberal, que dentro da conceituação de Bielschowsky, eram os desenvolvimentistas neoliberais. Portanto, uma das principais lideranças capixabas, o possedista Lindenberg dava apoio ao anteprojeto do Estatuto do Petróleo, se alinhando à direita, encaixando na corrente dutrista do PSD. Aqui se notará o motivo pelo qual

tantos os udenistas quanto os socialistas tanto se defendiam da acusação de comunistas. A ação dos liberais ortodoxos era dual, assim como a de seus opositores. Enquanto se preocupavam em defender uma fórmula desenvolvimentista liberal, que seria mais adequada, tentavam desmoralizar o movimento pró-monopólio na tentativa de demonizar aquela organização. Uma intensa propaganda anticomunista alvejou de críticas a campanha O Petróleo é Nosso. No campo estudantil, conflitos entre estudantes acerca do tema disputaram a legitimidade de lideranças no ato de ter o direito de falar sobre o assunto. Por fim, será demonstrado que, dentro do campo político capixaba, muito estreito, as autoridades não viram com bons olhos a campanha vinda dos centros decisórios do país, agitando sua zona de influência. Com isso, a criminalização do movimento ocorreu sem violência policial. As agressões ficaram no nível simbólico. Porém, em 1949 notamos uma fala que demonstra claramente que, para poder falar no “curral dos coronéis”, era necessário pedir permissão.

O principal escritor do jornal era importado. Raimundo Padilha era um antigo militante da Ação Integralista Brasileira (AIB), sendo um dos seguidores de Plínio Salgado. A Tribuna, dirigida por Reis Vidal, e base de apoio a Lindenberg, importava colunas do intelectual, que posteriormente, como mostrou Smith, se filiou à UDN, em 1954. O conjunto de matérias que falavam sobre o petróleo incluía este autor, notícias de agências, e a opinião do jornal. Sobre Padilha, é notável sua escolha pela ortodoxia liberal, na defesa do mercado e da taxa marginal de lucro. Sua concepção geral sobre o desenvolvimento brasileiro se encaixa perfeitamente na corrente desenvolvimentista neoliberal descrita por Bielschowsky. Defendia o livre mercado, a capital estrangeiro, o aumento salarial conforme o crescimento da economia, um estado enxuto. Por outro lado, criminalizava os comunistas, que seriam “agitadores demagógicos”. Esse autor defendeu fortemente o anteprojeto do Petróleo, o que debatia em alternância com outras questões, como aquela referente ao Banco Central e a questão monetária. Para esse autor, a inflação era um problema de “supersalários” e pouca produtividade, acusando as leis trabalhistas de reduzirem a produtividade do trabalhador. Em um país “descapitalizado”, cuja “maquiagem” era a melhoria imediata das condições e vida do brasileiro através da CLT, mas que mantinha crônico seu problema econômico. A causa, aumento salarial e pouca produtividade. Defendia, como a corrente liberal, que a industrialização não deveria ser realizada de maneira acelerada, sendo mais importante dinamizar a produção no campo. Sua defesa é daqueles interesses ligados às grandes

propriedades agrícolas, aos grandes latifundiários. O investimento estatal deveria ser direcionado para isso, e não para a industrialização. Muito menos para um ramo tão custoso quanto aquele do petróleo. Por isso, defendia a participação estrangeira nesse setor. Vamos observar alguns pontos básicos da argumentação do autor, para perceber a articulação que o petróleo tinha dentro de seu raciocínio.

Na matéria *Trabalho e progresso social*, o autor afirmava que um dos grandes problemas que o governo Dutra enfrentaria eram aqueles causados pelas leis de proteção ao trabalhador. Segundo o autor, o Brasil, na contramão de países civilizados, reduziu o ritmo de trabalho, com o aumento dos salários e a redução do tempo de trabalho, assim como a vigência de feriados. Dizia que a legislação estava aniquilando a capacidade de trabalho, defendendo aquela fórmula de que o trabalhador deveria criar uma reserva para as gerações futuras. Para ele, as melhorias de vida para os trabalhadores não afetavam positivamente a vida deles, pois a estrutura do país ficava atrasada e as benesses seriam apenas artificiais. Era preciso que se trabalhasse mais, se produzisse mais, para que se criasse um “superávit social”, sanando a descapitalização do país. Acusa as “teorias socialistas”, pouco amparadas na ciência, de serem as responsáveis por tal estado de coisas. Dizia:

“Onerando o trabalho, nunca se beneficia o trabalhador. Da-se-lhes a impressão enganadora, mas no final desta corrida para o empobrecimento nacional as primeiras vítimas são as classes assalariadas, as quais se prometeu como definitivo um benefício que só o trabalho intenso e organizado é capaz de proporcionar. Ao lado da inteligência criadora e das capitais produtivas, a riqueza das nações jamais teve outra origem”¹⁶¹.

Além do trabalho, a falta de investimento no campo era um problema grave, que era percebido por ele segundo as premissas liberais. Outras correntes viam distintas soluções para o mesmo problema. A importância do petróleo para resolver as deficiências econômicas do Brasil seria ofertar para o campo tecnologia e energia suficientes para aumentar a produtividade e fixar o homem no campo. Apontando sempre para o êxodo rural, dizia que era necessário se criar formas de manter os homens no campo.

Articulando essas concepções, apoiava o capital estrangeiro para a exploração do petróleo, sem onerar um estado descapitalizado, prejudicado por reformas trabalhistas,

¹⁶¹ A Tribuna, 05/03/1948, p.4.

para que, no futuro, esse combustível auxiliasse no reerguimento da economia nacional. Sua postura com relação aos opositores do anteprojeto de Estatuto do Petróleo era criminalizá-los. Dizia na matéria *Petróleo e Capital* que, o tema do petróleo poderia ser facilmente levado “para o terreno da agitação demagógica”.

“[...] no fundo, porém, de todo o debate que se tem travado em torno do petróleo, desde a *serena dos verdadeiros patriotas até o chauvinismo artificial dos nossos esquerdistas*, mal se dissimula a causa de toda essa inquietação, que é a tragédia de nossa miséria atual em comparação com essa coisa ainda impalpável e misteriosa que se denomina nossa riqueza potencial. Miséria presente e riqueza futura – realidade acabrunhante e perspectiva gloriosa – tais os polos em que se debate o nosso espírito, já tão referto de abusões e de falsas crenças”¹⁶².

O autor desqualifica a esquerda, se coloca como verdadeiro patriota e aponta para o motivo da agitação em torno do assunto: A miséria do país. Com a perspectiva do petróleo nacional, o autor aponta para a sensação que o povo brasileiro teria sentido: aquela de “um povo de pobretões, a quem se acena com um bilhete premiado”¹⁶³. Existe uma contradição na fala do autor, que acusa as reformas imediatas para os trabalhadores como um problema para o Brasil, e o investimento estatal imediato por piorar a economia do país, inclusive prejudicando o consumo dos trabalhadores¹⁶⁴.

Só economias com o consumo saturado poderiam investir diretamente no setor, através daquele “superávit social”. Como o Brasil não tinha, deveria pedir ao capital estrangeiro, “aos velhos povos”. Era isso ou esperar “longos anos o esforço civilizador”.

Padilha dizia que a renda nacional era baixa pelo pouco desenvolvimento da técnica. O aumento da renda nacional teria sido “meramente simbólica para o patrimônio individual, pois em todo esse longo período declinou enormemente o poder aquisitivo da moeda”. As causas disso, dizia: “[...] são métodos distributivistas do socialismo e do humanismo econômico, a última das panaceias que nos trazem no bico as pombinhas anunciadoras do milagre post diluviano”¹⁶⁵. Com uma baixa renda nacional, não era possível se investir em petróleo a partir do estado, nem através da sociedade civil.

¹⁶² A Tribuna, 11/03/1948, p.4.

¹⁶³ A Tribuna, 11/03/1948, p.4.

¹⁶⁴ Segundo o autor, existia no país um nível de consumo, tanto de capital quanto de trabalho. A descapitalização do país causada pela criação da legislação trabalhista teria gerado esse problema. Assim, nem empresários nem trabalhadores estariam dispostos a abrir mão de seu consumo.

¹⁶⁵ A Tribuna, 11/03/1948, p.4.

Desse modo, partia em defesa do estatuto do petróleo. Para ele, “o estatuto pode ser considerado quase perfeito”, pelo fato de manter as jazidas sob controle da União, podendo ser concedidas a terceiros, a pesquisa, lavra, transporte, refinação e exportação, por sistema de autorização ou concessão. A isso acrescido a natureza de “utilidade pública” desses serviços, o que iria designar um papel social às atividades. Ficaria estabelecido, com a aprovação da mudança:

“A conciliação dos poderes decorrentes da soberania nacional com a plasticidade característica do empreendimento particular resulta, em última análise, na proteção do sistema de livre concorrência no qual a intensidade da produção e as exigências do consumo mais facilmente são resolvidas”¹⁶⁶.

Para ele, os opositoristas dessa medida seriam “jansenitas: tão exageradamente ortodoxos que acabamos mergulhados na heresia”¹⁶⁷. Em outro trecho percebe-se o enquadramento das medidas possíveis como poder das autoridades, característica do campo político brasileiro e capixaba. Segundo o autor, a transformação do Brasil aconteceria “pela técnica e o capital alienígena, conjugados à nossa própria energia [...] cabendo ao estadista resolver os problemas jurídicos e políticos implicados nessa coparticipação”¹⁶⁸. Seus argumentos eram sempre feitos em referência a Juarez Távora, inspirador de suas intervenções intelectuais para o setor.

Não haveria riscos de os estrangeiros tomarem o petróleo do Brasil para si, pois o subsolo, segundo o anteprojeto, continuaria sendo brasileiro. Quem administraria as permissões a terceiros seria o estado. As empresas estrangeiras poderiam extrair o petróleo somente subordinado às leis brasileiras através de empresas organizadas no Brasil, tendo no máximo 40% de capital estrangeiro. Além disso, argumentava, as empresas teriam obrigações fundamentais, como: 1) garantia de uma reserva de três vezes o consumo anual do país; 2) refinação em usinas nacionais de ¼ do produto exportado”¹⁶⁹.

A partir de setembro, o jornal A Tribuna passou a intercalar matérias de Raimundo Padilha com uma coluna chamada *Pensamos assim...*, em referência ao petróleo e diversos temas. Também ganham mais espaços as matérias de agências, noticiando sobre a capital federal. Começa um esforço maior em qualificar a campanha O Petróleo

¹⁶⁶ A Tribuna, 24/03/1948, p.4.

¹⁶⁷ A Tribuna, 19/05/1948, p.4.

¹⁶⁸ A Tribuna, 18/06/1948, p.4.

¹⁶⁹ A Tribuna, 20/07/1948, p.4.

é Nosso como comunista, criminalizando-a. Na notícia *Os comunistas e o Petróleo*, o tom da matéria divulgada no Rio era transcrita em A Tribuna, apontando para a presença dos “bolchevistas”¹⁷⁰, “moscovitas”, “judas vermelhos”¹⁷¹. A criminalização do movimento aumentava por parte do jornal, que reproduzia o discurso de que seria uma campanha movida por interesses “russos”. Até discriminavam alguns “democratas sinceros”, que eram “aproveitados para fins políticos pelos adeptos do extinto partido comunista”¹⁷². Dizem que as acusações feitas aos norte-americanos eram para esconder a ameaça soviética, e dizia “ser curioso” o “estranho ‘nacionalismo’” defendido pelos comunistas, que objetivavam a escravização do Brasil pela Rússia.

Sobre a intervenção ocorrida também no Rio de Janeiro, repercutia em A Tribuna que a força policial fora necessária, pois os comunistas teriam:

“iniciado sua cantilena demagógica contra o governo e as autoridades [e completava] Convenhamos que a patriótica campanha de defesa do petróleo está servindo de manto protetor dos provocadores em realizar os seus apátridas e miseráveis intentos, que é revolucionar o ambiente, para daí retirar todo o partido que é a traição da pátria”¹⁷³.

Na coluna *Pensamos assim* intitulada *Franqueza e Patriotismo*, um discurso de Dutra sobre a presença comunista dizia que esta vinha “explorando e enxovalhando a pureza do ideal abraçado por tantos brasileiros”, e que a “linha justa” bolchevista” de forma parasitária, utilizava do espaço criado pela campanha para “sublevar ânimos” e daí “conduzi-los a uma revolução”. Finaliza o texto enaltecendo a figura de Dutra, que tinha a possibilidade de “se tornar depositário da gratidão daqueles que são verdadeiramente brasileiros e que vêm, pelo prisma do patriotismo, a corporização de uma fantasia que se transformou em realidade”¹⁷⁴.

Ou seja, na defesa da linha adotada por Dutra, seguia-se a linha que continha os “verdadeiros brasileiros”, que tinha como inimigos os “bolchevistas”. Mas “se errar é humano”, “persistir no erro, é onde reside a pior de todas as maiores culpas da humanidade”¹⁷⁵. Em *Juízo Senhores* advertia-se aos participantes da campanha que não participassem mais, pois existia ali o elemento comunista. Segundo o texto, “extranhamos como todo aquele que vem acompanhando essa questão, persistir, ainda

¹⁷⁰ A Tribuna, 08/09/1948, p.4.

¹⁷¹ A Tribuna, 26/10/1948, p.4.

¹⁷² A Tribuna, 08/09/1948, p.4.

¹⁷³ A Tribuna, 25/09/1948, p.4.

¹⁷⁴ A Tribuna, 08/10/1948, p.4.

¹⁷⁵ A Tribuna, 17/10/1948, p.4.

uma chama alimentadora dessa movimentação, importuna e teimosa”, pois, argumentava que Dutra já havia assinado um decreto que nacionalizava a indústria através da exploração por companhias nacionais. Nessa matéria, novamente se aponta para os “brasileiros bem intencionados” que correm o risco de que os comunistas “entoxiquem e elameem o ambiente puro do nacionalismo”. Isso pela face “bifronte” que adquiriu a campanha, de uma parte “sincera, por isso patriótica”, e de outro, pelos “brasileiros bolchevizados”¹⁷⁶. Por isso, em *O Petróleo Nacional e a URSS* afirmava o jornal que “Não tenhamos dúvidas sobre a atitude dos bolchevistas, no bojo dessa organização: é mais demolidora, sob a ação demolidora de Moscou”¹⁷⁷. Esta, sob o mando do “carrasco-mor” Stalin, queria escravizar o Brasil, como havia feito com os “pobres e desventurados cidadãos russos”¹⁷⁸.

Mas essa distinção entre cidadãos de bem e comunistas começou a dar espaço para ação contra a oposição. É emblemático que, na coluna *Pensamos assim: Tática comunista*, uma atitude da oposição parlamentar da Ales, contrariando o governo Lindenberg, teria sido feita com “atitudes perfeitamente parecidas com a técnica vermelha de obstrução, pelo tumulto, pela confusão e pela anarquia”. Advertia o jornal que se autoproclamava apartidário: “Calma senhores deputados, defendam o povo sem se envolverem pela tática comunista”¹⁷⁹.

Ou seja, uma sessão agitada e conturbada, envolvendo situação e oposição foi qualificada de ter moldes de ação comunista, apenas pela discordância com uma medida do governo. O anticomunismo começava a transbordar para os adversários políticos, que poderiam ser chamados de comunistas ou praticantes de suas táticas.

Voltando ao petróleo, uma coluna de Alvaro Penafiel mostrava a quantas andava a argumentação geral do jornal em torno o perigo dos trustes. Era um risco “pequeno”, pois, só existiria de fato um perigo se a pátria estivesse dividida, o que argumentava não ser o caso¹⁸⁰. Indagava o autor:

“Podem os norte-americanos auxiliar-nos nesse esforço? Podem e devem fazê-lo, não só para retribuir as matérias primas essenciais que fornecemos, e sem as quais teriam efetiva demonstração de solidariedade, sem a qual

¹⁷⁶ A Tribuna, 17/10/1948, p.4.

¹⁷⁷ A Tribuna, 26/10/1948, p.4.

¹⁷⁸ A Tribuna, 26/10/1948, p.4.

¹⁷⁹ A Tribuna, 23/11/1948, p.4.

¹⁸⁰ A Tribuna, 08/12/1948, p.4.

também será utopia pensar que o Brasil se engajará num sistema regional de segurança econômica e militar”¹⁸¹.

Em novembro Raimundo Padilha voltou a falar sobre o Petróleo nas páginas de A Tribuna, porém, mais radicalizado. Defendendo os norte-americanos das acusações de “imperialismo de ‘Wall Street’”. Dizia que a Rússia era imperialista e que havia aumentado seu efetivo de armas e criado a bomba atômica. Alinhando com o cenário internacional de polarização da Guerra Fria, Padilha se colocava ao lado dos EUA.

Para finalizar a atuação de A Tribuna Governista nos debates em torno do petróleo, é interessante observar uma disputa entre estudantes encontrada em uma resposta de Antenor Carvalho, presidente da União dos Estudantes Secundaristas (UESE) a Valeriano Carrerato, presidente da Comissão Executiva do Petróleo. A briga teria surgido por causa de um cartaz do “Tio Sam” em que este era representado roubando o petróleo nacional. Abaixo do cartaz estava o nome da UESE. O presidente dessa entidade não concordou com a colocação do nome da instituição no cartaz, pois não havia tido autorização. Carrerato respondeu, fazendo várias acusações a Carvalho e sua atuação enquanto presidente da UESE. Encontramos em A Tribuna a resposta para tais acusações, o que mostra uma polarização de posições entre os estudantes.

O título da matéria resposta é sugestivo: *Aos comunistas da comissão pseudo estudantil de defesa do petróleo*. A desqualificação do termo é uma resposta a várias desqualificações do lado oposto. Mas tinham mais. Carvalho disse que o CEP era constituído de “fantoques dos dirigentes comunistas” e que a “comissão do petróleo, ridícula, ilegal, atentatória à dignidade estudantil” buscavam para si a representação da categoria estudantil. O estudante respondia dentro do discurso de deslegitimação do anticomunismo.

A primeira resposta de Antenor a Carrerato se refere à caracterização da Comissão executiva com essencialmente um órgão de estudantes. O presidente do CEP teria dito que:

“A comissão Estudantil de Petróleo é um órgão legalmente constituído, filiada que se encontra ao Centro de Estudos e defesa do Petróleo, entidade com personalidade jurídica, sediada na Capital Federal. [É] um organismo de

¹⁸¹ A Tribuna, 08/12/1948, p.4.

ESTUDANTES que defende uma solução nacionalista para o problema do petróleo brasileiro”¹⁸².

Carvalho refutou isso, dizendo que só é a CEP uma entidade estudantil se for filiada a UESE. Carretato havia escrito que “[...] Se existem estudantes que propugnem por solução oposta [...] assiste-lhes o direito de se organizarem [...] constituindo uma Comissão Estudantil pela ENTREGA DO PETRÓLEO”¹⁸³. Carvalho disse nem responder a tal acusação para não encher o outro de vergonha. Ou seja, o que estava em disputa entre as entidades era a representação dos estudantes, assim como a forma de fazer com relação ao petróleo. Por um lado, a UESE confrontando e desqualificando atitudes do CEP, e este desqualificando a gestão de Carvalho.

“O presidente da UESE disse que não queria entregar o petróleo ao ‘Tio Sam’ e que nem este queria tomá-lo. Preferia manter o petróleo no subsolo. Lamentava o abalo do movimento estudantil por causa de um cartaz, pelo que denominou influências comunistas. É notável que a disputa era dura, porém, a forma de reação do presidente da UESE foi a mesma adotada pelo governo federal e estadual. Desqualificar o adversário como comunista. A situação buscava manter o campo sob seu domínio, enquanto diversos atores políticos buscavam conquistar posições e público para suas ideias. Isso gerava os conflitos políticos.

Quando A Tribuna passou para as mãos de Elosippo Cunha e Fernando Duarte Rabelo, passando, portanto, a ser um órgão do PR – PDC, logo a posição em torno do petróleo se alterou. Em maio de 1949, apenas, uma matéria fazia um elogio a Standard Oil com relação aos investimentos realizados na distribuição de petróleo no país, em uma situação de duplicação da demanda¹⁸⁴. Fora isso, as agremiações partiram em defesa do monopólio estatal através de seu jornal. Rosendo de Souza, o mesmo que abriu um grande espaço para a propaganda pró-monopólio estatal na época em que foi editor chefe de A Gazeta, se tornou editor de A Tribuna. A Partir de então, matérias de Eurico Rezende e outros textos pró-petróleo estatal passaram a ser veiculados pelo jornal. Ciro Vieira Machado é outro autor que migra de A Gazeta para A Tribuna, salientando as potencialidades do petróleo no Brasil.

¹⁸² A Tribuna, 01/06/1948, p.4.

¹⁸³ A Tribuna, 01/06/1948, p.4.

¹⁸⁴ A Tribuna, 29/05/1949, p.4.

Uma nota chamou muito a atenção na análise das fontes. Intitulada *Centro de Defesa do Petróleo e Economia Nacional*, tratava-se de uma resposta a um ofício de Carlos Lindenberg, por parte de um dos militantes do Centro do Petróleo, Antônio Rodrigues Coutinho. Este se justifica com um senador, Mathias Coutinho, sobre a postura de Carlos Lindenberg. O governador teria respondido um ofício do senador de uma forma que não agradou ao militante do CEDPEN.

Dizia Coutinho ao senador para:

“Não julgar o grau de cultura do povo capixaba pela carta do governador do Estado que, em qualquer país civilizado, seria tomada como um índice alarmante de falta de conhecimento dos mais mezinhos princípios e normas de democracia e a confissão por meio de fatos concretos da falta de conhecimento da Constituição em vigor no país que, por ironia, contém entre as assinaturas de Ary Viana e Eurico Salles a assinatura de Carlos Lindenberg”¹⁸⁵.

Continuava:

“Realmente, somente o desconhecimento da Constituição é que pode justificar o fato da polícia chamar um cidadão à sua sede, para, na frente de um deputado, o Dr. Eurico Rezende, presidente do Centro Espírito Santense de Petróleo, perguntar a sua ideologia política”¹⁸⁶.

Essa fala é muito importante, pois acusa a participação policial em uma sondagem sobre a ideologia política de um dos militantes da campanha do petróleo. A polícia, a mando de Lindenberg, teria conduzido Coutinho para a delegacia e perguntado a sua ideologia, isso pelo fato de haver a suspeita de este estar ligado a Érico Neves, um comunista, um dos donos de Folha Capixaba. .

Em A Gazeta encontramos o primeiro ofício, aquele enviado por Mathias Olympio para Carlos Lindenberg. Neste, o senador falou sobre uma Conferência do CEDPEN que fora impedida e atrapalhada, além de o conferencista ter sido chamado a polícia para prestar esclarecimentos sobre a sua palestra. Para Mathias, isso era inconstitucional e ele pedia “providências no sentido de que as patrióticas atividades do Centro Espírito Santense de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional sejam legal e livremente aceitas”

¹⁸⁵ A Tribuna, 24/12/1949, p.8-4.

¹⁸⁶ A Tribuna, 24/12/1949, p.8-4.

¹⁸⁷. Esclarecia que o conferencista era credenciado pelo CEDPEN e que era inconstitucional chamar a polícia e cobrar informações sobre a palestra.

Cinco dias depois estava na primeira página de a Gazeta, com o mesmo título, *Centro de Estudos e defesa do Petróleo e da Economia Nacional*, a resposta de Lindenberg ao senador sobre o caso de Coutinho. Segundo o governador:

“Em resposta, cumpre-me informar a Vossa Excelência não ser verdade que o governo do Estado tenha impedido o Sr. Antônio Rodrigues Coutinho de pronunciar sua conferência. ***Afirmção de tal natureza, sem dúvida mais uma aplicação dos processos utilizados pelos comunistas.*** A 26 de novembro passado, o Sr. Coutinho, Comunista conhecido e ainda pouco dispensado da Escola Agrônoma do Kilômetro 47, ***foi, em virtude de suas atividades e de suas ligações com outros elementos, chamado a polícia, regularmente, para esclarecimentos sobre as mesmas atividades, tendo-se recusado a prestar informações especialmente quanto à sua ideologia política. É do meu dever levar ao conhecimento dessa presidência que, infelizmente, a ‘Campanha do Petróleo’ a que Vossa Excelência se refere, é nesse Estado, levado a efeito pelos comunistas. Ainda assim, jamais o governo do Estado interferiu nesse movimento no sentido de impedi-lo***”
¹⁸⁸

Essa fala é muito importante para essa dissertação, pois confirma o anticomunismo do governador do Estado, que justificava a atuação da polícia capixaba com relação a um dos militantes do Centro do Petróleo. Além disso, disse que, apesar da campanha ser feita por comunistas no Estado, não teria feito nada para impedir. Porém, um detalhe salta aos olhos. A justificativa para o convite de Coutinho comparecer à delegacia seria por suas supostas ligações suspeitas, mas, principalmente, pela sua militância comunista. Mais a frente na resposta, o governador dizia que eles não foram impedidos de realizar a Conferência, pois esta não ocorrera pelo fato de ter faltado luz na Associação de Imprensa, assim como o presidente da instituição teria viajado e não teria deixado autorização para a efetivação do evento. Mas por que Lindenberg tomou a frente da autorização ou não dada pela Associação de Imprensa? Como ele ficou sabendo que não existia essa autorização? Pelo jeito o problema não era esse, pois, como o mesmo finalizou:

“Tivessem os responsáveis pelo movimento, entre os quais há, alguns de boa fé, promovido necessário entendimento com os dirigentes da sociedade, ao envez de procurarem armar um escândalo para despertar a maior curiosidade pública, de acordo com a técnica conhecida, e certamente a

¹⁸⁷ A Gazeta, 17/12/1949, p.1

¹⁸⁸ A Gazeta, 22/12/1949, p.1. Grifo nosso.

Lindenberg justificava a não ocorrência da Conferência pela falta de luz e pela falta de autorização, mas diz que se os responsáveis do movimento não tivessem armado um escândalo, a Conferência teria se realizado. Conseguiria o Estado sanar esses problemas, fazendo voltar à luz ou liberando um local privado com a autorização de alguém que estava em viagem? A questão não era essa, o que fica claro quando ele condiciona a ocorrência do evento ao “necessário entendimento com os dirigentes da sociedade”. Poucos indícios existem de que existiu uma efetiva repressão violenta por parte do governo do Estado com relação à Campanha do Petróleo, ficando restrita à violência simbólica de demonizar o movimento como comunista. Estes sofriam intensa repressão a nível nacional, mas não na campanha capixaba.

Os “coronéis” não estavam satisfeitos com a campanha, e desestimulavam-na através de seus órgãos de comunicação. Esse evento em que a polícia foi envolvida, o discurso anticomunista de Lindenberg apontou também para o campo político. *Para falar em Vitória, era necessário promover o “necessário entendimento com os dirigentes da sociedade”, com a autoridade. Caso não ocorresse dessa forma, a questão se tornava caso de polícia, e a ideologia era indagada.* Quando se tratava da Central Brasileira, em que grande parte da sociedade reclamava dos serviços da empresa, e o governo a defendia, não houve repressão porque não teve organização civil para tal naquele momento. Sobre o petróleo, porém, uma campanha nacional que furou a barreira da estreita esfera pública e campo político capixaba, os militantes nacionalistas de diversas vertentes aderiram ao movimento da comunidade imaginada, buscando eliminar o risco de perder tão importante riqueza, o petróleo. A isso, a reação foi a desqualificação da campanha, como influenciada por comunistas, por “pseudo estudantes” que seriam marionetes dos comunistas, assim como, se necessário fosse, aconteceria a coerção policial, como ocorreu no caso de Coutinho.

A tese de Juarez Távora foi aquela defendida pela base do governo. Na oposição, as teses de Horta Barbosa eram o mote para a campanha. Em geral, a concepção desenvolvimentista liberal confrontou-se com aquela desenvolvimentista empresarial e a desenvolvimentista socialista. Utilizando do contexto de tensão internacional e nacional,

¹⁸⁹ A Gazeta, 22/12/1949, p.1. Grifo nosso.

Lindenberg utilizou o comunismo como forma de controlar seus adversários e inimigos, sempre obrigando com que eles justificassem sua posição a ele.

Cabe observar, através dos discursos de Hermógenes, como o PCB se posicionou fora do campo, ou seja, a concepção que os comunistas tinham do assunto em um momento que sofriam perseguições e enfrentavam o estado.

4.2.7. O PCB fora do campo. Conquistando posições e politizando a sociedade

Como já foi dito, fontes sobre os partidos diretivos no Espírito Santo da década de 1940 são escassas, pois, o PTB não tinha um jornal ou revista. O PCB, mesmo aliado do processo político tinha a Folha Capixaba, porém, os números de 1946 até 1954 não estão disponíveis, sendo uma grande lacuna para a historiografia capixaba e brasileira. Portanto, o acesso aos discursos parlamentares nos ofertou a oportunidade de captar a posição comunista através daqueles que se elegeram por outras legendas. Novamente as falas de Hermógenes na Câmara de vereadores de Vitória são indispensáveis para essa dissertação. Em sua fase radicalizada o PCB defendeu mais fortemente defensor do nacionalismo econômico, acusando ferrenhamente a aliança entre a elite nacional com o capital estrangeiro intencionada em atrasar o desenvolvimento nacional. A mudança de postura, como já observado, marcou um discurso que indicava um desequilíbrio entre as nações e o interesse egoísta dos trustes, que não estariam preocupados com o progresso da nação brasileira. Conjugando os fatores nação, estado e industrialização, defendia o monopólio estatal, totalmente protegido de qualquer participação dos trustes na pesquisa e exploração do petróleo. O edil acusava que a retirada do PCB da política institucional era uma forma de “continuarem vendendo o Brasil sem que ninguém diga coisa alguma” e alertava que “mal conseguiram os falsos patriotas roubarem os mandatos que o povo confiou a legítimos representantes, e já se fala que o petróleo brasileiro será entregue a exploração da Standard” (PITTOL, 2014). Ou seja, a repressão à esquerda seria um modo daqueles que detinham o poder calar qualquer um que fosse contra a permissão da exploração do petróleo por empresas estrangeiras. Novamente é a Standard Oil que aparece como pretendente.

Caso isso ocorresse, o problema nacional e capixaba do subdesenvolvimento permaneceria. Na concepção política e econômica de Hermógenes, as medidas políticas

levadas ou não a cabo pelo estado beneficiavam apenas aqueles ligados a “estrutura feudal” que estava instalada no país. Estes se aliavam ao capital externo para manter a situação. Com a estrutura econômica intacta, a especulação imobiliária se manteria alta e impossibilitaria o acesso à terra, haja vista os grandes latifúndios dominados por poucos indivíduos. Isso agravava a crise de abastecimento interno do Espírito Santo, aumentando a inflação. Hermógenes fazia uma adaptação das leituras do partido a nível nacional, assim como os principais embates econômicos para a realidade capixaba, tendo uma leitura mais atenta aos debates mais amplos ocorridos nos principais centros do país. (PITTOL, 2014).

Porém, tinha razão o edil em sua assertiva sobre o esforço da elite em calar a oposição. As perseguições aos comunistas no interior do estado e em Vitória, a demonização de sua presença na Campanha do Petróleo são provas de que, aqueles que falassem sem a permissão dos coronéis tinham que ser reprimidos. Ele mesmo fora citado várias vezes indiretamente em A Tribuna, sendo considerado um absurdo pelo jornal que ele, um “bolchevista”, atuasse na Câmara Municipal da capital.

Assim como em outras partes do país, a campanha O petróleo é nosso foi abrangente, englobando, como se viu acima, várias posições políticas. Porém, a presença comunista teve grande importância, pois era um partido diretivo e organizado, mantendo bases populares em vários lugares da periferia. Desse modo, eram mais perigosos ao *status quo* regional. Mesmo tendo se adequado ao campo político dominante, o PCB não foi aceito e perdeu seus direitos políticos. Mais organizado que outros partidos, foi um grande contribuinte da campanha nacional, mas acabou se tornando o alibi para os ataques situacionistas ao movimento nacionalista, que sentiu a tentativa de ter sua imagem mitigada pelos defensores do anteprojeto do Petróleo. Tinham como aliados os petebistas, que imbuídos do nacionalismo econômico, participaram ativamente da campanha O Petróleo é Nosso.

Considerações Finais

Os problemas gerados pela Central Brasileira à população capixaba e a existência da campanha O Petróleo é Nosso forneceram objetos privilegiados para se acessar o campo político capixaba através de sua esfera pública. Ambos tiveram uma “explosão” no ano de 1948, pois, por um lado a Central aprofundava os problemas em seus (des) serviços, e por outro, a Campanha do Petróleo tomava vulto em todo o Brasil. O que foi constatado é que, sobre a energia elétrica existiu um argumento pautado na hierarquia e na autoridade, que estabeleceria o equilíbrio a possíveis problemas. Era a característica do campo político estabelecido com a redemocratização de 1945. A questão do petróleo, cuja organização e abrangência extrapolaram os limites regionais, questionou, porém, as autoridades, conclamando a sociedade civil à movimentação e organização em prol da defesa do mineral.

Sobre a Central Brasileira, é notável que o debate quase transbordava para uma leitura nacionalista, acusatória ao capital estrangeiro. Porém, as críticas ficaram restritas a cobranças feitas às autoridades para que estas forçassem a concessionária a cumprir o contrato. Enquanto as coisas ocorreram dessa forma, com pedidos de resolução do problema por parte do estado, e sem organização civil para atuar diretamente na questão, as relações fluíram bem e em um clima amistoso. O governo do Estado defendia a empresa através de seus jornais, e a oposição criticava tal aliança, e pedia soluções. Mesmo A Tribuna governista não conseguiu defender a Central, que deixava a população por várias vezes sem energia elétrica. Mas ficava nisso. O povo reclamava e a empresa piorava mais ainda seus serviços. É notável que as lideranças sindicais, políticas e intelectuais identificavam o elemento estrangeiro na empresa, porém, não passava disso. Para organizar a população em torno de uma campanha contra a Central, o esforço seria local e por isso mais difícil. Para esse entrave de uma possível campanha muito contribuiu a figura do Sr./ “Seu” Kilowatt, que vestiu a capa de nacionalista durante a guerra, justificando, posteriormente ao conflito, seus defeitos à falta de materiais e mão de obra cara. Sua fala direcionada à classe média capixaba foi uma força regada a muito investimento publicitário da Central, para que a imagem negativa em torno da empresa fosse minorada. O fato de o personagem defender o nacionalismo trabalhista durante a guerra se somou a isso, falar à mulher, ao trabalhador, às crianças e ao público em geral, era um investimento que poderia dar certo ou errado. Não é possível medir a efetividade, mas é notável que a crítica liberal apontava para a

publicidade da empresa, em tom crítico. Ou seja, ele chamava a atenção do público leitor e consumidor ao ponto de colunistas e jornalistas criticarem-no.

Em 1949, com a polarização em torno do aumento de tarifas, assim como a chegada de um motor diesel elétrico mostrou como os indivíduos calculavam conforme a conjuntura a sua ação, para conquistar espaço e respondendo ao campo político estabelecido. Os comunistas, aliados da política desde 1948, enfrentavam a Central com um inimigo externo, apontando para um desequilíbrio natural entre o capital estrangeiro e os interesses de desenvolvimento nacionais. Aprofundavam a leitura do desenvolvimentismo socialista. Os liberais udenistas, marcados por um discurso muito moralista, atacavam a Central por sua ineficiência e não cumprimento dos contratos. Quando A Tribuna se tornou liberal, logo se percebeu que, quando as autoridades e a empresa deram um “sinal” de melhoria dos serviços, com a chegada do motor diesel elétrico, houve uma retratação daquela posição com a empresa, mostrando que se tratava de um pensamento orgânico baseado na concepção de equilíbrio. Os liberais eram, de fato, diferentes dos comunistas, que atuavam dentro desse campo político até 1948, mas que tinham uma concepção distinta e historicamente colocada com relação às multinacionais. O PSD, por sua vez, ditava as regras, e defendia a empresa. A partir disso, houve o aumento das tarifas de serviços da empresa, repassando o valor do aumento salarial e descanso remunerado para os consumidores.

Os projetos que respondiam aquele delineado por Vargas, tendo suas especificidades, se confrontaram em torno de qual seria o rumo mais adequado ao desenvolvimento do país rumo à superação dos desequilíbrios que enfrentava em sua economia. Pode-se notar, de certo modo, o embate entre o desenvolvimentismo liberal com o desenvolvimentismo empresarial e socialista sobre a Central. Na base do governo, colunistas defendiam a ortodoxia liberal em economia, enquanto os liberais udenistas, os socialistas, os petebistas e comunistas defendiam uma intervenção decisiva do Estado. Porém, os temas nação, estado e industrialização chegaram reduzidos com relação aos debates existentes nos grandes centros do país. Isso pelo fato de a esfera pública capixaba ser estreita, com pouco espaço para fala que não aquele ocupado pelos “coronéis”. Quem definia o que era plausível de se falar, o “dizível e o indizível”, o que tinha legitimidade frente a vários temas possíveis. Portanto, à articulação entre nação, estado e industrialização eram moldadas as características locais, pautadas no poder pessoal e

nas disputas de poder. A disputa intra-elites era acompanhada pela luta de classes levada a cabo com a perseguição aos comunistas.

Sobre a questão do petróleo, a situação é outra. Irradiando do Rio de Janeiro, o Centro do Petróleo teve origem da Liga Antifascista da Tijuca. Unindo militares, estudantes, intelectuais, configurou-se no centro de todo o país, na defesa do petróleo. No Estado Novo o petróleo era algo debatido em cúpulas dirigentes, e quem ocupava o comando era Horta Barbosa. Com a mudança de orientação do CNP, após João Carlos Barreto assumir o órgão em 1943, a orientação pela liberação do setor para empresas privadas começou a se fortalecer. Em 1945 foi permitido que empresas privadas nacionais pudessem refinar petróleo, o que era preocupante para os nacionalistas, pela dependência destes com relação aos grandes trustes. Na Assembleia Constituinte, permitia-se que “empresas organizadas no Brasil” explorassem o petróleo, retirando do estado o monopólio e permitindo a entrada de empresas estrangeiras no país para atuar nesse setor. Em 1947 Dutra criou uma comissão para criar um anteprojeto do petróleo, com vistas a abrir esse mercado ao capital estrangeiro. Com isso, os militares passaram a debater no Clube Militar, e abriram o debate para a sociedade civil. Desse modo, foram eles que colocaram a questão para a opinião pública. Com grande prestígio, tiveram grande aceitação, e os estudantes, já preocupados com a questão, haviam iniciado os debates em torno do assunto. Portanto, essa elite militante passou a defender a riqueza nacional, que foi representada pelo petróleo, a partir de uma fórmula estatista, oscilando, porém, entre o desenvolvimentismo empresarial e aquele de esquerda.

Foi nesse ponto que o truste da energia elétrica teve tratamento distinto dos trustes do petróleo, na década de 1940, mesmo sendo aquele mais presente e concreto que estes, no território nacional. Existiu uma militância de importantes personalidades, aceitas pela sociedade, juntamente com os estudantes e comunistas, que ofertavam sua intelectualidade e organização para o movimento. Assim a campanha do petróleo ganhou espaço na esfera pública, se contrapondo a uma medida pretendida pelo governo federal. Para isso, então, era necessária organização da sociedade civil para pressionar o governo a nacionalizar a indústria do petróleo. A esfera pública nacional era mais ampla, mas seu campo político era estreito, se reduzindo ainda mais com a cassação da legenda do PCB. Quando essa campanha chegou ao que estamos chamando alegoricamente de “curral dos coronéis”, surgiu o problema. A movimentação de muitos indivíduos colocara em teste a disposição do governo Lindenberg e de sua base sobre a

manutenção da democracia estabelecida após o Estado Novo. Novamente, como seguia no caso da Central, a corrente desenvolvimentista liberal entrou em disputa com aquela empresarial e socialista. Porém, algo novo entrou em cena. A criminalização da campanha sob o mote dela ter infiltrado o elemento comunista. *Quando o debate em torno de um tema extrapolou ao simples ato de reclamar às autoridades e passou a organizar pessoas, sendo seus líderes a oposição liberal e os aliados comunistas, a reação situacionista foi desqualificar as manifestações e criar um alarmismo em torno do assunto.* Não foi constatada violência policial sistemática, mas sim uma constante propaganda anticomunista utilizada como alibi para controlar as manifestações. Fora os comunistas, fortemente reprimidos, os demais militantes buscavam se esquivar do adjetivo de serem comunistas, dizendo ser a campanha O Petróleo é Nosso apartidária e nacionalista. Com o tempo e a maior polarização em torno do assunto, o anticomunismo passou a transbordar contra a oposição, sendo chamadas atitudes contra o governo, em alguns casos, de “tática comunista”, quando isso em nada dizia respeito a um tipo específico de ação comunista. No final de 1949, com o arquivamento do Estatuto do petróleo no Congresso Nacional, a campanha prosseguia. No Espírito Santo, a condução de um militante do Centro do Petróleo para prestar esclarecimentos sobre o evento e sobre a sua ideologia à polícia mostram que a permissão das autoridades se fazia à contragosto, e que, se não houvesse o “necessário entendimento com os dirigentes da sociedade”, não haveria dificuldades.

Houve uma disputa intensa de conceitos e representações sobre a questão de petróleo, que, diferente da Central, fora levada para o campo de discussão nacionalista. O verdadeiro patriota seria aquele que defenderia o monopólio estatal, ou aquele que ia contra o comunismo? Quem seria o verdadeiro inimigo da soberania nacional, os EUA ou a Rússia? Eram questões constantemente elaboradas pelos atores para definir sua posição sobre o tema. A reação à campanha do petróleo diluiu a acusação feita aos EUA de imperialismo apontando para o suposto imperialismo russo, assim como acusou ser perigoso aos homens de boa fé participarem de campanhas supostamente patrocinadas por Moscou. A propaganda ia sendo constantemente formulada e reformulada, ao sabor dos eventos e das possibilidades.

Outros elementos, retirados da história brasileira, como a independência do Brasil, a abolição da escravatura, a proclamação da república, assim como a importância que o Espírito Santo teria na campanha e sua descendência de heróis como Domingos Martins

e Maria Ortiz eram formas de construir o argumento nacionalista, colocando os indivíduos dentro da comunidade imaginada.

Portanto, o caso da Central ocorreu existindo a *crença* dos malefícios estrangeiros em setores estratégicos no país, tendo uma militância identificando e elaborando raciocínios a partir disso, porém, em 1940 não foi produzido um *projeto* e nem feita uma *propaganda* nacionalista no Estado que salientasse a origem alienígena da Central, leia-se Amforp. Mesmo com o incômodo concreto gerado na população pela empresa estrangeira, a falta de uma militância forte e a grande dependência da iniciativa local se somaram à ação da empresa em se defender através de sua direção e investimentos em publicidade para configurar a falta de uma campanha nacionalista em torno da questão da eletricidade na década de 1940.

Por outro lado, a campanha do petróleo foi baseada na crença de que existia o petróleo no Brasil, e que os trustes estrangeiros, especialmente a Standard Oil, pretendiam tomá-lo. Com uma militância consolidada e ampla, defendiam o *projeto* do monopólio estatal, fazendo uma intensa *propaganda* em torno disso, buscando espaço na esfera pública na defesa da economia nacional. No Espírito Santo, a Central era um caso de autoridade, pelo menos até os comunistas renovarem seus votos de inimizade com a empresa, aos moldes das lutas ocorridas no tempo da ANL. Logo a campanha do petróleo fugia à normalidade do controle das elites dominantes, pois colocavam sob um mesmo campo, sua oposição e seus inimigos de classe. Ainda mais, mobilizando e politizando a sociedade para a ação. Para fazer a manutenção de seu campo político, a elite acusou o movimento de ter elementos comunistas, para desqualificar e, ao mesmo tempo, inibir a adesão de pessoas ao movimento. Nesse ponto é interessante observar que a UDN capixaba participou da campanha mobilizando a sociedade, chamando à ação, pelo menos no que concerne à questão do petróleo. A presença socialista, petebista e comunista foi essencial, especialmente pelo maior poder de organização que tinham. Era a isso que os “coronéis” reagiam, como foi o caso de Lindenberg, que chamara a campanha de “feita por elementos comunistas”.

No “curral dos coronéis” era necessário se adequar. Se não fosse assim, a hostilidade era grande. Aqueles não abririam mão do poder e do espaço que ocupavam ao dizer o que poderia ser ou não discutido e de no fim tomar as decisões.

Essa é uma continuidade histórica que tem seus reflexos presentes até a atualidade, pois, no Espírito Santo, o poder das oligarquias traz consigo a criminalização daqueles que se opõem a elas. Elas delimitam o que é “dizível” e “indizível”, sendo o poder a principal tática de manutenção daqueles que mandam no campo, leia-se “curral”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHIAMÉ, Fernando. **O Espírito Santo na era Vargas**. Elites políticas e reformismo autoritário. Rio de Janeiro: FGV, 2010

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. São Paulo: Presença, 1980.

ALVEAL, Carmen. **Os desbravadores: a Petrobrás e a construção do Brasil industrial**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ANPOCS, 1994.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARRUDA, Cecília Nascimento. **Estratégias da propaganda estadonovista em Pernambuco: A Folha da Manhã e os ditames do mundanismo**. In: IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA: Cultura, sociedade e poder, 2014, Jataí - GO. Anais Eletrônicos do IV Congresso Internacional de História: Cultura, sociedade e poder, 2014.

BENEVIDES, Maria Victória Mesquita Benevides. **A UDN e o udenismo: Ambiguidades do liberalismo brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **História do Pensamento econômico brasileiro. 1930 – 1964**. São Paulo: Ática, 2004.

BITTENCOURT, Gabriel. **Indústria**. Modernização do Espírito Santo. Vitória: Secretaria de Cultura de Vitória, 2011.

BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política (2 volumes)**. Trad. Carmen C. Varrialle, GaetanoLoiai Mônaco, João Ferreira, Luis Guerreiro Pinto Cacais, Renzo Dini. Brasília: UnB, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2011.

- CARDOSO, Ciro Flamarion. **Narrativa, sentido e História**. São Paulo: Papyrus, 1997.
- CARDOSO, Lucian Rodrigues. **Entre a raia miúda e o black tie: a administração de Mario Gurgel na Prefeitura de Vitória (1957-1958)**. 2013. 91 f. Monografia de Final de Curso (Graduação em História) - Departamento de História, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013. Orientador: Prof. Dr. André Ricardo Valle Vasco Pereira. Disponível em: <http://lehpi.ufes.br/sites/lehpi.ufes.br/files/field/anexo/lucian_mono.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2015.
- CARONE, Edgard. **O PCB**. 1943 a 1964. Vol.II. São Paulo: Difel, 1982.
- CASTRO, Maria Helena Steffens. **Os modernos criados elétricos**. UFRGS, 2014.
- COHN, Gabriel. **Petróleo e Nacionalismo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Antônio Gramsci**: Um estudo sobre seu pensamento. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.
- COTTA, Pery. **O petróleo é nosso?** 2ºed. Rio de Janeiro: Guavira Editores, 1975.
- DIAS, Luciano de Mattos; QUAGLINO, Maria Ana. **A questão do Petróleo no Brasil**. Uma História da Petrobrás. Rio de Janeiro: CPDOC, 1993.
- DUVERGER, Maurice. Os partidos políticos. Brasília, UNB, 1980.
- FELDUHES, Paulo Raphael. **Imprensa e propaganda política**: Caminhos do espaço público no Estado Novo pernambucano. In: **Revista Eletrônica Cadernos de História**: publicação do corpo discente do Departamento de História da UFOP, 2008.
- FERREIRA, Ângela; Silva, Alexandre Ferreira Cardoso; Simonini, Yuri. **Os donos da luz**: Sistemas de gestão e redes técnicas no território brasileiro. O caso da Amforp (1927 – 1939). Universidad Barcelona, Facultad de Geografía e História, 2012.
- FREITAS. José Francisco Bernardino. **Da monocultura à industrialização**: Vitória e o Espírito Santo do Estado Novo. IN: REZENDE, Vera F. **Urbanismo na Era Vargas**: A transformação das cidades brasileiras. Niterói: Editora da UFF/ Intertexto, 2012.

GATTI, Isaura de Moura. **Partido Social Democrático: Formação e fragmentação em Passo Fundo (1945 – 1950)**. Dissertação de mestrado. Disponível em: <<https://secure.upf.br/pdf/2008IsauradeMouraGatti.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

GOMES, Angela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GRANDSON, Douglas Edward Furness. **As representações sobre a CVRD e a campanha do petróleo em A Gazeta, 1948**. 2014. 100 f. Monografia de Final de Curso (Graduação em História) - Departamento de História, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014. Orientador: Prof. Dr. André Ricardo Valle Vasco Pereira. Disponível em: <http://lehpi.ufes.br/sites/lehpi.ufes.br/files/field/anexo/douglas_mono.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2015.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 3. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1979.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HECKER, Alexandre. **Socialismo sociável**. História da esquerda democrática em São Paulo. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

HEYWOOD, Andrew. **Ideologias políticas: Do liberalismo ao fascismo**. São Paulo: Ática, 2010.

HIPPÓLITO, Lúcia. **PSD de raposas e reformistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HOBSBAWM, Eric. **Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo**. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

_____. **Nações e nacionalismo de 1780 ao século XX**. São Paulo: Companhia da Letras, 2010.

JOELSONS, Paula. **Amforp em Porto Alegre**. Multinacional norte americana de eletricidade e o papel do gerente geral J.E.L. Millender. Dissertação de mestrado. Porto Alegre, 2014.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. 14^a ed. Campinas, SP, 2012.

KOSELLECK, Reinhart. **O Futuro Passado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

LIMA, Carlos Benevides. **Jerônimo Monteiro**. In: GURGEL, Antônio de Pádua. Coleção de livros Grandes nomes do Espírito Santo. Vitória: Contexto jornalismo & acessoria Ltda/ núcleo de projetos culturais e ecológicos, 2005.

LIMA, José Luiz. **Políticas de Governo do Setor de Energia Elétrica**. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1995.

LOYOLA, Maria Andréia. **Os sindicatos e o PTB**. Estudo de caso em Minas Gerais. Petrópolis: Vozes, 1980.

MACHADO, Vinicius Oliveira. **O vereador de Prestes: a atuação de Antonio Ribeiro Granja na Câmara de Cariacica – ES (1947-1951)**. 2014. 86 f. Monografia de Final de Curso (Graduação em História) - Departamento de História, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014. Orientador: Prof. Dr. André Ricardo Valle Vasco Pereira. Disponível em: <http://lehpi.ufes.br/sites/lehpi.ufes.br/files/field/anexo/vinicius_mono.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2015.

MANTEGA, Guido. **A Economia política brasileira**. Petrópolis/ Vozes, 1984.

MARTINUZZO, José Antônio. **165 anos de jornalismo no Espírito Santo**: Impressões capixabas: Espírito Santo: Ufes, 2005.

MARTINS, Jordan Ávila; NEVES, Helena de Araújo; SILVEIRA, Gabriela Rodrigues. Anais da jornada de iniciação científica da UFPEL, 2014.

MENDES, Conrado Moreira. **Noção de narrativa em Greimas**. USP/ FAPESP, 2013.

MENDONÇA, Eneida Maria Souza. **O plano de urbanização para Vitória na Era Vargas**. IN: REZENDE, Vera F. Urbanismo na Era Vargas: A transformação das cidades brasileiras. Niterói: Editora da UFF/ Intertexto, 2012.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

MORAES, Tiago Cavalcante; ARAÚJO, Kátia Meideiros. **Consumo de produtos elétricos no Recife dos anos 30**. ANPUH, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308098068_ARQUIVO_Consumod eprodutoseletricosnoRecifedosanos1930.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2016.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva**. São Paulo: Edusp, 2001.

PANEBIANCO, Ângelo. **Modelos de partido**. Organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PEREIRA, André R. V. V. **Conflito de discursos na greve de 1948 na Companhia Vale do Rio Doce**. In: CAMPOS, A. P.; VIANNA, K. S. S; MOTTA, K. S. da; LAGO, R. D. (Org.). Memórias, traumas e rupturas. 1ª ed. Vitória (ES): LHPL/UFES, 2013, v. , p. 1-15.

_____. **Por baixo dos panos: Governadores e assembleias no Brasil contemporâneo**. Espírito Santo: Edufes, 2014.

_____. **Teoria e Metodologia em História: o tratamento das fontes**. Espírito Santo: Ufes, 2015.

PEREZ, Clotilde. **Mascotes: Semiótica da vida imaginária**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

PITTOL, Marlon. **Partido Comunista do Brasil na Câmara Municipal de Vitória: leituras e propostas**. In: GIL, Antonio Carlos Amador, PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco e JESUS, Graziela Menezes de (Orgs.). **Estudos de história política e das ideias, v.1**. Vitória: LEHPI/UFES, 2014.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RIBEIRO, Luiz Cláudio Moisés. **Excelsos Destinos**. História da energia elétrica no Espírito Santo. 1896 – 1968. Espírito Santo: Edufes, 2010.

_____. **Sinergia – ES** de Getúlio a Lula. Espírito Santo: Flor & Cultura, 2005.

QUINTÃO, Leandro do Carmo. **A modernização capixaba**: revisitando o Novo Arrebalde. IN: RIBEIRO, Luiz Cláudio Moises [org.] et. Al. Modernidade e modernização. Vitória: Edufes, 2015.

ROSTOLDO, Jadir Peçanha. **A cidade republicana na Belle Époque Capixaba**: Espaço urbano, poder e sociedade. Jundiaí: Paço editorial, 2014.

SANTANNA, Marcos Aurélio. **Homens partidos**. Comunistas e sindicatos no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2001.

SOUZA, Sandra Maria Ribeiro de; SANTARELLI, Christiane Paula Godinho. **Análise da imagem publicitária: revisão de alguns modelos**. In: XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Escola de comunicação e arte. USP, 2006.

SILVA, Glayse Ferreira Perroni. **A mensagem visual nos anúncios publicitários** Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Palavra e imagem no ° 44, p. 329-346, 2012.

SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo**: Estado, interesse e poder. Vitória: FCAA/UFES, 1995.

_____. **A Vale do Rio do Rio Doce na estratégia do desenvolvimentismo**. Vitória: Edufes, 2010.

SAMPAIO, Murilo. **Deus não é brasileiro, nem o petróleo é nosso**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1992.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: De Getúlio a Castelo. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SMITH, Peter Seaborn. **Petróleo e política no Brasil moderno**. Rio de Janeiro: UNB/Artenova, 1978.

TIBIRIÇA, Maria Augusta Miranda. **O petróleo é nosso**. A luta contra o “entreguismo” pelo monopólio estatal. São Paulo: Ipsis, 2004.

WANICK, Flávio Calmon. **Aristeu Borges de Aguiar**. Um presidente atropelado pela História. Espírito Santo: Flor & Cultura, 2008.

ŽIŽEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

FONTES

Autógrafos das atas da Assembleia legislativa do Espírito Santo (1947 – 1948). Arquivo da Assembleia Legislativa do Espírito Santo.

Dossiê Dops 1935. Fundo Dops/ Cxa 01 N° 6. Investigação acerca das atividades da Aliança Liberal e do partido comunista do Espírito Santo.

Jornal A Época. (1946 – 1949). Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

Jornal A Gazeta (1936 – 1949). Arquivo Público do Espírito Santo.

Jornal A Tribuna (1948 – 1949). Arquivo municipal de Vitória.

Jornal Diário da Manhã (1927). Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

Jornal Folha Capichaba. 1945. Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

Revista Vida Capichaba. (1935/ 1945 – 49). Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional/ Arquivo Público do Espírito Santo.

SITES

www.Ibahia.com.br

www.numismatics.of.wiscosin.com

www.cpdoc/fgv.com